

2016

REFLEXÕES

Livro XVII

Introdução



Aqui está o livro de número dezessete. Nesta compilação dei sequência à pesquisa sobre o libertarismo ou libertarianismo, como alguns a definem. Tornou-se um livro mais denso, mas com grau de dificuldade de entendimento dentro do razoável.

Sempre penso sobre o que leva as pessoas a não adquirirem o hábito de leitura. Se elas o adquirissem veriam quantas publicações semanais existem e que, seguramente, o quanto essas informações poderiam melhorar a vida cotidiana de cada uma delas.

As pessoas reclamam constantemente do péssimo sistema de ensino do Brasil, mas não procuram compensar essa carência com esforço próprio, buscando o conhecimento que está totalmente disponível nos dias de hoje.

Ler não deveria ser um mero passatempo que as pessoas devem usar somente quando não têm outra coisa a fazer. Ler deveria ser uma ação de busca, de interesse, de esforço, enfim, um objetivo superior na vida das pessoas.

Enfim, como diria um amigo meu, ‘essa é a vida como ela é’.

Boa leitura! ●

Luiz Alberto Banci

luiz.banci@hotmail.com.br

banciblog.wordpress.com

maio de 2016

Índice

- 6- Em defesa de Rothbard: as recentes falhas libertárias ao criminalizar o aborto-
- 14- O que os críticos do libertarianismo precisam saber- **Lacombi Lauss**
- 24- A república anarquista de Cospaia- **Anthony Caprio**
- 29- Por que devemos rejeitar a política?- **Lacombi Lauss**
- 39- Da natureza do estado à cooperação pacífica por segurança e ordem- **Lacombi Lauss**
- 47- Para dismantelar o Estado, temos de ser oportunistas e não gradualistas- **Joseph Salerno**
- 52- O agorismo no século XXI- **Lacombi Lauss**
- 59- A filosofia política de Étienne de La Boétie- **Murray N. Rothbard**
- 83- Você odeia o Estado?- **Murray N. Rothbard**
- 89- Dez grandes mitos econômicos- **Murray N. Rothbard**
- 103- Praxeologia: o método dos economistas austríacos- **Murray N. Rothbard**
- 122- A falsa promessa da democracia- **Karel Beckman**
- 128- Democracia: o deus que falhou- **Hans-Hermann Hoppe**
- 137- A Revolução Industrial e as minorias oprimidas- **Wendy McElroy**
- 145- O bem da maioria é uma tirania- **Wendy McElroy**
- 150- O argumento completo em defesa da liberdade- **Friedrich A. Hayek**
- 163- Por que não sou conservador- **Friedrich A. Hayek**
- 182- O que você deve saber sobre a inflação- **Henry Hazlitt**

REFLEXÕES XVII

192- Não há argumentos econômicos contra o livre comércio: o protecionismo é a defesa de privilégios- Donald Boudreaux

198- Imposto de renda retido na fonte: um esquema diabolicamente brilhante que ilude a mente- Jeffrey Tucker

202- O Regresso: a natureza selvagem e o valor da vida humana- Jeffrey Tucker

208- Marxismo sem polilogismo: há algo aproveitável em Marx?- Jeffrey Tucker

217- Juan de Mariana: a influência dos escolásticos espanhóis- Jesús Huerta de Soto

227- Uma teoria libertária sobre a livre imigração- Jesús Huerta de Soto

240- Será que o capitalismo falhou?- Ron Paul

247- Keynes e os vermelhos- Ralph Raico

253- A fome na Ucrânia: um dos maiores crimes do Estado foi esquecido- Thomas Woods

261- O horror da China comunista e seus pavorosos campos de morte- Lew Rockwell

270- E se as escolas públicas fossem abolidas?- Lew Rockwell

275- Por que o Estado cresce e o que podemos fazer quanto a isso- Lew Rockwell

282- Como o assistencialismo corrompeu a Suécia- Per Bylund

294- Oh, keynesianos, onde estais vós?- Mateusz Machaj

301- Vamos debater as causas da pobreza- Jesús Huerta de Soto

308- Exploração da miséria: serviço social- Joel Pinheiro da Fonseca

319- Mein Kampf e o paradoxo do direito autoral- Thiago Guterres

326- Por que a democracia precisa de aristocracia- Marcia Christoff-Kurapovna

REFLEXÕES XVII

332- A liberdade requer coragem – inclusive para ver e ouvir o que não quer- **Walter Williams**

336- A posição libertária em relação a empresas que causam mortes e desastres ambientais- **Equipe IMB**

341- Agora os ambientalistas ativistas querem impor uma sobretaxa à nossa comida- **Ryan McMaken**

348- O capitalista possui um papel insubstituível na economia- **Juan Ramón Rallo**

355- A teoria marxista da exploração não faz nenhum sentido- **Juan Ramón Rallo**

361- Ter de trabalhar é o equivalente a ser escravo? Para a esquerda, sim- **Julian Adorney**

365- Ouro não é mais dinheiro e não voltará a ser- **Fernando Ulrich**

377- A seguridade social compulsória- **Ludwig von Mises**

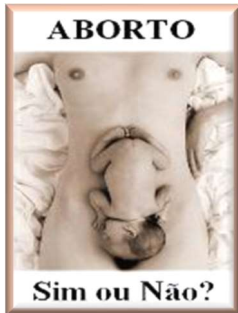
382- Políticas conciliatórias levam ao socialismo- **Ludwig von Mises**

397- O cigarro, os fumantes e os direitos de propriedade- **William L. Anderson**

405- Um giro por Havana- **Theodore Dalrymple**

LUIZ BIANCI

Em defesa de Rothbard: as recentes falhas libertárias ao criminalizar o aborto



Introdução– Surgiu na *internet* mais um texto de um libertário brasileiro denunciando o aborto como crime e ainda evidenciando erros na argumentação *rothbardiana*. Antes de analisá-lo, vamos deixar claros alguns fatos básicos que não devem entrar em jogo quando libertários que defendem a lei natural abordam esse assunto em específico.

Entremos nas posições gerais que envolvem o tema. Primeiramente, não importa se o feto é ou não considerado um humano, mas apenas se tem ou não o direito de não ser agredido. E isso, de fato ele tem. Tendo isso em vista, para nossa discussão, o feto pode ser considerado um adulto em todas suas qualidades e ainda assim, logicamente, isso não altera em absolutamente nada o debate.

De fato, no moderno libertarianismo, não existe um direito à vida, mas apenas à propriedade. O direito de não ser agredido fisicamente segue do direito à autopropriedade. Portanto, toda a discussão do *mainstream*¹ a esse respeito é irrelevante aqui, de modo que, podemos supor, e em benefício dos libertários pró-life, que um feto – e inclusive um conceito e um embrião – constituem uma vida humana.

Outro ponto é que esse debate é apenas significativo do ponto de vista teórico. Na prática, sob uma ordem libertária, o aborto seria, por motivos legais, perfeitamente possível, sendo considerado antiético ou não. Por quê? O motivo é simples: se fosse crime, apenas a família poderia punir a mãe que aborta, pois é ela quem teria a melhor reivindicação (i.e. tem, depois da mãe, o mais direto elo objetivo) sobre o feto. Mas, se ela concordou com ato do aborto, então pode simplesmente perdoar (em outras palavras, anular a penalidade) à mãe e o caso seguiria essencialmente da mesma forma

¹ **Mainstream**: corrente principal.

REFLEXÕES XVII

que seria se o aborto não fosse crime, como não querem os libertários pró-life. Este ponto é uma mera consequência da famosa máxima libertária: sem vítima, sem crime. Mas, como dito acima, é deduzida da teoria geral do elo objetivo.

Finalmente, descartemos aqui qualquer argumento baseado em contratos implícitos. Na teoria legal libertária, não existem tais contratos. Trata-se apenas de mais uma suposição *ad hoc* de alguns libertários para fazer valer certos caprichos pessoais que não são obtidos logicamente dos princípios libertários. O fato é que o ônus da prova é sempre de quem afirma determinada existência e até hoje não nos foi apresentado nenhum argumento em prol dos contratos implícitos a não ser aqueles de cunho de “senso comum” ou emotivista. Tudo o que é afirmado sem provas pode, em prol do debate, ser descartado sem provas, invocando o precioso princípio da Navalha de Ockham, segundo o qual “se em tudo o mais forem idênticas as várias explicações de um fenômeno, a mais simples é a melhor.”

O libertarianismo é uma teoria do direito racional, de modo que tais argumentos devem ser descartados de imediato, como sendo uma grave ameaça irracional para o movimento. Contudo, ainda que fosse verdade o argumento do contrato implícito, ele não seria passível de ser usado em nosso contexto, pois o direito de firmar contratos apenas compete àqueles que têm pleno gozo de suas faculdades mentais, o que não é o caso de zigotos humanos. O *homesteading* é outro exemplo de um direito que também cai nessa regra: apenas seres dotados de razão podem realizá-lo, pois apenas nesse caso a intencionalidade do ato ficará clara, objetiva e definível.

Em defesa de Rothbard – Round 1- Uma vez que esse presente artigo visa a enfatizar toda a argumentação rothbardiana, considerando-a plenamente correta, não é necessário expô-la aqui. Prossigamos então a analisar a mais nova reivindicação libertária de revisão nessa posição.

O autor, Luciano Takaki, que em diante será referido apenas por Takaki como é geralmente conhecido, começa seu texto de maneira estrondosamente redundante. Após dizer obviedades como o fato do

REFLEXÕES XVII

feto ter autopropriedade em virtude de ele se constituir um ser humano em potencial, o autor concluiu que ele não deveria, em princípio, ser violentado. Mas isso é claro. Nada de relevante por aqui. Segue-se assim que, aqueles que consideram o aborto um ato de validade ética, devem, portanto, justificá-lo já que obviamente um autoproprietário está sendo agredido – ninguém nega esse fato básico de aborto ser agressão. A justificação de Rothbard, conforme citado no texto do Takaki, é a seguinte:

“A maioria dos fetos está no útero da mãe porque a mãe consentiu com esta situação, porém o feto está lá pelo livre e espontâneo consentimento da mãe. Mas, se a mãe decidir que ela não deseja mais o feto, então o feto se torna um invasor parasitário de sua pessoa, e a mãe tem o pleno direito de expulsar o invasor de seu domínio. O aborto não deveria ser considerado o “assassinato” de uma pessoa, mas sim a expulsão de um invasor não desejado do corpo da mãe. Quaisquer leis restringindo ou proibindo o aborto são portanto invasões dos direitos das mães.”

O próximo parágrafo do texto do Takaki consiste em toda sua tentativa em refutação a Rothbard. Vamos, portanto, nos ater nele, ignorando o resto do texto em que apenas se enumera consequências lógicas de premissas que, como veremos, são falsas. Não é portanto necessário discutir o restante do artigo. Prossigamos.

O argumento do parágrafo se inicia apontando que “o aborto não pode ser considerado mera expulsão pelo simples motivo de que essa “expulsão” resulta a morte do feto.” Ora, mas a expulsão implicar na morte do bebê não significa que tais conceitos legais sejam equivalentes. O fato de o bebê morrer é uma causa de sua incapacidade de sobreviver na ausência dos elos materiais com o corpo da mãe. É curioso o Takaki argumentar dessa forma pois em outro texto ele defende (corretamente) que pais têm o direito de não alimentar seus filhos, e portanto de abrir mão da guarda deles. No libertarianismo, como é bem sabido, não existem direitos positivos, pois, como bem observou Eabrasu, *“a ética libertária não ambiciona, a princípio, buscar o que é certo, mas em determinar o que com certeza não pode ser certo, usando como instrumento fundamental a noção de contradição performativa. Assim, por*

REFLEXÕES XVII

exemplo, ela nos diz que iniciar agressão a terceiros é errado. Este raciocínio não deduz um ‘dever ser’ de um ‘ser’. Ele enfatiza a autocontradição ao se negar uma proposição de dever ser, i.e., o axioma da autopropriedade.” Mais ainda, uma vez deduzida a Ética Libertária, fica fácil mostrar que os chamados “direitos positivos” constituem na verdade violações de direitos a propriedades.

Um simples exemplo é capaz de elucidar esse ponto. Com efeito, consideremos um sujeito **a** que convida outro, digamos, **b**, para ir a sua casa. **B** passa a incomodá-lo e **a**, não querendo mais suportar uma presença indesejável em sua legítima propriedade, expulsa **b** de lá. Se lá fora há condições que implicam na morte de **b** (por exemplo, uma forte nevasca), isso não tem importância. O proprietário **a** tem o direito de fazê-lo, pois do contrário, estaria sob vigor uma lei análoga a de escravidão, obrigando-o a controlar seus bens de acordo com a vontade daqueles que não têm uma melhor reivindicação sobre eles.

O proprietário **a** também não está diretamente envolvido e sequer tem culpa da incapacidade de **b** de se manter por si só. E dado que a moderna teoria libertária da punição requer, seguindo Reinach, uma intencionalidade (em adição à causalidade), concluímos que **a** pode ser inocentado da possível morte de **b**.

Continuando a leitura do artigo do Takaki, deparamo-nos com a seguinte afirmação: “[Rothbard] disse que mesmo considerando que o feto seja autoproprietário (i.e., alguém que possui direito à autopropriedade e o de não a ter invadida) – coisa que ele discorda – ainda há a questão da inalienabilidade da vontade da mãe, essa inalienabilidade que impossibilita contratos de escravidão voluntária.”

Aqui temos uma clara autocontradição lógica, pois no primeiro parágrafo, Takaki afirma corretamente que o feto, segundo Rothbard, é sim um autoproprietário. Agora, Takaki afirma que Rothbard discorda desse fato. Um grave erro de sequência argumentativa. O argumento rothbardiano é baseado na questão da inalienabilidade da vontade humana. Antes de mais nada, vamos discutir no que esta consiste e depois o porquê desse importante conceito legal implicar na validade de nossa tese, ao contrário do

que supõe Takaki.

Entendendo a questão da inalienabilidade– Toda a moderna teoria legal libertária (em semelhança com a economia austríaca na vertente misesiana) é baseada na ação humana, que por definição é propositada. A vontade, portanto, precisa estar presente em cada uma das avaliações legais de culpabilidade. Isso implica, em particular, que não há justiça se não há vontade, assim todo o corpo legal libertário passaria a não fazer nenhum sentido. Como um dos pressupostos, admitimos então que a vontade humana deve ser inalienável, no sentido em que ela não deve ser tratada como um bem econômico, mais precisamente, ela não pode ser vendida ou alugada de maneira irreversível. O ser humano sempre pode quebrar contratos de meras promessas sem retaliação legal. É por isso que a escravidão “voluntária” não pode constituir um contrato legalmente executável do ponto de vista libertário. Rothbard coloca isso do seguinte modo:

“A distinção entre o trabalho alienável de um homem e sua vontade inalienável pode ser explicada a seguir: um homem pode alienar seu trabalho, mas ele não pode vender o valor futuro capitalizado deste trabalho. Em resumo, ele não pode, pela própria natureza das coisas, vender-se como um escravo e ter esta venda cumprida –, pois isto significaria que sua futura vontade sobre sua própria pessoa estaria sendo renunciada antecipadamente. Em suma, um homem pode naturalmente empregar seu trabalho presentemente para o benefício de outrem, mas ele não pode se colocar, mesmo se ele desejar, como bem de capital permanente de outro homem. Pois ele não pode livrar-se de sua própria vontade, a qual ele pode mudar nos anos vindouros, passando a repudiar o acordo presente. O conceito de “escravidão voluntária” é de fato um conceito contraditório, pois, contanto que um trabalhador permaneça completamente subserviente à vontade de seu mestre voluntariamente, ele continua não sendo um escravo pois sua submissão é voluntária; ao passo que, se ele mudar de ideia mais tarde e o mestre impuser sua escravidão por meio de violência, a escravidão então não seria voluntária.”

Existem outras reformulações e revisões da posição de Rothbard a esse respeito. Contudo, nenhuma delas altera substancialmente a

REFLEXÕES XVII

presente discussão, ao contrário, apenas reforçam a posição aqui adotada. Por exemplo, para Stephan Kinsella, alienar o direito de alguém significa que esta pessoa é incapaz de reter um consentimento para algumas ações que de outra forma violariam o direito se não houvesse o consentimento. Alienar um direito é então irrevogavelmente conceder a autorização para o outro retirar o consenso futuro. A partir daí, Kinsella mostra – com uma argumentação inovadora baseada na teoria geral da ação no tempo – que apenas a alienação de direitos por via agressiva é passível de punição por uma imposição legal.

Resumidamente, se **a** promete (ou realiza contratos, ou concorda; a terminologia não é importante) ser escravo de **b**, esta é, sem dúvida, uma tentativa de consentir agora para forçar ações no futuro. Se **a** depois muda de ideia e tenta fugir, pode **b** usar força contra **a**? Esta é a pergunta crucial. Se a resposta for sim, isso significa que **a** não tem o direito de se opor e alienou eficazmente os seus direitos.

Kinsella sustenta que, no entanto, isso não poderia acontecer simplesmente porque não há nenhuma razão para que **a** não possa retirar o seu consentimento. Assim, não é inconsistente para **a**, mais tarde, se opor ao uso de força. Tudo o que **a** fez anteriormente foi proferir palavras para **b**, tais como, “eu concordo em ser seu escravo.” Mas, isso não agride **b** em qualquer sentido subjetivo tanto quanto não há agressão ao proferir o seguinte insulto: “Você é feio”. As palavras por si só não podem agredir, isso é – inclusive – uma das razões as quais justificam o direito à liberdade de expressão.

Em poucas palavras, um proprietário de escravos deveria ter o direito de usar a força contra o escravo para que a escravidão seja mantida e que os direitos sejam dessa forma alienados, entretanto, o escravo não teria previamente iniciado força contra o proprietário de escravos. Logo, o proprietário de escravos não tem o direito de usar a força contra o escravo e assim, nenhum direito de fato foi alienado.

Em defesa de Rothbard – Round final- Terminando a argumentação em seu parágrafo contra a posição rothbardiana, Takaki parece concordar com a impossibilidade de se forçar

REFLEXÕES XVII

legalmente à escravidão “voluntária”. Nesse ponto, conforme explicado acima, há concordância, porém, o problema começa quando Takaki não percebe que isso se aplica *ipsis litteris* ao caso do aborto: a vontade da mãe é inalienável e dado que ela não agrediu ninguém antes do aborto, seu direito à autopropriedade não foi alienado e permanece, portanto, valendo mesmo se supormos um consentimento verbal prévio a respeito da gravidez.

Em seguida, Takaki propõe *“analisar uma coisa: o feto foi parar no útero pela livre e espontânea vontade da mãe. Logo, ele não pode ser considerado um parasita mesmo que a mãe mude de ideia porque ele foi “convidado” a estar ali.”*

Ora, mas parece que o autor não compreendeu o conceito libertário de inalienabilidade pois pouco importa o consentimento prévio da mãe; ela pode sim mudar de ideia da mesma forma – como quer o Takaki – que uma pessoa pode mudar de ideia, sem retaliação legal, sobre um contrato de escravidão “voluntária”. A situação é a mesma, mas Takaki parece não querer assumir essa identidade: ao enxergar uma diferença, ele não a explica nem ao menos a justifica e tampouco poderia.

Por fim, Takaki apresenta uma antiga e conhecida analogia, popularizada no Brasil por Paulo Kogos, sobre o convite ao passeio de avião. Escreve Takaki:

“[o aborto] é a mesma coisa que uma pessoa convidar alguém a passear de avião e depois querer expulsá-lo em pleno voo e sem paraquedas. Claro que tal expulsão resultaria na morte do convidado. O mesmo é com o feto, a sua expulsão (dependendo do mês de gestação) resulta na sua morte.”

A analogia é inteiramente descabida pois está longe de ser a mesma coisa. Mais ainda, tal comparação está em um mesmo parágrafo em que ele discute inalienabilidade, uma completa insensatez e desvio lógico. Mais um erro evidente de sequência argumentativa.

Vejamos em detalhes: em primeiro lugar, um avião não é um corpo, de modo que todo o debate acima de inalienabilidade não faz qualquer sentido nesse caso. A vontade é inseparável e inerente ao corpo da pessoa que age, é impossível alguém não ser dono de si

REFLEXÕES XVII

mesmo já que, em essência, o uso e a propriedade de corpos se sobrepõem. O mesmo não se aplica a objetos, ou seja, um contrato prévio para uma pessoa não ser jogada do avião tem uma natureza completamente distinta de um contrato de escravidão “voluntária”. No primeiro caso, o argumento rothbardiano de inalienabilidade não se aplica, no segundo sim. Outra diferença crucial é a de que a pessoa a ser convidada para entrar no avião, estava viva e em condições de firmar acordos antes de entrar no mesmo. O feto não: ele se originou dentro do corpo da mãe. De fato, o feto não era sequer vivo antes da concepção (ele nem ao menos existia), já os tripulantes que entraram no avião, sim. A diferença está no fato de que, anteriormente, as pessoas estavam em um estado de completa independência, o que não acontece com o feto. Ele só vem a existir por causa da mãe e, da mesma forma, só vem a se desenvolver por causa dela. O estado parasitário indicado por Rothbard é evidente no caso do aborto, mas falho no exemplo do avião. O exemplo não tem qualquer correlação legal com o caso em análise devendo ser, portanto, descartado de antemão.

Os argumentos de Takaki param por aqui. Em verdade, não houve um argumento sequer, exceto a já cansada e batida afirmação de que *“aborto causa a morte, logo deve ser proibido”*. Todos nós sabemos que aborto envolve sim o uso de força, mas este não é o ponto final no debate que se estende à correta interpretação da inalienabilidade da vontade e, principalmente, da justificação do uso da força. Todo o libertarianismo consiste, na verdade, como Kinsella explicou, em justificar o uso de força. Foi exatamente o que nos propomos a fazer aqui: dar a correta interpretação da inalienabilidade da vontade e, em vista desse importante conceito, justificar o uso de força sobre o feto por parte da mãe. O outro “argumento” é um mero exemplo específico, e mesmo que estivesse correto (de fato, não está), também não é um argumento legal passível de ser usado para justificar o uso de força. Uma teoria legal que se propõe a ser racional, não pode se basear nesse tipo de argumentação. ●

O que os críticos do libertarianismo precisam saber

Lacombi Lauss



Esse artigo tem como objetivo apresentar o libertarianismo e seus elementos centrais percorrendo as principais críticas que ele recebe pelos seus opositores.

A conclusão pela anarquia- Talvez a crítica mais comum que vemos nos textos que discutem criticamente o anarcocapitalismo é a que afirma que, para ele funcionar, todos deveriam seguir

roboticamente o princípio da não agressão (PNA).

Em primeiro lugar, tal princípio não é a base do libertarianismo, como muitos parecem crer. Com efeito, todos os conflitos em sociedade surgem de nossa realidade de escassez, de modo que toda filosofia política que pretende resolvê-los – e esse é o caso da filosofia libertária – precisará necessariamente especificar um dono para um recurso escasso e assim terá o seu PNA relativo. Assim, se o Estado socialista nacionaliza uma indústria, ele está afirmando a propriedade desses meios de produção. Proteção e respeito pelos direitos de propriedade não é, portanto, exclusividade do libertarianismo. O que distingue o libertarianismo são suas regras particulares de designação de propriedade, sua visão relativa a quem é o dono de cada recurso contestável, e como determinar isso.

Como uma filosofia política, o libertarianismo especifica duas regras básicas referentes ao controle de recursos escassos: (I) autopropriedade e (II) *homesteading* (apropriação natural). Assim, segundo o libertarianismo, cada pessoa possui seu próprio corpo, bem como todos os bens escassos que ele coloca em uso com a ajuda de seu corpo antes que qualquer outra pessoa o faça. Esta posse implica o direito de empregar esses bens escassos de qualquer maneira que se considere adequada, conquanto que ao fazê-lo não se agrida a propriedade de outrem, i.e., conquanto que não se altere,

REFLEXÕES XVII

sem ser convidado, a integridade física da propriedade de terceiros ou se delimite o controle de terceiros sobre ela sem o seu consentimento. Para os libertários, essas normas são necessárias e suficientes para resolver os conflitos em sociedade e qualquer norma adicional seria ilógica, pois apenas ampliaria conflitos em vez de resolvê-los, daí o motivo de defendê-las.

Idealmente, se todos seguirem e respeitarem esses princípios, os conflitos – refiro-me sempre àqueles oriundos de uma realidade de escassez – em sociedade cessarão. Porém, é claro que há e sempre haverá violação deles, como é razoável supor; do contrário toda essa teoria seria inútil. Daí surge o direito, entendido como disciplina subjugada à ética e que prevê a imposição legal da mesma. Os libertários defendem então exatamente isso: a livre concorrência de cortes privadas operando segundo teorias racionais de direito, o que significa que qualquer lei que amplie conflitos em vez de resolvê-los deve ser classificada como contraditória e logicamente insustentável.

Assim como a democracia não requer que todas as pessoas sigam todos seus princípios e postulados para que ela seja colocada em prática, o libertarianismo também não requer que toda a sociedade siga as normas acima para que ele funcione e de fato. É partindo do pressuposto que isso não ocorrerá que fazemos tais normas bem como elaboramos teorias libertárias de direito. O ponto central é, dado que o libertarianismo é completamente baseado na razão, todo indivíduo ou grupo de pessoas que queiram justificar uma pena ou identificar uma agressão com consistência lógica, vai necessariamente passar pelas teorias legais libertárias. Mais ainda, como observa Stephan Kinsella,

“O homem civilizado pode ser definido como aquele que persegue justificativas para o uso de violência interpessoal. Quando a necessidade inevitável em se engajar em violência surge – para defesa de sua vida ou propriedade – o homem civilizado procura justificativa. Naturalmente, já que essa procura por justificativas é feita por pessoas que são inclinadas à razão e à paz (justificação é antes de tudo uma atividade pacífica que necessariamente toma lugar durante discurso), o que elas procuram são regras que sejam justas, potencialmente aceitas por todos, fundadas na natureza

REFLEXÕES XVII

das coisas e universais, e que permitam o uso de recursos livre de conflitos.”

Eis a tese central dos libertários: uma ética e um direito racionais, livres de emotivismos e isentos de contradições. Quanto mais razão houver nas cortes judiciais do mundo, mais próximo elas estarão do libertarianismo e no limite, onde tivermos um direito completamente racional, estaremos no anarcocapitalismo, em que a justificação da punição a um criador de conflitos – i.e. aquele que não segue estritamente as normas libertárias de respeito à propriedade privada – é logicamente inatacável. E, neste caso, a anarquia – entendida *lato sensu*, em seu significado de dicionário – segue como mero corolário, por dois motivos essenciais; primeiro porque o Estado necessariamente viola as normas libertárias ao reivindicar e exercer sistematicamente o monopólio da violência agressiva, que é estabelecido e mantido por meio do emprego sistemático de duas formas específicas de coerção: imposto para a obtenção da renda e a criminalização compulsória de agências de agressão defensivas (segurança) concorrentes dentro da extensão territorial conquistada pelo Estado; em segundo lugar, se queremos isenção em contradições, precisamos rejeitar a ideia de uma agência compulsória de proteção uma vez que, sendo um monopólio forçado, ela vai arbitrar unilateralmente o preço da segurança e portanto vai iniciar todo o processo expropriando seus súditos – um protetor expropriador é uma contradição em termos.

Além disso, toda norma que se propõe evitar conflitos deve ser igualmente válida para todos, sem discriminações e privilégios, do contrário ela apenas vai ampliar conflitos em vez de evitá-los. A regra do monopólio forçado de segurança claramente viola isso. O mesmo pode-se concluir sobre os impostos já que os membros do Estado não pagam imposto algum; com efeito, toda a renda líquida dessas pessoas (após elas terem pagado seu imposto) advém do pagamento dos impostos feito por outras pessoas, de modo que eles são meros consumidores de impostos, cuja renda advém da riqueza roubada de terceiros: os produtores de impostos.

Sobre anarquia e ordem– É consenso que para ter capitalismo é necessário que se garanta não só a propriedade privada, como também a liberdade de seu uso e a defesa da vida do proprietário. O

REFLEXÕES XVII

principal erro dos estatistas pró-mercado é, a partir desse fato, sustentar a necessidade de um governo central ou, mais precisamente, de um monopólio da justiça e, conseqüentemente, da segurança e da taxaço. Tal proposição tem dois grandes problemas: o primeiro, como já observado acima, é de natureza lógica, pois se há um monopólio forçado – de qualquer natureza – e se há impostos, então o monopolista está, com efeito, agredindo propriedades e não protegendo-as, como era proposto desde o início; em segundo lugar, da afirmação sobre capitalismo e propriedade não segue a existência de um governo: trata-se de uma falácia de *non sequitur*².

De fato, se definirmos governo como um monopolista da justiça e da segurança com o direito de taxar aqueles que vivem em seu território conquistado, então é possível citar alguns exemplos históricos que mostram a propriedade sendo protegida por arranjos de justiça que não derivam de um governo. Este é o caso da antiga República de Cospaia³ e da Islândia Medieval. Outra ilusão contida nos argumentos do tipo “é necessário que haja algum tipo de governo que garanta consenso geral em torno da propriedade” é que o Estado é, ele mesmo, sustentado por puro consenso, pois uma vez que a crença em torno dele seja questionada por um número suficientemente grande de pessoas, ele entrará imediatamente em ruínas. Ludwig Von Mises afirmou corretamente que a história dos homens em sociedade nada mais é do que a história das ideias, e que para o bem vencer basta que as ideias corretas sejam as predominantes. E, de fato, a democracia e o estatismo só existem porque existe consenso em torno dessas ideias, mesmo elas sendo intrinsecamente equivocadas. É nesse sentido que atuam os libertários: resistindo ao nefasto relativismo moral e mostrando quais ideias devem prevalecer para que a injustiça sistematizada seja derrotada.

² ***Non sequitur***: inferência ou conclusão que não é consequência lógica das premissas.

³ ***República da Cospaia***: Por aproximadamente quatrocentos anos, essa pequena república prosperou na Itália central sem governo, sem líderes, sem exército, sem burocracia e sem impostos!

REFLEXÕES XVII

Não é a anarquia que levará a um consenso em torno da propriedade, mas sim o respeito à propriedade privada, como forma dominante de comportamento social, que nos levará à anarquia. Assim, se a propriedade privada está garantida, podemos contar com todos os outros aspectos da sociedade para sermos livres e prósperos. Contudo podemos ainda tecer alguns comentários sobre como a ausência de planejamento central tende a gerar consensos em torno das normas de propriedade privada.

A crença de a anarquia implicar necessariamente em caos é muito comum, tanto que as duas palavras são frequentemente usadas como sinônimos. Essa tese, porém, não resiste a uma simples análise do mundo ao nosso redor em que a experiência nos mostra que onde quer que tenha havido intervenção estatal houve deterioração moral, queda no padrão de vida e estagnação tecnológica. A nossa sorte é que a maior parte das nossas vidas se desenrola de forma anárquica, sem intervenção governamental. Nossas decisões amorosas, nossas dietas, nossas ideias e de modo geral nossas escolhas pessoais ocorrem de forma totalmente desregulamentada na maior parte do tempo. Apesar de vivermos sob inúmeras regras estatais estabelecidas de cima para baixo acerca do casamento, do funcionamento das empresas e de nossas relações de trabalho, uma ordem espontânea ainda permeia nosso cotidiano e é isso que nos garante o grau de civilidade que ainda temos. Jeffrey Tucker expressa esta ideia da seguinte forma:

“A anarquia está por toda a parte. Sem ela nosso mundo ruiria. Todo o progresso é devido a ela. Toda ordem deriva dela. Todas as coisas abençoadas que se elevam acima do estado de natureza devemos a ela. A raça humana só prospera por causa da ausência de controle e não por causa dele. Estou dizendo que precisamos de ainda mais ausência de controle para tornar o mundo um lugar mais belo. É um paradoxo que devemos explicar para sempre.”

Na verdade, não é um paradoxo, mas apenas uma aparente e curiosa singularidade da natureza humana que inclusive já foi (e vem sendo) explicada por diversos autores austríacos munindo-se de ferramentas da ciência econômica. Por exemplo, na abordagem hayekiana, seguindo Hume, a essência da lei não é criada pelo Estado, mas sim preexiste nas convenções e entendimentos dos

REFLEXÕES XVII

indivíduos que compõem uma determinada comunidade. Embora este consenso subjacente é em grande medida convencional, na medida em que surge espontaneamente a partir das interações descentralizadas de muitas pessoas vivendo juntas em uma sociedade, ela está longe de arbitrária. Na verdade, novamente seguindo Hume, Hayek observa que cada sociedade pacífica e em funcionamento deve ter em seu núcleo um sistema de regras que tratam da propriedade, transferência e proteção da propriedade de outros, o que se convencionou chamar de propriedade, contrato, e direito penal. O fato de tal sistema de regras estar implícito se deve porque as sociedades que não tinham um tal sistema seriam incapazes de impedir os conflitos sobre os recursos e recompensar o investimento, resultando na eliminação do grupo em uma competição estilo darwinista – entre diferentes grupos definidos por diferentes sistemas de regras.

Indivíduos como consumidores ou formando associações voluntárias como empresas planejam e organizam suas vidas e, cooperando voluntariamente, geram o conjunto de hábitos, tradições, instituições e normas jurídicas que constituem o direito e tornam possível a própria sociedade. Já o governo é por essência incapaz de planejar algo em virtude de seu caráter centralizado e coercitivo, que o impossibilita de lidar com o enorme volume de informação disponível; e também pela natureza subjetiva, tácita e disseminada das informações relevantes ao planejamento. Ele apenas interfere e vive à custa do trabalho de seus súditos, sempre arrumando desculpas para justificar tal comportamento parasítico.

Justiça e segurança sob livre concorrência: mitos e verdades– Uma vez que a sociedade está livre para se organizar sem um sistema de coerção centralmente institucionalizado, resta a dúvida em torno da estabilidade e da possibilidade de um sistema de justiça e ordem. O principal problema aqui é que, uma vez que esse tema é muito incompreendido – até mesmo por autores libertários –, o vácuo criado pela desinformação é geralmente preenchido por espantinhos e desconfianças.

Antes de qualquer coisa, fazem-se necessárias algumas palavras sobre previsões acerca de como seria, em uma sociedade livre, a oferta de bens e serviços ofertados hoje por um monopolista

REFLEXÕES XVII

coercitivo. A economia é uma ciência essencialmente contrafactual de modo que as previsões possíveis referem-se aos desajustes e efeitos de descoordenação social originados pela coação institucional (socialismo e intervencionismo) que se exerce sobre o mercado. Além disso, estas previsões são de natureza exclusivamente qualitativa e teórica, sempre de tipo genérico e que dizem respeito apenas a tendências gerais. Como disse o economista da escola austríaca Jesus Huerta de Soto:

“independentemente dos esforços feitos desde os tempos de Gustav de Molinari até o presente para imaginar como uma rede anarcocapitalista de agências de segurança e defesa privadas funcionaria, os teóricos defensores da liberdade jamais podem se esquecer de um simples detalhe: que o que nos impede de saber como será um futuro sem Estado – que nada mais seria do que a natureza criativa do empreendedorismo em sua forma plena – é justamente aquilo que nos oferece a tranquilidade de saber que qualquer problema tenderá a ser superado, uma vez que as pessoas irão dedicar todo o seu esforço e criatividade tentando solucioná-lo.

[...] não há como saber hoje quais soluções empresariais um exército de indivíduos empreendedores aplicaria para problemas específicos – se eles tivessem permissão para tal. Não obstante, mesmo a mais cética das pessoas teria de admitir que “agora já sabemos” que o mercado, quando guiado por um empreendedorismo criativo, funciona – e funciona exatamente na medida em que o Estado não intervém coercivamente nesse processo social.”

Contudo, vamos um pouco adiante e, munindo-se de dados empíricos e históricos, conjecturar algumas tendências após uma hipotética desestatização. Ao contrário da opinião de alguns autores libertários como David Friedman e Robert Murphy, creio que não existem motivos para considerarmos uma concorrência privada de leis, em que pessoas comprariam – i.e. “votariam” via incentivos econômicos – pacotes de leis. A palavra lei no sentido dado a esses autores tampouco é adequada aqui, sendo a noção discutida acima a mais adequada quando tratamos de um contexto de ausência do Estado. Geralmente, as pessoas tendem a pensar na lei apenas como

REFLEXÕES XVII

uma instituição que funciona de cima para baixo, como ocorre com o Estado. A imposição estatal coercitiva de leis, regulações e proibições, a qual as pessoas estão acostumadas, constitui um fenômeno bastante recente. Antigamente, conceber as leis era tido como algo descoberto em vez de feito, no sentido de que os princípios que constituem a justiça e pelos quais as pessoas vivem harmoniosamente juntas são derivados de uma combinação de (i) reflexões acerca de princípios atemporais e (ii) aplicações práticas desses princípios a casos particulares. Entre alguns exemplos disso, podemos citar a *common law* inglesa e as leis de mercado no fim da Alta Idade Média, quando mercadores e artesãos formaram burgos na periferia do sistema feudal buscando escapar das obrigações e regulações políticas. Podemos citar também, como uma tendência cada vez mais em voga, serviços de arbitragem privados em que as pessoas e empresas procuram alternativas ao sistema da corte do governo, ocupado, em muitos casos, por nomeações políticas, que todos sabem ser ineficientes, demorados e frequentemente injustos.

Tendo em conta esses exemplos, podemos fazer um paralelo com o direito internacional, considerando, hipoteticamente, os países ao longo do globo como propriedades privadas (atenção aqui: como bem sabemos, os territórios sob controle de Estados não configuram propriedades legítimas, pois não sofreram um processo de *homesteading* por parte dos autoproclamados “representantes” e nem por seus antepassados). Notemos que não existe um tomador último de decisões monopolistas e, uma vez que eles entrem em conflito, ou eles recorram a um acordo prévio entre eles ou simplesmente recorram a um árbitro independente, mas jamais um país interfere livre e legalmente dentro do território de outro. A diferença começa quando ocorre uma interferência objetiva e coercitiva, pois nesse caso o país “agredido” se comporta como vítima e ao mesmo tempo como uma agência protetora e, ele mesmo, se preciso, procederá com as retaliações necessárias. Sob uma ordem natural, essa tarefa de retaliação seria feita por uma agência de seguros, e é aí que os conceitos de justiça e segurança privadas se sobrepõem.

A justiça tende a ser feita por mútua negociação entre as agências seguradoras, indenizando os agredidos, punindo os agressores e

REFLEXÕES XVII

recorrendo a uma arbitragem independente caso não haja consenso. Já a legislação ocorrerá dentro de cada propriedade privada de acordo com as vontades e interesses de cada proprietário. E uma vez que a agressão é necessariamente objetivamente determinada, obtemos uma tendência natural para a ética libertária prevalecer, onde apenas crimes com vítimas são considerados e devidamente punidos.

Obviamente, poderá haver injustiças e não haverá garantias sobre a estabilidade desse arranjo – tampouco o há sob o arranjo em que vivemos hoje, e a iminência de uma terceira guerra mundial é uma evidência disso. Contudo, essa consideração particular se faz absurda pois, para que tal preocupação se já vivemos não só sob os mandos de uma agência monopolista e coercitiva de segurança, mas pior, sob a sua versão mais cruel e sofisticada: o Estado social-democrata? Em outro artigo eu tratei especificamente dessa questão e, acerca da estabilidade de um arranjo de livre-cooperação, escrevi:

“[...] uma vez assegurado o direito absoluto sob propriedades, nada impedirá os cidadãos de se armarem em seus territórios: eis um dos principais motivos práticos de se defender o armamento civil. Como bem lembrou Benjamin Franklin, ‘quando todas as armas forem propriedade do governo e dos bandidos, estes decidirão de quem serão as outras propriedades’. Além disso, diferentemente do caso estatal, dada uma livre entrada no setor de segurança, podemos trocar de agências sem precisar nos mudar de território, tornando mais difícil o abuso de poder por parte das seguradoras. Mais ainda, quanto mais agências existirem, menor será esse risco e somente o livre mercado dará garantias de que isso ocorra da forma mais eficiente. Finalmente, uma agência que soluciona suas disputas concorrenciais na base da força terá sérios problemas financeiros, não importa quantas batalhas vença. Batalhas são caras, além de perigosas para os clientes cujos territórios de morada se tornassem zonas de guerra. Os clientes vão procurar um protetor menos audacioso e, sem eles, o dinheiro para financiar as guerras cessará.”

Finalmente, é importante salientar que, mesmo com o fim do Estado, não há motivos para crer que a causa libertária – como explicada na primeira seção desse artigo – perderá a importância.

REFLEXÕES XVII

Não há garantias de que as injustiças cessem e, portanto, se vier a surgir qualquer máfia “privada” ou agência seguradora operando de modo irracional, os libertários deverão, com efeito, proceder da mesma forma como o fazem hoje com o Estado: educando as pessoas e denunciando seus crimes e suas injustiças até que elas cessem por completo. ●

Lacombi Lauss

LUIZ BIANCHI

A república anarquista de Cospaia

Anthony Caprio



A próxima vez que um de seus amigos falar “diga um lugar onde o Anarcocapitalismo foi tentado” você pode responder orgulhosamente “A República de Cospaia”. Por aproximadamente quatrocentos anos, essa pequena república prosperou na Itália central sem governo, sem líderes, sem exército, sem

burocracia e sem impostos!

O sucesso de Cospaia é uma história improvável de como consideravelmente pouco é necessário para a prosperidade. Apesar de ser chamada de “República”, é apenas no sentido de que um grupo de idosos sem poder de fazer cumprir suas decisões ocasionalmente se reunia na igreja. Esse território cercado por terra tinha área de apenas 330 hectares (815 acres), por volta do tamanho de uma grande fazenda. A população variou ao longo dos séculos, mas costumava ser por volta de 300 pessoas, com menos de 100 domicílios. No início a população era analfabeta, com exceção do padre da paróquia. A república nunca foi invadida ou colocada sob controle estrangeiro, exceto por um curto período durante as Guerras Napoleônicas (um conflito que eles sobreviveram).

Apesar de ser cercada por terra, com uma população predominantemente analfabeta, fora das grandes rotas comerciais, Cospaia prosperou e se tornou motivo de inveja de seus vizinhos, pois por aproximadamente 400 anos eles evitaram a mão opressora do Estado.

A história de Cospaia começa em 1440. Durante esse período a Península Itálica era composta de vários pequenos reinos. Um desses reinos era conhecido como Estados Papais e era liderado pelo Papa em Roma. Seu vizinho ao



REFLEXÕES XVII

norte era a República de Florença, liderada pela Família Medici. Em 1431 Eugênio IV foi eleito Papa e tomou um empréstimo de 25.000 florins de ouro de Cosimo di Giovanni de' Medici, grande banqueiro à época e intermediário financeiro da República de Florença. Essa não era uma época de bancos centrais e moedas fiduciárias, e mesmo os governos tinham que dar garantias se eles quisessem um empréstimo. Então, o Papa colocou a cidade de Borgo Sansepolcro e vizinhanças no Alto Vale do Tibério como garantia do empréstimo. Imagine o presidente Obama colocando a Califórnia como garantia aos chineses para pagar pelo Obama Care.

Após 10 anos os Estados Papais pagaram o empréstimo e fiscais tanto de Florença quanto dos Estados Papais concordaram que uma das novas fronteiras entre os Estado seria um rio no alto Tibério. Mas os fiscais cometeram um erro. Havia mais de um rio na região. Um alto tributário⁴ se dividia em dois bem onde a vila de Cospaia estava localizada.

Ainda que os habitantes de Cospaia fossem analfabetos, eles imediatamente perceberam que tiveram muita sorte. Visto que eles se encontravam fora da jurisdição dos Estados Papais e da República de Florença. O povo de Cospaia rapidamente se declarou uma república independente. Os líderes dos Estados Papais e da República de Florença viram o valor de ter um “estado neutro” entre seus territórios e nenhum deles tentou incorporar Cospaia aos seus Estados. E aí começa 385 anos de extasiante anarquia.

No início, a economia de Cospaia era baseada no escambo. Apesar da falta de uma moeda ou educação a população de Cospaia se saía melhor do que as vilas vizinhas sob a lei de um Estado. Por ser uma República Anarquista, eles não tinham que pagar impostos, não havia leis arbitrárias impostas por líderes para favorecer os bem conectados. Os homens de Cospaia não eram recrutados para lutar em guerras de Roma ou Florença, e como eles não tinham líderes para representá-los, eles não tinham ninguém para formar involventes alianças que podiam falhar e colocá-los em guerra. Os habitantes de Cospaia eram livres para firmar trocas e criar suas

⁴ **Tributário:** rio, ribeiro, etc. que deságua em outro curso de água; afluente.

REFLEXÕES XVII

famílias da forma que lhes era conveniente. O fato de não terem líderes permitiu que pudessem buscar a forma mais lucrativa de dispor de seu tempo e energia.

Em 1574 o povo de Cospaia descobriu um uso extremamente lucrativo do seu tempo e talento. Foi introduzida uma cultura do novo mundo que influencia a região até os dias de hoje. Essa cultura é o tabaco. Tabaco tem sido extremamente popular ao longo da história, em todo lugar que tem sido introduzido, e a Itália Renascentista não foi exceção. Cospaia logo se tornou famosa pelo seu tabaco de alta qualidade.

Adicionadas à demanda por essa cultura estavam as restrições impostas pelos Estados da Península Itálica ao cultivo e uso do tabaco. Muita gente acha que a proibição do uso do tabaco é uma invenção do século XX, entretanto a polícia moralista estava viva e bem também no século XVII. Em 1624 o Papa Urbano VIII aprovou um decreto papal tornando o uso do tabaco em qualquer lugar sacro punível de excomunhão. A proibição durou até 1724 quando foi abolida pelo Papa Benedito VIII. Certamente que as regulações contra o tabaco apenas ajudaram a economia de Cospaia, a diminuição na oferta e a ausência de quaisquer regulações e tarifas tornaram Cospaia um centro do comércio de tabaco. Logo, galpões foram construídos para aproveitar tal comércio lucrativo. Muitos dos galpões eram gerenciados por judeus de Genoa, Livorno, Civitavecchia, Napoles e Ancona. Judeus na Itália eram uma minoria perseguida e observada de perto pelos Estados da redondeza. Em vários períodos eles foram proibidos de ter propriedades e restritos de fazer comércio com cristãos. Assim, a economia *laissez-faire* de Cospaia permitiu que essa minoria perseguida sobrevivesse e prosperasse apesar da agressão dos Estados vizinhos.

Ao longo de sua história Cospaia não teve líderes, não teve judiciário e não teve leis escritas além da frase “Perpetua at Firma Libertas”, que foi inscrita no alto de sua igreja em 1610. Em tradução livre, “Eterna e Firme Liberdade”. Conflitos eram resolvidos pelos chefes das famílias ou pelo padre local. Os árbitros eram escolhidos pela sua integridade e não por suas conexões políticas. Não há indicação de que Cospaia era um lugar violento. Se fosse, seus habitantes

REFLEXÕES XVII

teriam ido para os Estados Papais ou República de Florença. Em vez disso, o total oposto aconteceu. Pessoas se amontoavam em Cospaia por que o lugar proporcionava oportunidades não disponíveis nos Estados vizinhos.

Cospaia é descrita como “sem lei” e habitada por “contrabandistas” e certamente essas acusações são verdadeiras. Cospaia não tinha lei exceto *Perpetua et Firma Libertas*. Uma vez que praticamente tudo que entrava nos Estados Papais ou a República de Florença era taxado, tudo que deixava Cospaia era “contrabandeado”. Por volta do século XVIII Cospaia tinha ido de uma pequena vila inofensiva a um grande centro de mercadorias não taxadas. Cospaia não apenas era a capital italiana do tabaco, mas como tecidos, mantimentos e outras mercadorias circulavam por Cospaia sem impostos. Os líderes dos Estados vizinhos estavam naturalmente muito zangados com o fato de alguém ganhar dinheiro e eles não ficarem com uma parte. Eles começaram a chamar Cospaia de “toca de contrabandistas fora da lei”. Há relatos de que o Papa e o Grão Duque da Toscana se corresponderam a respeito de como resolver o problema do “contrabando”. Durante a maior parte da história de Cospaia eles evitaram a ira dos seus vizinhos maiores por que eles eram um pequeno grupo e os líderes dos Estados ao redor tendiam a ter problemas maiores do que uma perda mínima de receita que eles sofriam devido ao livre mercado em Cospaia.

Em 1826, o Estado finalmente ficou cansado do completo sucesso de Cospaia e o Papa e o Grão Duque da Toscana levaram a pequena República à inanição e forçaram os 14 chefes de família restantes a assinarem “o ato de subjugação” acabando com 385 anos de liberdade e anarquia. Como compensação, cada região foi permitida plantar meio milhão de pés de tabaco (seu cultivo era proibido em outros lugares) e aos residentes foi dada uma moeda de prata com a imagem do Papa. A moeda veio a ser chamada de “papetto” combinando as palavras italianas para Papa e pequeno, indicando o quão pouco eles tinham recebido em troca de sua liberdade. Ainda hoje as pessoas de Cospaia mantêm um festival anual em que celebram as liberdades que um dia gozaram. Se você estiver na Itália, dê uma olhada no Banquete de Cospaia.

É tentador nos perguntarmos o que teria acontecido caso Cospaia

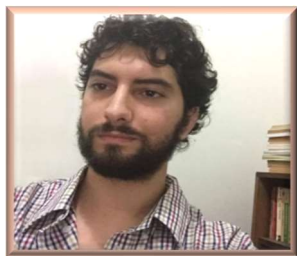
REFLEXÕES XVII

tivesse se mantido livre até hoje. Poderiam eles ter sobrevivido na era moderna como San Marino e Lichtenstein? Por mais que essas perguntas sejam tentadoras, eu acho que Cospaia ainda tem uma lição muito importante para nos ensinar. Apesar de tudo, eles eram uma República Anarquista que sobreviveu e prosperou por 385 anos. Isso são 385 anos sem impostos, guerras, líderes e regulações. Eu desafio qualquer um a falar de um país com um melhor histórico. ●

Anthony Caprio: escreve eventualmente para o *Daily Anarchist*

Por que devemos rejeitar a política?

Lacombi Lauss



Introdução– A maioria de nós é educada – tanto na escola quanto em casa – a valorizar a política partidária, tendo por obrigação estar sempre atento aos noticiários políticos. Além disso, ser politizado é hoje considerado uma virtude inquestionável e uma demonstração de erudição, afinal, argumenta-se que o conhecimento de fatos políticos é uma

preocupação altruísta com a sociedade. Mas será que esse *status* da política é mesmo justificado, i.e, trata-se de uma preocupação produtora ou mesmo civilizada?

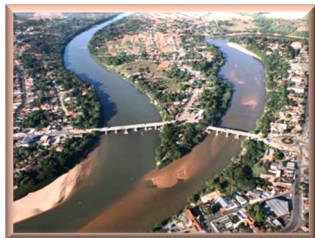
Apenas o fato de o Estado insistir em politizar a população – inserindo forçosamente temáticas relacionadas à política nos currículos escolares, financiando campanhas partidárias no rádio e na televisão, divulgando conteúdo e questionamentos sobre o assunto em redes sociais, estimulando, e em muitos países, obrigando o cidadão a votar e promovendo palestras e eventos relacionados à política – nos leva a, no mínimo, suspeitar de que a resposta seja negativa. Este texto tem então como objetivo dar motivos contundentes – tanto práticos quanto morais – de que, de fato, essa intuição está correta.

Política é perda de tempo e recursos– O Brasil tem nada menos que 181 mil normas legais, segundo um levantamento feito pela Casa Civil da Presidência e ninguém sabe ao certo quantas delas já foram revogadas e quantas ainda estão em vigor. Além das já aprovadas, inúmeras outras estão sendo debatidas e votadas diariamente por deputados e senadores. Com efeito, de 2000 a 2010, o país criou 75.517 leis, somando legislações ordinárias e complementares estaduais e federais, além de decretos federais, o que nos dá 6.865 leis por ano – ou seja, foram criadas 18 leis a cada dia. Até mesmo para quem é da área legal, a tarefa de saber quais delas são relevantes para considerar no nosso dia a dia, a fim de não

REFLEXÕES XVII

ser retaliado pelo Estado é árdua e trabalhosa de modo que, na prática, a maioria dos cidadãos levam suas vidas seguindo as leis consuetudinárias⁵.

A maior parte das leis positivadas pelo Estado é inútil e sem relevância alguma para a absoluta maioria dos brasileiros – como, por exemplo, o “discoporto” que o prefeito da cidade de Barra do Garças em Mato Grosso propôs como sendo uma reserva para pouso de OVNI's com 5 hectares na Serra do Roncador, ou ainda o projeto do deputado carioca Flavio Bolsonaro que, em vista do sucesso do filme brasileiro *Tropa de Elite*, considerou que o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) merecia uma homenagem maior e sugeriu que o símbolo da caveira estilizada e a farda preta do grupo fossem declaradas patrimônios culturais do estado do Rio de Janeiro.



Assim, a pessoa interessada em política deve ter em mente que, na maior parte do tempo, os políticos criam apenas conteúdo irrelevante, cujo único impacto na vida das pessoas é financeiro: diz respeito apenas aos gastos com a manutenção da burocracia jurídica e à implementação desses projetos.

Outra parte significativa das leis aprovadas é fruto de *lobbies* de minorias organizadas – geralmente ONGs, igrejas, sindicatos, grandes corporações e associações empresariais – a fim de fazer valer seus interesses. E aqui entramos em um ponto fundamental: a democracia – apesar de muitas vezes pensada como uma oclocracia⁶ ou uma ditadura da maioria – fornece naturalmente todos os incentivos para que interesses minoritários e espúrios possam valer mesmo que eles se oponham à vontade da maioria. Vamos descrever tal situação com números aproximados.

⁵ **Consuetudinário**: que se pratica repetidamente, como um costume; usual, costumeiro, habitual; **2** que diz respeito aos costumes de um povo; **3** que se baseia nos costumes, na prática, nos hábitos de uma sociedade.

⁶ **Oclocracia**: exercício do poder ou do governo pela multidão, pela plebe.

REFLEXÕES XVII

Suponhamos que se proponha uma lei que beneficie um determinado grupo minoritário e que esta custe R\$ 1,00 para cada um dos 200 milhões de habitantes do Brasil. Suponhamos também que tal grupo minoritário é composto por 100 pessoas e que, em vez de perder R\$ 1,00 com a lei, cada uma dessas ganhará um milhão de reais. As contas mostram que a lei claramente traz um alto custo negativo para o país:

$$\begin{aligned} \text{Custo social da lei} &= (\text{R\$ } 1 \text{ milhão} \times 100) - (\text{R\$ } 1,00 \times 200 \text{ milhões}) \\ &= - \text{R\$ } 100 \text{ milhões.} \end{aligned}$$

Como explicou Mansur Oclon, a democracia é – precisamente – um sistema que dá os incentivos econômicos para produzir e aprovar leis como essa. De fato, sendo R\$ 1,00 o custo por pessoa de tal lei, quais estímulos as pessoas terão para se reunir, organizar e protestar contra ela? A cada 1 hora que uma pessoa se dedica para tentar barrar tal lei, ela passa a ter uma possibilidade de um ganho de R\$ 1,00 por hora. O problema é que as 100 pessoas que compõem o *lobby* a favor da lei têm muito mais interesse em aprová-la que as demais pessoas têm em barrá-la. O resultado é que o primeiro grupo, inevitavelmente, se organizará e reunirá os políticos corretos em prol da aprovação dessa lei, mesmo que isso custe a todo grupo algumas dezenas de milhões de reais, pois ainda assim, manteriam seus lucros. Consequentemente, para que se consiga algum resultado relevante a fim de contra-atacar tal investida, seria necessário que aproximadamente 10% da população se organizassem em torno dessa causa, o que, por sua vez, é sempre muito custoso e, de longe, supera os possíveis benefícios de não ter a lei aprovada. Assim, temos como resultado um inevitável empobrecimento geral.

Fora os infrutíferos engajamentos em tornos de leis mesquinhas, há ainda também o mais pernicioso engajamento em torno da candidatura de um determinado político. Além dos argumentos acima – que se ajustam naturalmente a esse caso – podemos também considerar todo o sistema de eleição democrática que é estruturado economicamente de modo a tornar mudanças pró-liberdade mais difíceis, já que estas não atendem aos interesses organizados de lobistas partidaristas e/ou corporativistas. Como escrevi em outro artigo:

REFLEXÕES XVII

“O apoio a políticos e partidos se mostra uma prática com péssima relação de custo/benefício. Em primeiro lugar, somente indivíduos agem, logo massas, povos e coletivos não votam e a ação do voto por parte do indivíduo tem uma chance ridiculamente pequena de alterar o cenário político – no caso de presidente do Brasil, por exemplo, a probabilidade é menor que a de vencer a Mega Sena duas vezes seguidas. Assim, como é de costume, mais recursos precisam ser gastos: imprimem-se panfletos, fazem-se passeatas, carreatas, programas de tevê e rádio, banners e sites de internet. O custo de tudo isso é altíssimo e por isso geralmente recorre-se à ajuda de grandes empresas. O problema é que a maioria delas – como já era de se esperar – não fazem doações, mas sim investimentos, distorcendo as propostas originais do político que, ainda distorcidas, nada garante que o burocrata, uma vez no poder, vá colocá-las em prática. Para isso, ele vai precisar do apoio de parlamentares e outros partidos. As principais propostas reformadoras são ainda mais delicadas, pois necessariamente afrontam a constituição de modo que um apoio ainda maior se faz necessário e os problemas não param por aí. Mesmo que alguma reforma periférica seja feita, nada impede minorias demagógicas e populistas de fazerem um lobby para revertê-la, ou ainda que no futuro outro político reverta – ou piore – o quadro. O resultado é que o ativista político estará condenado a ser escravo do sistema democrático, sempre a pedir esmolas para que políticos lhe concedam uma liberdade que lhe é naturalmente de direito. É uma perda de tempo e energia, além de humilhante: a condição de servo permanece inalterada.”

Por outro lado, o tempo e o dinheiro que deixamos de investir em engajamentos políticos são inevitavelmente investidos em outras atividades. No século XXI – em que a maioria das pessoas tem acesso à *internet* e, portanto, a uma infinidade de conteúdo em texto, imagem, áudio e vídeo – não é difícil imaginar um cenário em que uma pessoa comum possa alocar seus recursos em atividades intelectualmente mais produtivas em termos de conhecimento técnico e científico. Não é por acaso que os mais pobres são geralmente os menos politizados, já que esses otimizam seu tempo da forma mais produtiva possível a fim de aumentar seus escassos rendimentos. Ao contrário do que muitos acreditam, o desleixo com

REFLEXÕES XVII

a política e o consequente voto de pessoas de baixa renda em palhaços de tevê ou em mulheres com apelidos de frutas afrodisíacas revela-se, na verdade, uma virtude.

Política vicia e gera conflitos- A política é a obsessão de nosso tempo e, de fato, poucos de nós conseguem imaginar uma vida longe de noticiários de corrupção, deputados, leis e campanhas partidárias. Até mesmo fervorosos religiosos gastam mais tempo com política do que com seu próprio deus – é o caso de muitos pastores americanos e brasileiros famosos. Em geral, é comum que pessoas famosas por destacados talentos em música, teatro, literatura, teologia, ciência, etc., percam fãs e parte de sua credibilidade frente ao público geral justamente por manifestar opiniões partidárias, apoiando políticos que, quase que inevitavelmente, decepcionam seus seguidores sob o fracasso de promessas populistas irreais, de escândalos com corrupção ou sendo simplesmente absorvidos pelo *mainstream* político e se comportando em consonância com o *status quo* político – eis então os mais comuns destinos de todo político descolado e/ou novato, justamente os que são típicos de apoios apressados de pessoas famosas.

Tão ou mais lamentável que ver pessoas de destaque perderem fãs por desavenças políticas, é presenciar amigos de longa data se desentendendo em época de eleições em função exclusiva de discordância no voto. Essencialmente, o que vemos nesse caso são duas pessoas com uma vivência em comum e que cultivam um mútuo respeito e admiração se digladiando para impor, na base da força bruta estatal, seus próprios caprichos sobre a outra.

Apesar de muitos considerarem o voto um dever cívico respeitável, eis o que realmente ocorre na hora exata do voto: uma pessoa decidindo qual a maneira lhe apraz para extorquir outra e assim poder satisfazer as vontades de seu parasita político predileto. Essa é uma consequência da democracia que acarreta inexoravelmente à degeneração moral das pessoas levando-as a ignorar por completo o fato óbvio de que a mera superioridade numérica não lhes confere autoridade para mandar e desmandar sobre propriedades que não lhes são de direito. Essas intrigas mostram que o Estado democrático tem em sua natureza um mecanismo intrínseco de

REFLEXÕES XVII

gerar conflitos em função exclusiva das diferenças preferenciais inevitáveis que as pessoas têm para gerir suas próprias vidas e recursos. O Estado democrático apenas faz uma média – necessariamente distorcida graças às sempre parciais representações políticas e ao caráter imoral dos políticos – de uma “vontade geral” e a impõe a todos os civis – com seus próprios recursos espoliados – na base da violência e da ameaça de sequestro. Todo esse cenário beligerante é aproveitado pelos políticos que, na ânsia de saquear e controlar a vida e as propriedades das pessoas, não economizam na vigarice, na mentira, na hipocrisia e na falsidade. O filósofo e economista austro-libertário Hans-Hermann Hoppe, um dos mais contundentes críticos vivos da democracia, resume da seguinte forma:

*“Ainda mais importante, é preciso deixar clara novamente que a ideia de democracia é imoral e antieconômica. Quanto ao status moral do governo da maioria, devemos mostrar que tal arranjo permite que **a** e **b** se unam para espoliar **c**, **c** e **a** por sua vez se juntem para pilhar **b**, e então **b** e **c** conspiram contra **a**, etc. Isso não é justiça e sim uma afronta moral. E em vez de tratar a democracia e os democratas com respeito, eles deveriam ser tratados com aberto desprezo e ridicularizados como as fraudes morais que são.”*

Apesar de todas essas intrigas que dizem respeito à imposição de vontades majoritárias sobre os demais, é importante salientar (como descrito na seção acima) que uma vez eleitos, os políticos passam a legislar sobre a vontade de minorias egoístas e mesquinhas, ignorando, portanto, a imoralidade da oclocracia e adotando outra ainda mais perversa. É também interessante observar que isso ocorre devido aos incentivos econômicos gerados pela própria natureza dos mecanismos jurídicos democráticos o que, por sua vez, reforça os desvios morais inerentes a todo político e legislador desse sistema.

A natureza imoral do exercício da política– Entendendo por política a ideia usual e popular da ciência de gerir ou administrar um Estado ou nação – e assim fizemos em todo esse artigo – somos levados, a fim de compreender a ética da política, à noção de Estado.

REFLEXÕES XVII

Começaremos pelo filósofo inglês Thomas Hobbes que o definiu como o soberano, em um dado território, das decisões de conflitos entre seus súditos. Tal noção é apenas parcialmente verdadeira já que o Estado tem o poder que nenhuma outra instituição privada tem, a saber, ele obtém seus rendimentos não por trocas voluntariamente consentidas como as instituições privadas o fazem, mas sim por via de massiva espoliação tributária imposta coercitivamente sobre todo o território conquistado.

O sociólogo alemão Max Weber deu um passo adiante e o definiu como sendo um monopolista compulsório do uso da violência. Isso abrange também as questões dos monopólios estatais de segurança e justiça já que ambos são aplicados coercitivamente e nenhuma outra instituição pode se valer disso legitimamente fora das instâncias do Estado. Contudo, podemos melhorar ainda mais nossa descrição a fim de abranger casos mais gerais, incluindo tanto experiências passadas quanto recentes, tal qual o caso de formações de milícias em favelas do Rio de Janeiro. Para isso, a definição do sociólogo alemão Franz Oppenheimer nos será suficiente: na sua obra *The State* há uma análise histórica da chamada origem exógena do Estado, distinguindo dois tipos diametralmente opostos de obtenção de riquezas:

“Existem duas formas fundamentalmente opostas por intermédio das quais o homem, em necessidade, é impelido a obter os meios necessários para a satisfação dos seus desejos. São elas o trabalho e o furto, o próprio trabalho e a apropriação forçosa do trabalho dos outros. Eu proponho, na discussão que se segue, chamar ao trabalho próprio e à equivalente troca do trabalho próprio pelo trabalho dos outros, de “meio econômico” para a satisfação das necessidades, enquanto a apropriação unilateral do trabalho dos outros será chamada de “meio político”. O Estado é a organização dos meios políticos. Como tal, nenhum Estado pode existir enquanto os meios econômicos não criaram um definido número de objetos para a satisfação das necessidades, objetos que são passíveis de serem levados ou apropriados por roubo bélico.”

Assim, com Oppenheimer, obtemos uma definição de Estado a partir da política, vista como uma atividade predatória e parasítica a fim de obter riquezas à custa de setores produtivos – o meio

REFLEXÕES XVII

econômico, segundo o sociólogo. Isso, hoje em dia, é particularmente claro já que todos os políticos profissionais da atualidade são consumidores de impostos. Eles não produzem bens ou serviços que irão posteriormente vender no mercado aos consumidores, os quais irão voluntariamente comprar ou deixar de comprar tais produtos. Ou seja, em oposição à maioria dos demais cidadãos, eles vivem do dinheiro roubado ou confiscado de terceiros.

O economista Murray Rothbard fez uma sucinta descrição do Estado enfatizando sua origem involuntária:

“Em todo e qualquer acontecimento histórico, a ‘sociedade livre’ nunca ‘conferiu’ qualquer monopólio de coerção ao Estado; jamais existiu qualquer forma de ‘contrato social’ voluntário. Em todos os acontecimentos históricos, o Estado se apoderou, por meio do uso da violência agressiva e da conquista, deste monopólio da violência na sociedade. E mais, o que o Estado tem não é tanto um monopólio de ‘coerção’, mas sim de violência agressiva (assim como defensiva), e este monopólio é estabelecido e mantido por meio do emprego sistemático de duas formas específicas de violência agressiva: imposto para a obtenção da renda do Estado e a criminalização compulsória de agências de violência defensivas concorrentes dentro da extensão territorial conquistada pelo Estado.”

Ou seja, dado que não há, nem nunca houve absoluto consenso no atual arranjo em que os políticos operam, a preocupação na atividade política não é nada mais do que um interesse em uma atividade imoral e criminoso, sem respaldo ético. Mais ainda, é todo esse destaque que as pessoas dão aos políticos que dá credibilidade ao “serviço” deles e os mantém sob um falso véu de credibilidade.

Embora pode-se argumentar que políticos, mesmo que inevitavelmente criminosos, prestam um serviço necessário para o cumprimento das leis e da ordem, garantindo parcialmente a propriedade privada das pessoas – ainda que, contraditoriamente, as espoliem para isso – é um fato que eles não têm se saído bem nos propósitos a que eles se julgam necessários. E uma vez que o Estado, para cumprir seus “serviços” começa todo o processo

REFLEXÕES XVII

saqueando as pessoas, existe uma tendência natural a sempre termos as piores pessoas na frente do governo, já que é a cobiça pela propriedade alheia e pelo poder que irá servir como principal estímulo para alguém se candidatar a um cargo político. Com efeito, como Hoppe explicou:

“Dado que o homem é como ele é, em todas as sociedades existem pessoas que cobiçam a propriedade de outros. Algumas pessoas são mais afligidas por esse sentimento do que outras, mas os indivíduos normalmente aprendem a não agir de acordo com tal sentimento, ou até mesmo chegam a se sentir envergonhados por possuí-lo. Geralmente, somente alguns poucos indivíduos são incapazes de suprimir com êxito seu desejo pela propriedade alheia, e são tratados como criminosos por seus semelhantes e reprimidos pela ameaça de punição física.

Quando a entrada no aparato governamental é livre, qualquer um pode expressar abertamente seu desejo pela propriedade alheia. O que antes era considerado imoral e era adequadamente suprimido, agora passa a ser considerado um sentimento legítimo. Todos agora podem cobiçar abertamente a propriedade de outros em nome da democracia; e todos podem agir de acordo com esse desejo pela propriedade alheia, desde que ele já tenha conseguido entrar no governo. Assim, em uma democracia, qualquer um pode legalmente se tornar uma ameaça.”

É exatamente por isso que, inevitavelmente, os políticos são em maioria completos imbecis, pessoas que, uma vez destituídos de seus cargos, são verdadeiros zeros à esquerda, embusteiros e charlatões. É absolutamente inimaginável que, se tivéssemos livre concorrência no setor de justiça e segurança, alguém em sã consciência contrataria empresas formadas por nomes como Eduardo Cunha, Renan Calheiros, Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva ou Dilma Rousseff. Com a abolição de seus poderes monopolísticos, eles obviamente não oferecem nenhuma alternativa atrativa. São pessoas cujo reconhecimento em sociedade se dá devido ao fato de eles serem – ou terem sido – uma parte do atual aparato estatal com seus poderes monopolísticos e, é claro, à consequente legitimidade que a mídia e os intelectuais conferem aos seus cargos.

REFLEXÕES XVII

Assim, ao contrário do que se costuma imaginar, o engajamento das pessoas na política não rende frutos algum – por questões tanto econômicas e morais, que são inerentes ao arranjo democrático e à natureza do estado –, mas apenas legitima o crime que a política é. A validade de uma conclusão moral não requer que todos estejam de acordo com ela, mas sim que cada um de nós possa agir de acordo com ela. É esse todo o ponto do libertarianismo, entendido em sua base ética. Em outras palavras, você pode colocá-lo em prática, sem esperar que políticos inúteis façam isso por você. ●

Lacombi Lauss

Da natureza do estado à cooperação pacífica por segurança e ordem

Lacombi Lauss



Há aproximadamente 50.000 anos, um clã de famílias foi pressionado pela escassez de bens e pela queda no padrão de vida, resultante da superpopulação absoluta, e assim resolveu por uma opção pacífica: não guerrear com outras tribos vizinhas e passar a produzir controlando a terra. E graças ao processo de produzir bens – em vez de simplesmente consumi-los – eles

passaram a poupar e estocar bens para o consumo posterior.

Contudo, considerando que a natureza do homem é como ela é, outras tribos bárbaras passaram a cobiçar os bens acumulados desse clã e iniciou-se aí uma temporada de ataques violentos: mortes, sequestros e grandes assaltos. O clã voltou à condição inicial de pobreza e com menos capital humano demorou a se restabelecer novamente para conseguir produzir excedentes. Os bárbaros saqueadores se deram conta de que seus roubos seriam mais longos, seguros e confortáveis se eles permitissem que o clã continuasse produzindo, mas na condição de que agora os conquistadores se tornariam governantes, exigindo um tributo periódico sobre o uso dos bens de capital e monopolizando a terra para o controle de migrações.

Essa é a típica história do surgimento de um Estado: uma milícia saqueadora conquista uma tribo produtiva na base da força e instaura ali métodos de controle de modo a poder viver parasiticamente da produção de bens da tribo conquistada. Graças à tendência natural dos monopolistas de tirarem proveito de sua posição, não é surpresa o estágio a que chegamos. Não só o tamanho absoluto dos saques cresceu – e vem crescendo – como também o domínio territorial dos Estados e, simultaneamente, toda uma máquina de propaganda e doutrinação estatal foi montada de modo que a ameaça de força é usada apenas em último caso. Artistas,

REFLEXÕES XVII

intelectuais e acadêmicos fazem a linha de frente desse complexo processo de catequização estatal, tudo isso para esconder o óbvio: a natureza coercitiva e injusta do Estado.

De fato, as pessoas em geral condenam veementemente o roubo, mas não veem nenhuma contradição entre essa postura e a existência dos impostos ou pior, muitos nem sabem que estão sendo roubados. Contudo, das diferenças mais dramáticas do modelo inicial exposto ao modelo hoje adotado está no método para a ascensão da classe governante. Hoje, existe liberdade de entrada para os políticos democráticos, o que leva à eleição dos mais demagogos e mentirosos picaretas, aqueles que constantemente apelam para os mais básicos instintos. Ao contrário do que ocorre na produção de bens e serviços, a livre concorrência para se eleger um governante tornam ainda mais sofisticados os métodos de espoliação, pois se trata de um “negócio” voltado para o roubo e a expropriação – por meio de impostos e falsificações – e a receptação de bens roubados. Por conseguinte, ela não tem o efeito de melhorar algo para o bem, mas de aprimorar o mal. Nas palavras de Hans-Hermann Hoppe:

“Em vez de um príncipe que o considera sua propriedade privada, um zelador temporário e efêmero é colocado no comando do esquema mafioso de extorsão. O zelador não é o dono da máfia. Em vez disso, apenas se permite que ele use os recursos atuais para sua própria vantagem. Ele é o dono do usufruto, mas ele não é o dono do valor do capital agregado. Isto não elimina a tendência, estimulada pelo interesse próprio, de aumentar a exploração. Ao contrário, isto apenas torna a exploração menos racional e menos calculada, e mais imediatista e mais destrutiva. Além disso, devido ao fato de que a entrada em um governo democrático é livre – todo mundo pode se tornar presidente – a resistência contra as invasões de propriedade perpetradas pelo Estado é reduzida. Isto leva ao mesmo resultado: progressivamente sob condições democráticas, os piores chegam ao topo do comando do Estado em livre competição. A competição não é sempre algo bom. A competição para ver quem se torna o mais sagaz agressor da propriedade privada não é para ser louvada. E isto é precisamente ao que a democracia equivale.”

REFLEXÕES XVII

Apesar desse sofisticado esquema de extorsão que presenciamos hoje, a essência do estatismo permanece a mesma ao dividir a sociedade em dois grupos: de um lado, a classe de pessoas que obtém sua renda e seus ativos produzindo algo que é comprado voluntariamente e valorado apropriadamente pelos consumidores; e, de outro, a classe formada por aqueles que não produzem nada de valor, mas que vivem e enriquecem à custa da renda e dos ativos das pessoas produtivas, os quais são violentamente confiscados via tributação – o que significa dizer que todos os funcionários públicos e todos os beneficiários de “programas sociais”, subsídios, privilégios monopolistas pertencem a esta última classe.

A pergunta frequente a respeito do medo da formação de milícias criminosas e sua monopolização ou cartelização em sociedades livres recebe, portanto, uma nova óptica: para que tal preocupação se já vivemos não só sob os mandos de uma delas, mas pior, sob a sua versão mais sofisticada: o Estado social-democrata?

Vamos, contudo um pouco além e mostrar que o arranjo concorrencial de segurança e defesa é bastante eficiente para evitar esse fenômeno. Para isso, se faz necessário analisar como seria um arranjo totalmente privado de serviços de segurança.

Segundo Thomas Hobbes, graças à natureza do homem, a tendência da sociedade é estar em guerras constantes e daí conclui-se a necessidade de um arbitrador soberano a fim de mediar todos os conflitos, controlando e monopolizando os serviços de segurança e justiça. Para isso, essa parte independente, o Estado, deveria ter também o monopólio do território e do crime, em particular o direito de taxar. A premissa hobbesiana é falsa e, mesmo se não fosse o caso, a conclusão não segue necessariamente dela. Note também que o governante – seja ele um rei, um ditador, um político ou um senhor feudal – terá que ser um homem e, portanto também terá inevitavelmente a “natureza perversa” prevista por Hobbes. Na verdade, não há como saber a melhor resposta a essa questão se as pessoas não forem livres para escolher onde procurar serviços de segurança, caso não queiram, elas mesmas, defender suas propriedades. Se há um soberano coercitivo – i.e., que não tem aceitação unânime –, tem-se também outra contradição, a saber, ele terá que decidir unilateralmente o preço de sua proteção, via

REFLEXÕES XVII

impostos, e portanto ele mesmo já inicia todo o processo agredindo seus súditos.

A ciência econômica já mostrou que não é necessário admitir empatia entre os indivíduos para que haja interação pacífica na sociedade; ao contrário: movidas por interesse próprio, as pessoas cooperam já que são capazes de reconhecer que a divisão do trabalho é mais eficiente para geração de prosperidade do que o isolamento autossuficiente ou a guerra.

A empatia, entendida como compartilhar um fim comum, é bastante limitada para solução de problemas de mercado e praticamente limita-se ao âmbito familiar. Agora, consideremos um fim complexo como a produção de uma camiseta cujo completo processo produtivo envolve inúmeras etapas como: plantio e colheita de algodão, fiação, tricotagem, tingimento, acabamento e confecção – tudo isso sem contar os processos de aquisição de todo maquinário responsável por esses procedimentos. Naturalmente, não é razoável esperar que todas as pessoas envolvidas na fabricação de uma camiseta conheçam e tenham simpatia pelo consumidor para que ele possa tê-la; mais ainda, nem mesmo as pessoas direta e indiretamente envolvidas precisam se conhecer: basta reunir recursos e trabalho e entrar em uma cadeia de cooperação. A divisão do trabalho é um fenômeno natural dentro da civilização; sem ela nos veríamos imediatamente em pleno estado de pobreza.

Já citamos acima duas maneiras de se adquirir bens e serviços em sociedade: pela empatia e pelo mercado. Resta-nos analisar a cooperação na defesa contra a terceira via: o saque, a espoliação e a escravidão ou, mais geralmente, os meios violentos. Vimos que a alternativa hobbesiana não procede, pois é muito mais eficiente em termos de prosperidade que uma maioria aja de maneira pacífica. Vamos além e mostrar que é perfeitamente possível e eficaz essa mesma maioria se munir de mecanismos de mercado – i.e. voluntários – para se defender de uma minoria agressora.

E como uma sociedade livre se organizaria espontaneamente para se defender de agressões? A natureza do serviço de proteção é essencialmente a de um seguro, pois qualquer gasto em defesa de uma propriedade representa uma espécie de apólice de seguro.

REFLEXÕES XVII

Embora pode-se fazer seguro contra ataques não provocados, i.e., acidentais, vamos focar aqui naqueles feitos para defesa de ações que geram efetivamente um agressor intencional, fruto de uma agressão objetiva a uma propriedade justa. Neste tipo de serviço, qualquer criminoso conhecido teria sérias dificuldades em contratar serviços de seguradoras, já que para isso seria requerido que ele previamente tenha se comportado de maneira não agressiva, o que leva a um natural boicote social de agressores. A indenização por parte da seguradora quando seu cliente se torna vítima de um crime deve ser de tal forma a incentivá-la a: (i) evitar ao mínimo crimes contra seus clientes, fornecendo sofisticados meios de proteção e prevenção de crimes e, uma vez descumprindo a prevenção, (ii) capturar o criminoso para puni-lo a fim de ressarcir a vítima e pagar os custos do serviço.

A concorrência entre as seguradoras tende a descentralizar o setor, diminuindo os riscos de abusos e corrupção, além da tendência à queda de preços por valor de propriedade segurada. Entre outros fatores positivos, pode-se destacar:

Quanto maior o número de pessoas seguradas – e, em uma economia de trocas moderna, a maioria das pessoas deseja mais do que autodefesa para sua proteção –, maior seria a pressão econômica sobre os não segurados remanescentes para adotar padrões idênticos ou semelhantes de conduta social não agressiva. Ademais, como resultado da competição entre seguradoras por clientes voluntários, adviria uma tendência à queda de preços por valor de propriedade segurada. Ao mesmo tempo, uma tendência à padronização e unificação do direito real e contratual seria posta em marcha. Contratos de proteção com descrições padronizadas de propriedades e serviços surgiriam; e, da cooperação estável entre diversas seguradoras em procedimentos de arbitragem, resultaria uma tendência à padronização e unificação das regras de processo, de provas e de resolução de conflitos (incluindo compensação, restituição, punição e retaliação) e a uma segurança jurídica cada vez maior e mais firme. Todos, por adquirirem seguro de proteção, estariam unidos a uma empresa competitiva mundial na luta pela minimização da agressão (e, assim, pela maximização da proteção defensiva), e todos os conflitos e pedidos de indenização, não

REFLEXÕES XVII

importam onde e por quem ou contra quem, recairiam na jurisdição de apenas uma ou de um conjunto específico de agências seguradoras e seus procedimentos de arbitragem estabelecidos em acordo.

Como exemplos de sociedades antigas que presenciaram serviços de segurança 100% privados pode-se citar dois casos. No primeiro, a Islândia Medieval – de aproximadamente 860 a 1280 d.C -, onde a vítima de uma agressão era responsável pela execução legal, sozinha ou com o auxílio de outras pessoas e, neste último caso, ela poderia procurar por pessoas mais poderosas – chefes de clãs, por exemplo – e repartir o ressarcimento com elas. O ressarcimento por um dano causado era considerado um bem transferível como qualquer outro. Se você tivesse me causado algum dano, e eu me considerasse fraco demais para forçá-lo a ressarcir-me, eu poderia vender ou simplesmente dar o poder de cobrar o ressarcimento a alguém mais forte. A partir daí seria interesse dele cobrar o ressarcimento, seja por seu valor econômico, seja pela possibilidade de estabelecer uma reputação como “cobrador”.

O segundo exemplo é a pequena república de Cospaia – que por aproximadamente quatrocentos anos prosperou na Itália central sem governo algum. Lá, conflitos eram resolvidos pelos chefes das famílias ou pelo padre local. Os árbitros eram escolhidos pela sua integridade e não por suas conexões políticas. Não há indicação alguma de que Cospaia era um lugar violento. De fato, não deve haver absolutamente nenhuma dúvida sobre a eficácia de um sistema de proteção baseado na disposição que as pessoas têm de se defenderem. Foi assim que a lei e a ordem foram mantidas pela maior parte da história da humanidade. Foi graças a séculos de doutrinação e ofuscação estatista que as pessoas deixaram de perceber essa obviedade.

Apesar dos avanços do estatismo, ainda hoje em dia temos inúmeras evidências empíricas da superioridade de um arranjo privado de segurança. Com efeito, apenas o fato de ele ser largamente utilizado em todo o mundo – inclusive por políticos – já é uma demonstração praxeológica disso. Dois casos recentes de uso de serviços de defesa privados se destacam nos EUA. O primeiro ocorre em Atlantic Station, Georgia: uma cidade privada dentro de uma cidade. Trata-

REFLEXÕES XVII

se de uma cidade construída com capital privado em lugar da Usina Siderúrgica de Atlanta, fechada na década de 1970. Segundo o relato de Jeffrey Tucker em sua análise de lá, “as ruas são abertas ao público, mas são propriedades privadas também. Não é por acaso que os próprios policiais se preocupam com o bem-estar da comunidade e daqueles que a frequentam. São empregados de um sistema de livre iniciativa, ou, mais precisamente, da Chesley Brown, que provê esse serviço de maneira terceirizada para a Atlantic Station. [...] Os resultados do policiamento são talvez a parte mais interessante, dadas as polêmicas atuais no tocante a abuso policial. Quando a polícia é parte do mercado, o lema “servir e proteger” passa a ser levado de maneira literal”. A comunidade de Atlantic Station tem regras privadas severas como não fumar em ambientes abertos e não portar armas, e as faz cumprir com uma segurança 100% privada de forma pacífica e funcional.

O outro caso ocorreu no Texas, na comunidade de Sharpstown situada no sudeste da cidade de Houston. Em 2012 a comunidade, representada pela Associação Cívica de Sharpstown (no original Sharpstown Civic Association) resolveu demitir todo seu departamento público de policiamento e contratar a empresa privada de patrulhamento S.E.A.L. Security Solutions. Para quem já está acostumado com o básico de ciência econômica, o resultado não deve surpreender: em apenas 20 meses a taxa de crimes registrados na comunidade caiu 61%, segundo James Alexandre, o diretor de operações da S.E.A.L.

Dada uma breve descrição de agências privadas bem como exemplos de algumas aplicações diversas em contextos históricos distintos, a pergunta natural que vem à mente é: seria esse sistema estável caso seja massivamente acolhido hoje em dia? Ou, dito de outra forma, o que impediria as principais agências de segurança se unirem para dominar coercitivamente territórios e assim formar um novo Estado? A resposta é que não há absolutamente garantia alguma de que isso não aconteça. Na verdade, hoje em dia também não temos tal garantia e, de fato, a ameaça globalista está cada vez maior.

Historicamente vemos um sem-número de avanços arbitrários de Estados mais belicamente poderosos sobre mais fracos – além das

REFLEXÕES XVII

famosas guerras mundiais e os inúmeros casos que ocorreram ao longo do século XX – no oriente médio, pode-se citar os casos mais recentes da invasão da Rússia em território ucraniano e da subjugação que o governo Chinês vem fazendo com o povo tibetano. Isso sem contar com as inúmeras ameaças atômicas que tivemos e que hoje estamos presenciando em função da tensão entre Israel x Irã. Outro ponto inerente à instabilidade estatal, i.e., dos monopólios de segurança e justiça, é o risco constante de abuso de poder por parte das autoridades o que pode gerar desde uma prisão injusta a um golpe militar.

Contudo, podemos tecer alguns pontos acerca do arranjo privado que nos levam a crer que o cenário será bem mais harmônico e satisfatório. Em primeiro lugar, uma vez assegurado o direito absoluto sob propriedades, nada impedirá os cidadãos de se armarem em seus territórios: eis um dos principais motivos práticos de se defender o armamento civil. Como bem lembrou Benjamin Franklin, *“quando todas as armas forem propriedade do governo e dos bandidos, estes decidirão de quem serão as outras propriedades”*.

Além disso, diferentemente do caso estatal, dada uma livre entrada no setor de segurança, podemos trocar de agências sem precisar nos mudar de território, tornando mais difícil o abuso de poder por parte das seguradoras. Mais ainda, quanto mais agências existirem, menor será esse risco e somente o livre mercado dará garantias de que isso ocorra da forma mais eficiente. Finalmente, uma agência que soluciona suas disputas concorrenciais na base da força terá sérios problemas financeiros, não importa quantas batalhas vença. Batalhas são caras, além de perigosas para os clientes cujos territórios de morada se tornassem zonas de guerra. Os clientes vão procurar um protetor menos audacioso e, sem eles, o dinheiro para financiar as guerras cessará. ●

Lacombi Lauss

Para dismantelar o Estado, temos de ser oportunistas e não gradualistas

Joseph Salerno



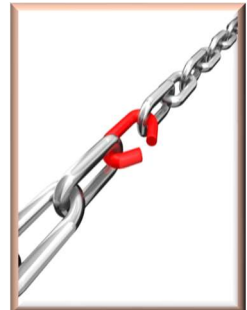
Quanto às possíveis estratégias para diminuir radicalmente o governo, ou até mesmo aboli-lo, muitos libertários se perdem ao recorrerem a uma falsa dicotomia: o Estado, dizem eles, pode ou ser esmagado com um só golpe ou ser diminuído gradualmente de acordo com um plano pré-determinado.

Estas são, segundo eles, as únicas duas alternativas.

Só que há vários problemas em se abordar a questão desta maneira. Primeiro e acima de tudo, esse "demolicionismo" não é uma estratégia, mas sim uma fantasia adolescente. É o produto de reflexões preguiçosas feitas por entusiasmados (normalmente jovens) recém-convertidos ao libertarianismo. Os meios e os fins do demolicionismo nem sequer podem ser proclamados de uma maneira coerente.

Por exemplo, o objetivo dos demolicionistas seria fazer com que o Estado suma literalmente da noite para o dia, ou eles concederiam algum tempo para que os políticos, os burocratas e os militares fizessem suas malas e liberassem seus gabinetes? Ou, ainda, eles prefeririam que esses burocratas fossem forçosamente ejetados de seus cargos e enviados para a cadeia?

E quais medidas os demolicionistas adotariam para induzir todos os ocupantes do aparato estatal a simultaneamente abandonarem seus cargos? Estariam os demolicionistas contando com uma brilhante campanha propagandística, a qual geraria uma espontânea conversão ao libertarianismo



REFLEXÕES XVII

entre os juízes e todos os membros do legislativo e do executivo? Ou irão os demolicionistas incitar uma "rebelião tributária" populista e possivelmente um motim entre os níveis hierárquicos mais baixos das forças armadas, colocando um fim abrupto ao Estado?

Toda essa noção de se derrubar abruptamente o Estado – especialmente um Estado poderoso, abrangente e visto como o salvador por milhões de cidadãos – é tão ilógica, que é difícil acreditar que algum libertário defenderia essa posição.

Com efeito, a posição demolicionista é um espantinho. Ela é criada para fazer a estratégia gradualista parecer a única sensata e razoável. É difícil identificar um atual pensador libertário eminente que já tenha, em algum momento, defendido o demolicionismo como estratégia.

O que Rothbard realmente disse– No entanto, alguém pode responder dizendo que Murray Rothbard, em seu artigo *Você odeia o Estado?*, apresentou uma distinção entre o que ele rotulou de "gradualistas" e "abolicionistas". Mas, no artigo, ele não estava fazendo uma distinção entre estratégias, mas sim entre atitudes intelectuais e emocionais em relação ao Estado. Ele então descreveu o "abolicionista" – seja ele um anarcocapitalista ou um minarquista – como sendo *"um 'apertador de botões' que pressionaria seu polegar contra um botão que abolisse o Estado imediatamente, se tal botão existisse"*.

Rothbard prosseguiu e afirmou que, no entanto, "o abolicionista também sabe que, infelizmente, tal botão não existe." Observe a ênfase de Rothbard na palavra "não". Logo, embora Rothbard fosse um abolicionista que detestava passionalmente o Estado, rotulando-o de "inimigo bestial e espoliador" da humanidade, ele enfaticamente rejeitou o demolicionismo como estratégia realista.

Em termos de atitude, o completo oposto do abolicionista "apertador de botões", para Rothbard, seria o economista formado na Escola de Chicago que "dá conselhos em prol da eficiência", e que vê o Estado como sendo um arranjo meramente menos eficiente do que a economia de livre mercado para fornecer todos os – ou, para o minarquista, a maioria dos – "bens públicos".

REFLEXÕES XVII

Os chicaguistas e os friedmanianos entusiastas da eficiência não têm nenhum grande ódio pelo Estado, o qual está, afinal, provendo a sociedade com bens e serviços necessários, embora a custos mais altos do que aqueles que seriam cobrados em um mercado concorrencial.

Temos de ser "oportunistas"- Dado que a irreal e inútil abordagem demolicionista deve ser descartada, qual seria então a alternativa realista à estratégia gradualista? Antes de respondermos a essa pergunta, temos de analisar mais minuciosamente o gradualismo.

De acordo com um recente artigo, o gradualismo possui duas características essenciais. Primeira, ele tem o objetivo de "diminuir" o Estado "passo a passo" e não o de "pular, de uma só vez, para o Estado mínimo ou para uma sociedade sem Estado". De acordo com essa forma de pensamento, essa postura estratégica permitiria que os libertários construíssem coalizões com grupos não libertários que tenham em comum o objetivo de diminuir ou eliminar intervenções estatais em determinadas áreas – por exemplo, a guerra às drogas ou a imposição de um salário mínimo –, mas que não aceitam o objetivo libertário supremo de abolir o Estado ou radicalmente minimizar seu poder e escopo.

Mas praticamente nenhum libertário – e muito menos o abolicionista – negaria que colaborar com grupos que possuem agendas políticas distintas é algo estrategicamente sensato quando há o objetivo comum de se reduzir a intervenção estatal em uma determinada área.

É a segunda característica da posição gradualista que apresenta um sério problema e que a torna não apenas inútil, mas também contraproducente. Trata-se da ideia de que a retração do Estado deve ser conduzida pelo seguinte princípio moral: os programas do governo devem ser eliminados em uma sequência especificamente criada para proteger, dentre todos os explorados pelo Estado, aqueles mais empobrecidos e evitar que eles sofram uma perda abrupta dos privilégios e subsídios que eventualmente recebiam.

É nesse quesito que o problema com a estratégia gradualista se torna imediatamente evidente. Gradualistas pressupõem que

REFLEXÕES XVII

podem planejar, *a priori*, a ordem na qual as intervenções poderão ser eliminadas, sem levar em conta a realidade sociopolítica. Mas essa seria uma postura utópica, beirando o pensamento fantasioso. No mundo real, o máximo a que podemos aspirar é aproveitar e agarrar cada pequena oportunidade de desmantelamento do Estado que eventualmente surja ao longo do desenrolar dos eventos da realidade histórica.

Aquilo que podemos chamar de "oportunismo" nada mais é do que a estratégia de aproveitar e agarrar cada rara oportunidade eventualmente surgida de fazer retroceder o Estado, independentemente da natureza da oportunidade ou da estrutura das outras intervenções vigentes.

O oportunista, portanto, não quer nem demolir o Estado da noite para o dia e nem seguir um plano – delineado *a priori* – extravagante e fantasioso de diminuir o Estado de uma maneira mais "humana". Ao contrário, ele quer desmantelar o Estado o mais rapidamente possível, tirando proveito de toda e qualquer oportunidade que eventualmente surja em meio ao infundável e instável fluxo de circunstâncias sociais, econômicas e políticas.

A característica definidora do gradualismo, portanto, não é sua propensão a fazer concessões em termos táticos, nem a de baixar o tom de sua retórica radical, e nem a de cooperar com grupos não libertários sempre que isso for resultar na eliminação de programas de governo (com efeito, essas medidas são a própria essência do oportunismo). Não, o elemento essencial do gradualismo é o seu atemporal imperativo ético que estipula uma ordem predefinida na qual as intervenções estatais devem ser reduzidas e eliminadas.

A diferença entre oportunismo e gradualismo pode ser ilustrada no seguinte exemplo. Suponha que uma crítica massa de pagadores de impostos de classe média se torne profundamente ressentida com todo o esquema de assistencialismo estatal para os pobres (via programas de redistribuição de renda) e para os grandes empresários (via programas de subsídios e empréstimos subsidiados). Suponha também que, por algum motivo imprevisto, torne-se politicamente factível eliminar por completo toda essa rede de assistencialismo. No entanto, as seguintes intervenções estatais

REFLEXÕES XVII

continuariam firmemente intactas: as leis estipulando um salário mínimo, os encargos sociais e trabalhistas, as regulamentações de profissões (todas elas dificultam os mais pobres, agora desassistidos, de conseguirem empregos), as tarifas de importação criadas para proteger as grandes empresas da concorrência estrangeira, e as agências reguladoras voltadas para cartelizar o mercado e garantir uma reserva para as empresas já estabelecidas (o que significa que não haveria reduções nos preços, também possivelmente prejudicando os pobres que ficaram desassistidos).

Nesse caso, um gradualista consistente e coerente, que defende uma redução ordenada e planejada, teria de abrir mão dessa chance de reduzir o Estado. Já o oportunista, em profundo contraste com o gradualista, iria aprovar e ansiosamente promover a eliminação desses programas, adaptando e até mesmo moderando com satisfação sua retórica antiestado ao se juntar a grupos não libertários para formar uma frente unida em prol da abolição desses programas.

Conclusão- A estratégia do oportunismo anda de mãos dadas com a atitude do abolicionismo. O oportunista agiria o mais rapidamente possível em busca do seu objetivo de abolir o inimigo odiado – o Estado –, sendo restringido apenas pela escassez de meios e pelo ritmo do surgimento de condições políticas e sociais concretas. ●

Joseph Salerno: vice-presidente acadêmico do Mises Institute, professor de economia da Pace University, e editor do periódico *Quarterly Journal of Austrian Economics*.

O agorismo no século XXI

Lacombi Lauss



“Os escritos de Konkin devem ser bem-vindos. Porque nós precisamos de muito mais policentrismo no movimento. Porque ele abala os partidaristas que tendem a cair em impensada complacência. E especialmente porque ele se importa profundamente com a liberdade e é capaz de ler e escrever, qualidades que parecem estar saindo de moda no movimento libertário.”

– Murray N. Rothbard

O cenário atual: uma visão otimista– Poucos anos atrás, o adolescente que criava uma banda de *rock* com amigos era tido como um pequeno astro e prontamente ganhava fama entre os seus colegas de escola. Hoje, bem menos: o *rock* já não é tão popular como em décadas passadas. Mas essa não é a mudança mais relevante que tivemos.

Samuel Konkin III

Uma tendência vem surgindo entre os mais jovens: o desenvolvimento de *startups*. Eis a mais nova prática *cool* do momento. Segundo a pesquisa Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras 2014, realizada pela Endeavor e Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), seis em cada 10 universitários brasileiros pensam em empreender. Ainda de acordo com a pesquisa, os negócios que mais esperam crescer nos próximos cinco anos são aqueles considerados mais inovadores. É o caso de *startups*. A Associação Brasileira de Startups (ABStartups) tem em seu registro mais de 3 mil brasileiras. Todas elas aproveitam a descentralização do setor e o baixo custo dos investimentos para tentar inovar no mercado e fazer fortuna. Boa parte das inovações no setor visam a diminuir burocracias, conectar pessoas com



REFLEXÕES XVII

interesses comuns, facilitar buscas por determinados serviços entre outras funções. Os casos mais famosos ilustram bem como novas tecnologias vem revolucionando a economia. O Uber é a maior empresa de táxis do mundo e não possui nenhum veículo em sua frota; a Alibaba é a varejista virtual mais valorizada do mundo e não tem nenhum produto em estoque, e a AirBnB é a maior empresa de reserva de hospedagens do mundo e não é proprietária de nenhum imóvel. É a descentralização e o voluntarismo se mostrando como eficazes formas de interação. Há ainda exemplos de *startups* com projetos mais audaciosos como a Bloom Energy que converte células de combustível para converter gás natural em eletricidade para utilizar essa fonte de energia em prédios comerciais, varejistas, centros de dados e outras localidades para consumidores. Ou ainda a Moderna Therapeutics, uma *startup* de biotecnologia que utiliza o RNA mensageiro para instruir as células do corpo para criarem as proteínas e anticorpos e combater todos os tipos de doenças, de diabetes e doenças do coração até certos cânceres.

Essa onda de crescente descentralização favorece significativamente os meios para nos esquivar de intervenções estatais, não só em nossa vida pessoal, mas, em geral, em toda a economia. O caso mais famoso do uso de tecnologias descentralizadas para boicotar regulações do governo é o Bitcoin – o primeiro e mais importante dinheiro eletrônico sem autoridade central, baseado numa tecnologia *open-source* inédita chamada Blockchain, desenvolvida por Satoshi Nakamoto em janeiro de 2009. Outras alternativas vem surgindo. Uma de destaque é a empresa TransferWise que permite que os usuários façam transferências internacionais de dinheiro entre 292 localidades – com planos de adicionar mais 300 neste ano.

Diferentemente dos grandes bancos, a TransferWise cobra uma taxa de 1% por transações menores que US\$ 5 mil e 0,7% por transações maiores. A empresa afirma ser oito vezes mais barata que os bancos. Já com o aplicativo Waze é possível, além de otimizar o tempo no trânsito, optando por vias menos obstruídas, se esquivar de blitz policiais e evitar ser surpreendido em bloqueios estatais. Várias outras alternativas tecnológicas podem ser usadas com o propósito de boicote ao Estado. Tal ideia, contudo, não é tão recente como as

propostas aqui listadas.

O agorismo de Samuel Konkin- Samuel Edward Konkin III (1957–2004), também conhecido como SEK3, foi um libertário canadense criador de um método de ação libertária que ele denominou agorismo. É autor do pequeno livro “O Novo Manifesto Libertário” em que expõe a sua visão do estatismo na época e sua tática para chegar em uma sociedade de livre mercado. Konkin definiu um agorista como um praticante consciente da “contraeconomia”. O objetivo dos agoristas é uma sociedade na qual todas as “relações entre as pessoas são de trocas voluntárias – um livre mercado”. O termo vem da palavra grega “Ágora”, um local aberto para assembleias e mercado nas antigas cidades-Estados gregas. Ideologicamente, é um termo representando um tipo revolucionário de anarquismo pró-mercado. A característica que distingue o agorismo de outras táticas anarquistas é que sua estratégia tem por ênfase uma contraeconomia de boicote, entendida como atividades pacíficas de mercados negros livres do pagamento de impostos e regulamentações de governos. Segundo trecho do referido livro:

“Com o estado contaminando todo ato e sujando nossas mentes com culpa desmerecida, se torna extremamente importante entender as consequências sociais de nossos atos. Por exemplo, se nós não pagarmos impostos e conseguirmos sair impunes, quem será prejudicado? Nós? O Estado? Inocentes? A análise Libertária nos mostra que o Estado é responsável por qualquer dano a inocentes que ele alega que o ‘songador de impostos egoísta’ causou; e os ‘serviços’ que o Estado nos ‘provê’ são ilusórios. Mas mesmo assim, é necessário haver mais do que uma resistência engenhosamente escondida ou desistências? Se um partido político ou exército revolucionário é inapropriado e autodestrutivo para os objetivos libertários, que ação coletiva funciona? A resposta é o agorismo.”

A tática exposta por Konkin consiste na prática sistemática de boicote ao Estado e à economia regulada. Os simples atos de preferir uma carrocinha de *hot-dog* a uma grande corporação de *fast-food* ou de optar pela compra de uísques contrabandeados em detrimento daqueles em prateleiras de mercado já contam. As novas

REFLEXÕES XVII

tecnologias descentralizadas ou descentralizadoras podem ser grandes aliadas, facilitando o anonimato, quebrando barreiras físicas e conectando libertários com interesses comuns.

A vantagem aqui é que, uma vez colocada em prática uma medida de contraeconomia, o agorista tem um benefício inerente ao ato, já que economias autorreguladas tendem a gerar mais benefícios tanto para os empreendedores quanto para os consumidores. Como bônus, temos um enfraquecimento da estrutura estatal. Mais ainda, sendo uma ação de boicote, ela não precisa da aprovação de terceiros e nesse sentido, o agorismo é individualista, i.e., a prática permite ganhos na medida em que o indivíduo se torna menos dependente do Estado. Trata-se de uma secessão forçada, independente de meios políticos. O avanço do número de adeptos das táticas de contraeconomia bem como das medidas de segurança e anonimato permitem uma verdadeira revolução econômica, drenando recursos do vínculo do Estado corporativo, até que a contraeconomia de livre mercado finalmente suplante completamente o sistema de capitalismo de Estado.

Ao longo da história, podemos citar, entre outros, dois exemplos bastante distintos em grau e contexto. O primeiro, mais conhecido, aconteceu na Alemanha nazista quando o comportamento de alguns empresários (não todos, pois é bem sabido que alguns empresários queriam o nazismo ou mesmo o criaram) serve como exemplo perfeito de agoristas evadindo os controles de preços introduzidos em 1936. O segundo ocorreu na Turquia ao longo das manifestações 2013 e vem se estendendo até os dias de hoje graças às respostas truculentas do Estado turco. Lá Bitcoins foram usados para transferência anônima de dinheiro entre a população e também para o recebimento de doações internacionais. Outra tática usada foi o Bitmessage. Trata-se de uma tecnologia desenvolvida para resolver problemas de envio de mensagens anônimas – já que técnicas de criptografia de *e-mails* não estavam resolvendo. Bitmessage é um sistema de mensagens criptografado, *peer-to-peer*, informal, descentralizado e de código aberto que pode ser usado da mesma forma que um usuário utiliza um *e-mail*. A entrega da mensagem não depende de nenhum servidor central, e toda a informação da mensagem – incluindo quem envia e quem recebe –

é criptografado automaticamente.

Konkin fez questão de enfatizar o fato do boicote econômico ao Estado ser consciente, a fim de que possa ser considerado agorista. Isso nos leva à importância do papel das ideias em qualquer tática libertária pacífica – em particular no agorismo. Mises sempre dizia que ideias são mais poderosas do que exércitos. Como escreveu Lew Rockwell:

“As ideias ignoram as fronteiras. Elas não são inibidas por meras questões espaciais. Elas são perfeitamente capazes de atravessar os limites do tempo. Elas crescem e se difundem por meio de ações e decisões individuais sobre as quais absolutamente ninguém possui controle algum. Ao final, o fato é que os governos são incapazes de gerir e impor as ideias. Muitos são, inclusive, emasculados por elas.”

O agorismo será completamente ineficaz se não deixar claras suas propostas libertárias antiagressão. Assim, onde há uma contraeconomia é dever do agorista apontar e denunciar a gangue responsável pela sua existência: o Estado. Onde há libertários, é dever do agorista apontar a contraeconomia como uma das principais armas libertárias para desestabilizar os monopólios forçados pelo crime.

Agorismo versus ação política– Sendo uma estratégia radical de boicote ao Estado, o agorismo de SEK3 rejeita enfaticamente a atuação política, bem como o voto. Os libertários, dizia ele, devem abandonar a ação política. Em vez disso, devem ignorar o Estado em suas vidas diárias na medida do possível. A política eleitoral precisa ser rejeitada, na teoria e na prática, como incompatível com os princípios libertários. O Estado precisa encobrir suas ações em uma aura de legitimidade moral, a fim de sustentar seu poder, e os métodos políticos invariavelmente fortalecem essa legitimidade. Em teoria, é fácil de ver o porquê de se rejeitar a política, uma vez que do contrário ter-se-ia um gradualismo, o que, por sua vez, distancia os libertários de sua meta final. Na palavras de Rothbard:

“O gradualismo na teoria, de fato mina a própria meta ao admitir que ela deva ficar em segundo ou terceiro plano em relação a outras considerações não libertárias, ou até mesmo

REFLEXÕES XVII

antilibertárias; pois uma preferência pelo gradualismo implica que estas outras considerações são mais importantes que a liberdade.”

E na prática? Bem, antes de mais nada é preciso ressaltar que, se uma lei amplia as liberdades de contrato entre os indivíduos sem danos às propriedades justas, então ela precisa ser prontamente apoiada pelos libertários. O mesmo ocorre com leis que diminuem a pilhagem estatal sobre propriedades privadas – como reduções de impostos. Contudo, o apoio a políticos e partidos se mostra uma prática com péssima relação de custo/benefício. Em primeiro lugar, somente indivíduos agem. Massas, povos e coletivos não votam. A ação do voto por parte do indivíduo tem uma chance ridiculamente pequena de alterar o cenário político. No caso de presidente do Brasil, a probabilidade é menor que a de vencer a Mega Sena duas vezes seguidas. Assim, como é de costume, mais recursos precisam ser gastos. Imprimem-se panfletos, fazem-se passeatas, carreatas, programas de tevê e rádio, *banners* e *sites* de *internet*. O custo é altíssimo e por isso geralmente recorre-se a grandes empresas. O problema é que a maioria delas – como já é de se esperar – não faz doações, mas sim investimentos, distorcendo as propostas originais do político.

Ainda distorcidas, nada garante que o burocrata, uma vez no poder, vá colocá-las em prática. Para isso ele vai precisar de apoio de parlamentares e outros partidos. As principais reformas são ainda mais delicadas pois necessariamente afrontam a constituição. Um apoio ainda maior se faz necessário. Os problemas não param por aí. Mesmo que alguma reforma periférica seja feita, nada impede minorias demagógicas e populistas de fazerem um *lobby* para revertê-la. Ou ainda que no futuro outro político reverta – ou piore – o quadro. O resultado é que o ativista político estará condenado a ser escravo do sistema democrático, sempre a pedir esmolas para que políticos lhe concedam uma liberdade que lhe é naturalmente de direito. É uma perda de tempo e energia, além de humilhante: a condição de servo permanece inalterada.

Um político, digamos, candidato à presidência em segundo turno, precisa de mais de 51% dos votos válidos para se eleger. Independentemente do político, sua vitória não irá representar uma

REFLEXÕES XVII

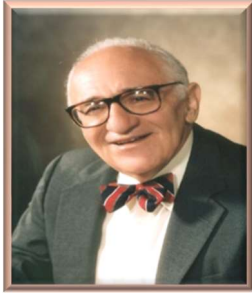
vitória da liberdade, pois ele estará sujeito às regras democráticas – o governo é apenas alterado, mas a sustentação de seu poder, i.e., o aparato estatal, em essência continua o mesmo. Mas e se, em vez de votar, 5% da população passarem a poupar e investir em Bitcoins? Nesse caso, a estrutura de poder estatal estará gravemente ameaçada, podendo ruir até mesmo em curto prazo a depender da consciência (anti) política da população. E se 20% da população passar a ignorar as instituições de educação reguladas, praticando *homeschooling*, por exemplo? A ideologia do estatismo estaria em ruínas. E se 10% da população passar a fazer trocas de bens em mercados “informais” e desregulados munindo-se de apps descentralizados para isso? Novamente, isso seria uma ameaça real à existência do Estado. De modo geral, quando 10% da população entenderem e adotarem as noções de autopropriedade e de não agressão, o império pode ser completamente ignorado fora de sua existência. A simples desobediência civil dará conta do recado; a resistência real (enquanto justificada e provavelmente útil) nem sequer seria necessária. Os maníacos por controle não têm nem de longe os recursos para subjugar à força 20.000.000 pessoas que se recusam a serem governadas. Por outro lado, se esses mesmos 10% recusarem os princípios libertários e passarem a votar no seu parasita predileto, eles não terão alterado absolutamente nada.

As táticas agoristas apresentam, portanto, três vantagens frente às políticas, a saber, (i) geram um benefício imediato para quem as coloca em prática, (ii) não dependem da aprovação de burocratas e (iii) requerem menor adesão para causar sérios danos ao estatismo. Toda ação política minimiza o agorismo ao dar legitimidade ao Estado e ao deixar em segundo plano o necessário boicote libertário aos governos. Devem então ser prontamente descartadas em prol da superioridade teórica e prática de ações contraeconômicas. ●

Lacombi Lauss

A filosofia política de Étienne de La Boétie

Murray N. Rothbard



[Introdução de O Discurso da Servidão Voluntária de Étienne de La Boétie]

O nome de Étienne de La Boétie costuma ser associado ao eminente ensaísta Michel de Montaigne, devido à relação íntima de amizade que eles tinham. Mas, como alguns historiadores vieram a reconhecer, ele deveria ser lembrado como um dos filósofos políticos que mais influenciaram as futuras gerações, não apenas sendo um dos fundadores da

filosofia política francesa, mas também pela relevância imemorial de muitas de suas visões teóricas.

Étienne de la Boétie nasceu em Sarlat, na região de Perigord no sudoeste da França, em 1530, em uma família aristocrática. Seu pai era funcionário do governo real na região de Perigord e sua mãe era a irmã do presidente do Parlamento de Bordeaux (assembleia de juristas). Ainda criança ficou órfão e foi educado por seu tio homônimo, o padre de Bouibonnas, se formando em direito pela Universidade de Orléans em 1553. No ano seguinte, mesmo estando abaixo da idade mínima requerida, seu grande talento e habilidades especiais lhe renderam uma nomeação ao Parlamento de Bordeaux, onde construiu uma distinta carreira como juiz e negociador diplomático até seu precoce falecimento em 1563, com 32 anos de idade. La Boétie também foi um notável poeta e humanista, tradutor de Xenofonte e Plutarco, e era intimamente ligado ao proeminente jovem grupo de poetas Pleiade, que incluía Pierre Ronsard, Jean Dorat e Jean-Antoine de Baif.



A grande contribuição de La Boétie para o pensamento político foi escrita quando ele era um estudante de Direito na Universidade de

REFLEXÕES XVII

Orleans, onde compartilhou de um espírito de questionamentos sem restrições que ali prevalecia. Neste período de agitação investigativa e religiosa, a Universidade de Orleans era um reconhecido centro de discussões livres e desimpedidas. O principal professor de La Boétie foi o veemente Anne Du Bourg, que posteriormente se tornaria um mártir huguenote, e seria queimado na fogueira por heresia em 1559. Du Bourg ainda não era um protestante, mas já tendia nessa direção, e não foi por acaso que esta universidade mais tarde se tornou o centro do calvinismo, e nem que os estudantes colegas de La Boétie se tornaram líderes huguenotes. Um deles foi Lambert Daneau, melhor amigo de La Boétie na universidade, e o aluno favorito de Du Bourg. Estudar Direito naquela época era uma atividade estimulante, era uma busca filosófica pela verdade e por princípios fundamentais. Paul Bounnefon escreveu no século XVI, "O ensino do Direito era mais uma discussão do que uma instituição, um tipo de busca pela verdade conduzida igualmente pelo professor e pelo aluno, que eles ardorosamente empreendiam em conjunto, abrindo um infindável campo para a especulação filosófica".

Foi neste tipo de atmosfera das escolas de Direito de Orleans e em outras das principais universidades francesas que o próprio Calvino, duas décadas antes, havia dado início ao desenvolvimento de suas ideias da Reforma Protestante. E foi também neste tipo de atmosfera que juristas iriam formar um dos mais importantes centros da força calvinista na França.

Foi durante esta agitada época da escola de direito em Orleans que Étienne de La Boétie escreveu o curto, porém brilhante, profundo e extremamente radical O Discurso da Servidão Voluntária (*Discours de la Servitude Volontaire*). O Discurso circulou na forma manuscrita e não chegou a ser publicado por La Boétie. Podemos especular que uma das razões que levou o autor a evitar a publicação foram as opiniões radicais ali contidas. No entanto, o manuscrito ficou famoso nos círculos intelectuais locais. Isto pode ser demonstrado pelo fato de que Montaigne havia lido o ensaio muito tempo antes de ter conhecido pessoalmente La Boétie, quando também se tornou membro do Parlamento de Bordeaux em 1559.

REFLEXÕES XVII

A primeira coisa que nos surpreende no Discurso é a sua forma: o método de La Boétie era especulativo, abstrato e dedutivo. Isto contrasta com o argumento não exatamente legal e histórico dos escritores *monarchomach* huguenotes (aqueles escritores radicais que defendiam o direito dos súditos resistirem a governantes injustos) dos anos de 1570 e 1580, dos quais as posições contra a tirania se assemelhavam com as de La Boétie. Enquanto *monarchomachs* huguenotes, mais bem representados pela obra *Francogallia* (1573) de François Hotman, concentraram a fundamentação de seus argumentos em precedentes supostamente históricos e reais do direito e de instituições francesas, os únicos exemplos históricos de La Boétie eram diversas ilustrações de seus princípios gerais da antiguidade clássica, e foi exatamente este distanciamento que conferiu uma qualidade atemporal ao seu discurso. Os últimos argumentos dos huguenotes contra a tirania geralmente eram específicos e concretos, baseados em instituições francesas existentes, conseqüentemente, suas conclusões e implicações se limitaram a promover liberdades específicas contra o estado de várias ordens privilegiadas da sociedade francesa. Em contraste, foram a abstração e a universalidade do pensamento de La Boétie que inexoravelmente levaram a conclusões radicais e devastadoras sobre a natureza da tirania, a liberdade do povo e o que precisa ser feito para abolir o primeiro e assegurar o último.

Em seu raciocínio abstrato e universal, seu desenvolvimento de uma verdadeira filosofia política, e suas frequentes referências a antiguidade clássica, La Boétie seguiu o método dos escritores renascentistas, notadamente Nicolau Maquiavel. Havia, no entanto, uma diferença crucial: ao passo que Maquiavel pretendeu instruir o príncipe sobre como cimentar seu poder, La Boétie se dedicou a discutir maneiras de derrubá-lo e assim assegurar a liberdade dos indivíduos. Deste modo, Emile Brehier contrasta o realismo cínico de Maquiavel com o "idealismo jurídico" de Étienne de La Boétie. No entanto, o enfoque de La Boétie no



REFLEXÕES XVII

raciocínio abstrato e nos direitos universais dos indivíduos, podem na verdade ser melhor caracterizados como um prenúncio do pensamento político do século XVIII. Conforme disse J. W. Allen, o *Discurso* foi um "ensaio sobre a liberdade, igualdade e fraternidade humanas naturais". O ensaio "serviu de apoio geral aos panfletários huguenotes ao insistir que a lei natural e os direitos naturais justificariam uma resistência forçosa contra os governos tiranos". Porém, a linguagem de direitos naturais, por si só, acrescenta corretamente Allen, "não servia para os propósitos huguenotes. Na verdade, não servia a nenhum propósito naquele momento, apesar de que, um dia, possa vir a servir". Ou, como diretamente indicado por Harold Laski: "Um senso de direito popular como aquele que o amigo de Montaigne retrata é, de fato, tão além de sua época quanto a anarquia de Hebert Spencer era numa época comprometida com a interferência do governo". A diferença entre a abordagem especulativa de direitos naturais proto-século XVIII de La Boétie, e pouco legalista, histórica e concreta ênfase dos autores huguenotes que republicaram e utilizaram o *Discurso*, foi enfatizada por W. F. Church. Em contraste a "abordagem legal" que dominava o pensamento político na França do século XVI, diz Church, "tratados puramente especulativos, tão comuns no século XVIII, eram praticamente inexistentes, e em suas raras aparições pareciam estranhamente fora de contexto". Então Church cita como um exemplo O *Discurso da Servidão Voluntária* de La Boétie.

O *Discurso da Servidão Voluntária* é clara e coerentemente estruturado em torno de um simples axioma, um simples *insight* perceptivo sobre a natureza não apenas da tirania, mas também implicitamente da natureza do próprio aparato do Estado. Muitos escritores medievais atacaram a tirania, mas La Boétie se aprofunda em sua natureza, e na natureza do próprio poder do Estado. Este *insight* fundamental é que toda tirania deve necessariamente basear-se numa aceitação popular geral. Resumindo, a maior parte do povo, por qualquer razão que seja, está de acordo com a própria subjugação. Se isto não ocorresse, nenhuma tirania, ou melhor, nenhum poder governamental, poderia perdurar por muito tempo. Consequentemente, um governo não precisa ter sido eleito por meio do voto popular para contar com o apoio geral do povo;

REFLEXÕES XVII

pois o apoio geral do povo é uma parte da própria natureza de todos os governos que perduram, incluindo as mais opressivas tiranias. O tirano nada mais é do que uma pessoa, e dificilmente poderia obter a obediência de outra pessoa, muito menos de um país inteiro, se a maioria dos súditos não consentisse com esta obediência.

Esta se torna, portanto, a questão central da teoria política de La Boétie: como é possível que as pessoas consentam com sua própria escravidão? La Boétie vai direto ao ponto do que é, ou melhor, do que deveria ser, a questão central da filosofia política: o mistério da obediência civil. Por que o povo, em todas as épocas e locais, obedece ao comando do governo, que é sempre formado por uma pequena minoria da sociedade? Para La Boétie, o espetáculo do consentimento geral ao despotismo é enigmático e espantoso:

Por ora, gostaria apenas de entender como pode ser que tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações suportam às vezes um tirano só, que tem apenas o poderio que eles lhe dão, que não tem o poder de prejudicá-los senão enquanto têm vontade de suportá-lo, que não poderia fazer-lhes mal algum senão quando preferem tolerá-lo a contradizê-lo. Coisa extraordinária, por certo; e, porém, tão comum que se deve mais lastimar-se do que espantar-se ao ver um milhão de homens servir miseravelmente, com o pescoço sob o jugo, não obrigados por uma força maior, mas de algum modo (ao que parece) encantados e enfeitiçados apenas pelo nome de um...

E esta submissão em massa deve advir do consentimento e não simplesmente do medo:

Chamaremos isso de covardia? ... Se cem, se mil aguentam os caprichos de um único homem, não deveríamos dizer que eles não querem e que não ousam atacá-lo, e que não se trata de covardia e sim de desprezo ou desdém? Se não vemos cem, mil homens, mas cem países, mil cidades, um milhão de homens se recusarem a atacar um só, de quem o melhor tratamento fornecido é a imposição da escravidão e da servidão, como poderemos nomear isso? Será covardia? ... Quando mil ou um milhão de homens, ou mil cidades, não se defendem da dominação de um homem, isso não pode ser chamado de covardia, pois a covardia não chega a

REFLEXÕES XVII

tamanha ignomínia. . . Logo, que monstro de vício é esse que ainda não merece o título de covardia, que não encontra um nome feio o bastante . . . ?

Estes trechos deixam claro que La Boétie se opõe fortemente à tirania e ao consentimento do povo a sua própria subjugação. Ele também deixa claro que essa oposição baseia-se numa teoria de lei natural e de direito natural à liberdade. Durante a infância, talvez devido ao fato de que a capacidade racional não foi completamente desenvolvida ainda, nós obedecemos nossos pais; mas quando crescemos, deveríamos seguir nossa própria razão, como indivíduos livres. Conforme diz La Boétie: *"Se vivêssemos com os direitos que a natureza nos deu e com as lições que nos ensina, seríamos naturalmente obedientes aos pais, sujeitos à razão e servos de ninguém."* A razão é nosso guia para os fatos e leis da natureza e para o caminho apropriado da humanidade, e cada um de nós possui *"em nossa alma alguma semente natural de razão que, mantida por bom conselho e costume, floresce em virtude e, ao contrário, frequentemente sufocada, aborta, não podendo enfrentar os vícios sobrevividos."* E a razão, acrescenta La Boétie, nos ensina a justiça da liberdade igual para todos. Pois a razão nos mostra que a natureza, entre outras coisas, nos proveu com o dom da voz e da fala. Portanto, *"não se deve duvidar de que sejamos todos naturalmente livres"*, e conseqüentemente, não pode se dizer que *"que a natureza tenha posto algum em servidão"*. Até mesmo os animais, destaca La Boétie, exibem um instinto natural de serem livres. Mas então, *"que mau encontro foi esse que pôde desnaturar tanto o homem, o único nascido de verdade para viver francamente, e fazê-lo perder a lembrança de seu primeiro ser e o desejo de retomá-lo?"*

O celebrado e inovador apelo de La Boétie pela desobediência civil, pela resistência não violenta do povo como um método de se derrubar tiranias, origina-se diretamente a partir destas duas premissas vistas acima: o fato de que todo governo depende do consentimento das massas, e do valor elevado da liberdade natural. Pois se a tirania realmente depende do consentimento das massas, então o modo mais óbvio de destruí-la é simplesmente as massas retirarem este consentimento. O poder da tirania iria

REFLEXÕES XVII

repentinamente entrar em um rápido colapso com esta revolução não violenta. (Não foi uma coincidência que fez com que o Tory David Hume chegasse a conclusões similares com sua teoria de o consentimento das massas ser a base de todo poder governamental.)

Assim, após concluir que toda tirania depende do consentimento popular, La Boétie conclui eloquentemente que *"não é preciso combater esse único tirano, não é preciso anulá-lo; ele se anula por si mesmo, contanto que o país não consinta a sua servidão"*. Os tiranos não precisam ser expropriados por meio da força; eles só precisam ser desprovidos dos fundos e recursos que o povo continuamente destina a ele. Quanto mais se aquiescer com um tirano, destaca La Boétie, mais forte e poderoso ele se torna. Mas *"se não se lhes obedece"* eles *"ficam nus e desfeitos, e não são mais nada"*. La Boétie então exorta os *"pobres e miseráveis povos insensatos"* a livrarem-se de seus grilhões recusando-se a continuar fornecendo ao tirano os instrumentos de sua própria opressão. De fato, o tirano não possui nada além do poder de destruir você que você mesmo confere a ele. Onde mais ele conseguiria tantos olhos para espionar você, se você mesmo não tivesse propiciado a ele? Como ele poderia ter tantos punhos para agredir você, se você não tivesse emprestado os seus a ele? Os pés que marcham pelas cidades, de onde eles os tirariam se não pudesse contar com os seus pés? Como ele tem tanto poder sobre você que não seja por intermédio de você? Como ele poderia atacar você sem contar com a sua colaboração?

La Boétie conclui sua exortação garantindo que para as massas derrubarem seu tirano elas não precisam agir e nem derramar seu sangue. Elas podem fazer isso apenas desejando ser livres. Em suma,

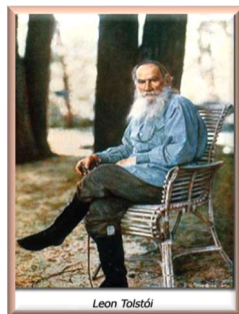
Decidi não mais servir e sereis livres; não pretendo que o empurreis ou sacudais, somente não mais o sustentai, e o vereis como um grande colosso, de quem se subtraiu a base, desmanchar-se com seu próprio peso e rebentar-se.

Era uma tradição medieval justificar o tiranicídio (**Tiranicídio**: assassino de um tirano) de governantes injustos que violassem a lei divina, mas a doutrina de La Boétie, mesmo não violenta, era

REFLEXÕES XVII

profundamente bem mais radical. Pois ao passo que o assassinato de um tirano é apenas um ato individual isolado dentro de um sistema político existente, a desobediência civil em massa, sendo um ato direto empreendido por grande parte da população, é muito mais revolucionário ao encadear uma transformação no sistema em si. É também muito mais profundo e elegante em termos teóricos, emanando diretamente do *insight* de La Boétie que diz que o poder necessariamente depende do consentimento popular; então a solução contra o poder é simplesmente a retirada deste consentimento.

O clamor pela desobediência civil em massa foi retomado por um panfleto huguenote mais radical, *La France Turquie* (1575), que defendia uma associação entre as cidades e províncias com o propósito de se recusarem a pagar impostos para o Estado. Porém, não é nenhuma surpresa o fato de que entre os defensores mais entusiasmados da desobediência civil em massa estavam os pensadores anarquistas, que simplesmente estenderam as análises e as conclusões de La Boétie do poder de governos tirânicos para o poder de qualquer governo. Entre os mais proeminentes anarquistas defensores da resistência não violenta estavam Thoreau, Tolstoy e Benjamin R. Tucker, todos do século XIX, e todos, como era de se esperar, pertencentes à ala anarquista pacifista. Na verdade, Tolstoy, ao elaborar sua doutrina de anarquismo não violento, utilizou um grande trecho do *Discurso* como ponto primordial do desenvolvimento de seu argumento. Além disso, Gustav Landauer, o principal anarquista alemão do início do século XX, após se converter a uma mentalidade pacifista, resumizou extraordinariamente O *Discurso da Servidão Voluntária* de La Boétie e o utilizou como núcleo básico de sua obra anarquista, *Die Revolution* (1919). Um importante anarquista-pacifista holandês do século XX, Barthelemy de Ligt, além de dedicar muitas páginas de seu *Conquest of Violence* a discussão e elogios ao **Discurso** de La Boétie, também o traduziu para o holandês em 1933.



REFLEXÕES XVII

Diversos historiadores do anarquismo chegaram a classificar o próprio tratado de La Boétie como anarquista, o que é incorreto, uma vez que La Boétie jamais estendeu sua análise do governo tirânico para o governo *per se*. Porém, ao passo que La Boétie não possa ser considerado um anarquista, sua devastadora crítica da tirania e a universalidade de sua filosofia política os levaram naturalmente a esta expansão. Tudo isso perturbou consideravelmente o biógrafo de La Boétie, Paul Bonnefon, que escreveu sobre o Discurso:

Depois de não ter conseguido distinguir a autoridade legítima da ilícita, e de ter atacado imprudentemente até mesmo o princípio da autoridade, La Boétie chegou a uma conclusão ingênua. Ele parece acreditar que o homem poderia viver em um estado de natureza, sem a sociedade e sem o governo, e concluiu que esta situação seria repleta de felicidade para a humanidade. Este é um sonho pueril . . .

Para o respeitado analista Pierre Mesnard, o alerta de Bonnefon é totalmente sem sentido; Mesnard acredita que La Boétie definia tirania simplesmente como sendo qualquer exercício de poder de uma pessoa. Ao agir assim, La Boétie foi além da definição tradicional de tirania, que se referia ou a usurpação de poder, ou a um governo contrário às "leis" (que eram o direito consuetudinário⁷, o direito divino ou o direito natural pelo "bem comum" do povo). Enquanto a teoria tradicional então foca apenas nos meios que o governante adquire o poder, e na maneira que este poder é usado, Mesnard indica que a definição de tirania de La Boétie ia direto na natureza do próprio poder.

A tirania não depende, como era suposto por muitos teóricos do passado, dos meios ilícitos de se adquirir poder. O tirano não precisa ser um usurpador. Como disse La Boétie, "*Há três tipos de tiranos: uns obtêm o reino por eleição do povo; outros pela força das armas; outros por sucessão de sua raça.*"

Usurpadores ou conquistadores sempre agem como se estivessem

⁷ **Consuetudinário:** que se pratica repetidamente, como um costume; usual, costumeiro, habitual.

REFLEXÕES XVII

governando um país conquistado e aqueles que nasceram na realeza *"não são melhores, pois tendo nascido e sido criados no seio da tirania sugam a natureza do tirano com o leite, e agem com os povos a eles submetidos como com seus servos hereditários"*. Quanto aos eleitos, eles pareceriam ser *"mais suportáveis"*, mas eles são sempre tentados a converter a eleição em um despotismo hereditário, e assim *"superam os outros tiranos ... em crueldade, não vendo outro meio de garantir a nova tirania senão estreitando bastante a servidão e afastando tanto seus súditos da liberdade que, embora sua lembrança seja fresca, possam fazer com que a percam."* Em suma, La Boétie não consegue fazer uma escolha entre estes três tipos de tiranos:

pois se diversos são os meios de aos reinados chegar, quase sempre semelhante é maneira de reinar. Os eleitos os tratam como se tivessem pegado touros para domar; os conquistadores os consideram presas suas; os sucessores pensam tratá-los como seus escravos naturais.

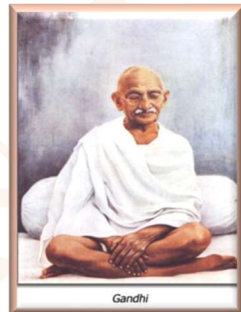
No entanto, a clara conclusão de Mesnard – de que La Boétie queria dizer que todo poder pessoal e que todas as formas de monarquia eram tirânicas – é inadequada. Em primeiro lugar, no trecho citado acima, La Boétie fala sobre governantes eleitos bem como outros tipos de governantes. Além disso, ele declara que *"em ter vários senhores, quantos se tiver quantas vezes se é extremamente infeliz."* Estes são exatamente indícios do conceito de república, mas eles deixam a definição de tirania de La Boétie tão vaga a ponto de que se pode facilmente chegar as conclusões anarquistas.

Por que as pessoas continuam consentindo com o despotismo? Por que elas permitem que a tirania continue? Isto é especialmente intrigante considerando que a tirania (definida como todo poder pessoal) depende do consentimento das massas, e conseqüentemente a maneira de se livrar de uma tirania é se retirando este consentimento. O restante do tratado de La Boétie dedica-se a esta questão crucial, e sua discussão aqui é tão profunda e seminal quanto na primeira parte de seu trabalho.

O estabelecimento de uma tirania, observa La Boétie, é mais complicada no começo, quando inicia sua imposição. Pois

REFLEXÕES XVII

geralmente, se é dado o direito de escolher, o povo irá votar para ser livre em vez de ser escravo: *"Não há dúvida de que prefeririam somente à razão obedecer do que a um homem servir"*. Pode ser considerada uma exceção a escolha voluntária dos israelenses de imitar outras nações ao escolher um rei (Saul). Fora este caso, a tirania só pode começar a ser imposta por meio da conquista ou do engodo. A conquista pode ser feita por exércitos estrangeiros ou por meio de um golpe por parte de uma facção interna. O engodo ocorre em casos onde o povo, durante épocas de esforços de guerra, escolhe certas pessoas como ditadores, assim fornecendo a oportunidade para que essas pessoas cimentem seu poder sobre o povo de forma permanente. No entanto, uma vez que ela tenha se iniciado, a manutenção da tirania é permitida e fortificada pela pérfida⁸ tortura do hábito, que rapidamente faz com que o povo se acostume com a escravidão.



É verdade que no início serve-se obrigado e vencido pela força; mas os que vêm depois servem sem pesar e fazem de bom grado o que seus antecessores haviam feito por imposição. Desse modo os homens nascidos sob o jugo, mais tarde educados e criados na servidão, sem olhar mais longe, contentam-se em viver como nasceram; e como não pensam ter outro bem nem outro direito que o que encontraram, consideram natural a condição de seu nascimento... O costume, que por certo tem em todas as coisas um grande poder sobre nós, não possui em lugar nenhum virtude tão grande quanto a seguinte: ensinar-nos a servir.

Deste modo, a tendência humana natural de ser livre é finalmente solapada pela força do hábito, pois a razão deste dom inato, não importa o quão bom seja, se dissipa se não for encorajada, sendo que o ambiente sempre nos molda de sua maneira, seja ele qual for, sem levar em consideração os dons naturais. Assim, aqueles que nascem escravizados deveriam ser perdoados, *"pois não tendo visto da liberdade sequer a sombra e dela não estando avisados, não*

⁸ **Pérfido:** que falta à fé jurada; desleal, traidor.

REFLEXÕES XVII

percebem que ser escravos lhes é um mal...." Embora, em suma, "a natureza do homem é mesmo de ser franco e querer sê-lo", mas o caráter de uma pessoa "naturalmente conserva a feição que a educação lhe dá."

La Boétie conclui que *"a primeira razão da servidão voluntária é o costume"*. As pessoas:

dizem que sempre foram súditas, que seus pais viveram assim; pensam que são obrigados a suportar o mal; convencem-se com exemplos e, ao longo do tempo, elas próprias constroem o poder dos que as tiranizam; mas como em verdade os anos nunca dão o direito de malfazer, aumentam a injúria.

O consentimento é também constantemente planejado e encorajado pelos governantes; e este é um dos motivos principais para a persistência da obediência civil. Muitos recursos são usados pelos governantes para induzir este consentimento. Um dos métodos é oferecer o circo às massas, com suas distrações divertidas:

Os teatros, os jogos, as farsas, os espetáculos, os gladiadores, os bichos estranhos, as medalhas, os quadros e outras drogas que tais eram para os povos antigos as iscas da servidão, o preço de sua liberdade, as ferramentas da tirania. Os tiranos antigos tinham este meio, esta prática, estes atrativos para adormecer seus súditos sob o jugo. Assim, achando bonitos esses passatempos, entretidos por um prazer vão que passava diante de seus olhos, os povos abobados se acostumavam a servir tão tolamente e até pior do que as criancinhas que aprendem a ler vendo as brilhantes imagens dos livros iluminados.

Outro método de se induzir o consentimento é puramente ideológico: ludibriar as massas fazendo-as acreditar que o governante tirano é sábio, justo e benevolente. Assim, La Boétie aponta que os imperadores romanos assumiram o título antigo de Tribuna do Povo, porque o conceito havia galgado aceitação entre o povo como sendo a representação do guardião de suas liberdades. Conseqüentemente, a concepção do despotismo sob o manto da velha forma liberal. Nos tempos modernos, acrescenta La Boétie, os governantes apresentam uma versão mais sofisticada desta propaganda, pois eles *"hoje não fazem mal algum, mesmo*

REFLEXÕES XVII

importante, sem antes fazer passar algumas palavras bonitas sobre o bem público e a tranquilidade geral."

Reforçar a propaganda ideológica é uma mistificação deliberada: *"Os reis da Assíria e também, depois deles, os de Média só apresentavam-se em público o mais tarde que podiam, para fazer a população se perguntar se não eram algo mais que homens."* Símbolos de mistério e magia eram entrelaçados ao redor da Coroa, para *"suscitar em seus súditos alguma reverência e admiração. ... Dá pena ouvir falar de quantas coisas os tiranos do passado utilizavam para fundar sua tirania, de quantas mesquinhas se serviam, encontrando essa população sempre às ordens."*

Por vezes os tiranos chegavam a ponto de imputar a si mesmos o *status* de divindade: *"queriam muito pôr a religião na frente, como anteparo, e se possível, tomar emprestada alguma amostra da divindade para a manutenção de sua miserável vida."* Deste modo, *"os tiranos que, a fim de se manterem, se esforçam para acostumar o povo a eles não só por obediência e servidão, mas também por devoção."*

É neste ponto que La Boétie faz sua única referência à França de sua época. Percebe-se que ele considera isto extremamente nocivo, dizendo que *"os nossos semearam na França algo [semidivino] parecido: sapos, flores de lis, a âmbula⁹ e a auriflama"*. Ele prontamente complementa dizendo que *"de minha parte, como sói acontecer, não quero descrever, pois até agora nem nós nem nossos antepassados tivemos ocasião para suspeitar, pois sempre tivemos reis tão bons na paz e tão intrépidos na guerra que, embora nasçam reis, parece que não foram feitos como os outros pela natureza, mas escolhidos antes de nascer pelo deus todo-poderoso para o governo e proteção do reino."*

Tendo em vista o contexto da obra, é impossível pensar que a intenção desta passagem não tenha sido satírica, e isto é logo confirmado pela passagem seguinte, que diz *"ainda que assim não fosse"*, ele não duvidaria das tradições francesas, pois elas que

⁹ **Âmbula**: recipiente utilizado para guardar os santos óleos.

REFLEXÕES XVII

fomentaram as condições para o florescimento da poesia francesa. *"Eu seria por certo ultrajante"*, conclui La Boétie, ironicamente sem dúvidas, *"em querer desmentir nossos livros e correr tanto nos cursos de nossos Poetas."*

Ideologia enganosa, mistério, circos; somando-se a estes recursos puramente de propagandas, outro recurso é usado pelos governantes para obter o consentimento de seus súditos: a compra de benefícios materiais, tanto o pão quanto o circo. A distribuição destas benesses ao povo é também um método, muito astucioso, de enganar o povo e fazê-lo acreditar que ele se beneficia com o governo tirânico. Eles não percebem que na verdade eles estão recebendo uma pequena parte da riqueza que lhes foi tirada previamente pelos governantes. Assim:

Os tiranos romanos descobriram ainda um outro ponto: dar festas frequentes para as decúrias públicas ... Os tiranos prodigalizavam um quarto de trigo, um sesteiro de vinho e um sestércio; e então dava pena ouvir gritar: Viva o rei! Os broncos não percebiam que apenas recobravam parte do que era seu e que até mesmo no que recobravam o tirano não lhes teria dado se antes não lhes tivesse tirado. O que hoje tinha apanhado o sestércio e se empanturrado no festim público abençoando Tibério e Nero e sua bela liberalidade, no dia seguinte, obrigado a abandonar seus bens à cobiça deles, seus filhos à luxúria, seu próprio sangue à crueldade desses magníficos imperadores, ficava mudo como uma pedra e imóvel como um tronco. O povo sempre teve isto: ao prazer que não pode receber honestamente, é de todo aberto e dissoluto ...

E La Boétie prossegue mencionando os casos das tiranias monstruosas de Nero e Júlio César, sendo que a morte destes dois ditadores foi seguida de um profundo período de luto do povo, devido as supostas liberalidades de suas tiranias. Neste ponto, La Boétie suplementa sua análise da compra de consentimento público com mais uma contribuição totalmente original, que o professor Lewis considera ser a parte mais importante e inédita de sua teoria. É o estabelecimento, como se fosse uma compra contínua e permanente, de uma hierarquia de aliados subordinados, um bando de serventes, pretores e burocratas leais. O próprio La Boétie leva em conta este fator *"é a força e o segredo da dominação, o apoio e*

REFLEXÕES XVII

fundamento da tirania." Esta é uma grande parcela da sociedade que não é meramente ludibriada por insignificantes esmolas ocasionais do Estado; estes são indivíduos que obtém uma bela e confortável vida por meio dos rendimentos do despotismo. Consequentemente, suas participações no despotismo não dependem da ilusão ou do hábito ou do mistério; seus interesses são altamente elevados e totalmente reais. Uma hierarquia patrocinada pelos frutos da pilhagem é assim criada e perpetuada: cinco ou seis indivíduos são os conselheiros e beneficiários principais dos favores do rei. Similarmente, esta meia dúzia mantém *"seiscentos que crescem debaixo deles e fazem de seus seiscentos o que os seis fazem ao tirano. Esses seiscentos conservam debaixo deles seis mil, cuja posição elevaram; aos quais fazem dar o governo das províncias ou o manejo dos dinheiros para que tenham na mão sua avareza e crueldade e que as exerçam no momento oportuno; e, aliás, façam tantos males que só possam durar à sua sombra e isentar-se das leis e da pena por seu intermédio."*

E assim se forma a pirâmide da hierarquia fatal que vai permeando todos os níveis da sociedade, até que *"os cem mil, os milhões que por essa corda agarram-se ao tirano servindo-se dela"*. Em resumo,

que se chegue lá por favores ou subfavores, os ganhos ou restolhos que se tem com os tiranos, ocorre que afinal há quase tanta gente para quem a tirania parece ser proveitosa quanto aqueles para quem a liberdade seria agradável. . . . logo que um rei declarou-se tirano, tudo que é ruim, toda a escória do reino ... reúnem-se à sua volta e o apoiam para participarem da presa e serem eles mesmos tiranetes sob o grande tirano.

Deste modo, a hierarquia de privilégios descende dos maiores privilegiados do despotismo, passando pelos médios e pequenos, e finalmente chegando às massas, que são levadas a acreditar que levam vantagens ao receberem benefícios insignificantes. Assim, os súditos são divididos e uma grande parte deles é induzida a ser fiel ao governante, *"como se diz, para rachar lenha é preciso cunhas da própria lenha"*. Obviamente, o trem do séquito e dos soldados do tirano sofre nas mãos do líder, mas estes *"homens ficam contentes*

REFLEXÕES XVII

de suportar o mal para fazê-lo, não àquele que lhes malfez, mas àqueles que suportam como eles e que nada podem fazer". Resumindo, em troca de sua própria subjugação, esta ordem de subordinados pode oprimir o resto do povo.

Como pode uma tirania ser derrubada se ela está cimentada na sociedade pelo costume, o privilégio e a propaganda? Como o povo pode ser levado ao ponto em que poderá decidir retirar seu consentimento? Em primeiro lugar, afirma La Boétie, nem todas as pessoas serão enganadas ou serão irrecuperavelmente submetidas à submissão pela força do hábito. Sempre há uma elite mais sensível que vai entender a realidade da situação; *"sempre se encontra alguns mais bem nascidos que sentem o peso do jugo e não podem se impedir de sacudi-lo"*. São estas pessoas que, em contraste com a *"grande população"*, possuem *"entendimento nítido e espírito clarividente"*, e *"tendo a cabeça por si mesmos bem feita, ainda a poliram com o estudo e o saber"*. Este tipo de gente nunca realmente desaparece do mundo: *"Estes, mesmo que a liberdade estivesse inteiramente perdida e de todo fora do mundo, a imaginam e a sentem em seu espírito"*.

Por causa do perigo representado por estas pessoas esclarecidas, os tiranos sempre tentam suprimir a educação em seus domínios, e desta forma, aqueles que *"conservaram a devoção à liberdade, por mais numerosos que sejam, porque não se conhecem; sob o tirano, é-lhes tirada toda a liberdade de fazer, de falar, e quase de pensar: todos se tornam singulares em suas fantasias"*. Neste ponto, La Boétie se antecipa aos analistas modernos do totalitarismo, como Hannah Arendt. Mas há esperanças; pois a elite ainda existe, e, novamente indo buscar exemplos na antiguidade, La Boétie sustenta que líderes heroicos podem surgir que *"vendo seu país maltratado e em más mãos, tendo decidido com boa intenção, íntegra e não dissimulada, libertá-lo"*. Então, a tarefa óbvia desta corajosa elite com capacidade de discernimento é formar a vanguarda do movimento de resistência revolucionária contra o déspota. Por meio do processo de educação, irão ensinar a verdade ao povo, irão devolver as pessoas os conhecimentos sobre as bênçãos da liberdade e sobre os mitos e ilusões promovidos pelo estado.

REFLEXÕES XVII

Além de levar a verdade ao povo e fazê-lo despertar da ilusão, o movimento de oposição possui outra missão: as vidas fora da realidade vividas pelos déspotas e pelas suas hierarquias de favorecidos. Pois suas vidas são miseráveis e cheias de medos; não são felizes. Os tiranos vivem em constante e perpétuo medo do bem merecido ódio que eles sabem que é alimentado por todo súdito. Os cortesões e favoritos vivem miseravelmente, rastejando, curvando-se como serviçais, sempre bajulando o governante de quem dependem. Eventualmente, à medida que o povo for ficando mais esclarecido, os privilegiados irão começar a se dar conta da posição miserável que se encontram, pois eles podem perder toda sua riqueza a qualquer momento, caso sejam superados na preferência da distribuição de favores do rei. A partir do momento que

ponham um pouco de lado sua ambição e que se livrem um pouco de sua avareza, e depois, que olhem-se a si mesmos e se reconheçam; e verão claramente que os aldeões, os camponeses que espezinham o quanto podem e os tratam pior do que a forçados ou escravos – verão que esses, assim maltratados, são no entanto felizes e mais livres do que eles.

Apesar de ele não dizer isso diretamente, La Boétie dá a impressão de que considera que a disseminação do conhecimento entre o povo não vai apenas fazer com que as massas se recusem a continuar consentindo, como também vão colaborar de maneira incalculável com seu andamento ao separar a parte da burocracia privilegiada insatisfeita do resto, criando uma divisão interna.

Não existe melhor forma de concluir uma argumentação sobre o conteúdo do notável Discurso da Servidão Voluntária do que mencionando o *insight* de Mesnard de que *"tanto para La Boétie, quanto para Maquiavel, a autoridade só pode ser baseada na aceitação dos súditos: exceto que um ensina o príncipe como compelir essa condescendência, enquanto que o outro revela ao povo o poder que consistiria sua recusa."*

Depois de se formar em Direito, Étienne de La Boétie fez uma carreira proeminente como



REFLEXÕES XVII

funcionário da realeza em Bordeaux. Ele nunca publicou o *Discurso*, e como ele seguiu uma carreira de lealdade ao monarca, ele jamais deu indícios de ter expressado as opiniões de seu tratado. Certamente, um dos motivos que fez com que Montaigne considerasse insistentemente que seu amigo era um conservador leal à monarquia foi o fato de que La Boétie havia mudado sua posição política quando eles se conheceram por volta de 1559. Na verdade, no início de 1562, pouco antes de ele falecer, La Boétie escreveu, mas não publicou, um manuscrito desprezado e que permaneceu desaparecido até poucos anos atrás, no qual ele, mostrando um conservadorismo moderado, recomenda que o estado puna líderes protestantes como rebeldes, que imponha o catolicismo na França, mas que também reforme os abusos da Igreja, de forma moderada e respeitável, pela interferência do rei e de seu parlamento. Os protestantes teriam então de ser forçados a se converter novamente ao catolicismo ou teriam de deixar o país.

É algo normal que jovens universitários, quando entram naquela fase apaixonada pela indagação sem limites, sejam radicais ardorosos, e só se acomodem em uma respeitada e confortável opinião conservadora quando estejam bem estabelecidos em uma carreira associada às compensações do *status quo*. Mas no caso de La Boétie parece ser mais complexo que isso. Pois a própria abstração do argumento dele no *Discurso*, o próprio distanciamento ao estilo renascentista dos problemas concretos da França de sua época, enquanto universaliza e radicaliza a teoria, também possibilitaram que La Boétie, mesmo em sua juventude, separasse a teoria da prática. Isto permitiu a ele ser verdadeiramente radical no abstrato ao passo que permanecia conservador no concreto. Sua praticamente inevitável mudança de interesses dos problemas abstratos para os problemas concretos em sua atarefada carreira fez com que seu radicalismo anterior fosse rapidamente abandonado, como se jamais tivesse existido.

Mas se seu método abstrato permitiu que La Boétie abandonasse rapidamente suas conclusões radicais no mundo real, ele teve um efeito oposto mais tarde nos seus leitores. Sua própria atemporalidade eternizou a obra, fazendo com que ela possa ser aplicada de uma maneira radical a todos os problemas e instituições

REFLEXÕES XVII

posteriores. E foi precisamente este o destino histórico do Discurso de La Boétie. Ele foi publicado pela primeira vez, embora anonimamente e incompleto, no panfleto radical huguenote *Reveille-Matin des Francois* (1574), escrito talvez por Nicholas Barnaud com a colaboração de Theodore Beza. O texto completo com o nome do autor apareceu pela primeira vez dois anos depois, numa coleção de ensaios radicais huguenotes compilada por um ministro calvinista em Genebra, Simon Goulard. Montaigne ficou furioso com a publicação do ensaio por um revolucionário huguenote. Ele mesmo pretendia publicá-lo. Depois disso, ele não apenas se recusou a publicá-lo como também tentou restaurar a reputação conservadora de La Boétie declarando sucessivas vezes que seu amigo tinha 18 anos, e depois 16, quando escreveu o ensaio. No entanto, por sua vez, mesmo os huguenotes tomaram precauções ao usar La Boétie. *"Apesar do espirito atrativo do ensaio de La Boétie,"* escreveu Howard Laski, *"o republicanismo manifesto e acadêmico era duro de ser digerido para a época. Não que La Boétie tenha sido pouco influente; mas ele foi usado tão cautelosamente quanto um bispo anglicano teria, nos anos de 1960, usado o darwinismo"*.

Quase completamente esquecido nos tempos mais pacíficos da primeira metade do século XVII na França, o Discurso voltou a se popularizar durante o Iluminismo do século XVIII, por ter sido publicado como um suplemento aos ensaios de Montaigne, porém não foi particularmente influente. Finalmente, e nada surpreendente, o ensaio encontrou seu *metier* no meio da Revolução Francesa, quando foi republicado por duas vezes. Depois o radical Abbe de Lammenais republicou o Discurso com um prefácio "violento" escrito por ele mesmo, e o mesmo foi feito por outro escritor em 1852 para rechaçar o *coup d'etat* de Napoleão III. E já vimos como o Discurso inspirou a ala não violenta do movimento anarquista nos séculos XIX e XX. Com o passar dos séculos, o argumento abstrato do Discurso continuou a fascinar os radicais e os revolucionários. O pensamento especulativo do jovem estudante de direito se vingava postumamente do respeitável e eminente funcionário do parlamento de Bordeaux.

O Discurso de La Boétie possui importância fundamental para os

REFLEXÕES XVII

leitores atuais –, importância essa que vai muito além do simples prazer de ler esta grande e seminal obra de filosofia política, ou, para os libertários, de ler o primeiro grande filósofo político libertário do mundo ocidental. Pois La Boétie trata claramente do problema que todos os libertários – na verdade, todos os oponentes do despotismo – consideram particularmente complicado: o problema da estratégia. Diante do devastador e aparentemente insuperável poder do Estado moderno, como um mundo livre e bem diferente pode ser alcançado? Como é possível sair da situação **a** e ir para **b**, de um mundo de tirania para um mundo de liberdade? Exatamente por causa de sua metodologia abstrata e atemporal, La Boétie oferece *insights* vitais para este eterno problema.

Em primeiro lugar, o *insight* de La Boétie de que qualquer Estado, independentemente do quão brutal e despótico seja, em longo prazo depende do consentimento da maioria do povo, ainda não foi assimilado pela consciência dos intelectuais que se opõem ao despotismo do Estado. Repare, por exemplo, quantos anticomunistas escrevem como se o governo comunista fosse apenas um terror imposto de cima sobre as massas descontentes e zangadas. Muitos dos erros da política externa norte-americana partiram da premissa de que a maioria da população de um país jamais poderia aceitar e acreditar nas ideias comunistas, que, portanto, deveriam ser impostas por uma pequena facção ou por agentes externos de países já comunistas. Entre os pensadores políticos modernos, somente Ludwig von Mises destacou apropriadamente o fato de que todos os governos dependem necessariamente do consentimento da maioria. Já que o governo despótico vai contra os interesses da maior parte da população, como então se dá este consentimento? Novamente, La Boétie destaca o ponto de que este consentimento é projetado, em grande medida pela propaganda bombardeada pelos governantes e seus apologistas intelectuais sobre o povo. Os instrumentos – de pão e circo, de mistificação ideológica – que os governantes de hoje usam para seduzir as massas e conquistar seu consentimento, permanecem os mesmos dos tempos de La Boétie.

A única diferença é o enorme aumento do uso de intelectuais

REFLEXÕES XVII

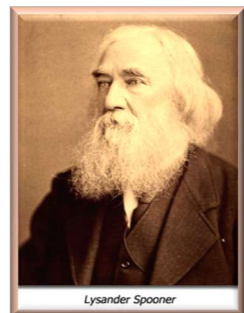
especialistas a serviço dos governantes. Mas neste caso, a principal tarefa dos oponentes das tiranias modernas é educacional: fazer o povo acordar para este processo, desmistificar e dessantificar o aparato estatal. Além disso, La Boétie analisa tanto a engenharia do consentimento como a engenharia do papel desempenhado pelos burocratas e outros grupos de interesses econômicos que se beneficiam do Estado, destaca outro problema crucial que muitos oponentes do estatismo foram incapazes de identificar: que a questão da estratégia não é somente a de educar o povo sobre os "erros" cometidos pelo governo.

Pois muito do que o estado faz não é de maneira alguma um erro quando considerado a partir do seu próprio ponto de vista, e sim um meio de maximizar seu poder, influência e renda. É preciso compreender que estamos enfrentando uma poderosa máquina de poder e de exploração econômica, e que, portanto, a educação libertária no mínimo deve incluir uma exposição desta exploração, e dos grupos de interesses econômicos e de intelectuais apologistas que se beneficiam do poder do Estado.

Ao se limitarem a análises dos supostos "erros" intelectuais, os oponentes das intervenções governamentais se autoinutilizaram. Pois antes de qualquer coisa, eles transmitiram sua contrapropaganda para um público que não tinha a capacidade ou o interesse de acompanhar análises complexas de erros, e que conseqüentemente podem facilmente ser enganados novamente pelos especialistas utilizados pelo Estado. Estes especialistas também devem ser dessantificados, e mais uma vez La Boétie reforça a necessidade desta dessantificação.

O teórico libertário Lysander Spooner, escrevendo mais de 400 anos depois de La Boétie, propôs a visão similar de que os apoiadores do governo eram em grande parte "tolos" e "desonestos":

Os ostensivos defensores da Constituição, assim como os ostensivos defensores da maioria dos demais governos, são



Lysander Spooner

REFLEXÕES XVII

constituídos de três classes: 1. Os Desonestos, uma classe ativa e numerosa, que veem no governo um instrumento que podem usar em benefício de sua própria reputação ou riqueza. 2. Os Tolos – uma classe maior, sem dúvida – cada um deles, devido ao fato de lhe permitirem um voto entre milhões para decidir o que ele pode fazer ou não com sua própria pessoa e sua própria propriedade, e porque lhe permitem o mesmo voto para decidir sobre o roubo, escravização e assassinato de outros, que o voto que os outros possuem para decidir roubar, escravizar e assassiná-lo, é estúpido o suficiente para pensar que é um "homem livre", um "soberano"; pensar que esse é um "governo livre", um "governo de direitos iguais", o "melhor governo do mundo", e absurdos parecidos. 3. Uma classe que possui alguma consciência dos malefícios do governo, mas que ou não vê como se livrar dele, ou escolhe não sacrificar seus interesses pessoais para se entregar com seriedade e sinceridade à tarefa de trabalhar por uma mudança.

Portanto, a principal tarefa da educação não é somente um *insight* abstrato sobre os "erros" do governo ao não conseguir aumentar a prosperidade geral, mas sim esclarecer o povo sobre toda a natureza e os procedimentos do Estado despótico. La Boétie também nos fala sobre esta tarefa ao destacar a importância de uma elite de vanguarda 'antenada' formada por intelectuais libertários e antiestatistas. O papel deste "núcleo" – entender a essência do estatismo e dessantificar o Estado perante os olhos e mentes do resto da população – é crucial para o potencial sucesso de qualquer movimento que vise a uma sociedade livre.

Portanto, descobrir, aglutinar, fomentar, e promover este núcleo, torna-se a mais importante tarefa libertária –, uma tarefa que muitos libertários desconhecem completamente. Pois não há níveis de opressão ou miséria que possam levar ao sucesso de um movimento pela liberdade sem que tal núcleo exista e seja capaz de educar e arregimentar os intelectuais e o público em geral.

La Boétie também sugere a importância de se encontrar e encorajar alas insatisfeitas do aparato governamental, e de estimulá-las a romperem com o poder e apoiar a oposição ao despotismo. Embora este esteja longe de ser o principal papel de um movimento libertário, todos os movimentos de sucesso contra a tirania do

REFLEXÕES XVII

Estado na história se utilizaram dessa insatisfação e dos conflitos internos, especialmente em seus estágios mais avançados.

La Boétie foi também o primeiro teórico a, depois de enfatizar a importância do consentimento, passar a enfatizar a importância estratégica de se derrubar a tirania ao fazer com que o povo retire este consentimento. Consequentemente, La Boétie foi o primeiro teórico da estratégia popular de desobediência civil não violenta das ordens e extorsões do Estado. É difícil fazer considerações de ordem prática sobre tal tática, até porque ela foi muito pouco utilizada.

Mudando de assunto, La Boétie oferece um *insight* otimista sobre o futuro de uma sociedade livre. Ele observa que uma vez que o povo viva sob uma tirania durante um bom tempo, ele se acostuma com ela, e não consegue enxergar a possibilidade de uma sociedade alternativa. Porém, isso significa que se o despotismo do estado chegar a ser removido seria extremamente difícil que o estatismo fosse imposto novamente. A proteção fornecida pelo hábito desapareceria, e o estatismo seria reconhecido por todos como a tirania que ele é. Se algum dia uma sociedade livre chegar a ser estabelecida, as chances de ela se manter livre são extremamente altas.

Mesmo que sem orientação, o povo está cada vez mais revoltado, não apenas contra os impostos abusivos, mas também contra toda a mística – cuidadosamente cultivada – do governo.

Há vinte anos, quando a historiadora Cecilia Kenyon escreveu sobre os Antifederalistas que se opunham à adoção da Constituição americana, os desprezou por serem "*homens sem fé*" – quer dizer, sem fé num governo central forte.

Hoje em dia já é difícil encontrar alguém com este tipo de fé cega no governo. Numa época como a que estamos vivendo, pensadores como Étienne de La Boétie são muito mais relevantes, e muito mais



REFLEXÕES XVII

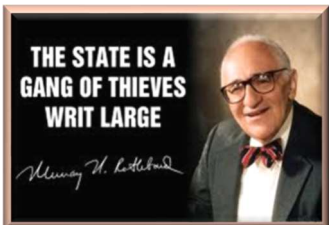
genuinamente modernos, do que foram por todo o século que passou. ●

Murray N. Rothbard: (1926-1995) foi um decano da Escola Austríaca e o fundador do moderno libertarianismo. Também foi o vice-presidente acadêmico do Ludwig von Mises Institute e do Center for Libertarian Studies

LUIZ BIANCHI

Você odeia o Estado?

Murray N. Rothbard



Ultimamente tenho pensado sobre quais são as questões cruciais que dividem os libertários. Algumas que têm recebido muita atenção nos últimos anos são: o anarcocapitalismo *versus* o governo limitado; o abolicionismo *versus* gradualismo; direitos naturais *versus* utilitarismo; e a guerra *versus* a

paz. Mas cheguei à conclusão de que, por mais importantes que sejam estas questões, elas realmente não vão ao cerne do problema, a linha divisória crucial entre nós.

Tomemos, por exemplo, dois dos principais trabalhos anarcocapitalistas dos últimos anos: o meu *Por Uma Nova Liberdade: O Manifesto Libertário* e *As Engrenagens da Liberdade* de David Friedman. Superficialmente, as principais diferenças entre eles são a minha adesão ao jusnaturalismo¹⁰ e a um código de lei libertária racional, em contraste com o utilitarismo amoralista de Friedman que clama para troca de favores políticos e *trade-offs* entre agências policiais privadas não libertárias. Mas a diferença realmente é mais profunda. Ao longo do *Por Uma Nova Liberdade: O Manifesto Libertário* (e da maior parte do resto do meu trabalho também) vê-se um ódio profundo e penetrante ao Estado e a todas as suas obras, com base na convicção de que o Estado é o inimigo da humanidade. Por outro lado, é evidente que David não odeia o Estado de forma alguma; ele apenas chegou à convicção de que o anarquismo e forças policiais privadas concorrentes são um melhor sistema social e econômico do que qualquer alternativa. Ou, mais elaboradamente, que o anarquismo seria melhor do que o *laissez-*

¹⁰ **Jusnaturalismo:** A corrente do jusnaturalismo defende que o direito é independente da vontade humana, ele existe antes mesmo do homem e acima das leis do homem. Para os jusnaturalistas o direito é algo natural e tem como pressupostos os valores do ser humano, e busca sempre um ideal de justiça.

REFLEXÕES XVII

faire que por sua vez é melhor do que o sistema atual. Em meio a todo o espectro de alternativas políticas, David Friedman decidiu que o anarcocapitalismo é superior. Mas superior a uma estrutura política existente que é muito boa também. Em suma, não há nenhum sinal de que David Friedman em qualquer sentido odeie o Estado americano existente ou o Estado *per se*, que o odeie profundamente em seu interior como a uma gangue predatória de ladrões, escravizadores, e homicidas. Não, existe simplesmente uma convicção de que o anarquismo seria o melhor de todos os mundos possíveis, mas que a nossa atual situação não é tão distante dele em conveniência. Pois para Friedman não há sentido em dizer que o Estado – qualquer Estado – é uma gangue criminosa e predatória.

A mesma impressão se vê nos escritos, por exemplo, do filósofo político Eric Mack. Mack é um anarcocapitalista que acredita em direitos individuais; mas não há nenhum indício em seus escritos de qualquer ódio passional ao Estado, ou, *a fortiori*¹¹, qualquer acusação de que o Estado é uma besta fera inimiga e que vive de espólios.

Talvez a palavra que melhor defina a nossa distinção é “radical”. Radical no sentido de estar em total e completa oposição ao sistema político existente e ao próprio Estado. Radical no sentido de ter integrado a oposição intelectual ao Estado com um ódio corajoso a seu abrangente e organizado sistema de crime e de injustiça. Radical no sentido de um profundo compromisso com o espírito de liberdade e antiestatismo que integra a razão, a emoção, o coração e a alma.

Além disso, em contraste com o que parece ser verdade hoje em dia, você não tem que ser um anarquista para ser um radical em nosso sentido, assim como você pode ser um anarquista mesmo faltando a centelha radical. Não consigo pensar em um único governista limitado dos dias de hoje que seja radical – um fenômeno verdadeiramente surpreendente, quando pensamos em nossos antepassados liberais clássicos que eram genuinamente radicais,

11 ***A fortiori***: *a fortiori ratione* - que significa "por causa de uma razão mais forte", ou seja, "com muito mais razão".

REFLEXÕES XVII

que odiavam o estatismo e os Estados de seus dias com uma paixão muito bem integrada: os Levellers, Patrick Henry, Tom Paine, Joseph Priestley, os jacksonianos, Richard Cobden, e assim por diante, uma votação nominal verdadeira dos grandes nomes do passado. O ódio radical de Tom Paine ao Estado e ao estatismo foi e é muito mais importante para a causa da liberdade que o fato de que ele nunca cruzou a linha divisória entre *laissez-faire* e anarquismo.

E mais perto de nossos dias, as minhas primeiras influências, como Albert Jay Nock, H. L. Mencken e Frank Chodorov, foram magnificamente e soberbamente radicais. O ódio ao Nosso Inimigo, o Estado (título de um livro de Nock) e todas as suas obras brilhou por meio de todos os seus escritos como uma estrela-farol. E daí se eles nunca fizeram bem todo o caminho para o anarquismo explícito? Muito melhor um Albert Nock do que uma centena de anarcocapitalistas que estão todos muito confortáveis com o *status quo* existente.

Onde estão os Paines e Cobdens e Nocks de hoje? Por que quase todos os nossos governistas de *laissez-faire* limitado são conservadores débeis e patriotas? Se o oposto de “radical” é “conservador”, onde estão os nossos radicais de *laissez-faire*? Se os nossos estatistas limitados forem verdadeiramente radicais, não haveria praticamente nenhuma divisão entre nós. O que divide o movimento agora, a verdadeira divisão, não é anarquista *versus* minarquista, mas radical *versus* conservador. Senhor, dá-nos radicais, sejam eles anarquistas ou não.

Para levar a nossa análise adiante, antiestatistas radicais são extremamente valiosos, mesmo que dificilmente possam ser considerados libertários em qualquer sentido abrangente. Assim, muitas pessoas admiram o trabalho de colunistas como Mike Royko e Nick von Hoffman porque consideram estes homens simpatizantes libertários e companheiros de viagem, o que eles são, mas isso não dá a dimensão da sua verdadeira importância. Em todos os escritos de Royko e von Hoffman, por mais inconsistentes que possam ser, sem dúvida, há um ódio onipresente ao Estado, a todos os políticos, burocratas e seus clientes que, no seu radicalismo genuíno, é muito mais fiel ao subjacente espírito de liberdade do que alguém que nos acompanhe friamente ao longo de cada

REFLEXÕES XVII

silogismo¹² e entimema¹³ até o “modelo” de tribunais concorrentes.

Tomando o conceito de radical *versus* conservador no nosso novo sentido, vamos analisar o agora famoso debate “abolicionismo” *versus* “gradualismo”. O último golpe vem na edição de agosto da *Reason* (uma revista em que cada fibra de seu ser exala “conservadorismo”), na qual o editor Bob Poole pergunta a Milton Friedman onde ele está neste debate. Friedman aproveita a oportunidade para denunciar a “covardia intelectual” daqueles que não estabeleceram métodos “viáveis” de conseguir ir “daqui para lá.” Poole e Friedman conseguiram encobrir os verdadeiros problemas. Não há um único abolicionista que não adotaria um método viável, ou um ganho gradual, se fosse o caminho disponível no momento. A diferença é que o abolicionista sempre mantém alta a bandeira de seu objetivo final, não esconde os seus princípios básicos e pretende chegar ao seu objetivo tão rápido quanto humanamente possível. Assim, enquanto o abolicionista aceitará um passo gradual na direção certa se isso é tudo que ele pode conseguir, ele sempre aceita a contragosto, como apenas um primeiro passo em direção a um objetivo que ele sempre mantém incrivelmente claro. O abolicionista é um “apertador de botões”, que pressionaria seu polegar contra um botão que abolisse o Estado imediatamente, se tal botão existisse. Mas o abolicionista também sabe que, infelizmente, tal botão não existe e que ele vai pegar um pouco do pão, se necessário – enquanto prefere sempre o pão inteiro se ele puder alcançá-lo.

Deve-se notar aqui que muitos dos mais famosos programas “graduais” de Milton, como o plano de *vouchers*, o imposto de renda negativo, o imposto retido na fonte e o papel-moeda fiduciário são

¹² **Silogismo:** raciocínio dedutivo estruturado formalmente a partir de duas proposições (premissas), das quais se obtém por inferência uma terceira (conclusão) [p.ex.: "todos os homens são mortais; os gregos são homens; logo, os gregos são mortais"].

¹³ **Entimema:** silogismo em que falta ou está subentendida uma premissa, tal como ocorre com freq. no discurso cotidiano, que suprime as asserções pressupostas pelos interlocutores (p.ex., "Pedro está com febre, logo está doente", que elide "todos os que têm febre estão doentes").

REFLEXÕES XVII

passos graduais (ou mesmo não tão graduais) na direção errada, para longe da liberdade e daí a oposição de muita da militância libertária a esses regimes.

A posição “apertador de botões” decorre do profundo e permanente ódio do abolicionista ao Estado e ao seu vasto motor de crime e opressão. Com tal visão de mundo integrada, o libertário radical nunca poderia sonhar enfrentar um botão mágico ou qualquer problema da vida real com algum cálculo de custo-benefício árido. Ele sabe que o Estado deve ser diminuído tão rápido e tão completamente quanto possível. Ponto.

E é por isso que o libertário radical não só é um abolicionista, mas também se recusa a pensar em termos como de um Plano de Quatro Anos para algum tipo de procedimento medido para a redução do estado. O radical – seja ele anarquista ou de *laissez-faire* – não pode pensar em termos como, por exemplo: bem, no primeiro ano, vamos cortar o imposto sobre o rendimento de 2%, abolir o ICC, e cortar o salário mínimo; pelo segundo ano vamos abolir o salário mínimo, cortar o imposto de renda por outro 2% e reduzir os pagamentos de bem-estar por 3%, etc. O radical não pode pensar em tais termos, porque os radicais veem o Estado como nosso inimigo mortal, que deve ser mutilado onde e quando pudermos. Para o libertário radical, deve-se tomar toda e qualquer oportunidade para cortar na carne do Estado, seja para reduzir ou suprimir um imposto, uma redução orçamentária, ou um poder de regulamentação. E o libertário radical é insaciável nesse apetite até que o Estado tenha sido abolido, ou – para minarquistas – diminuído para um papel minúsculo, de *laissez-faire*.

Muitas pessoas se perguntam: por que deveria haver quaisquer disputas políticas importantes entre os anarcocapitalistas e minarquistas agora? Neste mundo de estatismo, onde há muito terreno comum, por que os dois grupos não podem trabalhar em completa harmonia até que tenham alcançado um mundo cobdenita, após o qual poderemos expor nossas divergências? Por que brigar por tribunais e outras coisas agora? A resposta a esta excelente pergunta é que poderíamos e iríamos marchar lado a lado, desta forma, se os minarquistas fossem radicais, como desde o nascimento do liberalismo clássico até a década de 1940. Dê-nos os

REFLEXÕES XVII

radicais antiestatistas novamente, e a harmonia irá reinar triunfante dentro do movimento. ●

Murray Newton Rothbard: economista norte-americano da Escola Austríaca que ajudou a definir o conceito de moderno libertarianismo e fundou uma vertente de anarquismo baseada no livre mercado, denominada "anarcocapitalismo".

LUIZ BIANCHI

Dez grandes mitos econômicos

Murray N. Rothbard



Estamos cercados por um grande número de mitos econômicos, mitos que distorcem a noção do público a respeito de problemas importantes e nos levam a aceitar políticas governamentais perigosas e frágeis. Aqui estão dez dos mais perigosos desses mitos e uma análise do que há de errado neles.

Mito 1: Déficits são a causa da inflação; déficits não têm nada a ver com a inflação-

Nas décadas recentes, sempre temos tido déficits federais. A reação invariável do partido fora do poder, qualquer que seja ele, é denunciar esses déficits como sendo a causa da inflação perpétua. E a reação invariável de qualquer que seja o partido no poder tem sido de alegar que déficits não têm nada a ver com a inflação. Ambas as declarações antagônicas são mitos.

Déficits significam que o governo federal está gastando mais do que está recolhendo em impostos. Esses déficits podem ser financiados de duas maneiras. Se eles são financiados pela venda de títulos do Tesouro ao público, então os déficits não são inflacionários. Nenhum dinheiro novo está sendo criado; o público e as instituições simplesmente tiram dinheiro de seus depósitos bancários para pagar pelos títulos, e o Tesouro, então, gasta esse dinheiro. O dinheiro simplesmente foi transferido do público para o Tesouro, que então gastará esse dinheiro com outros membros do público.

Por outro lado, o *déficit* pode ser financiado pela venda de títulos ao sistema bancário. Quando isso ocorre, os bancos criam novo dinheiro ao criar novos depósitos bancários e usá-los para comprar os títulos. O novo dinheiro, na forma de depósitos bancários, é então gasto pelo Tesouro, e entra, portanto, permanentemente na corrente de gastos da economia, aumentando preços e causando inflação. Por meio de um processo complexo, o Banco Central possibilita que os bancos criem esse novo dinheiro permitindo que eles gerem reservas bancárias de um décimo daquela quantidade.

REFLEXÕES XVII

Assim, se os bancos forem comprar \$100 bilhões de novos títulos para financiar o *déficit*, o Banco Central compra aproximadamente \$10 bilhões de títulos velhos do Tesouro. Essa compra aumenta as reservas bancárias em \$10 bilhões, permitindo que os bancos, por meio do multiplicador monetário, criem novos depósitos bancários – ou seja, dinheiro é criado do nada – em uma quantia 10 vezes maior que essa quantidade inicial de \$10 bilhões. Em resumo, o governo e o sistema bancário que ele controla acabam, na prática, "imprimindo" dinheiro novo para pagar pelo *déficit* federal.

Assim, *déficits* são inflacionários quando são financiados pelo sistema bancário; eles não são inflacionários quando são financiados pelo público.

Alguns governantes apontam para o período de 1982-1983, quando o *déficit* estava se acelerando e a inflação estava se abatendo, como uma "prova" estatística de que *déficits* e inflação não têm relação mútua. Isso não é prova alguma. Mudanças de preços gerais são determinadas por dois fatores: a oferta de, e a demanda por, dinheiro. Durante o período de 1982-1983, o Banco Central americano criou dinheiro novo a uma taxa muito alta, a aproximadamente 15% ao ano. Muito desse dinheiro foi para financiar o *déficit* que estava em expansão. Mas, por outro lado, a depressão severa daqueles dois anos aumentou a demanda por dinheiro (isto é, diminuiu o desejo de se gastar dinheiro em bens) como resposta às perdas severas dos negócios. Esse aumento temporário e compensatório na demanda por dinheiro não torna os *déficits* menos inflacionários. Na verdade, assim que começou a recuperação, o gasto aumentou e a demanda por dinheiro caiu, e o gasto do novo dinheiro acelerou a inflação.

Mito 2: *Déficits* não têm um efeito de *crowding out*¹⁴ no investimento privado – Em anos recentes tem havido uma compreensível preocupação a respeito da baixa taxa de poupança e

¹⁴ ***Crowding out***: O Efeito de *Crowding Out* (em português, Efeito de Deslocamento ou de Evição) corresponde a uma redução no investimento e de outras componentes da despesa agregada sensíveis às taxas de juro, sempre que o Estado aumenta a despesa pública. Este efeito é justificado pelo fato de existir um

REFLEXÕES XVII

investimento nos Estados Unidos. Uma preocupação é que o enorme *déficit* federal vai desviar poupança para gastos improdutivos do governo, levando a um *crowding out* do investimento produtivo, gerando dificuldades cada vez maiores para melhorar ou até mesmo para manter o padrão de vida do público, em longo prazo.

Alguns responsáveis por políticas econômicas mais uma vez tentaram refutar essa acusação com estatísticas. Eles declararam que em 1982-1983 os déficits foram altos e crescentes, ao passo que a taxa de juros caiu, indicando, portanto, que déficits não têm um efeito de *crowding-out*.

Esse argumento mais uma vez mostra a falácia de se tentar refutar a lógica com estatísticas. As taxas de juros caíram devido à queda dos empréstimos ao setor privado em função da recessão. As taxas de juros "reais" (taxa de juros menos a taxa de inflação), porém, permaneceram em níveis altos como nunca antes visto – parcialmente devido ao fato de muitos de nós termos esperado inflação renovada, parcialmente devido ao efeito *crowding out*. Em qualquer caso, a estatística não pode refutar a lógica; e a lógica nos diz que, se a poupança vai para os títulos do governo, vai haver necessariamente menos poupança disponível para o investimento produtivo, e as taxas de juros serão maiores do que seriam sem os

mecanismo de transmissão entre o mercado monetário e o mercado de bens e serviços. De fato, quando o Estado aumenta os seus gastos (ou quando reduz os impostos) ocorre, no curto prazo, um aumento da despesa agregada, aumento esse ampliado pelo efeito do multiplicador da despesa. Contudo, o aumento da despesa agregada (e conseqüentemente dos preços) originará um aumento da procura de moeda por motivo de transações, que por sua vez irá provocar um aumento das taxas de juro. As taxas de juro poderão aumentar também pela emissão de dívida pública para financiar o acréscimo de despesa do Estado. Este aumento das taxas de juro irá por sua vez provocar uma descida do investimento e de outras componentes da despesa agregada mais sensíveis às taxas de juro. É a esta redução de alguns componentes da despesa agregada após o aumento das despesas públicas que é dada a designação de efeito de *crowding out*. Devido a este efeito, o impacto da política orçamentária é atenuado, ocorrendo também uma alteração nos componentes da despesa agregada.

REFLEXÕES XVII

déficits. Se os déficits são financiados pelo público, então esse desvio da poupança para projetos do governo será direto e palpável. Se os déficits são financiados por inflação bancária, então o desvio é indireto, e o novo dinheiro "impresso" pelo governo vai competir por recursos contra o dinheiro velho poupado pelo público. A tendência é que haja o *crowding out* do dinheiro velho pelo dinheiro novo

Milton Friedman tenta refutar o efeito de *crowding out* dos déficits, alegando que todo o gasto governamental, não apenas os déficits, provoca da mesma maneira o *crowding out* da poupança privada e do investimento. É verdade que o dinheiro extraído por impostos poderia ter ido para a poupança privada e para investimentos. Mas os déficits têm um efeito *crowding out* bem maior que os gastos gerais, já que os déficits financiados pelo público alteram a poupança e somente a poupança, ao passo que impostos reduzem o consumo do público, assim como a poupança.

Dessa forma, qualquer que seja a forma com que você encare os déficits, eles causam graves problemas econômicos. Se eles são financiados pelo sistema bancário, eles são inflacionários. Mas mesmo se eles forem financiados pelo público, eles ainda causam severos efeitos de *crowding out*, pois desviam a tão necessária poupança dos investimentos privados e produtivos para os desperdícios governamentais. E, mais ainda, quanto maiores os déficits, maior será a carga tributária incidente sobre a população para pagar os juros da dívida, um problema agravado pelas altas taxas de juros trazidas pelos déficits inflacionários.

Mito 3: Aumento de impostos é a cura para os déficits- Aquelas pessoas que estão corretamente preocupadas com os déficits, infelizmente oferecem uma solução inaceitável: aumentar impostos. Curar os déficits por meio de aumento de impostos é o equivalente a curar a bronquite de alguém dando-lhe um tiro. A "cura" é bem pior do que a doença.

Uma razão, como muitos críticos já apontaram, é que aumentar impostos simplesmente dá mais dinheiro ao governo, e, dessa forma, políticos e burocratas irão provavelmente reagir aumentando os gastos ainda mais. Parkinson disse tudo em sua famosa "Lei": "Os

gastos sobem ao encontro da receita." Se o governo está disposto a ter, digamos, um *déficit* de 20%, ele vai pegar as altas receitas e vai simplesmente aumentar os gastos ainda mais para manter a mesma proporção do *déficit*.

Mas mesmo deixando-se de lado esse sutil juízo sobre psicologia política, pergunto: por que alguém deveria acreditar que um imposto é melhor que um aumento de preços? É verdade que a inflação é uma forma de taxaão, na qual o governo e aqueles que recebem primeiramente o dinheiro novo estão aptos a expropriarem os outros membros do público, cuja renda nesse processo de inflação só aumenta depois. Mas, ao menos com inflação, as pessoas ainda estão colhendo alguns benefícios da troca. Se o preço do pão vai a \$10, isso é lamentável, mas ao menos você ainda pode comer o pão. Mas se os impostos sobem, seu dinheiro é expropriado para os benefícios de políticos e burocratas, e você é deixado de lado, sem receber nenhum serviço ou benefício. O único resultado é que o dinheiro do produtor é confiscado para o benefício de uma burocracia que vai usar parte desse dinheiro confiscado para benefício de seus apaniguados, piorando a situação.

Não, a única cura eficiente para os déficits é simples, porém quase nunca mencionada: cortar o orçamento federal. Como e onde? Em qualquer lugar e em todo o lugar.

Mito 4: Sempre que o Banco Central aperta a oferta monetária, as taxas de juros sobem (ou caem); sempre que o Banco Central expande a oferta monetária, as taxas de juros sobem (ou caem)- O jornalismo financeiro agora entende de economia o suficiente para ficar observando semanalmente, como falcões, os números da oferta monetária; mas ele inevitavelmente interpreta esses números de uma forma caótica. Se a oferta monetária aumenta, isso é interpretado como uma queda dos juros e, logo, inflacionário; isto também é interpretado, frequentemente no mesmo artigo, como um aumento nos juros. E vice-versa: se o Banco Central contrai o crescimento de dinheiro, isto é interpretado tanto como um aumento dos juros quanto como uma queda nos juros. Algumas vezes, parece que toda a ação do Banco Central, não importa o quão contraditória seja, deve resultar em aumento da taxa de juros. Claramente algo está muito errado

aqui.

O problema é que, assim como no caso do nível de preços, existem vários fatores causais operando nas taxas de juros, e em direções diferentes. Se o Banco Central expande a oferta monetária, ele faz isso gerando mais reservas bancárias, expandindo assim a oferta de créditos bancários e depósitos bancários. A expansão do crédito necessariamente significa um aumento da oferta no mercado de crédito e, logo, uma queda no preço do crédito, ou da taxa de juros. Por outro lado, se o Banco Central restringe a oferta de crédito e o aumento da oferta monetária, isso significa que a oferta no mercado de crédito declina, o que leva a um aumento da taxa de juros.

E isso é precisamente o que acontece na primeira década, ou em duas, de inflação crônica. Uma expansão do Banco Central diminui as taxas de juros; uma contração do Banco Central as aumenta. Mas após esse período, o público e o mercado começam a perceber o que está acontecendo. Eles começam a perceber que a inflação é crônica devido à expansão sistêmica da oferta monetária. Quando eles perceberem esse fato, eles também vão perceber que a inflação prejudica o credor em benefício do devedor. Assim, se alguém arruma um empréstimo a 5% ao ano, e a inflação é de 7% para aquele ano, o credor perde com isso, em vez de ganhar. Ele perde 2%, já que ele é pago de volta com dólares que agora têm 7% menos de poder de compra. Dessa maneira, é o devedor quem ganha com a inflação. Assim que os credores começam a perceber as coisas, eles colocam um prêmio de inflação na taxa de juros, e os devedores estarão dispostos a pagá-lo. Assim, em longo prazo, qualquer coisa que alimente as expectativas de inflação irá aumentar os prêmios de inflação nas taxas de juros; e qualquer coisa que arrefeça essas expectativas irá diminuir esses prêmios. Portanto, uma contração do Banco Central tenderá agora a arrefecer as expectativas inflacionárias e diminuir as taxas de juros; uma expansão do Banco Central vai estimular essas expectativas novamente e aumentar os juros. Portanto, existem duas correntes opostas em ação que causam essas reações. E, assim, a expansão ou a contração do Banco Central podem tanto aumentar quanto diminuir as taxas de juros, dependendo de qual corrente é a mais forte.

E qual delas será a mais forte? Não há maneira de saber ao certo.

REFLEXÕES XVII

Nas primeiras décadas de inflação, não haverá prêmio de inflação; mas nas últimas décadas, como nessa na qual estamos, haverá. A força relativa e o tempo de reação dependem das expectativas subjetivas do público, e essas não podem ser previstas de maneira exata. E essa é uma razão pela qual previsões econômicas jamais podem ser feitas corretamente.

Mito 5: Economistas, usando gráficos ou modelos computacionais avançados, podem acuradamente prever o futuro- O problema de prever as taxas de juros ilustra as armadilhas de se fazer previsões em geral. As pessoas são criaturas contraditórias cujos comportamentos, ainda bem, não podem ser previstos antecipadamente. Suas valorações, ideias, expectativas e conhecimentos mudam a todo momento, e mudam de maneira imprevisível. Qual economista, por exemplo, poderia ter previsto (ou realmente previu) a febre do Cabbage Patch Kid¹⁵ no Natal de 1983? Cada quantia econômica, cada preço, compra, ou renda são números que englobam milhares, até mesmo milhões, de escolhas imprevisíveis feitas por indivíduos.

Muitos estudos, formais e informais, têm sido feitos sobre a capacidade de previsão dos economistas, e os resultados são desanimadores. Esses previsores alegam que eles poderiam acertar sempre, desde que as tendências atuais continuassem indefinidamente; o que eles têm dificuldades em fazer é justamente perceber essas mudanças de tendência. Mas é claro que não há nada de especial em extrapolar tendências atuais para o futuro próximo. Você não precisa de modelos computacionais sofisticados para isso; você pode fazer melhor e bem mais barato usando simplesmente uma régua de cálculo. O grande lance está em precisamente prever quando e como as tendências vão mudar, e os previsores têm sido notoriamente ruins nisso. Nenhum economista previu a seriedade da depressão de 1981-1982, e nenhum previu a força do *boom* de 1983.

Da próxima vez que você for influenciado pelo jargão ou pela

¹⁵ Marca de bonecas de grande sucesso nos EUA, que chegava a gerar brigas entre clientes que disputavam, às vezes no tapa, seus raros estoques nas lojas.

aparente perícia de um previsor econômico, faça uma pergunta a si próprio: se ele realmente pode prever o futuro tão bem, por que ele está perdendo tempo divulgando circulares ou fazendo consultoria quando ele próprio poderia estar ganhando trilhões de dólares nos mercados financeiro e de *commodities*?

Mito 6: Há um *trade-off* entre desemprego e inflação- Sempre que alguém pede que o governo abandone suas políticas inflacionistas, políticos e economistas pró-*establishment* alertam que o resultado inevitavelmente será um severo desemprego. Estamos, portanto, presos em jogo entre inflação *versus* alto desemprego – e ficamos persuadidos de que temos que aceitar um dos dois.

Essa doutrina é um refúgio para keynesianos. Originalmente, os keynesianos nos prometeram que, ao manipular os déficits e gastos governamentais, fazendo uma sintonia fina neles, eles poderiam e iriam nos trazer prosperidade permanente e pleno emprego sem inflação. Então, quando a inflação se tornou crônica e cada vez maior, eles mudaram o tom e passaram a alertar sobre o alegado *trade-off*, de modo a enfraquecer qualquer possível pressão feita com o intuito de pedir que o governo parasse sua criação inflacionária de dinheiro.

A doutrina do *trade-off* é baseada na "Curva de Phillips," uma curva inventada muitos anos atrás pelo economista britânico A.W. Phillips. Phillips correlacionou aumento nos salários com desemprego, e alegou que os dois se moviam inversamente: quanto maior o aumento nos salários, menor o desemprego. De cara, essa é uma doutrina peculiar, já que vai de encontro à lógica teórica e ao senso comum. A teoria nos diz que quanto maior os salários, maior o desemprego, e vice-versa. Se todos fossem aos seus empregadores amanhã e insistissem em dobrar ou triplicar os salários, muitos ficariam imediatamente sem emprego. Ainda assim, esse achado bizarro foi aceito como um evangelho pelo *establishment* econômico keynesiano.

Hoje, já deveria estar claro que esse achado estatístico viola os fatos, bem como a teoria lógica. Durante a década de 1950, a inflação foi de apenas um ou dois por cento, e o desemprego flutuou entre três e

quatro por cento. Depois, o desemprego atingiu entre oito e 11%, e a inflação entre cinco e 13%. Nas últimas duas ou três décadas, em resumo, ambos o desemprego e a inflação aumentaram abrupta e severamente. Se houve algo, nós tivemos foi uma curva de Phillips reversa. Houve qualquer coisa, menos um *trade-off* entre inflação e desemprego.

Mas ideólogos raramente encaram os fatos, mesmo que eles continuamente aleguem "testar" suas teorias com fatos. Para salvar o conceito, eles simplesmente concluíram que a curva de Phillips ainda permanece um *trade-off* entre inflação e desemprego, exceto que agora a curva inexplicavelmente se "moveu" para um novo arranjo de alegados *trade-offs*. Sob esse tipo de argumentação, é claro, ninguém poderia jamais refutar qualquer teoria.

De fato, a inflação corrente, mesmo que ela reduza o desemprego em curto prazo ao fazer que os preços aumentem bem mais que os salários (portanto reduzindo os salários reais), vai apenas criar mais desemprego em longo prazo. Em algum momento, os salários vão passar a subir junto com a inflação – e toda inflação inevitavelmente traz recessão e desemprego em seu rastro. Depois de mais de duas décadas de inflação, estamos agora vivendo esse "longo prazo."

Mito 7: Deflação – queda de preços – é impensável, e causaria uma catastrófica depressão– A memória do público é curta. Esquecemos que, do início da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, até o início da Segunda Guerra Mundial, os preços geralmente caíram, ano após ano. Isso porque um contínuo aumento da produtividade e da produção de bens, gerado pelo livre mercado, levou a uma queda nos preços. Não houve depressão, no entanto, já que os custos caíram junto com os preços de venda. Em geral, os salários permaneceram constantes, enquanto que o custo de vida caiu – de tal forma que os salários "reais", ou o padrão de vida de todos, aumentou constantemente.

Praticamente a única época em que os preços subiram, naqueles dois séculos, foi em períodos de guerra (Guerra de 1812, Guerra Civil, Primeira Guerra Mundial). Os governos em guerra inflaram descontroladamente a oferta monetária para pagar pela guerra, de modo que essa inflação foi bem maior do que os ganhos em

produtividade – o que levou ao aumento dos preços.

Podemos ver como o capitalismo de livre mercado – quando não oprimido por inflação do governo ou de um banco central – funciona se olharmos para o que tem acontecido nos últimos anos com o preço dos computadores. Mesmo um simples computador costumava ser enorme, custando milhões de dólares. Agora, com o incrível surto de produtividade trazido pela revolução do *microchip*, os preços dos computadores estão caindo nesse mesmo momento em que escrevo. A indústria computacional tem tido sucesso apesar da queda dos preços porque seus custos têm caído, e a produtividade, subido. Na verdade, essa queda de custos e de preços permitiu a ela produzir para uma variada massa de consumidores, uma característica do crescimento dinâmico do capitalismo de livre mercado. A "deflação" não trouxe nenhum desastre para a indústria.

O mesmo ocorre para outras indústrias com alto crescimento, como a de calculadoras eletrônicas, aparelhos de TV, e videocassetes. Deflação, longe de trazer uma catástrofe, é a marca tradicional de um crescimento econômico sadio e dinâmico.

Mito 8: O melhor imposto é o imposto de renda "flat" (de alíquota única), proporcional à renda para todos os segmentos, sem isenções ou deduções– Geralmente, os proponentes do imposto "flat" acrescentam que, eliminando tais isenções, o governo federal poderia diminuir substancialmente a alíquota corrente.

Mas essa visão, para começar, assume que as deduções atuais do imposto de renda são subsídios imorais ou "meios de evasão" (*loopholes*) que devem ser extintos pelo bem de todos. Uma dedução ou isenção somente é um "meio de evasão" se você assumir que o governo é dono de 100% da renda de uma pessoa – e que permitir que parte daquela renda permaneça isenta de taxaço constitui um irritante "meio de evasão." Permitir que uma pessoa mantenha parte de sua própria renda não é nem um "meio de evasão" nem um subsídio. Diminuir a carga tributária total abolindo deduções para gastos com saúde, pagamento de juros, ou perdas que não estavam seguradas, é simplesmente baixar os impostos para um grupo de pessoas (aqueles que têm poucos gastos com

REFLEXÕES XVII

saúde, ou poucos juros a pagar, ou pequenas perdas sem seguro) à custa de aumentá-los para aqueles incorreram em tais gastos.

Não há também nenhuma garantia, nem mesmo probabilidade, de que, uma vez que as isenções e deduções estiverem seguramente fora do caminho, o governo vá manter sua carga tributária nesse nível mais baixo. Vendo os antecedentes de governos, antigos e atuais, há toda razão para pressupor que mais do nosso dinheiro seria levado pelo governo assim que ele aumentasse a alíquota de volta (no mínimo) ao nível anterior, conseqüentemente sugando uma maior quantidade de recursos dos produtores para a burocracia.

Supõe-se que o sistema tributário deveria ser análogo àquele de preços ou rendimentos no mercado. Mas a precificação no mercado não é proporcional às rendas. Seria um mundo peculiar se, por exemplo, Rockefeller fosse forçado a pagar \$1,000 por um pedaço de pão – isto é, um pagamento proporcional à sua renda em relação ao homem comum. Isso significaria um mundo no qual a igualdade de renda seria forçada de uma maneira particularmente bizarra e ineficiente. Se um imposto fosse aplicado como um preço de mercado, ele seria igual para todo "consumidor," e não proporcional à renda de cada consumidor.

Mito 9: Um corte no imposto de renda ajuda a todos; não apenas o contribuinte, mas também o governo vai se beneficiar, já que as receitas vão aumentar quando a taxa for cortada- Esta é a chamada "curva de Laffer," criada pelo economista californiano Arthur Laffer. Ela foi promovida como um meio de permitir que políticos pudessem fazer o impossível: cortar impostos, manter os gastos em níveis correntes, e equilibrar o orçamento. Tudo ao mesmo tempo. Dessa maneira, o público iria desfrutar de um corte de impostos, se deliciaria com um orçamento equilibrado, e ainda receberia o mesmo nível de subsídios do governo.

É verdade que se as alíquotas de imposto fossem de 99%, e daí fossem cortadas para 95%, as receitas iriam aumentar. Mas não há nenhuma razão para crer em tais simples conexões em outras situações. Na verdade, essa relação funciona bem melhor para um

REFLEXÕES XVII

imposto sobre o consumo no âmbito local do que para um imposto de renda nacional. Alguns anos atrás, o governo do Distrito de Columbia decidiu aumentar a receita simplesmente aumentando severamente o imposto sobre a gasolina. Não funcionou, pois os motoristas podiam simplesmente atravessar a fronteira com a Virginia ou com Maryland e encher o tanque a um preço bem menor. As receitas do imposto sobre a gasolina em D.C. caíram e, para grande vexame e assombro dos burocratas de D.C, eles tiveram que revogar o imposto.

Mas não é provável que isso aconteça com o imposto de renda. As pessoas não vão parar de trabalhar ou deixar o país por causa de um relativamente pequeno aumento de impostos, ou fazer o inverso por causa de um corte de impostos.

Há outros problemas com a curva de Laffer. A quantidade de tempo que se deve esperar para que o efeito Laffer ocorra nunca é especificada. Mas ainda mais importante: Laffer supõe que o que todos nós queremos é maximizar a receita de impostos para o governo. Se – e um grande se – nós estamos realmente na metade de cima da Curva de Laffer, todos nós deveríamos então querer ajustar as alíquotas de impostos para aquele ponto "ótimo." Mas por quê? Por que deveria ser o objetivo de cada um de nós maximizar a receita do governo? Por que, em resumo, estaríamos interessados em elevar ao máximo a fatia do produto privado que é canalizado para as atividades do governo? Eu penso que estaríamos mais interessados em minimizar a receita do governo derrubando as alíquotas de impostos para em nível muito, muito abaixo de qualquer que seja o nível de ótimo de Laffer.

Mito 10: Importação de países onde a mão de obra é barata provoca desemprego nos Estados Unidos—Um dos vários problemas com essa doutrina é que ela ignora a seguinte questão: por que os salários são baixos em um país estrangeiro, e altos nos Estados Unidos? Começa-se imaginando que esses salários já são determinados, e não se ataca a questão de por que eles são o que eles são. Basicamente, eles são altos nos EUA porque a produtividade do trabalho é alta – porque nos EUA os trabalhadores são ajudados por grandes quantidades de equipamentos tecnologicamente avançados. Os salários são baixos em muitos

REFLEXÕES XVII

países estrangeiros porque os equipamentos são pequenos e tecnologicamente primitivos. Sem a ajuda de bens de capital avançados, a produtividade do trabalhador é bem menor do que nos EUA. Os salários em cada país são determinados pela produtividade dos trabalhadores naquele país. Assim, altos salários nos EUA não são uma ameaça fixa à prosperidade americana; eles são o resultado dessa prosperidade.

Mas o que dizer de certas indústrias nos EUA que reclamam barulhenta e cronicamente sobre a "injusta" competição de produtos de países com mão de obra barata? Aqui, devemos ter em mente que os salários em cada país são interconectados entre uma indústria – sua ocupação e região – e outra. Todos os trabalhadores competem entre si, e se os salários na indústria **a** são bem menores que em outras indústrias, os trabalhadores – liderados por jovens trabalhadores começando suas carreiras – iriam sair da indústria **a**, ou se recusar a ir para ela, e se dirigir para outras empresas ou indústrias em que o salário é maior.

Dessa forma, os salários nessas indústrias que estão reclamando estão altos devido à competição de todas as outras indústrias nos EUA. Se as indústrias siderúrgicas ou têxteis nos EUA acham difícil competir com suas concorrentes estrangeiras, não é porque as indústrias estrangeiras estão pagando baixos salários, mas porque outras indústrias americanas forçaram para cima os salários americanos a um nível tão alto que as siderúrgicas e as têxteis não estão conseguindo pagar. Em resumo, o que realmente está acontecendo é que siderúrgicas, têxteis e outras firmas do tipo estão usando mão de obra ineficientemente em comparação às outras indústrias americanas. Tarifas ou cotas de importação para manter empresas ineficientes ou indústrias em operação são ruins para todo mundo – em cada país – que não está naquela indústria. Elas prejudicam todos os consumidores do país, pois mantêm os preços altos, a qualidade e a concorrência baixas, e distorcem a produção. Uma tarifa ou uma cota de importação é o equivalente a fatiar uma estrada de ferro ou destruir uma companhia aérea, já que a ideia é fazer com que o transporte internacional seja artificialmente caro.

Tarifas e cotas de importação também prejudicam outras indústrias

REFLEXÕES XVII

eficientes, pois restringem recursos que de outra forma iriam para usos mais eficientes. E, em longo prazo, tarifas e cotas, como qualquer tipo de privilégio monopolista garantido pelo governo, não garantem lucros nem para as empresas que estão sendo protegidas e subsidiadas, pois, como já vimos nos casos das estradas de ferro e das companhias aéreas, indústrias que gozam de monopólios garantidos pelo governo (sejam por meio de tarifas ou regulamentações) acabam se tornando tão ineficientes que elas perdem dinheiro de qualquer jeito, e acabam limitadas a ficar somente clamando por mais e mais ajuda do governo, por uma proteção privilegiada, perpétua e sempre em expansão contra a livre concorrência. •

Murray N. Rothbard: (1926-1995) foi um decano da Escola Austríaca e o fundador do moderno libertarianismo. Também foi o vice-presidente acadêmico do Ludwig von Mises Institute e do Center for Libertarian Studies.

Praxeologia: o método dos economistas austríacos

Murray Rothbard



Praxeologia é a distinta metodologia da Escola Austríaca. O termo foi inicialmente aplicado ao método austríaco por Ludwig von Mises, que foi não apenas o maior arquiteto e elaborador dessa metodologia, mas também o economista que mais completamente e de forma mais bem-sucedida a aplicou na construção da teoria econômica. Enquanto o método praxeológico é fora de moda, para dizer o mínimo, na economia contemporânea bem como em ciências sociais em geral e em filosofia da ciência, ele foi o método básico no início da Escola Austríaca e também de um considerável segmento da antiga escola clássica, em particular de J. B. Say e Nassau W. Senior.

A praxeologia se baseia no axioma fundamental de que indivíduos agem, ou seja, no fato primordial de que indivíduos participam de ações conscientes visando a objetivos escolhidos. Esse conceito de ação contrasta com o comportamento puramente reflexivo, ou automático, que não é dirigido para objetivos. O método praxeológico estende, por dedução verbal, as implicações lógicas desse fato primordial. Em resumo, a economia praxeológica é a estrutura de implicações lógicas do fato de que indivíduos agem. Essa estrutura é construída sobre o axioma¹⁶ fundamental da ação, e tem alguns axiomas auxiliares, tais como os indivíduos são diferentes e que seres humanos consideram lazer como um bem valioso. Para qualquer cético em relação a se deduzir de tal base simples um sistema inteiro de economia, eu recomendo o livro *Ação Humana* de Mises. Além disso, uma vez que a praxeologia inicia com um axioma verdadeiro, **a**, todas as proposições que podem ser deduzidas desse axioma têm que ser verdadeiras, pois se **a** implica

¹⁶ **Axioma:** máxima, provérbio, sentença.

REFLEXÕES XVII

b, e **a** é verdadeiro, então **b** tem também que ser verdadeiro.

Consideremos algumas das implicações imediatas do axioma da ação. Ação implica que o comportamento do indivíduo é proposital, em resumo, que é direcionado a objetivos. Além disso, o fato de ele agir implica que ele conscientemente escolheu certos meios para atingir seus objetivos. Uma vez que ele deseja atingir esses objetivos, estes devem ser valiosos a ele; de acordo com isso ele deve ter valores que governam as suas escolhas. Que ele emprega meios implica que ele acredita que ele tem o conhecimento tecnológico que certos meios irão atingir seus fins desejados. Notemos que a praxeologia não assume que a escolha de valores e objetivos pela pessoa é sábia ou adequada ou que ela escolheu o método tecnologicamente correto de atingi-los. Tudo o que a praxeologia afirma é que o indivíduo agente adota objetivos e acredita, quer erroneamente, quer corretamente, que ele pode chegar a eles pelo emprego de certos meios.

Toda ação no mundo real, além disso, deve realizar-se por meio do tempo; toda ação tem lugar em algum presente e é direcionada para a realização futura (imediate ou remota) de um fim. Se todos os objetivos de uma pessoa pudessem ser instantaneamente realizados, não haveria razão alguma para que ela agisse. Além do mais, que um homem age implica que ele acredita que a ação fará alguma diferença; em outras palavras, que ele prefere a situação resultante da ação àquela de nenhuma ação. Portanto, ação implica que o homem não tem conhecimento onisciente do futuro; pois se tivesse tal conhecimento, nenhuma ação de sua parte faria qualquer diferença. Assim, ação implica que nós vivemos em um mundo de um futuro incerto, ou não totalmente certo. Assim, nós podemos retificar a nossa análise da ação e dizer que o homem decide empregar meios de acordo com o seu plano tecnológico no presente porque ele espera atingir seus objetivos em algum tempo futuro.

O fato de que as pessoas agem necessariamente implica que os meios empregados são escassos em relação aos fins desejados; pois, se todos os meios não fossem escassos, mas superabundantes, os fins já teriam sido atingidos, e não haveria necessidade de ação. Colocado de outra forma, recursos que são superabundantes não mais funcionam como meios, porque eles deixam de ser objetos da

REFLEXÕES XVII

ação. Assim, o ar é indispensável para a vida e, portanto, para o alcance de objetivos; entretanto, o ar sendo superabundante não é um objeto da ação e, portanto, não pode ser considerado como um meio, mas como o que Mises chamou uma “*condição geral do bem-estar humano*”. Onde o ar não é superabundante, ele pode se tornar um objeto de ação, por exemplo, onde ar frio é desejado o ar quente é transformado pelo condicionador. Mesmo com o absurdamente improvável advento do Éden (ou o que uns poucos anos atrás foi considerado em alguns círculos como sendo um eminente mundo “pós-escassez”), no qual todos os desejos podem ser satisfeitos instantaneamente, ainda haveria pelo menos um meio escasso: o tempo do indivíduo, do qual cada unidade, se alocada para um propósito, é necessariamente não alocada para algum outro objetivo.

Tais são algumas das implicações imediatas do axioma da ação. Nós chegamos a elas ao deduzirmos as implicações lógicas do fato existente da ação humana e, portanto, deduzimos conclusões verdadeiras de um axioma verdadeiro. Apesar do fato de que essas conclusões não podem ser “testadas” por meios históricos ou estatísticos, não há necessidade de testá-las uma vez que suas verdades já foram estabelecidas. Um fato histórico entra nessas conclusões apenas para determinar qual o ramo da teoria é aplicável em cada caso particular. Assim, para Crusoe e Sexta-Feira em sua ilha deserta, a teoria praxeológica do dinheiro é de interesse apenas acadêmico, em vez de um interesse aplicável no momento. Uma análise mais completa da relação entre teoria e história na abordagem praxeológica será considerada abaixo.

Existem, então, duas partes desse método axiomático-dedutivo: o processo de dedução e o *status* epistemológico dos próprios axiomas. Primeiro, há o processo de dedução; por que existem meios verbais em vez da lógica matemática? Sem apresentar o abrangente argumento contra a economia matemática, um ponto pode ser imediatamente levantado: deixemos o leitor tomar as implicações do conceito de ação como desenvolvido até aqui neste artigo e tentar colocá-las em uma forma matemática. E mesmo que isso pudesse ser feito, o que teria sido alcançado exceto uma drástica perda do significado em cada passo do processo dedutivo?

REFLEXÕES XVII

A lógica matemática é apropriada à física – a ciência que tem se tornado a ciência-modelo, que positivistas e empiristas modernos acreditam que todas as outras ciências sociais e físicas deveriam emular. Em física, os axiomas e, portanto, as deduções são em si mesmas puramente formais e apenas adquirem significado “operacionalmente” na medida em que elas podem explicar e prever certos fatos. Por outro lado, na praxeologia, na análise da ação humana, sabe-se que os próprios axiomas são verdadeiros e têm significado. Como resultado, cada dedução verbal passo a passo é também verdadeira e tem significado; é pela grande qualidade das proposições verbais que cada uma tem significado, enquanto símbolos matemáticos não têm significado em si mesmos. Assim, Lord Keynes, muito pouco austríaco e ele mesmo um matemático digno de nota, dirigiu a seguinte crítica ao simbolismo matemático em economia:

“É uma grande falha dos métodos simbólicos pseudomatemáticos de formalizar um sistema de análise econômica, já que eles assumem estrita independência entre os fatores envolvidos e perdem toda a sua habilidade persuasiva e autoridade se essa hipótese não é permitida: enquanto que no discurso normal, onde nós não estamos cegamente manipulando, mas sabemos a todo tempo o que estamos fazendo e o que as palavras significam, podemos manter ‘ao fundo do nosso pensamento’ as reservas e qualificações necessárias e os ajustes que tivermos que fazer mais adiante, de uma forma que nós não podemos usar para manter complicadas diferenciais parciais ‘ao fundo de’ várias páginas de álgebra que assumem que todas elas se cancelam. Uma proporção muito grande da recente economia ‘matemática’ são meras invenções, tão imprecisas quanto as premissas iniciais em que se baseiam, o que permite que o autor perca de vista as complexidades e interdependências do mundo real em um labirinto de símbolos pretensiosos e inúteis.”

Além do mais, mesmo se a economia verbal pudesse ser traduzida em símbolos matemáticos com sucesso e então retraduzida para o inglês a fim de explicar as conclusões, o processo não faz sentido e viola o grande princípio científico da navalha de Occam: evitar desnecessária multiplicação de entidades. Além disso, como o cientista político Bruno Leoni e o matemático Eugenio Frola apontaram,

REFLEXÕES XVII

“Frequentemente se afirma que a tradução de tal conceito como o máximo da linguagem normal para a linguagem matemática envolve uma melhoria na exatidão lógica do conceito, bem como oportunidades mais abrangentes para o seu uso. Mas a falta de precisão matemática na linguagem normal reflete precisamente o comportamento dos seres humanos no mundo real... Nós podemos suspeitar que a tradução para a linguagem matemática por si mesma implica uma sugerida transformação de operadores econômicos humanos em robôs virtuais.”

De forma parecida, um dos primeiros metodologistas em economia, Jean-Baptiste Say, criticou os economistas matemáticos por

“não terem sido capazes de enunciar essas questões em linguagem analítica sem desprovê-las de suas naturais complicações, por meio de simplificações e supressões arbitrárias, cujas consequências, não estimadas adequadamente, sempre mudam essencialmente a condição do problema e perverte todos os seus resultados.”

Mais recentemente, Boris Ischboldin tem enfatizado a diferença entre lógica verbal ou “linguística” (“a análise real do pensamento declarado pela linguagem expressiva da realidade como compreendido na experiência comum”) e a lógica “construtiva”, que é “a aplicação de dados quantitativos (econômicos) de construção da matemática e lógica simbólica cujas construções podem ou não ter equivalentes reais”.

Ainda que fosse ele mesmo um economista matemático, o matemático filho de Carl Menger escreveu uma dura crítica à ideia de que a apresentação matemática em economia é necessariamente mais precisa do que a linguagem normal:

“Considere, por exemplo, os enunciados (2): A um preço mais elevado de um bem corresponde uma mais baixa (ou a qualquer taxa, uma não mais alta) demanda.

(2’): Se p denota o preço de um bem e q a sua demanda, então

$$q = f(p) \text{ e } dq/dp = f'(p) = 0$$

Aqueles que consideram a fórmula (2’) como mais precisa ou “mais matemática” do que a sentença (2) estão sob completo equívoco ... a única diferença entre (2) e (2’) é essa: uma vez que (2’) é limitada a funções que

REFLEXÕES XVII

são diferenciáveis e cujos gráficos, portanto, têm tangentes (que de um ponto de vista econômico não são mais plausíveis do que a curvatura), a sentença (2) é mais geral, mas de forma alguma menos precisa: ela tem a mesma precisão matemática do que (2')."

Indo do processo de dedução para os próprios axiomas, qual o seu *status* epistemológico? Aqui os problemas se tornam obscuros pela diferença de opinião dentro do campo praxeológico, em particular no que diz respeito ao axioma fundamental da ação. Ludwig von Mises, um adepto da epistemologia kantiana, afirmava que o conceito de ação é *a priori* a toda experiência, porque ele é, como a lei de causa e efeito, parte do "caráter essencial e necessário da estrutura lógica da mente humana".

Sem analisar muito profundamente as turvas águas da epistemologia, eu negaria, como um aristotélico e neotomista, qualquer suposta "lei de estrutura lógica" que a mente humana necessariamente impõe à estrutura caótica da realidade. Pelo contrário, eu chamaria tais leis de "leis da realidade", as quais a mente compreende ao investigar e comparar os fatos do mundo real. Meu ponto de vista é que o axioma fundamental e os axiomas auxiliares são derivados da experiência da realidade e são, portanto, empíricos no sentido mais abrangente. Eu concordaria com a visão realista aristotélica de que sua doutrina é radicalmente empírica, muito mais do que o empiricismo pós-humeano que é dominante na filosofia moderna. Assim, John Wild escreveu:

"É impossível reduzir a experiência a um conjunto de impressões isoladas e unidades atômicas. Estrutura relacional é também dada com igual evidência e certeza. Os dados imediatos são cheios de estrutura determinada, que é facilmente abstraída pela mente e compreendida como essências e possibilidades universais."

Além do mais, um dos dados comuns de toda a experiência humana é a existência; outro é a consciência. Em contraste com a visão kantiana, Harmon Champman escreveu que

"a concepção é um tipo de consciência, uma forma de compreender coisas ou entendê-las e não uma suposta manipulação subjetiva das assim chamadas generalidades ou universalidades unicamente 'mentais' ou 'lógicas' em suas origens e não cognitivas por natureza."

REFLEXÕES XVII

Que então ao penetrar os dados dos sentidos, a concepção também sintetiza esses dados é evidente. Mas a síntese aqui envolvida, ao contrário da síntese de Kant, não é uma condição anterior à percepção, um processo anterior que constitui ambos a percepção e seu objeto, mas, pelo contrário, uma síntese cognitiva de compreensão, ou seja, uma união ou ‘entendimento’ que é um com a própria compreensão. Em outras palavras, percepção e experiência não são resultados ou produtos finais de um processo sintético a priori, mas são eles mesmos sintéticos ou entendimento compreensivo cuja unidade estruturada é prescrita unicamente pela natureza do real, ou seja, pelos objetos pretendidos em sua essência e não pela própria consciência cuja natureza (cognitiva) é de compreender a realidade – como ela é.”

Se, no sentido mais amplo, os axiomas da praxeologia são radicalmente empíricos, eles estão longe do empirismo pós-humano que permeia a moderna metodologia das ciências sociais. Além das considerações supracitadas, (1) eles são tão amplamente baseados na experiência humana comum que, uma vez enunciados, eles se tornam autoevidentes e, portanto, não cumprem o corrente critério de “falseabilidade”; (2) eles se baseiam, em particular o axioma da ação, na experiência interna universal, bem como na experiência externa, ou seja, a evidência é reflexiva em vez de puramente física; e (3) eles são, portanto, *a priori* aos complexos eventos históricos aos quais o empiricismo moderno confina o conceito de “experiência.”

Say, talvez o primeiro praxeologista, explicou a derivação dos axiomas da teoria econômica como segue:

“Daí a vantagem desfrutada por todos que, por meio de distinta e precisa observação, podem estabelecer a existência desses fatos gerais, demonstram sua conexão e deduzem suas consequências. Elas tão certamente seguem da natureza das coisas como as leis do mundo material. Nós não as imaginamos; elas são resultados a nós revelados por meio de judiciosa observação e análise...”

A economia política... é composta de alguns poucos princípios fundamentais e de um grande número de corolários e conclusões, obtidos desses princípios... que podem ser admitidos por toda mente reflexiva.”

Friedrich A. Hayek descreve duramente o método praxeológico em

REFLEXÕES XVII

contraste com a metodologia das ciências físicas e também destacou a abrangente natureza empírica dos axiomas praxeológicos:

“A posição do homem... resulta em que os fatos básicos essenciais de que precisamos para a explicação de fenômenos sociais são parte da experiência comum, parte da substância do nosso pensamento. Nas ciências sociais são os elementos dos fenômenos complexos que se sabem estar além da possibilidade de contestação. Nas ciências naturais eles podem ser apenas especulados, na melhor das hipóteses. A existência desses elementos é tão mais certa do que quaisquer regularidades nos fenômenos complexos dos quais eles surgem que são eles que constituem o verdadeiro fator empírico nas ciências sociais. Não pode haver muita dúvida de que é essa diferente posição do fator empírico no processo de raciocínio nos dois grupos de disciplinas que está na raiz da grande confusão com respeito aos seus caracteres lógicos. A diferença essencial é que nas ciências naturais o processo de dedução tem de iniciar de alguma hipótese que é o resultado de generalizações indutivas, enquanto que nas ciências sociais isso inicia diretamente dos elementos empiricamente conhecidos e que os usa para encontrar as regularidades nos fenômenos complexos, que não podem ser estabelecidos por observações diretas. Elas são, por assim dizer, ciências empiricamente dedutivas, procedendo dos elementos conhecidos às regularidades nos fenômenos complexos que não podem ser diretamente estabelecidos.”

De forma similar, J. E. Cairnes escreveu:

“O economista inicia com o conhecimento das causas finais. Ele já está, no início da sua empreitada, na posição que o físico apenas alcança após um período de laboriosa pesquisa... pois para a descoberta de tais premissas nenhum processo elaborado de indução é necessário... por essa razão nós temos, ou podemos ter se escolhermos voltar nossa atenção a esse assunto, conhecimento direto dessas causas em nossas consciências do que se passa em nossas mentes e nas informações que os nossos sentidos transmitem... para nós dos fatos externos.”

Nassau W. Senior expressou isso da seguinte forma:

“As ciências físicas, estando apenas em segundo plano em termos de familiarização com a mente, obtêm suas premissas quase que exclusivamente de observação ou hipótese. ...Por outro lado, as ciências mentais e as artes mentais derivam as suas premissas principalmente da

REFLEXÕES XVII

consciência. Os objetos com os quais elas estão primariamente familiarizados são as operações da mente humana. [Essas premissas são] algumas poucas proposições gerais, que são resultado de observação, ou consciência, e que quase todo homem admite logo que as ouve, como familiares aos seus pensamentos, ou ao menos inclusas em seu conhecimento prévio.”

Comentando a respeito de que estava completamente de acordo com essa passagem, Mises escreveu que essas “proposições imediatamente evidentes” são “de derivação apriorística... a não ser que alguém deseje chamar cognição apriorística de experiência interna.”

Sobre isso Marian Bowley, uma biógrafa de Senior, justamente comentou:

“A única diferença fundamental entre as posições gerais de Mises e Senior está na aparente negação de Mises da possibilidade de usar qualquer dado empírico geral, ou seja, fatos da observação geral, como premissas iniciais. Essa diferença, entretanto, se volta contra as ideias básicas de Mises sobre a natureza do pensamento, e apesar de importância filosófica geral, tem pouca relevância ao método econômico como tal.”

Deve-se notar que para Mises é apenas o axioma fundamental da ação que é *a priori*; ele reconhece que os axiomas auxiliares da diversidade da humanidade e natureza e do lazer como um bem de consumo são largamente empíricos.

A filosofia moderna pós-kantiana tem tido bastante problema em englobar proposições autoevidentes, que são marcadas precisamente por sua forte e evidente verdade e não por serem hipóteses testáveis, que são, no estado atual, consideradas “falsificáveis”. Às vezes parece que os empiricistas usam a moderna dicotomia analítica-sintética, como o filósofo Hao Wang acusou, para descartar teorias que acham difíceis de refutar ao rejeitá-las como necessariamente definições disfarçadas ou hipóteses questionáveis e incertas.

Mas e se submetemos a celebrada “evidência” dos modernos positivistas e empiristas à análise? O que é isso? Nós descobrimos que há dois tipos de tal evidência que confirma ou refuta uma

REFLEXÕES XVII

proposição: (1) se ela viola as leis da lógica, por exemplo, implica que $a = -a$; ou (2) se é confirmada por fatos empíricos (como num laboratório) que podem ser checados por muitas pessoas. Mas qual seria a natureza de tal “evidência” se não levar, por vários meios, de proposições até agora nebulosas e obscuras para uma visão clara e evidente, ou seja, evidente aos observadores científicos? Em resumo, processos lógicos ou de laboratório servem para tornar evidente às “consciências” dos vários observadores que as proposições são confirmadas ou refutadas, ou, para usar uma terminologia ultrapassada, verdadeiro ou falso. Mas nesse caso, proposições que são imediatamente evidentes às consciências dos observadores têm ao menos *status* científico tão bom quanto a outra e atualmente formas de evidência mais aceitáveis. Ou, como colocou o filósofo tomista John J. Toohey,

“Provar significa tornar evidente algo que não é evidente. Se uma verdade ou proposição é autoevidente, é inútil tentar prová-la; tentar prová-la seria tentar tornar evidente algo que já é evidente.”

O axioma da ação em particular deveria ser, de acordo com a filosofia aristotélica, incontestável e autoevidente, uma vez que o crítico que tenta refutá-la descobre que ele deve usá-lo no processo da suposta refutação. Assim, o axioma da existência da consciência humana é demonstrado como autoevidente pelo fato de que o próprio ato de negar a existência da consciência deve ser ele próprio realizado por um ser consciente. O filósofo R. P. Phillips chamou esse atributo de um axioma autoevidente de “princípio bumerangue”, uma vez que “mesmo que o arremessássemos para longe de nós, ele voltaria.” Uma autocontradição semelhante encara o homem que tenta refutar o axioma da ação. Uma vez que ao fazê-lo, ele é *ipso facto* uma pessoa fazendo uma escolha consciente dos meios de tentar atingir um fim determinado: nesse caso o fim, ou objetivo, de tentar refutar o axioma da ação. Ele emprega ação em tentar refutar a noção de ação.

Obviamente, uma pessoa pode dizer que nega a existência de princípios autoevidentes ou outras verdades estabelecidas do mundo real, mas essa mera fala não tem validade epistemológica. Como apontou Toohey,

REFLEXÕES XVII

“Um homem pode falar qualquer coisa que lhe agrade, mas ele não pode pensar ou fazer qualquer coisa que lhe agrade. Ele pode falar que viu um quadrado redondo, mas ele não pode pensar que viu um quadrado redondo. Ele pode dizer, se ele gostar, que viu um cavalo montado com uma perna de cada lado em suas próprias costas, mas nós devemos saber o que pensar dele se ele falar isso.”

A metodologia do positivismo e empiricismo moderno falha mesmo nas ciências físicas, para as quais ela é muito mais apropriada do que para as ciências da ação; de fato, ela falha particularmente onde os dois tipos de disciplina se interconectam. Assim, o fenomenologista Alfred Schtz, um aluno de Mises em Viena, que foi pioneiro em aplicar a fenomenologia às ciências sociais, apontou a contradição na insistência dos empiristas no princípio da verificabilidade empírica na ciência, enquanto ao mesmo tempo negam a existência de “outras mentes” como inverificável. Mas quem deveria fazer a verificação de laboratório se não as próprias “outras mentes” dos reunidos cientistas? Schtz escreve:

“Não é compreensível que os mesmos autores que estão convencidos de que nenhuma verificação da inteligência de outros seres humanos é possível tenham tal confiança no princípio da verificabilidade, que pode ser cumprido apenas por meio da cooperação com os outros.”

Nesse sentido, os empiricistas modernos ignoram as pressuposições necessárias do próprio método científico que eles defendem. Para Schtz, o conhecimento de tais pressuposições é “empírica” em seu sentido mais amplo,

“dado que não restringimos esse termo às percepções sensoriais de objetos e eventos no mundo externo, mas incluímos a forma da experiência, pela qual o pensamento do senso comum na vida cotidiana entende ações humanas e seus resultados em termos de seus motivos e objetivos fundamentais.”

Tendo lidado com a natureza da praxeologia, seus procedimentos e axiomas e sua base filosófica, consideremos qual é a relação entre praxeologia e as outras disciplinas que estudam a ação humana. Em particular, quais as diferenças entre a praxeologia e tecnologia, psicologia, história e ética – todas em certo sentido interessadas na ação humana?

REFLEXÕES XVII

Em resumo, a praxeologia consiste nas implicações lógicas do fato formal universal de que as pessoas agem, que elas empregam meios de tentar atingir os fins escolhidos. A tecnologia lida, em termos de conteúdo, com o problema de como atingir fins pela adoção de meios. A psicologia lida com a questão do porquê as pessoas adotam vários fins e como elas chegam a adotá-los. A ética lida com a questão de quais fins, ou valores, as pessoas devem adotar. E a história lida com os fins adotados no passado, quais meios foram usados ao tentar atingi-los – e quais foram as consequências dessas ações.

A praxeologia, ou a ciência econômica em particular, é, portanto, uma disciplina única dentro das ciências sociais; uma vez que, em contraste com as outras, ela lida não com o conteúdo dos valores, objetivos ou ações dos homens – não com o que eles fizeram ou como eles agiram ou como eles devem agir – mas puramente com o fato de que eles têm objetivos e agem para atingi-los. As leis da utilidade, demanda, oferta e preço se aplicam independentemente do tipo de bens e serviços desejados ou produzidos. Como Joseph Dorfman escreveu sobre o *Outlines of Economic Theory* de Herbert J. Davenport (1896):

“O caráter ético dos desejos não foi parte fundamental de sua investigação. Os homens trabalham e se submetem à privação por ‘whiskey, cigarros e burglars’ jimmies’ ele disse, ‘bem como para comida, estátuas ou maquinário para colheita’. Enquanto os homens forem dispostos a comprar e vender ‘tolice e maldade’, as primeiras commodities seriam fatores econômicos com um lugar no mercado, pela utilidade, como um termo econômico, significando meramente a adaptabilidade aos desejos humanos. Enquanto os homens a desejarem, elas satisfariam uma necessidade e seriam motivos para a sua produção. Portanto, a economia não precisa investigar a origem das escolhas.”

A praxeologia, bem como os sensatos aspectos das outras ciências sociais, se baseia no individualismo metodológico, no fato de que apenas indivíduos sentem, valorizam, pensam e agem. O individualismo foi sempre acusado pelos seus críticos – e sempre de forma incorreta – com a premissa de que cada indivíduo é um “átomo” hermeticamente fechado, separado e não influenciado por

REFLEXÕES XVII

outras pessoas. Essa má interpretação absurda do individualismo metodológico está na raiz da triunfante demonstração de J. K. Galbraith em *The Affluent Society* (Boston, Houghton Mifflin, 1958) de que os valores e escolhas dos indivíduos são influenciados por outras pessoas e, portanto, supostamente que a teoria econômica é inválida. Galbraith também conclui de sua demonstração que essas escolhas, por serem influenciadas, são artificiais e ilegítimas.

O fato de a teoria econômica praxeológica se basear na ação universal de valores e escolhas individuais significa, repetindo o resumo de Dorfman do pensamento de Davenport, que a teoria econômica “não precisa investigar a origem das escolhas”. A teoria econômica não é baseada na premissa absurda de que todo o indivíduo chega aos seus valores e escolhas em um vácuo, imune à influência humana. Obviamente, os indivíduos estão continuamente aprendendo e influenciando uns aos outros. Como F. A. Hayek escreveu em sua justamente famosa crítica a Galbraith, “The Non Sequitur of the ‘Dependence Effect’”:

“O argumento do Professor Galbraith poderia ser facilmente empregado, sem qualquer mudança dos termos essenciais, para demonstrar a inutilidade da literatura ou qualquer outra forma de arte. Certamente um desejo do indivíduo por literatura não originário de si mesmo no sentido de que ele a experimentaria se a literatura não fosse produzida. Isso significa então que a produção de literatura não pode ser defendida como satisfazendo um desejo porque é apenas a sua produção que provoca a sua demanda?”

Que a Escola Austríaca de economia se baseia desde o início na análise do fato das escolhas e valores subjetivos individuais infelizmente levou os primeiros austríacos a adotar o termo escola psicológica. O resultado foi uma série de críticas desorientadas de que os últimos achados da psicologia não tinham sido incorporados à teoria econômica. Isso levou também a equívocos tais como que a lei da utilidade marginal decrescente se baseia em alguma lei psicológica da saciedade dos desejos. Na realidade, como Mises firmemente apontou, essa lei é praxeológica em vez de psicológica e não tem nada a ver com o conteúdo dos desejos, por exemplo, que a décima colher de sorvete pode não ter um sabor tão prazeroso do que a nona colher. Pelo contrário, essa é uma verdade praxeológica,

derivada da natureza da ação, que a primeira unidade de um bem será alocada para o seu uso mais valioso, a próxima unidade para o próximo uso mais valioso, e assim por diante. Em um ponto, e em um ponto apenas, a praxeologia e as ciências da ação humana relacionadas tomam uma posição em relação à psicologia filosófica: sobre a proposição de que a mente humana, a consciência e a subjetividade existem e, portanto, a ação existe. Nesse sentido se opõe à base filosófica do behaviorismo e doutrinas relacionadas e se une a todos os ramos da filosofia clássica e à fenomenologia. Em todas as outras questões, entretanto, praxeologia e psicologia são disciplinas distintas e separadas.

Uma questão particularmente vital é a relação entre teoria econômica e história. Aqui novamente, como em muitas outras áreas da economia austríaca, Ludwig von Mises fez uma excepcional contribuição, particularmente em seu *Teoria e História*. É especialmente curioso que Mises e outros praxeologistas, como supostos “aprioristas”, têm geralmente sido acusados de se “oporem” à história. Mises de fato defendia não apenas que a teoria econômica não precisa ser “testada” por fatos históricos, mas também que não pode ser testada dessa forma. Para um fato ser útil em testar teorias, ele deve ser um fato simples, homogêneo em relação a outros fatos em classes acessíveis e passíveis de repetição. Resumindo, a teoria de que um átomo de cobre, um átomo de enxofre e quatro átomos de oxigênio irão se combinar para formar uma entidade reconhecível chamada sulfato de cobre, com propriedades conhecidas, é facilmente testada em laboratório. Cada um desses átomos é homogêneo, e, portanto, o teste pode ser repetido indefinidamente. Mas cada evento histórico, como apontado por Mises, não é simples e repetível; cada evento é um complexo resultado de uma inconstante variedade de múltiplas causas, as quais nunca se mantêm em relações constantes com as outras. Todo evento histórico, portanto, é heterogêneo, e eventos históricos não podem ser usados para testar ou construir leis da história, quantitativas ou qualquer outra. Nós podemos colocar todos os átomos de cobre em uma classe homogênea de átomos de cobre; nós não podemos fazer o mesmo com os eventos da história humana.

REFLEXÕES XVII

Obviamente, isso não é dizer que não há semelhanças entre eventos históricos. Existem muitas semelhanças, mas nenhuma homogeneidade. Assim, houve muitas semelhanças entre as eleições presidenciais de 1968 e 1972, mas elas foram eventos muito pouco homogêneos, uma vez que foram marcados por importantes e inescapáveis diferenças. A próxima eleição também não será um evento repetível a ser colocado em uma classe homogênea de “eleições”. Logo, nenhuma lei científica, e certamente não quantitativa, pode ser derivada a partir desses eventos.

A oposição radicalmente fundamental de Mises à econometria agora se torna clara. A econometria não apenas tenta imitar as ciências naturais ao usar fatos históricos complexos e heterogêneos como se eles fossem fatos de laboratório repetíveis e homogêneos; ela também comprime a complexidade qualitativa de cada evento em um número quantitativo e então pioram a falácia ao agirem como se essas relações quantitativas permanecessem constantes na história humana. Em notável contraste com as ciências físicas, que se baseiam na descoberta empírica de constantes quantitativas, a econometria, como Mises repetidamente enfatizou, falhou em descobrir uma única constante na história humana. E dado que as condições de vontade, conhecimento, valores humanos e as diferenças entre os homens estão sempre em mudança, é inconcebível que a econometria possa algum dia fazê-lo.

Longe de ser opor à história, o praxeologista, e não os supostos admiradores da história, tem profundo respeito pelos irreduzíveis e únicos fatos da história humana. Além disso, é o praxeologista que reconhece que indivíduos humanos não podem de forma legítima ser tratados pelo cientista social como se não fossem homens que têm mentes e agem de acordo com seus valores e expectativas, mas pedras ou moléculas cujas trajetórias podem ser cientificamente traçadas em supostas leis constantes ou quantitativas. Ademais, como suprema ironia, é o praxeologista que é realmente empírico, porque ele reconhece a natureza única e heterogênea dos fatos históricos; é o autoproclamado “empirista” que grosseiramente viola os fatos da história ao tentar reduzi-los a leis quantitativas. Mises escreveu o seguinte sobre econometristas e outras formas de “economistas quantitativos”:

REFLEXÕES XVII

“Não há relações constantes no campo da economia, e consequentemente nenhuma medição é possível. Se um estatístico determina que um aumento de 10% na oferta de batatas em Atlantis em um dado tempo foi seguido de uma queda de 8% no preço, ele não estabelece nada a respeito do que aconteceu ou pode acontecer com a mudança na oferta de batatas em outro país ou em outra época. Ele não ‘mediu’ a ‘elasticidade da demanda’ das batatas. Ele estabeleceu um único fato histórico individual. Nenhum homem inteligente pode duvidar de que o comportamento de homens a respeito de batatas e todas as outras commodities é variável. Indivíduos diferentes valorizam a mesma coisa de uma forma diferente e valorizações mudam em um mesmo indivíduo dadas condições diferentes.

...

A impraticabilidade da medição não é devido à falta de métodos técnicos para o estabelecimento da medida. É devido à ausência de relações constantes. ... A economia não é, como... os positivistas repetem vez após vez, atrasada porque não é ‘quantitativa’. Não é quantitativa e não faz medições porque não há constantes. Dados estatísticos que se referem a eventos econômicos são dados históricos. Eles nos falam o que aconteceu em um caso histórico não repetível. Eventos físicos podem ser interpretados com base no nosso conhecimento referente a relações constantes estabelecidas por experimentos. Eventos históricos não estão abertos a tal interpretação...

A experiência da história econômica é sempre a experiência de fenômenos complexos. Não pode nunca carregar conhecimento do tipo que o experimentador abstrai de um experimento de laboratório. A estatística é um método para a apresentação de fatos históricos... A estatística de preços é história econômica. A ideia de que, ceteris paribus, um aumento na demanda deve resultar em um aumento nos preços não é derivado da experiência. Ninguém nunca esteve ou estará na posição de observar uma mudança em um dado do mercado ceteris paribus. Não existe algo como economia quantitativa. Todas as quantidades econômicas que conhecemos são dados da história econômica... Ninguém seria tão ousado a ponto de afirmar que um aumento de $a\%$ na oferta de uma commodity deve sempre – em todos os países e a qualquer tempo – resultar numa queda de $b\%$ no preço. Mas como nenhum economista quantitativo ousou definir precisamente com base na experiência estatística as condições especiais que produzem um desvio definido da razão $a:b$, a futilidade de

REFLEXÕES XVII

seus esforços é manifesta.”

Elaborando a sua crítica das constantes, Mises adicionou:

“As quantidades que nós observamos no campo da ação humana... são manifestamente variáveis. Mudanças que ocorrem a elas claramente afetam o resultado de nossas ações. Toda quantidade que observamos é um evento histórico, um fato que não pode ser totalmente descrito sem especificarmos o tempo e o ponto geográfico.

O econometrista é incapaz de refutar esse fato, o que mina o seu raciocínio. Ele não pode se ajudar ao admitir que não há ‘constantes comportamentais’. Ainda assim, ele quer introduzir alguns números, escolhidos arbitrariamente com base em fatos históricos, como ‘constantes comportamentais desconhecidas’. A única desculpa que ele propõe é que suas hipóteses estão ‘falando apenas que esses números desconhecidos continuam razoavelmente constantes ao longo de um certo período’. Agora se tal período de suposta constância de um certo número ainda permanece ou se uma mudança no número já ocorreu pode ser estabelecido apenas mais tarde. Em retrospecto, pode ser possível, ainda que apenas em raros casos, declarar que durante um (provavelmente muito curto) período uma razão aproximadamente estável que o econometrista escolhe chamar uma razão ‘razoavelmente’ constante prevaleceu entre os valores numéricos de dois fatores. Mas isso é algo fundamentalmente diferente das constantes da física. É a asserção de um fato histórico, não de uma constante que pode ser considerada em tentativas de prever eventos futuros. As largamente enaltecidas equações são, na medida em que se aplicam ao futuro, meramente equações nas quais todas as quantidades são desconhecidas.

No tratamento matemático da física a distinção entre constantes e variáveis faz sentido; é essencial em toda instância do cálculo tecnológico. Em economia não existem relações constantes entre várias magnitudes. Consequentemente, todos os dados determináveis são variáveis, ou o equivalente a, dados históricos. Os economistas matemáticos reiteram que a dificuldade da economia matemática consiste no fato de que há um grande número de variáveis. A verdade é que existem apenas variáveis e nenhuma constante. Não faz sentido falar em variáveis onde não há invariáveis.”

Qual, então, seria a relação adequada entre teoria econômica e

REFLEXÕES XVII

história econômica ou, mais precisamente, história no geral? A função do historiador é tentar explicar os fatos históricos únicos que são do seu interesse; para fazer isso adequadamente ele deve empregar todas as teorias relevantes de todas as várias disciplinas que afetam o seu problema, pois fatos históricos são complexos resultantes de uma miríade de causas que surgem dos diferentes aspectos da condição humana. Assim, o historiador deve estar preparado para usar não apenas a teoria econômica praxeológica, mas também ideias da física, psicologia, tecnologia e estratégia militar juntamente com um entendimento interpretativo dos motivos e objetivos dos indivíduos. Ele deve empregar essas ferramentas para entender os objetivos das várias ações da história e as consequências de tais ações. Porque o entendimento de diversos indivíduos e suas interações estão envolvidos, bem como o contexto histórico, o historiador usando as ferramentas das ciências naturais e sociais é em última análise um “artista” e, portanto, não há garantia ou mesmo probabilidade de que quaisquer dois historiadores julgarão uma situação precisamente da mesma forma. Enquanto eles podem concordar com uma variedade de fatores para explicar a gênese e as consequências de um evento, é improvável que concordem no peso exato a ser dado a cada fator causal. Ao empregar várias teorias científicas, eles têm que fazer julgamentos de relevância sobre quais teorias se aplicam em cada caso; ao se referir ao exemplo usado no início deste artigo, um historiador de Robinson Crusoe dificilmente empregaria a teoria do dinheiro em uma explicação histórica de suas ações numa ilha deserta. Ao historiador econômico, a lei econômica não é confirmada nem testada por fatos históricos; pelo contrário, a lei, quando relevante, é aplicada para ajudar a explicar os fatos. Os fatos assim ilustram os trabalhos da lei. A relação entre teoria econômica, praxeológica e o entendimento da história econômica foi sutilmente resumido por Alfred Schtz:

“Nenhum ato econômico é concebível sem alguma referência a um agente econômico, mas esse último é absolutamente anônimo; não é você, nem eu, nem um empreendedor, nem mesmo um ‘homem econômico’, mas um puramente universal ‘ser’. Essa é a razão pela qual as proposições da teoria econômica têm simplesmente essa ‘validade universal’ que dá a elas a idealidade do ‘e assim por diante’ e o ‘eu posso fazer isso

REFLEXÕES XVII

novamente'. Entretanto, alguém pode estudar o agente econômico como tal e tentar descobrir o que acontece em sua mente; obviamente, esse alguém não está preocupado com a economia teórica, mas com a história econômica ou sociologia econômica. ...Entretanto, os enunciados dessas ciências não podem alegar validade universal, pois eles lidam ou com sentimentos econômicos de indivíduos históricos em particular ou com tipos de atividade econômica para os quais os atos econômicos em questão são evidência. ...

Na nossa visão, a economia pura é um perfeito exemplo de um complexo-significativo objetivo a respeito de complexos-subjetivos significativos; em outras palavras, de uma configuração significativa-objetiva estipulando as experiências subjetivas típicas e invariantes de alguém que age dentro da estrutura econômica. ... Teriam que ser excluídos de tal esquema os usos para os quais os 'bens' seriam colocados após adquiridos. Mas, uma vez que voltamos a nossa atenção ao significado subjetivo de um indivíduo real, deixando para trás o 'alguém' anônimo, então obviamente faz sentido falar em comportamento que é atípico. ... Para ter certeza, tal comportamento é irrelevante do ponto de vista da economia e é nesse sentido que os princípios econômicos são, nas palavras de Mises, 'não um enunciado do que normalmente acontece, mas do que necessariamente deve acontecer.'” ●

Murray N. Rothbard: (1926-1995) foi um decano da Escola Austríaca e o fundador do moderno libertarianismo. Também foi o vice-presidente acadêmico do Ludwig von Mises Institute e do Center for Libertarian Studies.

A falsa promessa da democracia

Karel Beckman



Pessoas ao redor do mundo estão lutando contra regimes autocráticos em nome da liberdade e da democracia. Elas estão certas em lutar pela liberdade, mas estão erradas em lutar pela democracia. Os libertários deveriam tentar esclarecer a estas pessoas que o caminho democrático não os levará a mais liberdade, mas sim a mais escravidão.

Não há dúvidas de que a maioria dos libertários simpatiza com os protestos corajosos feitos por pessoas comuns contra os regimes autoritários ao redor do mundo. Ao contrário dos neoconservadores ou liberais, os libertários não ficam preocupados quando os manifestantes ameaçam a "estabilidade" de um país que é um mero protetorado dos EUA no Oriente Médio. Eles sempre advertiram que o apoio a ditaduras sempre gera um efeito contrário ao desejado, o tiro sempre sai pela culatra, uma vez que geralmente os povos oprimidos se revoltam não apenas contra os seus opressores, mas também contra os seus apoiadores ocidentais. A história do pós-Segunda Guerra Mundial está cheia de exemplos disso. Mas o que os libertários deveriam pensar sobre o fato de que os manifestantes estão geralmente lutando por (mais) democracia? Afinal, não se pode negar que os dissidentes em países autoritários, como a Rússia, a China, o Egito, a Tunísia e os países do Golfo Pérsico exigem democracia ("eleições livres") acima de tudo.



Para os libertários, isto representa um dilema. Por certo, desde que Hans-Hermann Hoppe publicou seu famoso livro *Democracy – The God That Failed*, em 2001, muitos libertários tornaram-se cada vez mais críticos de toda a ideia de democracia. Você poderia dizer

REFLEXÕES XVII

que, graças a Hoppe, muitos libertários têm redescoberto o fato de que a democracia é, em certo sentido muito básico, totalmente incompatível com a liberdade.

Como Hoppe e outros demonstraram, democracia ("governo pelo povo") não é de modo algum o mesmo que liberdade ("liberdade do indivíduo"). Em um sistema em que "o povo" governa, todas as decisões importantes sobre todos os aspectos da sociedade são tomadas pelo "povo", ou seja, pelo governo democraticamente eleito que supostamente representa o povo, isto é, pelo Estado. Em tal sistema, as pessoas naturalmente recorrem ao Estado para resolver os seus problemas ou para lidar com todos os males da sociedade. Como consequência – e dado que uma intervenção sempre leva novas intervenções – o poder do Estado está em constante expansão.

Isto é exatamente o que aconteceu, na prática, em países democráticos. O advento da democracia, em vez de fortalecer, subverteu as liberdades e os direitos que as pessoas até então desfrutavam nos países ocidentais. O poder do Estado tem crescido constantemente nos últimos 100–150 anos, sempre em linha com o crescimento contínuo dos princípios democráticos do governo. Desde o século XIX até ao início da Primeira Guerra Mundial, os gastos dos governos ocidentais em relação ao seu PIB eram ínfimos comparados a hoje, exceto em épocas de guerra. Imposto de renda não existia.

Mas à medida que a democracia foi se aprofundando, o poder dos governos foi aumentando de forma constante. Os gastos dos governos passaram de cerca de 10% do PIB em 1870 para 47% em 2010, segundo dados do *The Economist*. O endividamento está totalmente fora de controle na maioria dos países ocidentais, pois, para sustentar estes gastos maciços, apenas a arrecadação de impostos não é suficiente.

O número de leis com as quais os governos ocidentais controlam seus cidadãos tem crescido assustadoramente, para além de qualquer nível que teria sido tolerável no início do século XX. As regulamentações atuais estipulam regras para tudo que seja imaginável, desde como uma pulseira de relógio deve ser construída

até como os anéis de cebola devem ser preparados nos restaurantes.

Milhões de pessoas apodrecem nas penitenciárias ao redor do mundo, tendo suas vidas destruídas pelo simples fato de terem comercializado substâncias que os governos consideram impróprias para consumo. Ninguém está a salvo dos agentes da lei nos dias de hoje, e não apenas no que tange à questão das drogas: qualquer indivíduo pode hoje ser preso por qualquer pretexto, pois ele sempre estará, inevitavelmente, violando um dos milhares de regulamentos e leis criados irrefreavelmente pelos governos, sobre os quais o cidadão comum não possui o mínimo controle. Nenhum "direito" é sacrossanto¹⁷, nem o direito à liberdade de expressão, nem o direito à propriedade privada.

E não há nenhum sinal de que as coisas estejam melhorando. A cada dia que passa, nossos mercados estão menos livres, nossa propriedade está menos segura, nossas leis ficam mais arbitrárias e nossos "representantes" se tornam mais corruptos. E o ideal de liberdade se torna, cada vez mais, apenas uma memória distante.

Rebelião e revolução- No entanto, este não é o modo como esses manifestantes olham para a democracia. Eles associam a democracia à liberdade. Não é difícil entender por quê. Mesmo em estados ditatoriais, o que as pessoas provavelmente querem acima de tudo são duas coisas: um padrão de vida decente e o controle sobre suas próprias vidas – sobre seu ambiente, suas carreiras, sua vida social. Atualmente, elas não têm nenhuma influência sobre as leis que regem suas vidas. Elas não têm controle sobre seus bens ou sobre o ambiente que as cerca. Elas não podem abrir uma empresa sem permissão de burocratas corruptos. Elas não têm nenhum poder de decisão sobre se a represa que será construída na sua vizinhança e que irá varrer sua aldeia do mapa poderá ou não ser construída, ou sobre se a construção de uma fábrica poluente que irá destruir as suas culturas poderá ser impedida. Elas simplesmente não têm seus direitos de propriedade reconhecidos. E elas não têm nenhuma maneira de remover os seus governantes que violam diariamente suas propriedades, exceto por

¹⁷ **Sacrossanto:** que não pode ser violado.

REFLEXÕES XVII

meio da rebelião e revolução.

A democracia, portanto, se torna uma maneira por meio da qual elas imaginam poder remediar todos esses males. Elas acreditam que a democracia irá lhes conceder os meios para escolher seus próprios governantes, para ajudar a formular as leis que os regem, e para que possam recorrer a tribunais independentes quando seus direitos são violados. E elas acreditam sinceramente que a democracia irá torná-las mais prósperas.

Estas crenças são perfeitamente compreensíveis. Afinal, nos países democráticos ocidentais, as pessoas ainda têm algum controle sobre suas vidas. Elas são capazes, em certa medida, de eleger seus governantes ou de se desfazer deles por meio do voto. Elas têm tribunais relativamente independentes aos quais podem recorrer se acreditarem que seus direitos estão sendo violados. Elas são, até certo ponto, livres para se movimentar, procurar outro emprego ou tentar uma vida melhor em outro lugar se assim o desejarem (pelo menos dentro de seus próprios países). E elas tendem a ter um nível de vida relativamente elevado. Estas são as promessas que a democracia oferece aos povos oprimidos ao redor do mundo.

No entanto, o que essas pessoas oprimidas não conseguem entender é que a liberdade e a riqueza que as pessoas usufruem nos países mais ricos do Ocidente não se devem ao fato de esses países serem democracias, mas sim ao fato de que seus sistemas democráticos foram construídos sobre fundamentos liberal-clássicos. Por exemplo, todas as liberdades que os americanos modernos usufruem (ou usufruíam) – propriedade privada, liberdade de circulação, liberdade de expressão, tribunais independentes, poderes limitados dos governantes – foram estabelecidas pelos pais fundadores após a revolução americana (em parte tendo por base as tradições clássico-liberais inglesas). Isso ocorreu antes do advento da democracia tal como a conhecemos hoje. E o mesmo ocorreu em outros países ocidentais. Primeiro veio a liberdade individual; só mais tarde é que veio o estado nacional democrático.

Em países que estão em vias de adotar a democracia, como o Egito, a Tunísia, a Líbia, e até mesmo, quem sabe, a China, onde não há nenhuma tradição de liberalismo clássico, não há motivos para crer

REFLEXÕES XVII

que o advento da democracia levará a (mais) liberdade. Ao contrário: o "povo" dessas novas democracias irá exigir que o Estado tome medidas para satisfazer seus desejos. Isso provavelmente levará à criação de ditaduras socialistas, nacionalistas ou religiosas.

Nas primeiras eleições livres no Egito, os partidos liberais seculares que instigaram a revolta da Praça Tahrir conseguiram apenas 7% dos votos. A Irmandade Muçulmana e outros partidos islâmicos radicais foram os partidos mais votados. Ocorreu o mesmo fenômeno na Tunísia. No que diz respeito aos islâmicos, parece ser algo completamente fora de suas tradições falar sobre uma sociedade genuinamente livre. O mais provável é que elas façam exatamente o oposto e sujeitem toda a sociedade à lei da sharia.

E este não é um problema exclusivamente árabe ou islâmico. Em países como a Venezuela, a Tailândia e a Hungria os líderes eleitos têm pouca intenção de estabelecer sociedades libertárias. Também na China, se este país alguma dia se tornar democrático, partidos altamente nacionalistas poderão chegar ao poder. Portanto, embora os defensores ocidentais da democracia estejam corretamente saudando o movimento Primavera Árabe como sendo uma vitória da democracia, é muito provável que tal movimento (talvez com algumas exceções) não se transforme em uma vitória da liberdade.

É claro que alguém pode perguntar: pessoas como a Irmandade Muçulmana não teriam o direito de controlar suas próprias vidas? De viver de acordo com a lei sharia, por exemplo, se assim o desejarem? É claro que sim. O problema é que, em uma democracia – em um Estado-nação democrático –, essas pessoas não governam apenas suas próprias vidas; elas também estendem seu domínio sobre todas as outras pessoas que vivem em sua sociedade. Afinal, é exatamente assim que o sistema democrático funciona.

O que, então, deveríamos dizer, como libertários, a essas pessoas corajosas que enfrentam armas e tanques em sua luta para ser mais livres? Não os estariamos desencorajando se lhes disséssemos que não devem lutar pela democracia? Não. Não estariamos desencorajando-os se lhes explicássemos que eles devem lutar não

REFLEXÕES XVII

por democracia, mas sim por liberdade. E que isso significa que elas não deveriam tentar substituir seu Estado autoritário por um Estado nacional democrático, mas sim tentar romper completamente com o Estado. Elas deveriam tentar criar a sua própria sociedade descentralizada e livre.

É claro que a maioria não iria deixá-las criar esta sociedade, pois a maioria sempre depende de uma minoria para ser explorada. Mas, dependendo das circunstâncias, quem sabe? Por que não tentar?

Pensando bem, não é exatamente isso que nós também deveríamos estar tentando fazer aqui no mundo ocidental? ●

Karel Beckman: coautor, com Frank Karsten, de uma nova e fulminante análise libertária sobre a democracia. No livro *Beyond Democracy: Why democracy does not lead to solidarity, prosperity and liberty but to social conflict, runaway spending and a tyrannical government* (Além da democracia: por que a democracia não conduz à solidariedade, à prosperidade e à liberdade, mas sim a conflitos sociais, gastos exagerados e tirania governamental), eles mostram, em termos simples e por meio de 13 mitos, o que há errado com o sistema democrático e por que a democracia é fundamentalmente oposta à liberdade.

Democracia: o deus que falhou

Hans-Hermann Hoppe



Teoria é algo indispensável para se interpretar corretamente a história. A história – a sequência de eventos que se desenrolam no tempo – é "cega". Ela nada revela sobre causas e efeitos. Podemos concordar, por exemplo, que a Europa feudal era pobre, que a Europa monárquica foi mais rica, e que a Europa democrática é ainda mais rica; ou que a América do século XIX, com seus baixos impostos e poucas regulamentações, era pobre, ao passo que a América atual, com seus altos impostos e vastas regulamentações, é rica.

Porém, será que a Europa era pobre por causa do feudalismo e será que ela se tornou mais rica por causa da monarquia e da democracia? Ou será que a Europa enriqueceu apesar da monarquia e da democracia? Ou, ainda, será que esses fenômenos sequer têm alguma relação? Da mesma maneira, podemos nos perguntar se a América contemporânea é mais rica por causa dos impostos mais altos e das maiores regulamentações ou apesar deles. Ou seja: será que a América não seria ainda mais próspera se impostos e regulamentações tivessem permanecido nos níveis em que estavam no século XIX?

Historiadores na qualidade de historiadores não podem responder tais perguntas, e não há manipulação de dados estatísticos que possa mudar esse fato. Cada sequência de eventos empíricos é compatível com várias interpretações rivais e mutuamente incompatíveis.

Para se decidir entre tantas interpretações incompatíveis precisamos de uma teoria. Teoria, nesse caso,



REFLEXÕES XVII

significa uma proposição cuja validade não depende de uma experiência adicional; sua validade pode ser estabelecida *a priori*. Isso não quer dizer que uma pessoa pode, sem qualquer experiência, estabelecer uma proposição teórica. O que isso quer dizer é que mesmo que experiência seja algo necessário, discernimento teórico é algo que transcende uma experiência histórica em particular, indo logicamente além desta.

Proposições teóricas são sobre fatos essenciais e relações, e, por implicação, sobre impossibilidades. Conseqüentemente, a experiência pode ilustrar uma teoria. Mas a experiência histórica não pode nem estabelecer um teorema, nem refutá-lo. Teoria econômica e política, especialmente da variedade austríaca, é um tesouro recheado de tais proposições. Por exemplo, uma quantidade maior de um bem é preferível a uma quantidade menor desse mesmo bem; a produção deve preceder o consumo; o que é consumido hoje não pode ser consumido novamente no futuro; preços fixados abaixo do nível de equilíbrio de mercado levarão a escassezes duradouras; sem propriedade privada dos fatores de produção não tem como haver preços dos fatores, e sem os preços dos fatores a contabilidade de custos é impossível; um aumento na oferta de papel-moeda não pode aumentar a riqueza total da sociedade, pode somente redistribuir a riqueza existente; o monopólio (a ausência de uma livre entrada no mercado) leva a preços mais altos e produtos de menor qualidade do que em um ambiente concorrencial; nenhuma coisa ou parte de uma coisa pode ser propriedade exclusiva de mais de um agente ao mesmo tempo; democracia (governo da maioria) e propriedade privada são incompatíveis.

A teoria não substitui a história, é claro, porém sem uma firme compreensão da teoria, erros sérios na interpretação de dados históricos são inevitáveis. Por exemplo, o excelente historiador Carroll Quigley afirma que a invenção do sistema bancário de reservas fracionárias foi uma das principais causas da expansão sem precedentes da riqueza durante a **Revolução Industrial**, ao passo que incontáveis historiadores já associaram o sofrimento econômico do socialismo de estilo soviético à ausência de democracia. Do ponto de vista teórico, tais interpretações devem ser rejeitadas.

REFLEXÕES XVII

Um aumento na oferta de papel-moeda não pode levar a uma prosperidade maior; leva apenas a uma redistribuição de riqueza. A explosão de riqueza durante a **Revolução Industrial** se deu apesar do sistema bancário de reservas fracionárias. Similarmente, a má situação econômica do socialismo não pode ter sido causada pela falta de democracia. Ao contrário, foi causada pela ausência de propriedade privada dos fatores de produção.

A "história convencionalmente aceita" está cheia de tais erros de interpretação. A teoria nos permite descartar certos relatos históricos como sendo impossíveis e incompatíveis com a natureza das coisas. Justamente por isso, ela nos permite sustentar outras coisas como sendo possibilidades históricas, mesmo que elas ainda não tenham sido tentadas.

Empregando teoria política e econômica, meu livro faz uma reconstrução revisionista da moderna história Ocidental. Ele cobre desde o surgimento dos Estados monárquicos absolutistas, que saíram das ordens feudais em que não havia Estado, até a transformação, começando com a **Revolução Francesa** e praticamente completada com o fim da **Primeira Guerra Mundial**, do mundo Ocidental desde os Estados monárquicos até os democráticos, culminando com a ascensão dos EUA até o posto de "império universal".

Autores neoconservadores como Francis Fukuyama interpretaram esse desenvolvimento como sendo um progresso da civilização, e proclamaram que o "Fim da História" havia chegado com o triunfo da social-democracia Ocidental e sua globalização. **Democracia — o deus que falhou** é a minha tentativa de mostrar o contrário, e definir e expressar uma visão libertária alternativa, uma que leva a propriedade privada a sério.

Três grandes mitos— Minha interpretação teórica envolve o estilhaçamento de três mitos históricos. O primeiro e mais fundamental é o mito de que, após um longo período de uma ordem não estatista, foi o surgimento de Estados que causou o subsequente progresso econômico e civilizacional. Com efeito, a teoria indica que qualquer progresso teria de ter ocorrido apesar – e não por causa – da instituição de um Estado.

REFLEXÕES XVII

O Estado é definido convencionalmente como uma agência que exerce um monopólio territorial compulsório sobre qual a decisão final a ser tomada (jurisdição) e sobre qual deve ser a taxação. Por definição, então, todo Estado, independentemente de sua constituição, é econômica e eticamente deficiente. Todo monopolista é "ruim" do ponto de vista dos consumidores. O monopólio aqui é entendido como a ausência de livre entrada em uma determinada linha de produção: apenas uma agência, **a**, pode produzir **x**.

Qualquer monopólio é "ruim" para os consumidores porque, protegidos contra potenciais novas entradas em sua linha de produção, o preço de seu produto será maior e a qualidade, menor do que se houvesse uma livre entrada. E um monopolista com poderes de tomar a decisão final é particularmente ruim. Enquanto que outros monopolistas produzem bens inferiores, um juiz monopolista, além de produzir bens inferiores, irá produzir malefícios, pois aquele que é o juiz supremo de todos os casos de conflito também tem a última palavra em cada conflito que envolva ele próprio. Conseqüentemente, em vez de impedir e resolver conflitos, aquele que tem o monopólio da decisão suprema vai provocar conflitos com a intenção única de resolvê-los em causa própria.

Não apenas ninguém aceitaria essa provisão monopolística de um judiciário, como também ninguém jamais concordaria com uma cláusula que permitisse a um juiz determinar unilateralmente o preço a ser pago por seus "serviços". Previsivelmente, tal monopolista utilizaria cada vez mais recursos (receita de impostos) para produzir cada vez menos bens e perpetrar cada vez mais malefícios. Essa não é uma receita de sucesso para uma proteção, mas sim para a opressão e a exploração. A consequência de um Estado, portanto, não é a cooperação pacífica e a ordem social, mas o conflito, a provocação, a agressão, a opressão, e o empobrecimento – ou seja, a regressão da civilização. E isso, acima de tudo, é o que a história ilustra. A história do Estado é, antes de tudo, a história de incontáveis milhões de vítimas inocentes.

O segundo mito envolve a transição histórica das monarquias absolutistas para os Estados democráticos. Não são apenas os

REFLEXÕES XVII

neoconservadores que interpretam esse fato como um progresso; existe uma concordância quase universal de que a democracia representa um avanço em relação à monarquia e é a causa do progresso econômico e moral. Essa interpretação é curiosa se observarmos que a democracia, no século XX, tem sido a fonte de todas as formas de socialismo: o socialismo democrático (europeu), o neoconservadorismo e o "esquerdismo chique" (americano), o socialismo internacional (soviético), o fascismo (italiano), e o nacional-socialismo (nazismo).

Mais importante, entretanto, a teoria contradiz essa interpretação; conquanto tanto as monarquias quanto as democracias sejam deficientes como Estados, a democracia é pior do que a monarquia para manter o tamanho e o alcance do Estado sob cheque.

Falando teoricamente, a transição da monarquia para a democracia envolve nada mais nada menos do que um "proprietário" monopolista hereditário (o príncipe ou o rei) sendo substituído por "zeladores" monopolistas temporários e permutáveis (presidentes, primeiros-ministros, e membros do parlamento). Tanto reis quanto presidentes vão produzir malefícios; no entanto, um rei, pelo fato de ele "ter" o monopólio e poder vendê-lo ou deixá-lo de herança, vai se importar com as consequências que seus atos terão sobre o valor de seus ativos.

Como dono do estoque de capital de "seu" território, o rei será comparativamente mais orientado para o futuro. Com o intuito de preservar ou otimizar o valor de sua propriedade, ele vai explorá-la apenas moderada e calculadamente. Em contraste, um zelador temporário, democrático e permutável não é dono do país, mas enquanto ele estiver no poder poderá utilizá-lo em vantagem própria. Ele é dono do poder, mas não do estoque de capital do país. Mas esse fato não elimina a exploração. Ao contrário, torna a exploração míope (orientada para o presente) e não calculada, isto é, levada a cabo sem consideração para com o valor do estoque de capital.

Também não é uma vantagem da democracia permitir uma livre entrada para todos os cargos estatais (ao passo que, sob uma monarquia, a entrada é restrita pelos critérios do rei). Ao contrário,

REFLEXÕES XVII

apenas na produção de bens é que a concorrência é uma coisa boa. Concorrência na produção de malefícios não é algo bom; na verdade, é extremamente danosa. Reis, conquistando seus cargos por virtude de nascimento, podem ser diletantes inofensivos ou homens decentes (e se eles forem "loucos", serão rapidamente refreados ou, se necessário, mortos por parentes próximos preocupados com as posses da dinastia).

Contrastando agudamente com essa situação, a seleção de governantes por meio de eleições populares torna praticamente impossível que uma pessoa inofensiva e decente chegue ao topo. Presidentes e primeiros-ministros conseguem conquistar suas posições por causa de sua eficiência em serem demagogos moralmente desinibidos. Assim, a democracia praticamente garante que apenas os homens perigosos chegarão ao topo dos governos.

Em particular, a democracia promove um aumento na taxa social de preferência temporal (orientação mais voltada para o presente) ou a "infantilização" da sociedade. Ela resulta em gastos e impostos continuamente crescentes, papel-moeda e inflação do papel-moeda, uma infindável avalanche de legislações, e em um crescimento regular da dívida "pública". Justamente por isso, a democracia leva a uma menor taxa de poupança, a um aumento da incerteza jurídica, a uma confusão moral, à desordem e ao crime. Ademais, a democracia é uma ferramenta de confisco e redistribuição da renda e da riqueza. Ela envolve o ato de o legislativo "tomar" a propriedade de alguns (aqueles que têm) e "entregá-la" para outros (os que não têm).

E já que presumivelmente é algo valioso que está sendo redistribuído – o qual aqueles que têm, têm muito, e aqueles que não têm, têm muito pouco –, qualquer redistribuição desse tipo implica que o incentivo para ser uma pessoa de valor e produzir algo de valor será sistematicamente reduzido. Em outras palavras, a proporção tanto de pessoas débeis como de características pessoais falhas, além de hábitos e formas de conduta nada elogiáveis vão aumentar, e a vida em sociedade vai se tornar cada vez mais desprezível.

A democracia resultou em uma mudança radical na conduta de

REFLEXÕES XVII

guerras. Pelo fato de poderem externalizar os custos de suas próprias agressões contra terceiros (via impostos), tanto reis quanto presidentes serão mais agressivos e belicistas do que o "normal". Entretanto, a motivação de um rei para uma guerra envolve tipicamente uma disputa por uma herança de propriedade. O objetivo de sua guerra é tangível e territorial: ganhar o controle sobre algum pedaço de terreno e seus habitantes. E para atingir esse objetivo, é do seu interesse distinguir entre os combatentes (seus inimigos e alvos de ataque) e os não combatentes e suas propriedades (para que fiquem fora da guerra e incólumes).

A democracia transformou as guerras limitadas dos reis em guerras totais. O motivo para uma guerra passou a ser ideológico – democracia, liberdade, civilização, humanidade. Os objetivos são intangíveis e evasivos: a "conversão" ideológica dos perdedores precedida por sua rendição "incondicional" (a qual, dado que ninguém nunca poderá se certificar sobre a sinceridade da conversão, pode requerer alguns meios adicionais, como a matança de civis). E a distinção entre combatentes e não combatentes se torna vaga até que, no final, desaparece sob a democracia; e o envolvimento das massas na guerra – o recrutamento compulsório e o apoio popular – bem como os "danos colaterais" passam a fazer parte da estratégia de guerra.

O terceiro mito é a crença de que não existem alternativas para as democracias assistencialistas ocidentais. Novamente, a teoria mostra o contrário. O moderno Estado assistencialista não é um sistema econômico "estável". Ele está destinado a entrar em colapso sob o peso do seu próprio parasitismo, muito parecido com a forma com que o socialismo russo implodiu duas décadas atrás. Mais importante, entretanto, existe uma alternativa economicamente estável à democracia. O termo que proponho para esta alternativa é "ordem natural".

A propriedade privada como alternativa– Em uma ordem natural, cada recurso escasso, inclusive toda terra, é gerido privadamente; cada iniciativa é fundada por clientes que pagam voluntariamente ou por doadores privados, e a entrada em cada linha de produção, inclusive a de proteção à propriedade, arbitragem de conflitos e pacificação, é livre. Uma grande parte do

REFLEXÕES XVII

meu livro se concentra na explicação do funcionamento – a lógica – de uma ordem natural e os requisitos para se fazer a transformação de uma democracia para uma ordem natural.

Enquanto Estados desarmam seus cidadãos para poder roubá-los mais seguramente (nisso, deixando-os mais vulneráveis também para criminosos e ataques terroristas), uma ordem natural é caracterizada por cidadãos coletivamente armados. Essa característica é estimulada por empresas de seguro, que desempenham um papel proeminente como fornecedores de segurança e proteção em uma ordem natural.

Seguradoras vão encorajar o porte de armas oferecendo prêmios mais baratos para clientes armados (e treinados em armas). Por sua natureza, seguradoras são agências defensivas. Somente um dano "acidental" (que não é autoinfligido, causado ou provocado) é "segurável". A agressores e provocadores será negada a cobertura de seguros, e assim estes estarão vulneráveis. E como as seguradoras têm de indenizar seus clientes caso eles sejam vítimas de algum infortúnio, elas deverão estar constantemente preocupadas com a prevenção de agressões criminais, com a recuperação de propriedade desviada e com a apreensão daqueles responsáveis pelo dano em questão.

Além disso, a relação entre seguradora e cliente é contratual. As regras do jogo são mutuamente acordadas e fixadas. Uma seguradora não pode "legislar", ou alterar unilateralmente os termos do contrato. Em particular, se uma seguradora quer atrair uma clientela voluntariamente pagante, ela deve estar prevenida para os previsíveis e inevitáveis conflitos que terá de solucionar, não apenas entre seus próprios clientes, mas especialmente com clientes de outras seguradoras. A única cláusula que cobre satisfatoriamente esta última eventualidade é que uma seguradora se vincule contratualmente a uma agência de arbitramento independente. Entretanto, não é qualquer intermediação que vai funcionar. As seguradoras conflitantes devem concordar quanto ao arbitrador ou à agência de arbitramento; e para que um arbitrador seja da concordância das seguradoras, ele deve produzir um resultado (de procedimento legal e julgamento independente) que incorpore o mais amplo consenso moral possível entre as seguradoras e,

REFLEXÕES XVII

também, entre os clientes. Desta forma, contrariamente às condições estatistas, uma ordem natural é caracterizada por leis estáveis e previsíveis, e por uma crescente harmonia jurídica.

Ademais, empresas de seguro promovem o desenvolvimento de outra "característica de segurança". Os Estados não apenas desarmaram seus cidadãos tirando-lhes suas armas; os Estados democráticos em particular também despiram os seus cidadãos do direito de excluir e, não satisfeitos, passaram a promover – por meio de várias ações afirmativas e não discriminatórias, além de políticas multiculturalistas – a integração forçada.

Em uma ordem natural, o direito de excluir – algo inerente à própria ideia da propriedade privada – é restaurado e devolvido aos donos de propriedade. Além do que, enquanto os Estados solaparam as típicas instituições sociais mediadoras (famílias, igrejas, comunidades e clubes) e todas as autoridades reconhecidas dessas instituições, para que pudessem aumentar seu próprio poder *vis-à-vis* indivíduos iguais e isolados, uma ordem natural é claramente não igualitária.

Uma estratégia para a liberdade– Finalmente, meu livro discute questões e assuntos estratégicos. Como uma ordem natural pode emergir de uma democracia? Eu explico o papel das ideias, dos intelectuais, das elites e da opinião pública na legitimação e na deslegitimação do poder do Estado. Em particular, eu discuto o papel de uma radical descentralização de poderes e a proliferação de entidades políticas independentes como sendo um importante passo em direção ao objetivo de uma ordem natural baseada na propriedade privada. Por fim, explico como se deve privatizar corretamente propriedades "públicas" e "socializadas". ●

Hans-Hermann Hoppe: membro sênior do Ludwig von Mises Institute, fundador e presidente da Property and Freedom Society e coeditor do periódico *Review of Austrian Economics*. Ele recebeu seu Ph.D e fez seu pós-doutorado na Goethe University em Frankfurt, Alemanha. Ele é o autor, entre outros trabalhos, de *Uma Teoria sobre Socialismo e Capitalismo* e *The Economics and Ethics of Private Property*.

A Revolução Industrial e as minorias oprimidas

Wendy McElroy



Um mito altamente destrutivo passou a dominar a noção de capitalismo *laissez-faire*: trata-se da falsa noção de que o livre mercado prejudica os "vulneráveis" dentro da sociedade; mais especificamente, diz-se que afeta mulheres e crianças ao cruelmente explorar sua mão de obra. Mas a verdade é exatamente oposta. O capitalismo *laissez-faire* oferece exatamente aquele elemento de que os vulneráveis mais necessitam para sobreviver e prosperar: a liberdade de

escolha. A escolha mais libertadora que um indivíduo pode ter é a capacidade de se sustentar a si próprio, sem ter de depender de ninguém mais para que a comida chegue à sua boca.

Utilizando este mito como pressuposição inicial, os historiadores sempre se mostraram extremamente hostis ao analisarem um dos mais libertadores fenômenos da história ocidental: a Revolução Industrial. Do século XVIII ao século XIX, o mundo avançou acentuadamente em termos de tecnologia, indústria, transporte, comércio e inovações que mudaram o

padrão de vida, como roupas de algodão feitas a baixo custo. Em um período de dois séculos, estima-se que a renda mundial *per capita* tenha aumentado dez vezes, e a população mundial, seis vezes. O economista prêmio Nobel Robert Lucas declarou que "Pela primeira vez na história, o padrão de vida das massas formadas por



cidadãos comuns começou a apresentar um crescimento contínuo e constante.... Nada remotamente parecido com este fenômeno econômico havia acontecido até então." O acentuado avanço da

REFLEXÕES XVII

prosperidade e do conhecimento havia sido alcançado sem nenhuma engenharia social e sem nenhum controle centralizado. Tudo foi possível em decorrência de se ter permitido que a criatividade humana e o interesse próprio se manifestassem livremente.

Certamente ocorreram abusos. Alguns podem ser imputados às tentativas governamentais de se aproveitar da energia e dos lucros daquele período. Outros abusos ocorreram simplesmente porque toda sociedade possui pessoas desumanas, amorais que agem de má-fé, especialmente quando querem lucro fácil; isto, obviamente, não é uma crítica à **Revolução Industrial**, mas sim à natureza humana. Adicionalmente, os avanços econômicos sobrepujaram amplamente as mudanças nas atitudes culturalmente vitorianas; no século XVIII, mulheres e crianças eram vistas como cidadãos de segunda classe e, algumas vezes, como bens e posses que podiam ser livremente trocados. A revolução econômica foi o motor que impeliu a cultura e as leis a sofrerem mudanças similarmente drásticas. Quando as mulheres deixaram os campos em busca de emprego e educação, elas se tornaram uma força social que não mais podia ser negada. Conseqüentemente, os direitos das mulheres avançaram extraordinariamente durante o final do século XIX, algo que não teria ocorrido não fosse a **Revolução Industrial**.

Infelizmente, esta ligação salutar entre capitalismo *laissez-faire* e direitos das mulheres se perdeu ao longo do tempo. Durante a segunda metade do século XX, as feministas ortodoxas começaram uma cruzada para reverter esta força que havia contribuído tão acentuadamente para o progresso nos direitos das mulheres; em vez de defenderem a liberdade de mercado, elas exigiram, em nome da "igualdade", que vários privilégios para as mulheres se tornassem leis. O livre mercado e o *laissez-faire* foram demonizados como ferramentas opressoras que tinham de ser combatidas por meio de ações afirmativas, leis contra assédio sexual, ações judiciais contra qualquer tipo de discriminação, sistemas de quotas e uma miríade de outras regulações sobre o mercado de trabalho.

Durante este processo, a **Revolução Industrial** passou a ser retratada como o grande Satã que destruiu o bem-estar de mulheres e crianças. Esta descrição da **Revolução Industrial**, além de ser um

tolo preconceito ideológico, se baseou fortemente na deturpação dos fatos.

Deturpando fatos sobre as crianças- Sempre que os termos "crianças" e "revolução industrial" são citados na mesma frase, imagens horrendas imediatamente vêm à mente: uma criança de cinco anos sendo baixada, por meio de uma corda, em uma mina de carvão; crianças esqueléticas trabalhando precariamente em fábricas têxteis; o *Oliver Twist*, de Charles Dickens, oferecendo uma jarra de madeira em troca de uma colher de mingau. Estas imagens são utilizadas para condenar o livre mercado e a **Revolução Industrial**; algumas vezes elas são utilizadas para glorificar políticos "humanitários" que criam leis proibindo qualquer tipo de trabalho infantil. Tais imagens são extremamente eficazes em incitar um compreensível horror naquelas pessoas decentes que condenam qualquer exploração de qualquer criança. O problema é que este procedimento sofre de graves distorções.

Uma das distorções: ela ignora uma distinção essencial. No início do século XIX, a Grã-Bretanha apresentava duas formas de trabalho infantil: crianças livres e crianças "pobres" ou dos reformatórios, que eram entregues aos cuidados do governo. Os historiadores J.L. e Barbara Hammond, cuja obra sobre a **Revolução Industrial** britânica e o trabalho infantil é considerada definitiva, reconheceram esta distinção. O economista Lawrence Reed, em seu ensaio *Child Labor and the British Industrial Revolution*, foi ainda mais adiante e enfatizou a importância desta distinção. Escreveu ele: *"Crianças livres moravam com seus pais ou guardiões e trabalhavam durante o dia em troca de salários propícios para aqueles adultos. Mas os pais frequentemente se recusavam a enviar seus filhos para situações de trabalho excepcionalmente severas ou perigosas"*. Observa Reed: *"Os proprietários das fábricas não podiam subjugar violentamente as crianças livres; eles não podiam obrigá-las a trabalhar em condições que seus pais julgassem inaceitáveis"*.

Em contraste, as crianças dos reformatórios estavam sob a autoridade direta de funcionários do governo. Reformatórios já existiam há séculos, mas a empatia pelos oprimidos já havia sido arrefecida pelo fato de que os impostos criados exclusivamente para

REFLEXÕES XVII

aliviar a situação dos pobres já estavam, em 1832, cinco vezes mais altos do que em 1760, quando foram criados. (O livro de Gertrude Himmelfarb, *The Idea of Poverty*, faz uma narração cronológica desta mudança de atitude em relação aos pobres, da compaixão à condenação).

Em 1832, em parte a pedido de industriais ávidos por mão de obra, a Comissão Real Para a Lei dos Pobres começou uma pesquisa sobre o "funcionamento prático das leis para o alívio da pobreza". Seu relatório dividiu os pobres em duas categorias básicas: pobres preguiçosos que recebiam ajuda do governo, e pobres trabalhadores que se sustentavam a si próprios. O resultado foi a Lei dos Pobres de 1834, em nome da qual o estadista Benjamin Disraeli fez anúncios dizendo que "a pobreza é um crime".

A Lei dos Pobres substituiu a ajuda externa (subsídios e esmolas) por "abrigos para pobres", nos quais as crianças pobres ficavam virtualmente aprisionadas. Lá, as condições eram propositalmente severas, justamente para desincentivar as pessoas a irem buscar auxílio. Praticamente todas as comunidades da Grã-Bretanha apresentavam um "grande estoque" de crianças abandonadas em reformatórios, as quais passaram a ser virtualmente compradas e vendidas para as fábricas; estas sim vivenciaram os maiores horrores do trabalho infantil.

Considere a desprezível função de "carniceiro" nas fábricas têxteis. Tipicamente, "carniceiros" eram crianças novas – de aproximadamente 6 anos de idade – que recuperavam de sob as máquinas algodão que havia se desprendido durante os processos de produção. Como as máquinas estavam em funcionamento, este trabalho era extremamente perigoso e, como consequência, terríveis ferimentos eram totalmente comuns. "Felizmente" para aqueles donos de fábricas dispostos a usar o aparato do Estado em benefício próprio, o governo não tinha problema algum em enviar as crianças dos reformatórios para trabalhar embaixo de máquinas funcionando. A maioria das crianças das comunidades tinha como alternativa a este trabalho morrer de fome ou viver na criminalidade.

Não é nenhuma coincidência que o primeiro romance sobre a

Revolução Industrial publicado na Grã-Bretanha tenha sido Michael Armstrong: *Factory Boy*. Michael era um aprendiz de uma agência para crianças pobres que foi mandado para as fábricas. Também não é coincidência que *Oliver Twist* não era abusado por seus pais ou por agentes privados, mas sim por brutais funcionários públicos dos reformatórios, em comparação aos quais o antagonista Fagin era praticamente um humanitário. Lembre-se de que, aos 12 anos de idades, com sua família na prisão, Dickens havia sido ele próprio uma criança pobre que trabalhava em uma fábrica. O economista Lawrence Reed observa que "a primeira lei na Grã-Bretanha voltada para crianças de fábricas foi criada para proteger justamente estas crianças de reformatórios, e não as crianças 'livres'". A lei mencionava isso de maneira explícita.

Logo, ao defender a regulamentação da mão de obra infantil, os reformistas sociais pediram ao governo para remediar abusos pelos quais o próprio governo era o responsável. Mais uma vez, o governo era a doença que se fingia de cura.

Ideologia equivocada em relação às mulheres– A distorcida apresentação dos fatos no que diz respeito ao trabalho infantil e à Revolução Industrial só encontra paralelos na distorcida ideologia pela qual se analisa o *status* da mulher. É perfeitamente possível argumentar que as mulheres foram as principais beneficiárias econômicas da Revolução Industrial. Isto se deveu majoritariamente à sua baixa condição econômica no período anterior à Revolução. Elas simplesmente tinham mais a ganhar do que os homens.

Quando as mulheres tiveram a oportunidade de abandonar a vida rural em busca dos salários das fábricas e de trabalho doméstico, elas invadiram as cidades em quantias sem precedentes. Para a nossa vida moderna, as condições de vida e de trabalho eram obviamente terríveis, com várias mulheres recorrendo à prostituição como ocupação secundária, tudo para manter um teto sob suas cabeças. No entanto, por mais terríveis que as condições possam ter sido, um fato fundamental não pode ser ignorado: as próprias mulheres acreditavam que ir para as cidades era algo vantajoso – caso contrário, elas jamais teriam feito a jornada ou simplesmente retornariam à vida rural desencantadas. Dizer que o trabalho

REFLEXÕES XVII

industrial "prejudicou" as mulheres dos séculos XVIII e XIX é ignorar a preferência que elas próprias demonstraram e expressaram; é ignorar a voz de suas escolhas. Claramente, as mulheres da época acreditavam que tal situação era um aprimoramento de suas atuais condições.

Uma fatia substancial do historicismo feminista nada mais é do que uma tentativa de ignorar as vozes de mulheres que de fato fizeram suas escolhas à época. Um método comum de se fazer isso é reinterpretar a realidade que cercava as escolhas e, então, impor esta reinterpretação de modo a fazer com que as "escolhas" não mais aparentem ter sido voluntárias, mas sim coagidas.

Uma obra essencial para se compreender a análise histórica da Revolução Industrial feita à luz do feminismo é a imensamente influente *The Origin of the Family, Private Property and the State*, de Friedrich Engels, lançada em 1884. Engels argumenta que a opressão à mulher originou-se com o formato tradicional da família, mas ele próprio desdenha a noção de que a família por si só havia subordinado as mulheres ao longo da história. Em vez disso, ele firmemente coloca toda a culpa no capitalismo, o qual ele acreditava ter destruído o prestígio que as mulheres outrora usufruíam dentro da família.

Escreveu Engels,

Que a mulher era escrava do homem nos primórdios da sociedade é uma das ideias mais absurdas transmitidas pela filosofia do século XVIII.... As mulheres não apenas eram livres como também usufruíam uma posição altamente respeitada nos estágios iniciais da civilização, e representavam o grande poder entre as tribos.

Portanto, as épocas anteriores à Revolução Industrial foram romantizadas como sendo um período em que as mulheres tinham grandes poderes. Engels alegava que a industrialização provocou uma separação entre o trabalho doméstico e o trabalho produtivo, separação esta que fez com que a injustiça que era o formato da família tradicional se ampliasse. Sendo assim, o trabalho feminino se tornou um aspecto importante, porém subordinado ao uso maciço do trabalho masculino para alimentar a máquina capitalista. Presumivelmente, os inegáveis avanços gerados pela

REFLEXÕES XVII

Revolução Industrial para as mulheres – incluindo-se um aumento na expectativa de vida e vários direitos políticos – foram adquiridos a um custo extremamente elevado.

A análise de Engels, no entanto, apresentava um problema para as feministas. Ele pressupôs que os homens não tinham nada a ganhar ao exercer poder sobre as mulheres, pois Engels analisava os seres humanos em termos de suas afiliações de classes – isto é, sua relação com os meios de produção. Feministas queriam uma abordagem que incluísse tanto uma opressão de sexos quanto uma opressão de classes. Para explicar por que as mulheres (ao contrário dos homens) possuem interesses que estão em conflito com o capitalismo, as feministas tiveram de ir além de Engels em suas análises. Elas desenvolveram uma 'teoria do patriarcado' – do capitalismo masculino –, segundo a qual as mulheres eram oprimidas pela cultura masculina por meio dos mecanismos criados pelo capitalismo *laissez-faire*. Tal teoria está em nítido contraste com as análises anteriores que diziam que as oportunidades geradas pelo livre mercado eram o remédio social para as mulheres culturalmente oprimidas pelo preconceito ou pelo privilégio masculino.

Em termos mais explícitos, como funciona este remédio? Um empregador quer maximizar seus lucros sobre cada \$ gasto. Isto cria um forte incentivo para que ele leve em conta apenas o mérito de um empregado, desconsiderando por completo sua cor, etnia, religião ou sexo. Tudo o que importa é a produtividade do empregado. Uma mulher capacitada, que aceitar trabalhar por, digamos, um salário \$100 menor que o de um homem similarmente capacitado, irá conseguir o emprego. Se ela não conseguir, então aquele concorrente isento de preconceitos, que possui um estabelecimento logo ali na esquina, irá contratá-la, e o empregador preconceituoso irá perder sua vantagem competitiva. Quando esta dinâmica ocorrer em escala maciça, as mulheres trabalhadoras serão crescentemente capazes de exigir salários continuamente maiores, reduzindo esta diferença de \$100. Este fator "equalizador" não se manifesta de imediato, e não ocorre perfeitamente. Porém, com o tempo, movidos pelo interesse próprio, os empregadores tenderão a se tornar indiferentes a raça e gênero, pois é do interesse

REFLEXÕES XVII

deles. Eles farão isso em busca do lucro, e todos se beneficiarão.

Feministas que se opõem a este processo de equalização não estão defendendo a igualdade por si só; elas estão defendendo uma igualdade que existe somente de acordo com os termos que elas consideram "justos" e "corretos". Suas objeções à **Revolução Industrial** não são empíricas, mas ideológicas. Assim como elas não gostam das vozes das mulheres dos séculos XVIII e XIX que correram para as fábricas, elas também rejeitam tudo que o livre mercado está dizendo sobre seu desejo de igualdade.

Conclusão– Não importa se a "difamação" se deve a uma distorção dos fatos ou à imposição de uma ideologia; o fato é que a **Revolução Industrial** deveria processar a história por calúnia. Ou, mais especificamente, deveria processar a maioria dos historiadores.

Jocosidades à parte, e sem desconsiderar as injustiças que inevitavelmente ocorrem durante qualquer período, a **Revolução Industrial** estabeleceu a liberdade com a qual as pessoas se tornaram tão acostumadas, que até passaram a tratar a liberdade com desrespeito. Talvez o redentor da reputação da **Revolução Industrial** venha a ser a inegável prosperidade que ela criou. Atualmente, a prosperidade parece ser algo mais respeitado do que a liberdade, muito embora ambas sejam inextricavelmente relacionadas. ●

Wendy McElroy: escritora, conferencista, articulista *freelancer*, e membro sênior do Laissez Faire Club.

O bem da maioria é uma tirania

Wendy McElroy



Ainda no primeiro período de uma turma de filosofia, o professor apresenta à classe um cenário que parece desafiar a perspectiva dos estudantes acerca da questão da moralidade.

O desafio quase sempre é algo mais ou menos assim: *"Absolutamente toda a nação da França irá morrer amanhã, a menos que você mate hoje o seu vizinho, que só tem mais um dia de vida. O que você faria?"*

Ou: *"Você pode erradicar completamente o câncer da face da terra ao simplesmente apertar um botão, o qual irá matar uma pessoa saudável. Você apertaria este botão?"*

O propósito é criar um dilema moral. As perguntas contrapõem sua rejeição moral ao assassinato à sua culpa moral por não ter agido para salvar milhões de vidas. Mas a realidade é que tais perguntas são um total engodo e simplesmente não podem ser respondidas de maneira honesta. Elas postulam um mundo paralelo no qual as regras da realidade, como causa e efeito, foram dramaticamente alteradas. Ou alguém realmente acredita que o simples apertar de um botão pode curar o câncer? Este mundo criado parece funcionar muito mais de acordo com a fantasia do que com a realidade.

E como meu código moral se baseia na realidade do mundo existente, digo apenas que não sei o que faria caso as regras vigentes deixassem de existir. Suponho que minha moralidade seria diferente, o que significa que minhas ações também seriam diferentes.

Por mais absurdas que sejam tais perguntas são consideradas questões morais "difíceis". Ao ter de lidar com elas, alguns



REFLEXÕES XVII

estudantes passam a crer, paradoxalmente, que estar em conformidade com a moralidade requer a violação da moralidade de uma maneira mais profunda. Afinal, não há maior violação do que o assassinato deliberado de outro ser humano.

Mas como pode a vida de uma pessoa ser mais importante do que as de milhões que estão em suas mãos? Neste ponto, a moralidade deixa de ser uma questão de princípios e se torna um mero jogo de números, uma simples questão de análise de custo-benefício. Isto não representa uma expansão da moralidade, como o professor alega, mas sim a criação de um conflito que destrói a moralidade. Em seu lugar passa a existir uma zona cinza moral, um vácuo para o qual o utilitarismo corre para preencher o espaço vazio.

Repentinamente, torna-se óbvio que o bem de muitos tem mais valor do que o assassinato de um só. O coletivo sobrepuja o indivíduo. A maioria torna-se mais importante do que a minoria. O utilitarismo firme e "factual" torna-se preferível à moralidade cinza e inconsistente. As perguntas filosóficas levam diretamente à política, pois assassinar uma pessoa em nome do bem maior não é meramente uma questão moral, mas também uma questão de direitos individuais. Se você aceita a moralidade de tal ato, então você também aceita a conveniência e a autoridade política de se assassinar um ser humano inocente.

Quando formuladas em termos políticos, versões não hipotéticas desta pergunta filosófica são frequentemente identificadas. Por exemplo, *"Devem os ricos ou os empreendedores (os poucos) ser fortemente tributados para que se forneça saúde pública para os vários?"* Aqui, um bem maior é contraposto aos direitos individuais. Mas, mais do que isso, os direitos individuais de dois grupos são confrontados, sendo que os direitos de uma minoria resistente passam a ser vistos como uma barreira aos "direitos de todos os outros". Empreendedores passam a ser considerados indivíduos que não têm nenhum direito de manter sua renda caso isso impeça a maioria de ter acesso gratuito a serviços médicos. Este conflito criado politicamente é tão absurdo quanto aquele criado filosoficamente. O individualista britânico do século XIX, Auberon Herbert, abordou esta questão do "bem da maioria". Disse ele:

REFLEXÕES XVII

"Nunca foi inventada uma frase mais ilusória e capciosa do que essa. O Diabo estava no auge de seu perspicaz e engenhoso humor quando ele introjetou esta frase no cérebro dos homens. Eu a considero totalmente falsa em seus fundamentos."

Por que ela é falsa? Porque a frase parte do princípio de que uma moralidade mais elevada requer a violação de direitos individuais. Ou, nas palavras de Herbert, *"Ela pressupõe que existem dois 'bens' opostos, e que um bem deve ser sacrificado em prol do outro. Só que, em primeiro lugar, isto não é verdade, pois a liberdade é um bem único e aberto a todos, e não requer nenhum sacrifício de terceiros; e, em segundo lugar, este falso antagonismo (onde nenhum antagonismo genuíno existe) entre dois bens distintos implica uma guerra perpétua entre os homens."*

Herbert está se baseando em duas teorias intimamente relacionadas: a primeira, "a universalidade dos direitos"; e a segunda, "a harmonia natural dos interesses". A universalidade dos direitos significa que todos os indivíduos possuem os mesmos direitos naturais, sem exceções e sem privilégios.

Raça, gênero, religião ou outras características secundárias não interessam; somente a básica e primordial característica de ser um humano é que é importante. Uma harmonia natural de interesses significa que o exercício pacífico dos direitos individuais de uma pessoa não afeta e nem prejudica o similar exercício dos direitos individuais de qualquer outra pessoa.

Minha liberdade de consciência ou de expressão não proíbe a do meu vizinho. A autoridade pacífica que afirmo ter sobre meu próprio corpo não diminui ou afeta em nada a reivindicação de propriedade sobre si própria de nenhuma outra pessoa. Com efeito, quanto mais afirmo o princípio da propriedade sobre si próprio, mais robusto e mais garantido este princípio se torna para todas as outras pessoas.

Somente em um mundo onde os direitos não são universais, onde o comportamento pacífico das pessoas está em permanente conflito é que faz sentido aceitar a necessidade de se sacrificar indivíduos em nome de um bem maior. Mas este não é o mundo real, e sim um mundo que foi criado para propósitos políticos.

REFLEXÕES XVII

Herbert explicou qual a suposição essencial que dá sustento a esse mundo falso: a aceitação automática do próprio conceito de "bem maior". Ele perguntou: *"Por que dois homens devem ser sacrificados em prol de três homens? Todos nós aceitamos que três homens não devem ser sacrificados em benefício de dois homens; mas por que – em termos de questões morais – devemos aceitar aquilo que é quase tão ruim, imoral e tacanho, que é o sacrifício de dois homens em prol de três homens? Por que sacrificar sequer um... quando a liberdade exclui toda e qualquer necessidade de sacrifício?"*

Herbert negava a validade *"desta 'lei dos números', que é realmente a lei que estamos seguindo quando falamos de autoridade do Estado [...] sob a qual três homens se tornam absolutamente supremos e dois homens se tornam absolutamente dependentes."* Em vez de aceitar a lei dos números como uma expressão do bem maior, Herbert a via como uma construção social conveniente, rotulando-a de *"uma lei puramente convencional, um mero recurso rude e parcialmente selvagem que não sobrevive a uma crítica guiada pela razão. É impossível defender tal lei utilizando considerações sobre justiça universal. Seu proponente pode apenas confessar a conveniência de sua implantação."*

Para quem era conveniente a criação de um conflito social? Por que criar um mundo artificial repleto de conflitos? Para solucionar os problemas criados, uma grande fatia de poder foi retirada dos indivíduos e transferida para uma classe governante.

Escreveu Herbert: *"A tendência de todas as grandes e complicadas criações é a de estabelecer uma classe governante, pois somente ela entende o funcionamento da sua criação, e somente ela é bem versada no hábito de controlar esta sua criação; e a tendência de uma classe governante engenhosa, uma vez estabelecida, é a de, em momentos críticos, poder fazer praticamente o que quiser com a nação..."*

Em vez de resolver um problema social, a classe governante legou um efeito devastador sobre o bem-estar das pessoas comuns, as quais se tornaram *"um confuso rebanho de cordeirinhos esperando por um cão pastor que os conduza através do*

REFLEXÕES XVII

portão." Ironicamente, ao alegar que o coletivo era superior, uma ínfima minoria passou a controlar a vasta maioria. Conseqüentemente, o "bem maior" passou a ser qualquer coisa que sirva aos interesses da classe governante.

Mas este processo ainda pode ser revertido. É necessário "individualizar" o coletivo e a nação de modo que "vontade, consciência e discernimento" retornem a cada indivíduo.

Quando isso ocorrer, a sociedade estará oferecendo às pessoas o mais nobre dos presentes e o maior dos benefícios: a sua própria responsabilidade individual. ●

Wendy McElroy: escritora, conferencista, articulista *freelancer*, e membro sênior do Laissez Faire Club

O argumento completo em defesa da liberdade

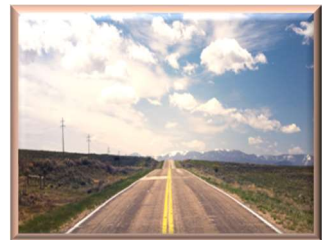
Friedrich A. Hayek



O argumento em prol da liberdade individual fundamenta-se, principalmente, no humilde reconhecimento de que somos ignorantes. A realização dos nossos objetivos e do nosso bem-estar depende de uma série de fatores sobre os quais somos inevitavelmente ignorantes.

Se existissem indivíduos oniscientes, se pudéssemos conhecer não apenas tudo o que influi na realização dos nossos desejos atuais, mas também conhecer nossos desejos e necessidades futuras, não haveria muita razão para defendermos a liberdade. Por outro lado, a liberdade do indivíduo tornaria, evidentemente, impossível uma previsão perfeita.

A liberdade é essencial para que o imprevisível exista; nós a desejamos porque aprendemos a esperar dela a oportunidade de realizar a maioria dos nossos objetivos. E, justamente porque o indivíduo sabe tão pouco e, mais ainda, como raramente podemos determinar quem de nós conhece mais, confiamos aos esforços independentes e competitivos de muitos a criação daquilo que desejaremos, quando tivermos a oportunidade de apreciá-lo.



Por mais humilhante que seja para o orgulho humano, devemos reconhecer que o progresso e até a preservação da civilização dependem de um máximo de oportunidades para que o imprevisível possa acontecer. Estas casualidades ocorrem graças à combinação de conhecimentos e atitudes, aptidões e hábitos adquiridos pelos indivíduos, e também quando indivíduos treinados

REFLEXÕES XVII

se defrontam com problemas específicos que estão preparados para solucionar.

Nosso inevitável desconhecimento de tantas coisas significa que teremos de lidar, em grande parte, com probabilidades e acasos. Naturalmente, tanto na vida social quanto na individual, os acidentes favoráveis não ocorrem simplesmente. Devemos estar preparados para quando acontecerem. Mas, mesmo assim, ainda são acasos, e não se transformam em certezas. Envolvem riscos deliberadamente aceitos, possíveis reveses de indivíduos e grupos que têm tanto mérito quanto outros que prosperam, possibilidade de fracassos ou de recaídas, até para a maioria, e apenas uma probabilidade de ganhos líquidos no cômputo geral.

O máximo que podemos fazer é aumentar as possibilidades de que certa combinação de dons individuais e de circunstâncias leve à criação de algum novo instrumento ou ao aperfeiçoamento de um instrumento antigo e melhorar a perspectiva de que tais inovações se tornem rapidamente conhecidas por aqueles que podem beneficiar-se delas.

Seres imperfeitos– Todas as teorias políticas pressupõem, evidentemente, que a maioria dos indivíduos é muito ignorante. Aqueles que defendem a liberdade se diferem dos outros porque incluem na categoria de ignorantes eles próprios e também os mais sábios. Comparada com a totalidade do conhecimento que é continuamente utilizado no processo evolutivo de uma civilização dinâmica, a diferença que existe entre o conhecimento dos mais sábios e aquele que pode ser deliberadamente empregado pelos mais ignorantes é insignificante.

Embora não percebamos habitualmente, todas as instituições da liberdade constituem de adaptações a esta fundamental constatação da ignorância, adaptadas para lidar com possibilidades e probabilidades, mas não com a certeza. Não existe certeza na ação humana e é por esta razão que, para fazer o melhor uso do nosso conhecimento individual, devemos seguir as normas indicadas pela experiência como as mais adequadas de um modo geral, embora não saibamos quais serão as consequências de sua observância em casos específicos.

REFLEXÕES XVII

O homem aprende pela frustração de suas esperanças. É óbvio que não devemos aumentar a imprevisibilidade dos acontecimentos com a criação de tolas instituições humanas. Na medida do possível, deveríamos ter como objetivo a melhoria das instituições humanas, a fim de aumentar as possibilidades de previsão correta. Todavia, acima de tudo, deveríamos proporcionar o máximo de oportunidades para que indivíduos que não conhecemos aprendessem fatos que nós mesmos ainda desconhecemos e utilizassem este conhecimento em suas ações.

E é graças aos esforços harmônicos de muitas pessoas que se pode utilizar uma quantidade de conhecimento maior do que aquela que um indivíduo isolado pode acumular ou do que seria possível sintetizar intelectualmente. E graças a essa utilização do conhecimento disperso é que se tornam possíveis realizações superiores às que uma mente isolada poderia prever.

É justamente porque liberdade significa renúncia ao controle direto dos esforços individuais que uma sociedade livre pode fazer uso de um volume muito maior de conhecimentos do que aquele que a mente do mais sábio governante poderia abranger.

As chances de erro- A partir destas premissas básicas sobre as quais se fundamenta a justificativa da liberdade, segue-se que não poderemos alcançar nossas metas se limitarmos o uso da liberdade apenas àquelas circunstâncias especiais nas quais sabemos que ela será benéfica. Não é liberdade aquela concedida somente quando seus efeitos benéficos são conhecidos de antemão.

Se soubéssemos de que forma a liberdade seria usada, não teríamos necessidade de justificá-la. Nunca conseguiremos os benefícios da liberdade, nunca alcançaremos os avanços imprevisíveis que ela possibilita, se ela não for também concedida nos casos em que sua utilização parecer indesejável. Portanto, não se pode alegar como argumento contra a liberdade individual que as pessoas frequentemente abusam dessa liberdade. Liberdade significa, necessariamente, que cada um acabará agindo de uma forma que poderá desagradar aos outros.

Nossa fé na liberdade não se baseia nos resultados previsíveis em determinadas circunstâncias, mas na convicção de que ela acabará

liberando mais forças para o bem do que para o mal.

Segue-se, também, que a importância de termos liberdade de ação não está de modo algum relacionada com a perspectiva de nós, ou a maioria, estarmos, algum dia, em condições de utilizar tal possibilidade. Conceder apenas o grau de liberdade que todos têm a possibilidade de exercer significaria interpretar sua função de modo totalmente errado.

Por esse raciocínio errôneo, a liberdade utilizada apenas por um homem entre um milhão pode ser mais importante para a sociedade e mais benéfica para a maioria do que qualquer grau de liberdade que todos nós poderíamos desfrutar. Poder-se-ia dizer até que, quanto menor a oportunidade de se fazer uso da liberdade para determinado fim, mais preciosa ela será para a sociedade como um todo. Quanto menor a oportunidade, tanto mais grave será perdê-la quando surgir, pois a experiência que oferece será quase única.

Por outro lado, é provavelmente correto dizer que a maioria não se interessa diretamente senão por uma parcela mínima das coisas importantes que uma pessoa deveria ter liberdade de fazer. A liberdade é tão importante justamente porque não sabemos como os indivíduos a usarão. Se não fosse assim, também seria possível chegar aos resultados da liberdade se a maioria decidisse o que os indivíduos deveriam fazer. Mas a ação da maioria está necessariamente restrita ao que já foi testado e averiguado, a questões que já obtiveram o consenso no processo de análise que deve ser precedido por diferentes experiências e ações de indivíduos diferentes.

Liberdade para o desconhecido- Os benefícios que a liberdade me concede são, assim, em grande parte, o resultado do uso que outros fazem dela e, principalmente, dos usos dos quais eu nunca me poderia valer. Por isso, o mais importante para mim não é necessariamente a liberdade que eu próprio posso exercer. É muito mais importante que alguém possa experimentar tudo do que a possibilidade de todos fazerem as mesmas coisas.

Não é porque gostamos de poder fazer determinadas coisas, nem porque consideramos algum tipo de liberdade essencial à nossa felicidade, que temos direito à liberdade. O instinto que nos faz

REFLEXÕES XVII

reagir contra qualquer restrição física, embora seja um aliado útil, nem sempre representa padrão seguro para justificar ou delimitar a liberdade. O importante não é o tipo de liberdade que eu próprio gostaria de exercer e sim o tipo de liberdade de que alguém pode necessitar para beneficiar a sociedade. Só poderemos assegurar essa liberdade a uma pessoa desconhecida se a conferirmos a todos.

Os benefícios da liberdade não são, portanto, limitados aos homens livres – ou, pelo menos, um homem não se beneficia apenas daqueles aspectos da liberdade dos quais ele próprio tira vantagem. Não há dúvida de que, ao longo da história, maiorias não livres se beneficiaram com a existência de minorias livres, e as sociedades não livres de hoje se beneficiam daquilo que podem obter e aprender de sociedades livres. Evidentemente, os benefícios que obtemos com a liberdade de outros tornam-se maiores na medida em que cresce o número daqueles que podem exercer a liberdade.

A tese que justifica a liberdade para alguns aplica-se, portanto, à liberdade para todos. Mas é ainda melhor para todos que alguns sejam livres do que ninguém; e, também, bem melhor que muitos possam gozar de plena liberdade do que todos terem uma liberdade restrita.

O mais significativo é que a importância da liberdade de agir de determinada maneira nada tem com o número de pessoas que querem agir assim: a proporção poderia ser inversa. Uma consequência disto é que uma sociedade pode ser tolhida por controles, embora a grande maioria possa não se dar conta de que a sua liberdade foi restringida de forma considerável. Se agíssemos a partir do pressuposto de que só é importante o uso que a maioria venha a fazer da liberdade, estaríamos criando uma sociedade estagnada com todas as características da falta de liberdade.

A natureza das mudanças- As inovações imprevistas que aparecem constantemente ao longo do processo de adaptação consistirão, primeiramente, em novos arranjos ou modelos, em que se encontram coordenados os esforços de diferentes indivíduos, e em novas organizações para o uso de recursos, por natureza tão passageiras quanto as condições específicas que permitiram seu aparecimento. Haverá, em segundo lugar, modificações de

REFLEXÕES XVII

instrumentos e de instituições, adaptadas às novas circunstâncias. Algumas delas serão também meras adaptações temporárias às condições do momento, enquanto outras constituirão melhoramentos que, por aumentar a versatilidade dos instrumentos e hábitos existentes, serão mantidos.

Estes últimos representarão uma adaptação melhor, não apenas às circunstâncias específicas de tempo e espaço, mas a uma característica permanente do nosso meio. Nestas "formações" espontâneas está incorporada uma percepção das leis gerais que governam a natureza. Esta incorporação cumulativa da experiência em instrumentos e formas de ação permitirá uma evolução do conhecimento explícito, de normas genéricas expressas que podem ser transmitidas pela linguagem de uma pessoa a outra.

Este processo de surgimento do novo pode ser mais bem entendido na esfera intelectual quando seu resultado são ideias novas. Neste campo, a maioria de nós percebe pelo menos alguns estágios individuais do processo; sabe necessariamente o que está ocorrendo e, por esta razão, em geral, reconhece a necessidade de liberdade. A maioria dos cientistas compreende que não podemos planejar o avanço do conhecimento, que na busca rumo ao desconhecido – e é isso que constitui a pesquisa – dependemos, em grande parte, dos caprichos dos gênios e das circunstâncias, e que o avanço científico, assim como uma ideia nova que surge na mente de um indivíduo, será a consequência de uma combinação de conceitos, hábitos e circunstâncias que a sociedade proporciona a um indivíduo, resultando tanto de acasos felizes quanto de um esforço sistemático.

Como percebemos mais facilmente que nossos avanços na esfera intelectual muitas vezes são fruto do imprevisto e do não planejado, somos levados a exagerar a importância da liberdade de pensamento e a ignorar a importância da liberdade de ação. Mas a liberdade de pesquisa e de opinião e a liberdade de expressão e discussão, cuja importância é plenamente compreendida, são significativas somente no último estágio do processo de descoberta de novas verdades.

Enaltecer o valor da liberdade intelectual, em detrimento do valor da liberdade de ação, equivaleria a tomar o topo de um edifício

REFLEXÕES XVII

como o todo. Novas ideias devem ser discutidas, diferentes pontos ajustados, pois estas ideias e pontos de vista surgem dos esforços, em circunstâncias sempre novas, de indivíduos que se valem, em suas tarefas concretas, dos novos instrumentos e formas de ação que eles assimilaram.

A complexidade do progresso- O aspecto não intelectual deste processo – a formação do ambiente material modificado, no qual o novo emerge – exige, para a sua compreensão e apreciação, um esforço de imaginação bem maior do que os fatores destacados pela perspectiva intelectualista.

Embora às vezes possamos identificar os processos intelectuais que conduziram a uma ideia nova, provavelmente nunca poderíamos reconstituir a sequência e a combinação das contribuições que não levaram à aquisição do conhecimento explícito; provavelmente nunca poderíamos reconstituir os hábitos adequados e as aptidões que foram empregadas, os meios e as oportunidades utilizadas e o ambiente peculiar dos atores principais que permitiram aquele resultado.

As nossas tentativas de compreender essa parte do processo não podem ir além de mostrar, em modelos simplificados, as forças que nele operam e de indicar o princípio geral e não o caráter específico das influências que atuam no caso. Os homens sempre se preocupam apenas com o que sabem. Portanto, as características que, durante o processo, não são conhecidas no âmbito da consciência costumam ser ignoradas e provavelmente nunca podem ser identificadas em detalhe.

Na realidade, estas características inconscientes, além de geralmente desprezadas, muitas vezes são consideradas um obstáculo e não uma contribuição ou uma condição essencial. Por não serem "racionais", no sentido de serem utilizadas em nosso raciocínio, frequentemente são consideradas irracionais, contrárias à ação inteligente. Todavia, embora a maior parte dos elementos não racionais que afetam nossa ação possa ser irracional neste sentido, a maioria dos "meros hábitos" e "instituições sem sentido", que usamos e pressupomos em nossas ações, representa condições essenciais para a realização de nossos objetivos, constituindo

REFLEXÕES XVII

formas de adaptação da sociedade que já demonstraram sua eficácia e utilidade, que estão sendo constantemente aperfeiçoadas e das quais depende a dimensão daquilo que podemos realizar. Embora seja importante descobrir suas falhas, nem por um momento poderíamos ir em frente sem confiar nelas constantemente.

A maneira pela qual aprendemos a organizar nosso dia, a nos vestir, a comer, a arrumar nossas casas, a falar, a escrever e a utilizar outros incontáveis instrumentos e implementos da civilização, sem esquecer a experiência prática (o *know-how*) da produção e do comércio, dá-nos constantemente os fundamentos nos quais se devem basear nossas próprias contribuições ao processo de civilização.

E, no novo uso e aperfeiçoamento dos instrumentos que nos são oferecidos pela civilização, surgem as novas ideias que serão empregadas finalmente na esfera intelectual.

Embora o uso consciente do pensamento abstrato, uma vez iniciado, tenha até certo ponto uma vida própria, não poderia perdurar e desenvolver-se por muito tempo sem os desafios constantes que se apresentam, pois os indivíduos são capazes de agir de uma maneira nova, de experimentar outras maneiras de fazer as coisas e de mudar toda a estrutura da civilização, na tentativa de se adaptar à mudança.

O processo intelectual é, com efeito, apenas um processo de elaboração, seleção e eliminação de ideias já formadas. E o fluxo de novas ideias nasce, em grande parte, da esfera na qual a ação, muitas vezes não racional, e acontecimentos materiais se influenciam reciprocamente. Este fluxo estancaria se a liberdade fosse confinada à esfera intelectual.

A importância da liberdade, portanto, não depende do caráter elevado das atividades que ela torna possíveis. A liberdade de ação, mesmo nas coisas simples, é tão importante quanto a liberdade de pensamento. Tornou-se um senso comum desmerecer a liberdade de ação apelidando-a de "liberdade econômica". Mas o conceito de liberdade de ação é muito mais amplo do que o de liberdade econômica (o qual ela engloba).

REFLEXÕES XVII

E, o que é mais importante, é extremamente duvidoso que haja ações que possam ser consideradas meramente "econômicas" e que as restrições à liberdade possam ficar limitadas aos chamados aspectos "econômicos". Considerações econômicas são apenas aquelas pelas quais conciliamos e ajustamos nossos diferentes objetivos, nenhum dos quais, em última análise, é econômico (exceto os do avarento ou do homem para o qual ganhar dinheiro se tornou um fim em si mesmo).

Os objetivos são abertos- O que dissemos até agora se aplica, em grande parte, não apenas ao uso dos meios para a realização dos objetivos individuais, mas também a estes mesmos objetivos.

Uma sociedade é livre, entre outras razões, porque as aspirações dos indivíduos não são limitadas, uma vez que o esforço consciente de alguns indivíduos pode gerar novos objetivos, que posteriormente serão adotados pela maioria. Devemos reconhecer que mesmo o que agora consideramos bom ou bonito pode mudar – se não de uma forma perceptível que nos permita adotar uma posição relativista, pelo menos no sentido de que, em muitos aspectos, não sabemos o que será bom ou bonito para outra geração.

Também não sabemos por que consideramos isto ou aquilo bom, nem quem está com a razão quando há divergência acerca do que é bom ou não. Não somente em termos do seu conhecimento, mas também em termos dos seus objetivos e valores, o homem é um produto da civilização; em última análise, é a importância destas aspirações individuais para a perpetuação do grupo ou da espécie que determinará se persistirão ou mudarão.

Evidentemente, é um erro acreditar que podemos tirar conclusões acerca da qualidade dos nossos valores apenas porque compreendemos que são produtos da evolução. Mas dificilmente poderíamos duvidar que estes valores são criados e alterados pelas mesmas forças evolutivas que produziram nossa inteligência. Podemos apenas saber que a decisão final a respeito do que é bom ou ruim não caberá à sabedoria de indivíduos, mas à decadência dos grupos que adotaram ideias "erradas".

Medidas de sucesso- É na busca dos objetivos a que o homem se propõe em determinado momento que podemos comprovar se os

REFLEXÕES XVII

instrumentos da civilização são adequados; os ineficazes serão abandonados e os eficientes mantidos. Mas não se trata apenas do fato de que, com a satisfação de necessidades antigas e com o aparecimento de novas oportunidades, surgem constantemente novas finalidades. O sucesso e a perpetuação deste ou daquele indivíduo ou grupo dependem tanto dos objetivos por eles perseguidos, dos valores que governam suas ações, como dos instrumentos e da capacidade de que dispõem.

A prosperidade ou extinção de um grupo dependerá tanto do código de ética ao qual obedece, ou dos ideais de beleza e felicidade a que se atém, como do grau em que aprendeu, ou não, a satisfazer suas necessidades materiais.

Em qualquer sociedade, certos grupos podem ascender ou declinar de acordo com as metas que perseguem e os padrões de conduta que observam. E as metas do grupo que teve êxito tenderão a ser adotadas pelos demais membros da sociedade.

Na melhor das hipóteses, podemos entender somente em parte a razão pela qual os valores que defendemos ou as normas éticas que observamos contribuem para a perpetuação da nossa sociedade. E nem podemos ter certeza de que, em condições de mudança constante, todas as normas que, comprovadamente, contribuem para a consecução de um determinado fim continuarão desempenhando esta função.

Embora se costume supor que todo padrão social estabelecido contribui, de certa forma, para preservar a civilização, o único meio de confirmá-lo será averiguar se, concorrendo com os padrões adotados por outros grupos ou indivíduos, ele continua a se mostrar adequado.

A concorrência permite alternativas– A concorrência, na qual se baseia o processo de seleção, deve ser entendida no seu mais amplo sentido. Ela implica não apenas a concorrência entre indivíduos como também a concorrência entre grupos organizados e não organizados. Encará-la como algo que se contrapõe à cooperação ou à organização seria interpretar incorretamente sua natureza. O esforço para conseguir certos resultados mediante a cooperação e a organização é tão inerente à concorrência quanto os

REFLEXÕES XVII

esforços individuais. A distinção relevante não está entre a ação individual e a ação de grupo, mas, por um lado, entre as condições em que seja possível experimentar alternativas, baseadas em diferentes pontos de vista ou métodos, e, por outro lado, as condições nas quais um organismo detém o direito exclusivo e o poder de impedir que outros participem.

Somente quando tais direitos exclusivos são conferidos na pressuposição de que certos indivíduos ou grupos possuem conhecimento superior, o processo deixa de ser experimental e as convicções que prevalecem em dado momento podem tornar-se um obstáculo ao progresso do conhecimento.

Defender a liberdade não significa opor-se à organização – que constitui um dos meios mais poderosos que a razão humana pode empregar –, mas opor-se a toda organização exclusivista, privilegiada ou monopolística, ao emprego da coerção para impedir que outros tentem apresentar melhores soluções. Toda organização baseia-se em certos conhecimentos; organização significa dedicação a um objetivo específico e a métodos específicos, mas até a organização destinada a aumentar o conhecimento só será eficiente na medida em que o conhecimento e as convicções nas quais seu plano se baseia forem verdadeiros.

E, se qualquer fato vier a contradizer as convicções nas quais está alicerçada a estrutura da organização, isto só se tornará evidente se ela fracassar e for suplantada por outro tipo de organização. A organização, por este motivo, poderá ser benéfica e eficiente enquanto for voluntária e se der em uma esfera livre, e terá de se ajustar a circunstâncias que não foram consideradas em sua concepção, ou então fracassar. Transformar toda a sociedade em uma única organização, criada e dirigida conforme um único plano, equivaleria a extinguir as próprias forças que formaram as mentes humanas que a planejaram.

Vale a pena parar por um momento e analisar o que aconteceria se fosse empregado em todas as ações somente aquilo que o consenso geral considerasse o conhecimento mais avançado. Se fossem proibidas todas as tentativas que parecessem supérfluas à luz do conhecimento aceito pela maioria, e se se indagasse apenas a

REFLEXÕES XVII

respeito das coisas consideradas significativas pela opinião dominante ou se realizassem apenas as experiências ditadas por esta opinião, a humanidade chegaria talvez a um ponto em que seu conhecimento permitiria prever as consequências de todas as ações comuns e evitar todas as desilusões ou fracassos.

Então, aparentemente, o homem teria sujeitado seu ambiente à sua razão, pois somente empreenderia aquelas tarefas cujos resultados fossem totalmente previsíveis. Poderíamos imaginar que a civilização teria deixado de evoluir, não por se terem esgotado as possibilidades de um crescimento futuro, mas porque o homem teria conseguido sujeitar tão completamente todas as suas ações e o meio ambiente imediato ao seu nível de conhecimento, que novos conhecimentos não teriam qualquer oportunidade de surgir.

O racionalista que deseja sujeitar tudo à razão humana encontra-se, assim, diante de um verdadeiro dilema. O uso da razão visa ao controle e à possibilidade de previsão. Mas o processo evolutivo da razão baseia-se na liberdade e na imprevisibilidade da ação humana.

Aqueles que exaltam os poderes da razão humana normalmente veem apenas um lado da interação do pensamento e da conduta, na qual a razão atua na prática e, ao mesmo tempo, é modificada por esta prática. Eles não percebem que, para haver progresso, o processo social que possibilita a evolução da razão deve permanecer livre do seu controle.

Congelando o processo- Resta pouca dúvida de que o homem deve parte de seus maiores sucessos ao fato de não ter sido capaz de controlar a vida social. Seu avanço contínuo provavelmente dependerá de sua renúncia deliberada aos controles que agora estão em seu poder. No passado, as forças evolutivas espontâneas, embora muito limitadas pela coerção organizada do Estado, ainda podiam afirmar-se contra este poder. Dados os meios tecnológicos de controle hoje à disposição do governo, talvez já não seja possível afirmar isso; de qualquer forma, em breve poderá tornar-se impossível.

Não estamos longe do momento em que as forças deliberadamente organizadas da sociedade poderão destruir as forças espontâneas

REFLEXÕES XVII

que tornaram possível o progresso. ●

Este artigo é um excerto do livro The Constitution of Liberty

Friedrich A. Hayek: (1899-1992) membro fundador do Mises Institute. Ele dividiu seu Prêmio Nobel de Economia, em 1974, com seu rival ideológico Gunnar Myrdal "pelos seus trabalhos pioneiros sobre a teoria da moeda e das flutuações econômicas e por suas análises perspicazes sobre a interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais". Seus livros estão disponíveis na loja virtual do Mises Institute.

Por que não sou conservador

Friedrich A. Hayek



Nota

Atualmente, existe uma diferença intransponível entre o conservadorismo genuíno e o neoconservadorismo, este último uma aberração surgida nos EUA e capitaneada por ex-trotskistas.

Genuínos conservadores nunca defenderam a intromissão na vida alheia. Eles, por exemplo, são moralmente contra o uso de drogas e contra a homossexualidade, mas sempre se opuseram veementemente a qualquer tentativa do governo de moldar a sociedade, pois sabem que as consequências que isso gera são ainda piores do que qualquer vício (algo que, em última instância, é um problema apenas individual). Genuínos conservadores defendem que a melhor maneira de se resolver problemas é por meio do voluntarismo, da responsabilidade própria, da família, dos amigos e da igreja, e não por meio de um governo monolítico que miraculosamente fará com que o indivíduo passe a cuidar de si próprio e se torne uma pessoa melhor. Conservadores genuínos sabem que o governo não pode fazer com que o indivíduo se aprume e passe a seguir bons hábitos.

Similarmente, defender a invasão militar de países estrangeiros também nada tem de conservador. Isso é uma plataforma dos neoconservadores, um movimento formado em sua quase totalidade por indivíduos ex-trotskistas que nunca abandonaram sua sanha intervencionista. O problema é que esse genuíno conservadorismo possui uma de suas raízes na chamada "Old Right" americana, a qual não era de raiz conservadora, mas sim libertária. A "Old Right" era um movimento liderado por pessoas que passaram a ser desdenhosamente chamadas de isolacionistas, simplesmente porque se recusavam a aceitar que o Estado se intrometesse em outros países. Essas mesmas pessoas também

nunca aceitaram que o Estado se intrometesse na vida do indivíduo dando-lhes ordens sobre como deveriam viver. Elas acreditavam que a família e a religião é que deveriam ser o norte da vida de cada indivíduo, e não os burocratas do Estado.

Sua base era o liberalismo clássico- Neste seu clássico artigo, Hayek ataca o conservadorismo de estilo europeu, o qual, ao contrário do americano, não tem raízes no liberalismo clássico. Pela luz da história, os legítimos conservadores europeus foram os contrarrevolucionários franceses, o antigo partido Tory inglês e seu filhote, a conhecida "Democracia-cristã", tão representada pelos partidos de direita na Europa. De um modo simplificado, suas defesas se baseiam razoavelmente em nacionalismo, corporativismo, Estado assistencialista, estado moralizador, e nuances do tipo. São posições que vêm desde os fins das monarquias absolutistas.

Já o chamado "conservadorismo anglo-saxônico", em especial o surgido nos EUA com a "Old Right", nada tem de conservador (sob a visão europeia). Esse conservadorismo americano se baseava na liberdade individual, na defesa da vida e da propriedade, na liberdade de empreendimento e de comércio. Trata-se da essência da ideia de conservação da liberdade, ideia essa oriunda diretamente do liberalismo clássico. Em suma, ao contrário da Europa, nunca houve um conservadorismo de raiz nos EUA. Os verdadeiros conservadores – no sentido americano, e não no europeu – sempre foram os liberais clássicos.

Neste artigo, Hayek ataca o tipo de conservadorismo estatizante e nacionalista, muito em vigor na Europa e que se tornou convencional nos EUA desde a tomada do Partido Republicano pelos neoconservadores. No Brasil, infelizmente, o tipo de conservadorismo predominante é um desdobramento desse neoconservadorismo americano. Adicionalmente, o termo 'liberal' que aparece no texto abaixo – que é como Hayek se autointitula – refere-se exatamente ao seguidor do liberalismo clássico.

Como disse Hans-Hermann Hoppe:

A Europa tem um passado feudal que é notável até mesmo hoje em dia, em particular na forma de numerosas regulações que

restringem o comércio, ao passo que os Estados Unidos são marcadamente livres desde seu passado. Em conexão com isto há o fato de que, por longos períodos durante os séculos XIX e XX, a Europa tem sido moldada, mais que qualquer outra ideologia política, por políticas de partidos conservadores, ao passo que um partido genuinamente conservador jamais existiu nos Estados Unidos.

1. O conservadorismo não oferece algum objetivo alternativo- Numa época em que a maioria dos movimentos considerados progressistas advoga uma invasão cada vez maior da esfera da liberdade individual (quase todos os projetos dos reformadores sociais de hoje são realmente liberticidas), aqueles que prezam a liberdade tendem a resistir a essa invasão com todas as suas energias. Ao fazê-lo, geralmente se encontram lado a lado com os que costumam resistir às mudanças.

Em questões de política corrente, eles praticamente não têm outra escolha, hoje, senão apoiar os partidos conservadores. Contudo, embora a posição que tentei definir também seja muitas vezes tida como "conservadora", é bem diferente daquela à qual tradicionalmente se costuma atribuir o termo.

Uma situação em que os defensores da liberdade se unem aos verdadeiros conservadores em sua oposição comum a mudanças que ameaçam igualmente seus ideais diferentes é muito perigosa. Por essa razão, é importante distinguir claramente a posição que tomamos aqui daquela que sempre foi conhecida – talvez com maior propriedade – como conservadora.

O verdadeiro conservadorismo é uma atitude legítima, provavelmente necessária, e com certeza bastante difundida, de oposição a mudanças drásticas. Desde a Revolução Francesa, representa um papel importante na política europeia. Até o surgimento do socialismo, o oposto do conservadorismo era o liberalismo. Este conflito não encontra equivalente na história dos Estados Unidos da América, porquanto o que na Europa se chamava "liberalismo", nos EUA representava a tradição comum, sobre a qual fora constituído o Estado americano: assim, o defensor da tradição americana era um liberal no sentido europeu.

A confusão piorou com a recente tentativa de transplantar para a América o tipo europeu de conservadorismo, que, por ser alheio à tradição americana, assumiu caráter de certo modo singular. Para piorar, os radicais e socialistas americanos já haviam começado a se denominar "liberais". Não obstante, continuarei, por enquanto, a chamar de liberal a posição que defendo e que, acredito, difere tanto do verdadeiro conservadorismo [europeu] quanto do socialismo. Contudo, devo esclarecer, desde já, que o faço com crescente apreensão e que mais tarde terei de considerar qual seria a denominação mais adequada para o partido da liberdade. Isto decorre não apenas de o termo "liberal" nos Estados Unidos ser, hoje, causa de constantes equívocos, como também de, na Europa, o tipo predominante de liberalismo racionalista vem abrindo caminho para o socialismo.

Direi agora o que considero a objeção decisiva ao verdadeiro conservadorismo: por sua própria natureza, o conservadorismo não pode oferecer uma alternativa ao caminho que estamos seguindo. Por resistir às tendências atuais poderá frear desdobramentos indesejáveis, mas, como não indica outro caminho, não pode impedir sua evolução. Por esta razão, o destino do conservadorismo tem sido invariavelmente deixar-se arrastar por um caminho que não escolheu.

A luta pela supremacia entre conservadores e progressistas só afeta o ritmo, não o rumo dos acontecimentos contemporâneos. E, embora seja necessário frear o ritmo da evolução de determinadas políticas, pessoalmente não posso limitar-me a ajudar a puxar o freio. Acima de tudo, os liberais devem perguntar não a que velocidade estamos avançando, nem até onde iremos, mas para onde iremos.

Com efeito, o liberal difere muito mais do coletivista radical dos nossos dias do que o conservador. Enquanto este geralmente representa uma versão moderada dos preconceitos de seu tempo, o liberal dos nossos dias deve opor-se, de maneira muito mais positiva, a alguns dos conceitos básicos que a maioria dos conservadores compartilha com os socialistas.

2. A relação triangular dos partidos- O quadro, geralmente

REFLEXÕES XVII

Apresentado da posição relativa dos três partidos, contribui muito mais para confundir do que para esclarecer suas verdadeiras relações. Habitualmente, a representação é a de posições diferentes numa linha imaginária, com os socialistas à esquerda, os conservadores à direita e os liberais mais ou menos ao centro. Nada mais errôneo.

Se utilizássemos um diagrama, a figura mais apropriada seria a de um triângulo, com os conservadores ocupando um ângulo, os socialistas puxando para o segundo e os liberais para o terceiro. Contudo, como os socialistas há muito tempo exercem maior pressão, o que ocorreu foi que os conservadores tenderam a ser arrastados pelo polo socialista mais que pelo polo liberal e, sempre que lhes convinha, adotaram as ideias que a propaganda radical fazia parecer respeitáveis.

Comumente, foram os conservadores que fizeram mais concessões ao socialismo, chegando mesmo a empunhar suas bandeiras. Defensores da política de centro, desprovidos de objetivos próprios, os conservadores sempre se pautaram pelo princípio de que a verdade está entre os extremos – e, conseqüentemente, mudam sua posição toda vez que um movimento mais radical surge em qualquer um dos lados. A posição que em determinada época podemos definir corretamente como conservadora depende, portanto, do rumo das tendências existentes no momento. Como, nessas últimas décadas, a evolução tem seguido em geral o rumo do socialismo, pode parecer que tanto conservadores quanto liberais se tenham preocupado basicamente em freá-la. Contudo, a verdade é que, fundamentalmente, o liberalismo quer tomar outro caminho, e não permanecer parado.

Embora hoje possa, às vezes, subsistir a impressão contrária – porque houve uma época em que o liberalismo era mais amplamente aceito e alguns de seus objetivos estavam mais próximos de ser alcançados –, o liberalismo clássico nunca foi uma doutrina retrógrada. Jamais existiu período em que os liberais tivessem encontrado sua realização plena e em que o liberalismo não esperasse um aperfeiçoamento ainda maior das instituições.

O liberalismo clássico não é contrário à evolução e à mudança; e,

nos casos em que transformações espontâneas são asfixiadas pelo controle governamental, advoga profundas reformas na política de governo. No que diz respeito à maioria das atividades governamentais, no mundo de hoje, os liberais não têm por que preservar a situação como está. Na verdade, o liberal clássico acredita que o mais urgente e necessário em quase todo o mundo seja a eliminação completa dos obstáculos à evolução espontânea.

O fato de nos Estados Unidos ainda ser possível defender a liberdade individual defendendo as instituições mais antigas não nos deve impedir de perceber a diferença entre liberalismo e conservadorismo. Para o liberal estas instituições são preciosas não porque existem já há muito tempo, ou porque são americanas, mas porque correspondem aos ideais que tanto preza.

3. A diferença básica entre conservadorismo e liberalismo- Antes de considerar os pontos principais nos quais a atitude liberal se opõe de maneira definitiva à atitude conservadora, devo salientar que os liberais poderiam ter aprendido e se beneficiado muito com as obras de alguns pensadores conservadores. Devemos ao seu dedicado e reverente estudo do valor de algumas instituições análises profundas (pelo menos fora da área econômica), que constituem verdadeiras contribuições à nossa compreensão de uma sociedade livre.

Por mais reacionários que possam ter sido na política homens como Coleridge, Bonald, De Maistre, Justus Möses ou Donoso Cortès mostraram uma compreensão do significado das instituições que evoluíram espontaneamente, como por exemplo, o idioma, o direito, a moral e as convenções. Mas a admiração dos conservadores pela evolução espontânea geralmente se aplica apenas ao passado. Em geral, falta-lhes a coragem de aceitar as mudanças não planejadas das quais surgirão novos instrumentos da realização humana. Com isso, chegamos ao primeiro ponto no qual as atitudes liberais e conservadoras diferem radicalmente. Como muitas vezes os escritores conservadores reconheceram, uma das principais características da atitude conservadora é o medo da mudança, uma desconfiança tímida em relação ao novo enquanto tal, ao passo que a posição liberal se baseia na coragem e na confiança, na disposição de permitir que as transformações sigam seu curso, mesmo quando

REFLEXÕES XVII

não podemos prever aonde nos levarão.

Não haveria por que contestar os conservadores se eles simplesmente não gostassem de mudanças muito rápidas nas instituições e na política de governo; de fato, neste caso, justifica-se o cuidado e o lento progresso. Mas os conservadores tendem a utilizar os poderes do governo para impedir as mudanças ou limitar seu âmbito àquilo que agrada às mentes mais tímidas.

Ao contemplar o futuro, carecem de fé nas forças espontâneas de ajustamento, que levam os liberais a aceitar mudanças sem apreensão, mesmo sem saber como as adaptações necessárias se efetivarão. Com efeito, faz parte da atitude liberal supor que, especialmente no campo econômico, as forças autorreguladoras do mercado de alguma maneira gerarão os necessários ajustamentos às novas condições, embora ninguém possa prever como farão isso no caso particular.

Talvez não exista um fator que contribua mais para as pessoas frequentemente se mostrarem relutantes em deixar que o mercado funcione do que sua incapacidade de conceber como, sem controle deliberado, pode surgir o equilíbrio necessário entre a oferta e a procura, entre as importações e as exportações, e assim por diante. O conservador só se sente seguro e satisfeito quando tem a garantia de que alguma sabedoria superior observa e supervisiona as mudanças; somente quando sabe que há uma autoridade encarregada de verificar que elas se deem dentro da "ordem". Esse temor em confiar em forças sociais incontroladas está intimamente ligado a duas outras características do conservadorismo: sua paixão pela autoridade e sua falta de compreensão das forças econômicas.

Como não confia nem em teorias abstratas nem em princípios gerais, não compreende as forças espontâneas nas quais se baseia uma política de liberdade nem dispõe de bases para formular princípios de política de governo. Para os conservadores, a ordem aparece como o resultado da atenção contínua da autoridade, à qual, para tanto, se deve permitir tomar qualquer medida necessária em circunstâncias específicas, sem que se precise ater-se a uma norma rígida.

A aceitação de princípios pressupõe uma compreensão das forças

REFLEXÕES XVII

gerais que coordenam as ações humanas na sociedade; porém, é exatamente de tal teoria da sociedade e em especial da teoria do mecanismo econômico que o conservadorismo evidentemente carece. O conservadorismo foi completamente incapaz de elaborar um conceito geral sobre a maneira pela qual a ordem social consegue sustentar-se; e seus modernos defensores, ao tentar construir uma base teórica, quase sempre acabaram apelando quase exclusivamente para autores que se consideravam liberais. Macaulay, Tocqueville, Lord Acton e Lecky certamente se consideravam liberais e com justiça; e mesmo Edmund Burke permaneceu um *Whig* da velha guarda até o fim e estremeceria à simples ideia de ser considerado um *Tory*.

Voltemos, porém, ao assunto principal, que é a característica complacência dos conservadores com os atos da autoridade estabelecida e sua preocupação primordial de que essa autoridade não seja enfraquecida (e não de que seu poder seja mantido dentro de certos limites). Isto não se concilia com a preservação da liberdade.

Em termos gerais, poderíamos afirmar que o conservador não se opõe à coerção ou ao poder arbitrário, desde que utilizados para fins que ele julga válidos. Ele acredita que, se o governo for confiado a homens probos, não deve ser limitado por normas demasiado rígidas. Como se trata de indivíduo essencialmente oportunista e desprovido de princípios, ele espera que os bons e os sábios governem, não meramente pelo exemplo, como todos queremos, mas por uma autoridade a eles conferida e por eles exercida. Como o socialista, o conservador preocupa-se menos com o problema de como deveriam ser limitados os poderes do governo do que com o de quem irá exercê-los; e, como o socialista, também se acha no direito de impor às outras pessoas os valores nos quais acredita.

Quando digo que o conservador carece de princípios, não quero com isso afirmar que ele careça de convicção moral. O conservador típico é, de fato, geralmente um homem de convicções morais muito fortes. O que quero dizer é que ele não tem princípios políticos que lhe permitam promover, junto com pessoas cujos valores morais divergem dos seus, uma ordem política na qual todos possam seguir suas convicções. É o reconhecimento desses princípios que

REFLEXÕES XVII

possibilita a coexistência de diferentes sistemas de valores, a qual, por sua vez, permite construir uma sociedade pacífica, com um emprego mínimo da força. Sua aceitação significa que podemos tolerar muitas situações com as quais não concordamos.

Há muitos valores conservadores que me atraem mais do que muitos valores socialistas, porém a importância que um liberal atribui a objetivos específicos não lhe serve de justificativa suficiente para obrigar outros a submeter-se a eles. Não conheço nenhum princípio geral ao qual recorrer para persuadir os que têm opinião diferente de que determinadas medidas que eles defendem são inaceitáveis na sociedade que eu e eles desejamos. Para conviver com os outros é preciso muito mais do que fidelidade aos nossos objetivos concretos. É necessário um comprometimento intelectual com um tipo de ordem em que, até nas questões que um indivíduo considera fundamentais, os demais têm o direito de buscar objetivos diferentes.

É por esse motivo que para o liberal os ideais morais, bem como os ideais religiosos, não podem ser objeto de coerção, enquanto conservadores e socialistas não reconhecem esses limites. Às vezes, penso que o atributo mais marcante do liberalismo, que o distingue tanto do conservadorismo quanto do socialismo, é a ideia de que convicções morais quanto a questões de conduta – que não interferem diretamente com a esfera individual protegida pela lei – não justificam a coerção dos demais. Isso também pode explicar por que parece muito mais fácil para o socialista arrependido encontrar um novo lar espiritual entre os conservadores [daí a ascensão do neoconservadorismo] do que entre os liberais.

Em última análise, a posição conservadora baseia-se no princípio de que, em qualquer sociedade, há indivíduos reconhecidamente superiores, cujos valores, padrões e posições precisariam ser protegidos, e que deveriam exercer maior influência nos assuntos públicos do que os demais. Obviamente, o liberal não nega que existam pessoas superiores; ele não é um defensor do igualitarismo. O que ele nega é que qualquer um possa ter a autoridade de decidir quem são essas pessoas superiores. Enquanto os conservadores tendem a defender uma determinada hierarquia estabelecida e pretendem que a autoridade proteja o *status* daqueles que eles

prezam, os liberais acreditam que não há respeito por valores estabelecidos que justifique o recurso ao privilégio ou ao monopólio ou a qualquer poder coercitivo do Estado para proteger estas pessoas das forças da transformação econômica.

Embora o liberal esteja plenamente cômico do importante papel que as elites culturais e intelectuais representaram no avanço da civilização, também crê que essas elites devem dar provas da capacidade de manter sua posição obedecendo às mesmas normas aplicadas a todos os outros. Na esfera econômica, portanto, a oposição dos conservadores a um exagerado controle governamental não constitui uma questão de princípio, mas visa aos objetivos específicos do governo. Os conservadores geralmente se opõem às medidas coletivistas e dirigistas na área industrial e, neste caso, os liberais frequentemente encontrarão neles aliados. Mas, ao mesmo tempo, os conservadores adoram comumente uma atitude protecionista e já, muitas vezes, apoiaram medidas socialistas na agricultura.

De fato, embora as restrições hoje feitas à indústria e ao comércio sejam principalmente consequência de opiniões socialistas, as restrições igualmente importantes na área da agricultura foram em geral introduzidas pelos conservadores, em época anterior. E, em sua tentativa de desacreditar a livre iniciativa, muitos líderes conservadores rivalizaram com os socialistas.

4. A fraqueza do conservadorismo– No campo puramente intelectual, há grandes diferenças entre o conservadorismo e o liberalismo. A típica atitude do conservadorismo não apenas constitui uma séria fraqueza como também tende a prejudicar qualquer movimento que a ele se alie.

Os conservadores instintivamente acreditam que, mais do que qualquer outro fator, são as novas ideias que ocasionam as mudanças. Contudo, corretamente do seu ponto de vista, o conservadorismo teme novas ideias porque não dispõe de princípios próprios para se opor a elas; e, por desconfiar da teoria e faltar-lhe imaginação quanto a qualquer conceito que a experiência ainda não tenha comprovado, o conservadorismo pauta seu comportamento pelo conjunto de ideias herdadas em dado momento.

REFLEXÕES XVII

Este contraste se manifesta mais claramente nas diferentes atitudes de ambas as tradições em relação ao avanço do conhecimento. Embora o liberal não considere toda mudança um progresso, ele encara o avanço do conhecimento como uma das metas principais do esforço humano e confia em que lhe proporcione uma solução gradual para os problemas e dificuldades que esperamos poder resolver. Sem preferir o novo apenas por ser novo, o liberal está consciente de que é da essência da realização humana produzir o novo; e está preparado para conviver com o novo conhecimento, goste ou não de seus efeitos imediatos.

Pessoalmente, acho que o aspecto mais reprovável da atitude conservadora é sua tendência a rejeitar novos conhecimentos, ainda que bem fundamentados, porque desaprova algumas das consequências que aparentemente decorrem deles – ou, mais francamente, seu obscurantismo. Não nego que os cientistas, como qualquer pessoa, são dados a modismos e excentricidades e que devemos ser cautelosos em aceitar as conclusões às quais os levam suas teorias mais recentes. Mas os motivos de nossa relutância precisam ser racionais e não devem ser condicionados pela consternação que sentimos quando as novas teorias abalam nossas mais caras convicções.

Sou pouco paciente com os que se opõem, por exemplo, à teoria da evolução ou às chamadas explicações "mecanicistas" dos fenômenos da vida, simplesmente por causa de algumas consequências morais que, a princípio, parecem decorrer dessas teorias, e ainda menos paciente com os que consideram irreverente e ímpio indagar a respeito de certas questões. Ao recusar-se a enfrentar os fatos, o conservador contribui para enfraquecer sua própria posição.

Frequentemente, as conclusões que a mentalidade racionalista tira das novas interpretações científicas de modo algum decorrem delas. Contudo, somente se tomarmos parte da avaliação das consequências das novas descobertas nós saberemos se elas se adaptam ou não à nossa visão de mundo, e, em caso afirmativo, como se adaptam. Caso se comprove que nossas convicções morais dependem de pressupostos factuais errados, não seria moral defender tais convicções recusando-nos a reconhecer os fatos.

REFLEXÕES XVII

Aliada à desconfiança dos conservadores em relação a tudo que é novo e incomum está sua hostilidade ao internacionalismo e sua tendência a um nacionalismo exagerado. Isto também contribui para enfraquecer sua posição na luta das ideias, e não pode alterar o fato de as concepções que estão modificando nossa civilização não respeitarem fronteiras. Entretanto, a recusa de estudar novas ideias acaba simplesmente privando o indivíduo do poder de opor-se efetivamente a elas quando necessário.

A evolução das ideias é um processo universal e somente os que participam ativamente dos debates poderão exercer uma influência significativa. Não é válido argumentar que uma ideia é antiamericana, antibritânica ou antigermânica, tampouco um ideal errôneo ou perverso é melhor somente por ter sido concebido por um de nossos compatriotas.

Muito mais poderia ser dito da estreita relação entre conservadorismo e nacionalismo, mas não me deterei na questão porque pode parecer que minha posição me impede de simpatizar com qualquer forma de nacionalismo. Acrescentarei apenas que normalmente é a tendência nacionalista que leva o conservadorismo a se aproximar do coletivismo: é muito pequena a distância que vai entre pensar em termos de "nossa" indústria ou "nossos" recursos e exigir que esse patrimônio nacional seja administrado de acordo com o interesse nacional. Contudo, quanto a esse aspecto, o liberalismo do continente europeu derivado da Revolução Francesa praticamente não difere do conservadorismo. Não é necessário dizer que esse tipo de nacionalismo é plenamente compatível com um profundo respeito pelas tradições nacionais. Porém, o fato de eu preferir e mesmo reverenciar algumas tradições de minha sociedade não precisa obrigar-me a ser hostil a tudo que seja incomum e diferente.

Somente à primeira vista pode parecer paradoxal que o anti-internacionalismo conservador seja tão frequentemente associado ao imperialismo. Na verdade, quanto mais uma pessoa não gosta do que é diferente e julga superiores os seus métodos, mais tenderá a considerar sua missão "civilizar" os demais, não pelas relações livres e voluntárias preferidas pelos liberais, mas proporcionando-lhes as graças de um governo eficiente.

É significativo que nesse aspecto habitualmente encontremos os conservadores de mãos dadas com os socialistas, contra os liberais, não apenas na Inglaterra, onde os Webb e seus fabianos eram francamente favoráveis ao imperialismo, ou na Alemanha, onde o socialismo de Estado e o expansionismo colonial caminhavam lado a lado e encontravam apoio do mesmo grupo de "socialistas de cátedra", mas também nos Estados Unidos, onde, até durante o mandato de Theodore Roosevelt, se observou que "os jingoístas e os reformadores sociais se uniram e formaram um partido político que ameaçou tomar o governo e utilizá-lo para seu programa de paternalismo cesarista, perigo que agora parece ter sido conjurado somente pelo fato de que os outros partidos adotaram seu programa abrandando seu conteúdo e forma".

5. Racionalismo, antirracionalismo e irracionalismo- Há um aspecto, porém, em que podemos afirmar que o liberal ocupa uma posição de centro, a meio caminho entre o socialista e o conservador: ele está tão distante do racionalismo primitivo do socialista, que pretende reconstruir todas as instituições de acordo com um padrão prescrito por sua razão individual, quanto do misticismo ao qual o conservador frequentemente precisa recorrer.

Aquilo que defini como sendo a "posição liberal" tem em comum com o conservadorismo uma desconfiança em relação à razão, na medida em que o liberal está muito consciente de que não sabemos todas as respostas e não tem certeza de que as respostas de que dispõe sejam de fato as certas ou mesmo se poderemos ter respostas para tudo. Além disso, o liberal não se recusa a buscar o apoio de quaisquer hábitos ou instituições não racionais que se revelaram válidos.

O liberal difere do conservador na disposição de aceitar esta ignorância e de admitir que nós sabemos muito pouco, sem reivindicar uma autoridade de origem supranatural do conhecimento sempre que sua razão falhar. Deve-se admitir que o liberal, em alguns casos, é fundamentalmente um cético -, mas aparentemente é necessário certo grau de desconfiança para deixar que os outros busquem sua felicidade à sua maneira e para defender com coerência esta tolerância, que é uma característica essencial do liberalismo.

Isto não significa necessariamente que um liberal não tenha uma convicção religiosa. Ao contrário do racionalismo da Revolução Francesa, o verdadeiro liberalismo não é contrário à religião, e apenas posso deplorar a militância antirreligiosa, essencialmente não liberal, que animou grande parte do liberalismo no continente europeu no século XIX. No entanto, tal característica não é essencial ao liberalismo, como o demonstram claramente seus ascendentes ingleses, os antigos *Whigs*, que, ao contrário, talvez simpatizem demais com uma determinada crença religiosa. Nesse aspecto, o que distingue o liberal do conservador é que, por mais profundas que sejam suas convicções espirituais, ele nunca se considerará no direito de impô-las aos demais e o fato de, para ele, o espiritual e o temporal serem esferas distintas que não devem ser confundidas.

6. A denominação do partido da liberdade– O que afirmei até agora deveria bastar para explicar por que não me considero um conservador. Muitos pensarão, contudo, que essa posição dificilmente corresponde ao que costumavam chamar de "liberal". Portanto, verificaremos agora se esta denominação ainda é adequada ao partido da liberdade.

Já observei que, embora durante toda minha vida eu me tenha definido um liberal, nos últimos tempos, tenho feito isto com crescente apreensão – não apenas porque nos Estados Unidos o termo liberal dá margem a constantes equívocos, mas também porque me venho tornando cada vez mais consciente da grande distância existente entre a minha posição e a do liberalismo racionalista do continente europeu ou mesmo a do liberalismo inglês dos utilitaristas.

Ficaria extremamente orgulhoso de me definir um liberal, se liberalismo ainda tivesse o significado que lhe atribuí um historiador inglês que, em 1827, falava da revolução de 1688 como o "triunfo dos princípios que, na linguagem de hoje, são chamados liberais ou constitucionais", ou se ainda pudéssemos, com Lord Acton, classificar Burke, Macaulay e Gladstone como os três maiores liberais, ou se fosse ainda possível, com Harold Laski, considerar Tocqueville e Lord Acton "os liberais mais autênticos do século XIX". Porém, por mais que me sinta tentado a julgar o liberalismo desses pensadores um verdadeiro liberalismo, devo

reconhecer que os liberais do continente europeu, em sua maioria, defenderam ideias às quais aqueles pensadores se opuseram firmemente e que foram motivados mais pelo desejo de impor ao mundo um padrão racional preconcebido do que pela vontade de favorecer uma evolução espontânea. O mesmo ocorre como o movimento que se denominou liberalismo na Inglaterra, pelo menos desde os tempos de Lloyd George.

É, portanto, necessário reconhecer que o que chamei de "liberalismo" pouca relação tem com qualquer movimento político que hoje assim se denomina. Também se pode questionar se as associações históricas evocadas atualmente por esse termo favorecem o êxito de qualquer movimento. É possível discordar quanto à conveniência de, em tais circunstâncias, tentarmos resgatar o termo daquilo que consideramos seu emprego incorreto. Pessoalmente, acredito cada vez mais que utilizá-lo sem longas explicações gera enorme confusão e que, como rótulo, se tornou mais obstáculo do que força motriz.

Nos Estados Unidos, onde se tornou quase impossível usar o termo "liberal" no sentido em que o utilizei, emprega-se em seu lugar o termo "libertário". Talvez esteja aí a resposta; no entanto, de minha parte, considero-a particularmente sem atrativo. Em minha opinião, tem um excessivo sabor artificial, de sucedâneo. Eu preferiria um termo que definisse o partido da vida, o partido que apoia o crescimento livre e a evolução espontânea. Mas, por mais que me esforçasse, não consegui encontrar um termo descritivo e confiável.

7. Recorrendo aos velhos "Whigs"- Caberia recordar, entretanto, que, quando os ideais que venho tentando reafirmar se difundiram pela primeira vez no mundo ocidental, o partido que os representava tinha um nome famoso. Foram os ideais dos *Whigs* ingleses que inspiraram o que mais tarde ficou sendo conhecido em toda a Europa como o movimento liberal e deram origem aos conceitos que os colonizadores americanos levaram consigo e que os guiaram em sua luta pela independência e no estabelecimento de sua Constituição.

De fato, até o momento em que o caráter desta tradição foi alterado pelas ideias oriundas da Revolução Francesa, com sua democracia

REFLEXÕES XVII

totalitária e suas inclinações socialistas, o partido da liberdade era conhecido pelo nome *Whig*.

Esse termo morreu no país em que nasceu, em parte porque, durante algum tempo, os princípios que ele representava deixaram de ser distintivos de apenas um partido e, em parte, porque os homens que se denominavam *Whigs* não permaneceram fiéis a seus princípios. Os próprios partidos *Whig* do século XIX, tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos, acabaram fazendo cair em descrédito o nome do partido entre os radicais. Todavia, ainda é verdade que, como o liberalismo tomou o lugar do *whighismo* somente depois que o movimento pela liberdade absorveu o racionalismo grosseiro e militante da Revolução Francesa, e como nossa tarefa em grande parte é libertar essa tradição das influências de um exagerado racionalismo, nacionalismo e socialismo que nela penetraram, *whighismo* é historicamente o nome correto para designar as ideias nas quais acredito. Quanto mais aprendo a respeito da evolução das ideias, mais tenho consciência de que sou um impenitente *Whig* da velha guarda.

O fato de me confessar um velho *Whig* obviamente não significa que pretendo voltar à situação em que nos encontrávamos no fim do século XVII. As doutrinas, formuladas pela primeira vez naquela época, continuaram a crescer e a se desenvolver até os finais do século XIX, embora já tivessem deixado de constituir o objetivo principal de um partido específico. Desde então, aprendemos muitas noções que nos deveriam permitir reafirmar aquelas doutrinas de maneira mais satisfatória e eficaz.

Entretanto, embora exijam uma reformulação à luz de nosso conhecimento atual, os princípios básicos permanecem os mesmos dos velhos *Whigs*. Indubitavelmente, a história mais recente do partido com esta denominação levou alguns historiadores a se perguntar se de fato existiu um corpo de princípios *Whig*; no entanto, só posso concordar com Lord Acton em que, embora alguns "patriarcas da doutrina gozassem de péssima fama, o conceito de uma lei superior, acima dos códigos municipais, com a qual se iniciou o *whighismo*, constitui o feito supremo dos ingleses e seu grande legado para a nação" – e, podemos acrescentar, para o mundo. Trata-se da doutrina sobre a qual se assenta a tradição

comum dos países anglo-saxônios. É a doutrina da qual o liberalismo do continente europeu absorve tudo que ela tem de mais valioso. É a doutrina em que se fundamenta o sistema americano de governo. Em sua mais pura forma, é representada nos Estados Unidos não pelo radicalismo de Jefferson, nem pelo conservadorismo de Hamilton ou mesmo de John Adams, mas pelas ideias de James Madison, o "pai da Constituição".

Não sei se ressuscitar esse velho nome será uma medida prática. O fato de que para o povo, tanto nos países anglo-saxônios como nos demais, hoje, o termo não possui conotações definidas talvez seja mais uma vantagem do que uma desvantagem. Para as pessoas que conhecem a história das ideias, é certamente a única denominação que expressa o significado da tradição. E, se *whighismo* define o que os verdadeiros conservadores e mais ainda os inúmeros socialistas que se tornaram conservadores mais cordialmente odeiam, isto revela um instinto sadio de sua parte. De fato, esta palavra define o único conjunto de ideais que sempre se opôs a todo poder arbitrário.

8. Princípios e possibilidades práticas– Pode-se indagar se o nome do partido da liberdade é realmente tão importante. Em um país como os Estados Unidos, que de modo geral ainda tem instituições livres e onde, portanto, a defesa daquilo que existe é quase sempre a defesa da liberdade, talvez não seja prejudicial os defensores da liberdade se intitularem conservadores – embora, mesmo no país, sua associação com indivíduos de natureza conservadora muitas vezes represente motivo de constrangimento.

Até quando indivíduos apoiam as mesmas medidas ou instituições, deve-se perguntar se eles as aprovam simplesmente porque existem ou porque são intrinsecamente boas. Não se deve permitir que sua resistência comum à tendência coletivista nos impeça de compreender que a crença na liberdade integral se baseia essencialmente numa atitude de corajosa aceitação do futuro e não em uma atitude nostálgica em relação ao passado, tampouco em uma admiração romântica por aquilo que foi.

É, porém, absolutamente imperativa a necessidade de uma distinção clara quando, como ocorre em vários países da Europa, os

REFLEXÕES XVII

conservadores já aceitaram em grande parte o credo coletivista – que já tanto tempo domina a política, que muitas de suas instituições já são aceitas como um fato consumado, constituindo motivo de orgulho para os partidos "conservadores" que as criaram.

Nesse caso, os que acreditam na liberdade não podem evitar o conflito com os conservadores e são obrigados a adotar uma atitude basicamente radical contra os preconceitos populares, as posições de poder estabelecidas e os privilégios profundamente arraigados. Tolices e abusos não mudam sua essência apenas porque se tornaram princípios de política de governo consagrados pelo tempo.

Embora a máxima *quieta non movere*¹⁸ possa, em algumas ocasiões, conter muita sabedoria para o estadista, não pode satisfazer um filósofo político. O filósofo pode desejar que certa medida seja com cautela, e não antes que a opinião pública esteja preparada a apoiá-la; mas não pode aceitar medidas apenas porque sancionadas pela opinião pública corrente.

Em um mundo em que a necessidade básica se tornou – como no início do século XIX – a de libertar o processo de crescimento espontâneo dos obstáculos e das dificuldades criados pela insensatez humana, as esperanças do filósofo político devem concentrar-se na persuasão e na obtenção do apoio daqueles que por natureza são "progressistas", aqueles que, embora atualmente busquem mudanças na direção errada, pelo menos estão dispostos a examinar criticamente o que existe e a modificá-lo sempre que necessário.

A tarefa do filósofo político é influenciar a opinião pública, e não organizar o povo para a ação. E ele terá êxito somente se não se voltar para aquilo que é politicamente possível agora, mas sim defender com firmeza "os princípios gerais duradouros", nas palavras de Adam Smith.

Nesse sentido, duvido que possa existir uma filosofia política conservadora. O conservadorismo pode muitas vezes representar

¹⁸ *Quieta non movere*: não mexer no que está quieto.

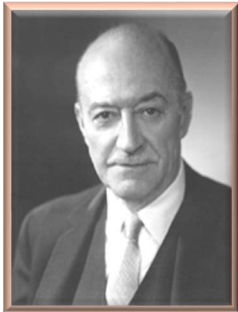
REFLEXÕES XVII

um conceito útil e prático, mas não nos proporciona nenhum princípio orientador capaz de influenciar a evolução futura. ●

Friedrich A. Hayek: (1899-1992) membro fundador do Mises Institute. Ele dividiu seu Prêmio Nobel de Economia, em 1974, com seu rival ideológico Gunnar Myrdal "pelos seus trabalhos pioneiros sobre a teoria da moeda e das flutuações econômicas e por suas análises perspicazes sobre a interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais". Seus livros estão disponíveis na loja virtual do Mises Institute.

O que você deve saber sobre a inflação

Henry Hazlitt



[Esse artigo foi extraído dos capítulos iniciais do livro *What You Should Know About Inflation* (1964).]

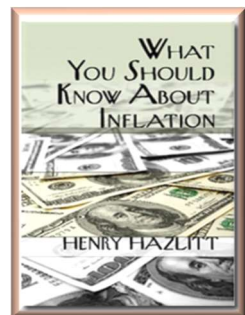
Atualmente, nenhum assunto é mais discutido – e mais mal compreendido – do que a inflação. Os políticos falam dela como se fosse algum terrível visitante desconhecido e inesperado, sobre o qual eles não têm qualquer controle – como um dilúvio, uma invasão externa ou uma praga. É algo contra o qual eles estão sempre prometendo "lutar" – e para isso eles só precisam que o Congresso ou o povo dê a eles as "armas" ou "uma lei severa" para fazer o serviço.

Entretanto, a simples e óbvia verdade é que foram os nossos próprios líderes políticos que criaram a inflação por meio de suas próprias políticas fiscais e monetárias. E eles estão prometendo lutar com a mão direita contra as condições que eles mesmos criaram com a mão esquerda.

A inflação, sempre e em qualquer lugar, é causada fundamentalmente por um aumento na oferta de dinheiro e crédito. Na realidade, a inflação é o aumento na oferta de dinheiro e crédito. Se você procurar no *American College Dictionary*, por exemplo, encontrará a primeira definição de inflação da seguinte maneira:

"Expansão indevida ou aumento da moeda de um país, principalmente por meio da emissão de papel-moeda não redimível em moeda sonante."

No entanto, em anos recentes o termo passou a ser usado em sentido radicalmente



REFLEXÕES XVII

diferente. Isso é perceptível na segunda definição dada pelo American College Dictionary:

"Um aumento substancial dos preços causado por uma expansão indevida do papel-moeda ou do crédito bancário."

Agora, é óbvio que um aumento dos preços causado por uma expansão da oferta monetária não é a mesma coisa que a expansão da oferta monetária propriamente dita. Uma causa ou condição claramente não é idêntica a uma de suas consequências. Assim, o uso da palavra "inflação" com esses dois significados bem diferentes gera uma infundável confusão.

A palavra "inflação" originalmente era aplicada apenas para a quantidade de dinheiro. Ela significava que o volume de dinheiro era inflado, aumentado, exagerado. Não se trata de pedantismo insistir que a palavra deva ser usada apenas em seu significado original. Usá-la com o significado de "um aumento nos preços" é desviar a atenção da causa real da inflação e da real cura para ela.

Vejamos o que acontece em um ambiente inflacionário, e por que isso acontece. Quando a oferta de dinheiro aumenta, as pessoas têm mais dinheiro para trocar por bens. Se a oferta de bens não aumenta – ou não aumenta tanto quanto a oferta de dinheiro – então os preços dos bens irão subir. Cada nota fiduciária individual – por exemplo, o dólar – se torna menos valiosa porque passa a existir uma quantidade maior delas. Assim, um número maior dessas notas será oferecido em troca de, digamos, um par de sapatos ou cem quilos de trigo.

Um "preço" é uma razão de troca entre, por exemplo, um dólar e uma unidade de um bem. Quando as pessoas têm mais dólares, elas valorizam menos cada dólar. Assim, o preço dos bens aumenta, não porque eles estejam mais escassos do que antes, mas porque os dólares estão mais abundantes.

Antigamente, os governos inflacionavam por meio da adulteração da cunhagem das moedas, principalmente por meio da alteração do teor da liga. Depois eles descobriram que poderiam inflacionar de maneira mais rápida e barata simplesmente jogando papel em uma impressora e imprimindo dinheiro. Foi isso que aconteceu com o

REFLEXÕES XVII

assignat francês em 1789, e com a moeda americana durante a Revolução Americana. Hoje, o método é um pouco mais indireto. O governo vende seus títulos ou outras formas de dívida para os bancos. Como forma de pagamento, os bancos criam "depósitos" em seus registros contábeis, depósitos esses que podem ser sacados pelo governo. Em contrapartida, um banco pode vender essas dívidas do governo para o Banco Central (Federal Reserve, no caso dos EUA), que pode pagar por elas de duas maneiras: creditando um depósito na conta que esse banco tem junto ao Banco Central, ou simplesmente imprimindo dinheiro para pagar por elas. É assim que o dinheiro é criado.

A maior parte da "oferta monetária" de um país é representada não pela moeda que passa de mãos em mãos, mas pelos depósitos bancários que são sacados por meio de cheques. Assim, quando os economistas medem nossa oferta monetária, eles somam os depósitos à vista (e, frequentemente, os depósitos a prazo) ao dinheiro fora dos bancos para obter o total. O total de dinheiro e crédito assim medido foi de \$63,3 bilhões ao final de dezembro de 1939, e \$308,8 bilhões ao final de dezembro de 1963. Esse aumento de 388% na oferta monetária foi a razão predominante de os preços atacadistas terem aumentado 138% no mesmo período.

Algumas ressalvas- Frequentemente argumenta-se que atribuir a inflação a somente um aumento no volume de dinheiro é algo "deveras simplista". Isso é verdade. Muitas classificações devem ser consideradas. Por exemplo, a "oferta monetária" deve ser considerada como algo que inclui não só o estoque de dinheiro físico, que passa de mãos em mãos, mas também a oferta de crédito bancário – especialmente nos Estados Unidos, onde a maioria dos pagamentos é feita via cheques.

Também é algo "deveras simplista" dizer que o valor de um dólar individual depende simplesmente da atual oferta de dólares em circulação. O valor depende também da oferta futura esperada de dólares. Se a maioria das pessoas temer, por exemplo, que a oferta de dólares será ainda maior daqui a um ano, em relação a hoje, então o valor presente do dólar (medido em relação ao seu poder de compra) será menor do que a atual quantidade de dólares pode de fato valer.

REFLEXÕES XVII

Novamente, o valor de qualquer unidade monetária, tal como o dólar, depende não apenas da quantidade de dólares existentes, mas também de sua qualidade. Quando um país sai do padrão-ouro, por exemplo, isso significa que o ouro, ou o direito de se conseguir ouro, repentinamente virou um mero papel. Assim, o valor da unidade monetária normalmente cai de imediato, mesmo que ainda não tenha havido qualquer aumento na quantidade de dinheiro. Isso ocorre porque as pessoas têm mais fé no ouro do que nas promessas ou nas ponderações dos gerentes monetários do governo. De fato, é difícil encontrar um exemplo de algum caso em que uma retirada do padrão-ouro não foi seguida de um aumento do crédito bancário e do dinheiro impresso em circulação.

Em resumo, o valor do dinheiro varia basicamente pelas mesmas razões que varia o valor de qualquer *commodity*. Assim como o valor de um alqueire¹⁹ de trigo depende não apenas da atual oferta total de trigo, mas também da futura oferta esperada e da qualidade do trigo, o valor do dólar também depende de uma variedade similar de considerações. O valor do dinheiro, assim como o valor de quaisquer bens, não é determinado meramente por relações mecânicas ou físicas, mas primariamente por fatores psicológicos que podem ser complicados.

Ao lidar com as causas e a cura da inflação, é preciso ter em mente quais são as reais complicações; não deve deixar de ser confundido e enganado por complicações desnecessárias ou inexistentes. Por exemplo, é muito comum ouvir que o valor do dólar depende não somente da quantidade de dólares, mas também da sua "velocidade de circulação". Um aumento na "velocidade de circulação", no entanto, não é a causa de uma queda adicional do valor do dólar; esse aumento é em si uma das consequências do temor de que o

¹⁹ **Alqueire:** (do árabe al kayl) designava originalmente uma das bolsas ou cestas de carga que se punham, atadas, sobre o dorso e pendente para ambos os lados dos animais usados para transporte de carga. Logo, o conteúdo daquelas cestas ou bolsas, mais ou menos padronizadas pela capacidade dos animais utilizados no transporte, foi tomada como medida de secos, notadamente grãos, e depois acabaram designando a área de terra necessária para o plantio de todas as sementes.

REFLEXÕES XVII

valor do dólar vai diminuir (ou, para colocar de outra maneira, da crença de que os preços dos bens vão aumentar). É essa crença que torna as pessoas mais ansiosas para trocar dólares por bens. A ênfase que alguns escritores dão à "velocidade de circulação" é apenas mais um exemplo do erro de se substituir razões reais psicológicas por considerações mecânicas dúbias.

Outro beco sem saída: como resposta àqueles que dizem que a inflação de preços é causada primariamente por um aumento do dinheiro e do crédito, algumas pessoas argumentam que o aumento dos preços das *commodities* frequentemente ocorre antes do aumento da oferta monetária. Isso é verdade. Isso foi o que ocorreu imediatamente após a deflagração da guerra na Coreia. Matérias-primas estratégicas começaram a encarecer por temor de que elas se tornariam escassas. Especuladores e produtores começaram a comprá-las e guardá-las, seja para se obter lucros futuros ou para se formar estoques preventivos.

Mas para fazer isso, eles tiveram de pedir mais dinheiro emprestado junto aos bancos. Assim, o aumento dos preços foi acompanhado de um aumento igualmente notável dos empréstimos bancários e dos depósitos. De 31 de maio de 1950 até 30 de maio de 1951, os empréstimos feitos pelos bancos daquele país aumentaram em \$12 bilhões. Se esse aumento dos empréstimos não tivesse ocorrido, e dinheiro novo (algo em torno de \$6 bilhões ao final de janeiro de 1951) não tivesse sido impresso para cobrir os empréstimos, o aumento dos preços não teria como ser sustentado. Ou seja, o aumento dos preços só foi possível porque houve um aumento da oferta monetária.

Algumas falácias populares- Uma das mais persistentes falácias sobre a inflação é a assunção de que ela é causada, não por um aumento na quantidade de dinheiro, mas por uma "escassez de bens".

É verdade que um aumento nos preços (algo que, como já vimos, não deve ser identificado com inflação) pode ser causado tanto por um aumento na quantidade de dinheiro como por uma escassez de bens – ou pelos dois, simultaneamente. O trigo, por exemplo, pode ter seu preço aumentado seja porque houve um aumento na oferta

REFLEXÕES XVII

de dinheiro ou por ter havido problemas com a safra. Mas raramente se observa, mesmo em condições de guerra total, um aumento generalizado dos preços causado por uma escassez generalizada de produtos. No entanto, tão persistente é a falácia de que a inflação é causada por uma "escassez de bens" que, mesmo na Alemanha de 1923, depois de os preços terem se elevado em centenas de bilhões de vezes, altos funcionários do governo e milhões de alemães estavam dizendo que a culpa toda era da "escassez geral de bens" – no mesmo momento em que estrangeiros iam comprar bens alemães com ouro ou com suas próprias moedas a preços bem menores do que os preços cobrados por esses mesmos bens em seus países de origem.

O aumento dos preços ocorrido nos EUA desde 1939 é constantemente atribuído a uma "escassez de bens". Contudo, estatísticas oficiais mostram que a taxa de produção industrial em 1959 foi 177% maior do que em 1939, ou aproximadamente três vezes maior. Dizer que um aumento dos preços em tempos de guerra é causado por uma escassez de bens civis também não torna a explicação melhor. Mesmo considerando-se que os bens civis realmente se escassearam em períodos de guerra, a escassez não poderia ter causado um aumento substancial dos preços por um simples motivo: os impostos tomaram uma porcentagem da renda civil tão grande quanto o rearmamento tirou dos bens disponíveis para a população.

Isso nos leva a outra fonte de confusão. Frequentemente se fala que um déficit orçamentário é em si algo necessário e suficiente para se causar inflação. Um déficit orçamentário, entretanto, se for totalmente financiado pela venda de títulos do governo pagos por meio do uso da poupança real não causará inflação. E mesmo um superávit orçamentário, por outro lado, não é uma garantia contra a inflação. Isso ficou provado no ano fiscal que terminou em 30 de junho de 1951, quando houve uma substancial inflação de preços, não obstante tenha havido um superávit orçamentário de \$3,5 bilhões. A mesma coisa ocorreu nos anos fiscais de 1956 e 1957, quando também ocorreram superávits orçamentários. Um déficit orçamentário, portanto, será apenas inflacionário se causar um aumento da oferta monetária. E a inflação pode ocorrer mesmo

REFLEXÕES XVII

havendo um superávit orçamentário, bastando para isso haver um aumento da oferta monetária.

A mesma cadeia de causalidade se aplica às chamadas "pressões inflacionárias" – particularmente a famosa "espiral de preços e salários". Um aumento dos salários para níveis acima do "nível de equilíbrio", se não for precedido, acompanhado ou rapidamente seguido de um aumento da oferta de dinheiro, não causaria inflação; causaria simplesmente um aumento no desemprego. E um aumento nos preços sem um aumento do dinheiro no bolso das pessoas iria causar apenas uma queda nas vendas. Aumento de preços e salários, para resumir, é normalmente consequência da inflação. Esse aumento só pode causar inflação se ele forçar um aumento da oferta monetária.

A cura para a inflação– A cura para a inflação, como todas as curas, consiste principalmente em remover a causa dela. A causa da inflação é o aumento da moeda e do crédito. A cura é parar de aumentar a moeda e o crédito. A cura para a inflação, em suma, é parar de inflacionar. Simples assim. Apesar de ser simples em princípio, essa cura frequentemente envolve decisões complexas e desagradáveis em seus detalhes. Começemos com o orçamento federal. É praticamente impossível evitar a inflação tendo déficits contínuos e pesados. É quase certo que esses déficits serão financiados por meios inflacionários – isto é, pela direta ou indireta criação de mais dinheiro.

Enormes gastos governamentais não são em si inflacionários – desde que sejam totalmente financiados com receitas de impostos, ou por meio de empréstimos que serão pagos inteiramente por meio do uso da poupança real. Mas a dificuldade inerente a ambos esses métodos de pagamento é que, a partir do momento em que os gastos ultrapassam certo ponto, torna-se inviável utilizar apenas impostos ou empréstimos para cobri-los; assim, é praticamente inevitável que o governo recorra às impressoras do banco central.

Ademais, apesar de considerarmos que enormes gastos completamente financiados por enormes impostos não são necessariamente inflacionários, eles inevitavelmente reduzem e desorganizam a produção, e enfraquecem qualquer sistema de livre

REFLEXÕES XVII

iniciativa. O remédio para os enormes gastos governamentais, portanto, não está em impostos igualmente enormes, mas em parar a gastança descontrolada.

Pelo lado monetário, o Tesouro e o Banco Central (Federal Reserve System) devem parar de criar dinheiro artificialmente barato – isto é, eles devem parar de manter as taxas de juros arbitrariamente baixas. O Banco Central não deve retornar à antiga política de comprar os próprios títulos do governo a seus valores de face. Quando as taxas de juros são mantidas artificialmente baixas, elas estimulam um aumento de empréstimos. E isso leva a um aumento da oferta monetária e de crédito.

O processo funciona das duas maneiras, pois é necessário aumentar a oferta monetária e de crédito para se manter as taxas de juros artificialmente baixas – e vice-versa. É por isso que uma política de "dinheiro barato" e uma política de valorização dos títulos do governo são simplesmente duas formas de se descrever a mesma coisa. Quando os bancos subsidiários do Federal Reserve (12 bancos que fazem de fato as operações determinadas pelo Banco Central) compram os títulos do governo – que até então pagavam juros de, digamos, 2,5% –, pagando por eles o equivalente ao valor de face, eles derrubam as taxas de juros em longo prazo para 2%. E eles, na realidade, pagam por esses títulos simplesmente imprimindo mais dinheiro. É esse processo que é conhecido como "monetização" da dívida pública. A inflação vai durar enquanto durar esse processo.

O Banco Central, se estiver de fato determinado a parar a inflação e cumprir com suas responsabilidades, irá se abster dos seus esforços de manter baixas as taxas de juros e de monetizar a dívida pública. Ele deveria retornar à tradição que dita que a taxa de redesconto de um banco central deve normalmente (e principalmente em um período inflacionário) ser uma taxa de "punição" – isto é, uma taxa maior do que aquela que os bancos membros da Reserva Federal conseguem em seus empréstimos mútuos.

Quero aqui declarar minha convicção de que o mundo jamais vai sair da atual era inflacionária a não ser que ele retorne ao padrão-ouro. O padrão-ouro fornecia um controle praticamente automático sobre a expansão interna do crédito. É por isso que os burocratas

REFLEXÕES XVII

quiseram abandoná-lo. Além de ser uma defesa contra a inflação, o padrão-ouro é o único sistema que já deu ao mundo o equivalente a uma moeda internacional.

A primeira pergunta a ser feita atualmente não é como podemos parar a inflação, mas, sim, se nós realmente queremos fazer isso. Um dos efeitos da inflação é provocar uma redistribuição da riqueza e da renda. Em sua fase inicial (até que ela alcance o ponto em que distorça e debilite totalmente a estrutura de produção da economia), ela beneficia alguns grupos à custa de outros. Os primeiros são aqueles privilegiados que recebem antes de todos os outros o dinheiro que é recém-criado. Nesse momento, o valor do dinheiro ainda não foi diluído e, assim, esse grupo, que está mais rico, tem acesso privilegiado a todos os bens disponíveis, que ainda estão com os preços antigos.

À medida que esse novo dinheiro vai perpassando os vários setores da economia, os preços vão subindo. Quando esse dinheiro chega à base da pirâmide todos os preços já aumentaram. Houve, assim, uma transferência de riqueza dos mais pobres, que arcam com o ônus da inflação, para os mais ricos, que adquiriram bens a preços anteriores à inflação.

Dessa forma, um número cada vez maior de cidadãos passa a integrar o segundo grupo, que não consegue desfrutar do alto padrão de vida que a inflação monetária traz para os poucos privilegiados do primeiro grupo. Assim, os integrantes do primeiro grupo adquirem um interesse velado em manter a inflação. Muitos ainda continuam com a ilusão de que podem virar o jogo – que podem aumentar a renda de maneira mais rápida que o custo de vida. Dessa forma, há uma grande dose de hipocrisia nos protestos contra a inflação. Muitos estão na realidade gritando: "Congelem os preços e a renda de todos, menos a minha".

Os governos são os piores criminosos em toda essa hipocrisia. Ao mesmo tempo em que eles professam estar "lutando contra a inflação", eles estão seguindo a conhecida política do "pleno emprego". Como um defensor da inflação certa vez escreveu na *The Economist*: *"A inflação é noventa por cento de qualquer política de pleno emprego."*

REFLEXÕES XVII

O que ele esqueceu de acrescentar é que a inflação sempre termina em uma crise e em um colapso da economia; e que pior do que esse colapso em si pode ser a ilusão do público de que o colapso foi causado, não pela inflação anterior, mas pelos defeitos inerentes ao "capitalismo".

A inflação, para resumir, é o aumento no volume de dinheiro e do crédito bancário em relação ao volume de bens. Ela é danosa porque deprecia o valor da unidade monetária, aumenta o custo de vida para todos, impõe o que é de fato um imposto sobre os mais pobres (sem isenções) a uma alíquota tão alta quanto a dos impostos sobre os mais ricos, destrói o valor das poupanças acumuladas, desestimula a poupança futura, redistribui a riqueza e a renda maliciosamente, estimula e recompensa a especulação em detrimento da parcimônia e do trabalho, solapa a confiança na justiça inerente ao sistema de livre iniciativa, e corrompe a moral pública e privada.

Mas ela jamais é "inevitável". Sempre poderemos acabar com ela da noite para o dia, se tivermos a vontade sincera de fazer tal coisa. ●

Henry Hazlitt: (1894-1993) membro-fundador do Mises Institute. Filósofo libertário, economista e jornalista do *The Wall Street Journal*, *The New York Times*, *Newsweek* e *The American Mercury*, entre outras publicações. Ele é mais conhecido pelo seu livro *Economia em uma Única Lição*.

Não há argumentos econômicos contra o livre comércio: o protecionismo é a defesa de privilégios

Donald Boudreaux



A globalização nada mais é do que a divisão do trabalho sendo levada a uma amplitude global. A globalização é a difusão da cooperação humana ao redor do globo.

Caso não seja bloqueada por restrições governamentais – como tarifas de importação, cotas que especificam um número máximo de produtos que podem ser importados, e agências reguladoras que proíbem a entrada de empresas estrangeiras em determinados mercados –, esta cooperação tende a se difundir naturalmente, sem prestar atenção às fronteiras políticas.

Diferenças geográficas e culturais, em conjunto com as diferenças entre as moedas e entre todas as instituições sociais existentes, podem de fato diminuir a velocidade da difusão da cooperação econômica entre as fronteiras. No entanto, o maior obstáculo à difusão da cooperação humana através das fronteiras é a política – em particular, a pressão (difícil de resistir) sobre cada governo feita pelo *lobby* da indústria nacional, que quer se proteger da concorrência dos produtores externos por meio da imposição de tarifas e de cotas de importação.

Tipicamente, concebemos a cooperação como algo que é feito conscientemente, cara a cara, entre pessoas que se conhecem. Neste sentido, descrever a globalização como a difusão da cooperação humana para além das fronteiras pode parecer estranho. Mas de que outra maneira poderíamos nos referir às ações coordenadas de milhões



REFLEXÕES XVII

de pessoas ao redor do globo, cada uma contribuindo com uma parte do seu conhecimento e do seu esforço para, por exemplo, levar ao mercado uma camisa comum? Fabricada na Malásia, utilizando máquinas feitas na Alemanha, algodão proveniente da Índia, forros de colarinho do Brasil, e tecido de Portugal, em seguida sendo vendida no varejo em Sidney, em Montreal e em várias cidades dos países em desenvolvimento (ao menos naqueles que são mais abertos ao comércio exterior), a camisa típica da atualidade é o produto dos esforços de diversas pessoas ao redor do mundo. E, notavelmente, o custo de uma camisa típica é equivalente aos rendimentos de apenas umas poucas horas de trabalho de um cidadão comum do mundo industrializado. Obviamente, o que é verdadeiro para uma camisa vale também para incontáveis produtos disponíveis a venda nos países capitalistas modernos.

Como é possível que, atualmente, um trabalhador comum seja capaz de adquirir facilmente uma ampla variedade de bens e serviços, cuja produção requer os esforços coordenados de milhões de trabalhadores? A resposta é que cada um desses trabalhadores faz parte de um mercado tão vasto e abrangente, que passa a ser vantajoso para muitos empreendedores e investidores organizarem operações de produção altamente especializadas, as quais são lucrativas somente porque o mercado para seus produtos é grande. Esta especialização tanto do trabalho quanto da produção, ao longo de diferentes setores industriais ao redor do mundo, é exatamente fenômeno da globalização.

Suponha, por exemplo, que as camisas possam ser feitas somente de duas maneiras. A primeira é manualmente. Para um fabricante de camisas que utiliza este método – independentemente de quantas camisas produz –, o custo para produzir cada camisa é de \$ 250. Trabalhando em tempo integral na produção manual de camisas, o camiseiro consegue produzir dez camisas por mês.

A segunda maneira é produzindo as camisas em uma fábrica altamente mecanizada. Se a fábrica funciona ao máximo de sua capacidade de um milhão de camisas por mês, cada camisa tem um custo de produção de \$ 5. Porém, como as instalações e todo o maquinário da fábrica exigem um grande investimento inicial, operar a fábrica abaixo de sua capacidade máxima faz com que o

REFLEXÕES XVII

custo de cada camisa aumente. A razão para este aumento é que produzir menos camisas – já tendo incorrido em um investimento alto – impede o fabricante de diluir todo o custo do investimento, algo que só ocorre quando a produção é máxima. Quanto menor for a produção da fábrica, maior será o custo por camisa produzida. Sendo assim, qual método de produção seria utilizado pelo fabricante? A resposta é: depende do tamanho de seu mercado.

Se um fabricante de camisas pretende servir a um mercado de milhões de pessoas, ele utilizará o método da fábrica. Contudo, se ele espera atender a um mercado de apenas umas poucas dúzias de clientes em potencial, ele optará por produzir as camisas manualmente. Se cada fabricante de camisas tivesse acesso somente a mercados pequenos, o preço das camisas seria mais elevado do que se os fabricantes tivessem acesso aos mercados maiores.

Este exemplo proporciona um importante argumento em prol do livre comércio: ao expandir os mercados para além das fronteiras políticas, as empresas podem aproveitar melhor as vantagens daquilo que os economistas chamam de "economias de escala", possibilitando assim que os consumidores usufruam preços mais baixos.

Outra vantagem da especialização é que ela permite aos consumidores aproveitarem ao máximo os recursos e talentos localizados em lugares distantes. Canadenses podem desfrutar dos abacaxis cultivados no Havaí, ao passo que havaianos podem desfrutar do xarope de maple produzido no Canadá; os franceses aproveitam a *expertise* financeira concentrada na cidade de Londres, enquanto os londrinos desfrutam dos vinhos da Borgonha e Bordeaux. Brasileiros se beneficiam de produtos tecnológicos manufaturados na China, ao passo que os chineses usufruem a carne e o café produzidos no Brasil.

Embora outros fatores estejam sempre presentes, as características geográficas de uma região – por exemplo, seu clima, topologia e reservas de minerais –, assim como os talentos especiais de sua força de trabalho, determinam quais são os bens e serviços que podem ser produzidos nessa região com o menor custo – ou, como dizem os economistas, "com vantagem comparativa".

REFLEXÕES XVII

Quanto mais livre for o comércio, maior a probabilidade de que regiões se especializem na produção daqueles bens e serviços que sua população local é capaz de produzir com mais eficiência, e em seguida importem aqueles bens e serviços que são produzidos de maneira mais eficiente em outras localidades.

O livre comércio proporciona aos consumidores a oportunidade de comprar bens e serviços dos melhores produtores do mundo. Se as camisas pudessem ser mais bem produzidas domesticamente, então o livre comércio ajudaria a manter esses produtores lucrativamente no negócio (não haveria outros locais de onde importar camisas melhores e mais baratas). Alternativamente, se as camisas fossem mais bem produzidas no exterior, os consumidores domésticos somente poderiam ter pronto acesso a essas camisas por meio do comércio.

Assim, o livre comércio faz com que os ineficientes produtores domésticos de camisas tenham de redirecionar seus talentos para outros setores em que sejam mais capacitados, removendo-os da produção de camisas e alocando-os para outras atividades produtivas. Isso beneficia os consumidores. Empreendimentos ineficientes são ruins para uma sociedade. Eles consomem recursos escassos e não entregam valor. Na prática, eles subtraem valor da sociedade. Não faz sentido econômico manter uma fábrica de pentes em um país se sua população está mais bem servida comprando pentes melhores e mais baratos de outros produtores.

Ao redirecionar os recursos ao redor do globo para aquelas tarefas nas quais cada recurso aplicado faz um trabalho melhor, o livre comércio rearranja os recursos mundiais de maneira a gerar a maior produção possível, ao mesmo tempo em que proporciona aos consumidores o máximo acesso (mais fácil e mais barato) a essa produção.

Uma justificativa mais fundamental para os mercados livres e globalizados é que eles reduzem o número de trabalhadores necessários para produzir a maioria dos produtos. Consequentemente, possibilitam a produção de bens e serviços que, de outra forma, seriam muito caros para serem produzidos. Mercados globalizados também contribuem para o

REFLEXÕES XVII

aumento dos padrões de vida ao liberarem os trabalhadores industriais para que busquem trabalhos mais bem remunerados em outros setores mais carentes de mão de obra qualificada. Isso gera um duplo efeito: disponibiliza mão de obra de qualidade para setores que necessitam dela e faz com que aqueles bens e serviços que podem ser produzidos eficientemente com menos mão de obra se tornem mais baratos.

Se cada governo proibisse a importação de camisas fabricadas no estrangeiro, cada país precisaria de um número maior de seus cidadãos para produzir camisas do que como seria necessário sob o livre comércio. Conseqüentemente, e por ser capaz de atender somente ao mercado doméstico (que, em todos os casos, é menor do que o mercado internacional), nenhum fabricante de camisas poderia aproveitar as vantagens da máxima economia de escala possível na produção de camisas. Sem o livre comércio, as camisas seriam muito mais caras.

Pior ainda: em decorrência da falta de mão de obra disponível para ser utilizada em outras atividades, os consumidores não teriam a oportunidade de comprar os bens e serviços que poderiam ser produzidos por essa mão de obra, mas que não o foram. Todos teriam empregos, mas ninguém teria o que comprar. Recursos escassos estariam sendo imobilizados em atividades ineficientes, não podendo ser utilizados em outros empreendimentos mais urgentemente demandados.

O livre comércio também mantém os produtores disciplinados ao criar a máxima concorrência para seus produtos. Se os governos protegem as empresas domésticas da necessidade de competir com os preços mais baixos ou com a maior qualidade dos produtos ofertados pelos concorrentes estrangeiros, os consumidores serão os prejudicados, pois as empresas domésticas não terão nenhum incentivo para permanecerem eficientes, inovadoras e sensíveis às suas demandas.

É evidente, portanto, que o livre comércio beneficia todos aqueles que o adotam. Porém, o que aconteceria se alguns países não diminuíssem suas barreiras comerciais? Faria sentido para um país manter livre suas importações perante o resto do mundo se alguns

REFLEXÕES XVII

dos outros governos protegem ou subsidiam suas empresas domésticas? A resposta é afirmativa.

É sempre vantajoso para um país manter seu comércio livre, independentemente das políticas dos demais países. "Retaliar" países que não praticam um comércio livre recorrendo também ao protecionismo e a subsídios somente tornaria os habitantes deste país mais pobres. Inquestionavelmente, as pessoas mais prejudicadas pelas barreiras comerciais são os cidadãos dos países em que tais políticas são aplicadas. Proibidos de comprar bens melhores e mais baratos dos estrangeiros, e forçados a sustentar os produtores ineficientes de seus países – tendo de comprar apenas os bens ruins e caros produzidos por estes –, a qualidade de vida destes cidadãos inevitavelmente cairá. Eles terão pagar preços mais altos por bens de qualidade menor, e não terão suas demandas atendidas pelos produtores locais, que não mais estão sujeitos à concorrência. Mais ainda: estes cidadãos estarão isolados dos produtos de vanguarda produzidos ao redor do mundo. Como isso pode ser bom?

Restringir o comércio somente porque outros países fazem o mesmo é uma política ignara

Simplesmente não há evidência crível para apoiar a crença de que restringir o comércio aumenta a prosperidade dos cidadãos comuns. Qual o argumento para a afirmação de que proibir transações voluntárias gera enriquecimento e aumento do padrão de vida? ●

Donald Joseph Boudreaux: (born 1958) is an American economist, author and professor. He is publicly known as a libertarian.

Imposto de renda retido na fonte: um esquema diabolicamente brilhante que ilude a mente

Jeffrey Tucker



Uma amiga minha, que já vem declarando imposto de renda há 15 anos, teve de lidar com uma situação atípica este ano. Em vez de receber uma restituição – como ocorre com a imensa maioria das pessoas que declaram imposto de renda –, ela se descobriu pertencente ao grupo daquela minoria que tem de pagar ainda mais ao Estado.

Ato contínuo, ela teve de fazer o cheque. Dinheiro que poderia ter ido para o conserto do seu carro, para as manutenções da casa ou até mesmo para a compra de um novo *smartphone* teve de ser coercivamente redirecionado para o governo federal.

Essa é a palavra-chave: coerção– É claro que toda e qualquer modalidade de tributação significa que recursos estão coercitivamente sendo confiscados de nós e deixados de ser usados da maneira como queremos para que, em vez disso, financiemos o governo coercivamente. No entanto, no mundo de hoje, essa brutal realidade é genialmente encoberta por uma cortina de fumaça contábil que utiliza o empregador, e não o empregado, como a ferramenta que faz o serviço de coleta – não assalariada – em prol do Estado.

Quando você tem de pagar impostos diretamente, toda a sua visão de mundo é alterada. Repentinamente, o *slogan* "imposto é roubo" começa a fazer sentido. Você começa a se fazer perguntas do tipo: Como o governo consegue cometer esse roubo descarado



REFLEXÕES XVII

e se safar? O que o governo está fazendo com esse meu dinheiro? Como pode ser bom para a economia eu ser obrigado a dar meu dinheiro para financiar todo um aparato burocrático (que irá atender a grupos de interesse) em vez de eu próprio dar voluntariamente esse meu dinheiro para empreendimentos que ofertam bens e serviços? Quem disse que o governo sabe utilizar o meu dinheiro melhor do que eu mesmo?

Essas são perguntas sensatas. São perguntas que absolutamente todos os pagadores de impostos deveriam estar se fazendo anualmente no mês de abril. O problema é que a maioria das pessoas nunca teve de se fazer essas perguntas. E por um genial motivo: o imposto de renda retido na fonte.

Em vez de ser coletados diretamente do pagador de impostos, o governo coleta esses impostos "na fonte", ou seja, quando o salário é pago, este já vem descontado do valor do imposto de renda. Na prática, portanto, o governo obriga as empresas que pagam os salários dos trabalhadores a lhe repassar imediatamente o valor do imposto de renda desses assalariados – e em nome deles.

Como disse o comediante Chris Rock durante um *stand-up*: "*Você nem paga os impostos; o governo toma os impostos. Você recebe seu salário, o dinheiro já se foi. Isso não é um pagamento, isso é um roubo.*"

No entanto, de alguma maneira, a retenção na fonte faz com que as pessoas sejam menos propensas a pensar no imposto como um "roubo". Sabe por quê? Porque a partir do mês de junho, quando todas as possíveis deduções do imposto de renda são levadas em conta, a maioria das pessoas acaba recebendo uma restituição. Isso, por si só, fornece todos os incentivos para que as pessoas façam corretamente suas declarações do imposto de renda. Afinal, se você não declarar, você fica sem essa restituição.

O resultado é uma das mais incrivelmente brilhantes inovações do Estado moderno. Essa reformulação do sistema – a criação da instituição da retenção na fonte – conseguiu criar a ilusão de que, ao declarar impostos, você está recebendo dinheiro.

Quando a restituição cai na conta bancária (no Brasil, ela vem

REFLEXÕES XVII

inclusive corrigida pela SELIC), o pagador de impostos é tentado a pensar: nossa, isso é realmente sensacional!

Uma espoliação foi manipulada e passou a se parecer com um presente– Como tudo isso surgiu? Foi durante um período de guerra, em 1943, e o governo americano não queria ter de esperar um ano para obter toda a receita de impostos. As receitas eram necessárias para custear a guerra imediatamente. Um jovem e sagaz Milton Friedman foi o mentor de uma ideia da qual, mais tarde, ele viria a se arrepender. Os impostos seriam coletados pelo empregador, ou seja, seriam retidos diretamente do salário do empregado.

"À época", escreveu Friedman, *"estávamos concentrados exclusivamente no esforço de guerra. Não demos nenhuma consideração para qualquer eventual consequência em longo prazo. Nunca me ocorreu, à época, que eu estava ajudando a criar a máquina que tornaria possível aquele agigantamento do Estado que eu, mais tarde, viria severamente a criticar como sendo intrusivo e destruidor das liberdades econômicas e individuais. No entanto, era exatamente isso o que eu estava fazendo."*

Essa medida de emergência não foi abolida após a guerra. Ela era, do ponto de vista do governo, brilhante e conveniente demais para ser abolida. Por que não continuar escondendo do trabalhador o fato de que ele está sendo roubado a uma taxa cada vez maior? Os políticos podiam agora aumentar os impostos de uma maneira que o cidadão comum nem sentiria.

E não só o imposto de renda: os encargos sociais (que abischoitam uma fatia ainda maior que o imposto de renda) podiam agora ser retidos na fonte também.

Afetando a mente– A retenção na fonte alterou dramaticamente a psicologia de se pagar impostos. Para muitos, parece que não se está pagando imposto nenhum. O assalariado se acostuma com o valor líquido (pós-retenção) do seu salário e se adapta rapidamente. E então, quando chega o mês de abril, não há mais a ser pago. Ao contrário: você faz a declaração e descobre que terá direito a uma restituição. E isso faz parecer como se você estivesse recebendo um inesperado presente do governo, na forma de

REFLEXÕES XVII

dinheiro depositado em sua conta bancária. No entanto, é claro, sua restituição nada mais é do que a devolução de um dinheiro a mais que você foi forçado a dar ao governo.

Se realmente quiséssemos fazer uma mudança profunda em prol da transparência e da decência, uma que de fato alterasse a percepção das pessoas em relação aos reais custos do governo, a retenção dos impostos na fonte teria de ser abolida completamente. Em princípio, isso não alteraria quase nada as expectativas de receita do governo federal. A diferença é que cada assalariado teria de pagar, de uma só vez, a quantia total devida ao governo federal todos os meses de abril, e receberia as eventuais restituições, também de uma só vez, no resto do ano.

O mesmo se aplicaria aos encargos sociais e trabalhistas-

Esta mudança aparentemente pequena teria um dramático efeito sobre a percepção do público a respeito da tributação e do governo (tanto é que IPTU e IPVA, que são pagos de uma só vez e sem retenção na fonte, sofrem muito mais resistência a qualquer menção de aumento). Desde a adolescência, cada cidadão teria uma pungente lembrança dos custos do governo. Não mais viveríamos a ilusão de que podemos conseguir algo em troca de nada, e que sustentar o governo não é realmente tão caro quanto dizem.

Tal mudança significaria que as pessoas teriam de bancar o governo da mesma maneira que pagam o aluguel, suas roupas, suas refeições e seu supermercado. Pagamos o custo total daquilo que consumimos. A sensação de estarmos sendo roubados aumentaria caso fôssemos nós, e não nosso patrão, quem tivesse de pessoalmente direcionar todo o dinheiro de imposto ao governo, sob pena de aprisionamento caso não o fizéssemos.

Isso, por si só, poderia inspirar uma atitude diferente em relação ao governo. Talvez até mesmo uma revolução antigoverno. ●

Jeffrey Tucker: CEO do Liberty.Me. É também autor dos livros *It's a Jetsons World: Private Miracles and Public Crimes* e *Bourbon for Breakfast: Living Outside the Statist Quo*.

O Regresso: a natureza selvagem e o valor da vida humana

Jeffrey Tucker



Não é desarrazoado imaginar que o sucesso do filme *O Regresso* faça com que os casacos de pele voltem a ser um item da moda – e, naturalmente, reacenda a controvérsia sobre isso.

Por todo o filme, a maioria dos homens veste casacos de pele. É claro que não são itens adquiridos em lojas chiques, mas sim os despojos de animais mortos no Oeste genuinamente selvagem e desabitado dos EUA. O ano é 1823, e os cenários são os estados de Wyoming e Dakota do Sul – gelados, inabitados, e insanamente perigosos tanto para o homem quanto para a natureza.

As condições físicas apresentadas no filme são inacreditáveis. Embora filmes ainda não sejam capazes de fazer você sentir na pele a sensação do congelamento – felizmente, assisti ao filme dentro de uma sala de cinema aquecida, sentado em uma cadeira reclinante e de couro, bebendo vinho e comendo uma Caesar Salad –, a fotografia é impactante e chega muito perto de fazer você realmente se sentir congelando.

Quando o protagonista, que está literalmente morrendo de frio, consegue vestir a pele arrancada de um urso, abrindo nela um buraco para sua cabeça, o espectador consegue sentir o seu alívio. Em outra cena, também prestes a morrer por causa do frio, ele arranca a cabeça do seu cavalo, retira todas as entranhas do animal, e passa a noite dentro da carcaça. Várias noites.

A cena mais memorável do filme envolve uma luta de vida ou morte



REFLEXÕES XVII

contra um urso. Esse é um material digno de Oscar. Os produtores do filme disseram que não queriam que o urso parecesse bravo ou malvado. Eles apenas queriam que ele se comportasse como um urso se comportaria quando estivesse protegendo suas crias, um recurso que acaba por intensificar a dramaticidade da cena.

E como eles sabiam como é um ataque de urso? Eles analisaram um apavorante vídeo em que um urso de verdade ataca um homem em um zoológico da Alemanha. Todos os movimentos e ritmos do urso foram minuciosamente examinados. A equipe do filme utilizou métodos de alta tecnologia para fazer com que a cena fosse a mais real possível. E o resultado é de cair o queixo. Os detalhes são cativantes – como o ar da respiração do urso congelando assim que ele sai de suas narinas.

O valor da pele– Na época em que filme é ambientado, vestir pele não é uma questão de luxo, mas sim de pura necessidade – pelo menos para os caçadores e comerciantes naquela terra perigosa. É o que eles têm de vestir para permanecer vivos. É também o seu meio de vida. Com efeito, a pele (bem como o couro que vem junto com ela) tem mais valor do que a própria vida humana. Ao longo da história, ela foi universalmente utilizada para fazer vestimentas e, à medida que o tempo foi passando, para satisfazer a crescente demanda por chapéus nas cidades e em grandes centros populacionais. (Um motivo por que os chapéus caíram em desuso, mesmo nos países de clima frio: as pessoas passam a maior parte do tempo dentro de edifícios com aquecimento central).

Todo o propósito das perigosas expedições àquelas terras selvagens era o de conseguir o maior volume possível de pele de animais, levar de volta às bases, transportar para as cidades e vender. Em um determinado momento do filme, um dos caçadores menciona que eles estão carregando uma fortuna em peles. Com efeito, um estudo da história econômica do comércio de pele naqueles anos parece confirmar a autenticidade da afirmação.

O valor da vida– Ao longo do filme, várias pessoas morrem. A morte é encarada com uma alarmante indiferença. Os nativos que matam os caçadores de pele não têm nenhuma consideração pela vida deles. E os próprios caçadores, ao perderem mais da metade

REFLEXÕES XVII

dos homens em sua expedição, demonstram uma assustadora ausência de sentimentos. Sua principal preocupação é apenas coletar as peles e ir embora o mais rapidamente possível do perigo.

Com efeito, o principal enfoque da trama – não é um *spoiler*; está tudo no trailer – envolve um homem (Leonardo DiCaprio) ferido mortalmente que é abandonado à própria sorte pelos colegas porque se tornou um fardo pesado demais para ser carregado em uma maca durante a expedição. Incrivelmente, ele sobrevive e volta para se vingar. Durante sua batalha pela sobrevivência, ele tem de se sustentar utilizando apenas os elementos da natureza selvagem, comendo búfalo cru, pegando peixes com as mãos, curando suas feridas com pólvora, e por aí vai.

O que tudo isso significa?- Por causa de toda a fartura e abundância com a qual nos acostumamos, possibilitadas pelo capitalismo, histórias sobre privações em terras inóspitas e confrontos com a natureza selvagem são realmente intrigantes. Filmes que nos levam a pensar sobre questões como sobrevivência, moralidade, economia e política tornam o entretenimento ainda mais completo. Neste quesito, o filme é perfeito.

A primeira coisa que vem à mente é o movimento pelos direitos dos animais – mais particularmente, o movimento contra o uso de casacos de pele. Em algumas cidades, as pessoas que ainda se arriscam a utilizar casacos de pele já se acostumaram a ser repreendidas verbalmente e até mesmo a serem atacadas com sangue falso jogado por ativistas ambientalistas. Seja você contra ou a favor do uso de peles hoje, o fato é que houve uma época em que se opor a matar animais e utilizar sua pele era algo totalmente impensável. Estando sujeito ao estado bruto da natureza, temos de fazer a única escolha possível: vida para os seres humanos e morte aos animais.

Filmes ambientados em terras inóspitas, porém em épocas mais recentes, como é o caso de *O Regresso*, são particularmente intrigantes porque não retratam exatamente uma selva em épocas primitivas e hobbesianas. Os comerciantes e caçadores já tinham armas, facas e alimentos, todos os quais existiam porque já havia

REFLEXÕES XVII

uma divisão do trabalho mais ampliada. Tais pessoas eram completamente civilizadas em todos os sentidos que conhecemos. A vida nas cidades já era uma realidade. A humanidade já havia há muito superado seu estado primitivo. No entanto, os homens que faziam aquelas expedições imediatamente se descobriam remetidos de volta às condições mais brutais da natureza. Eles enfrentavam o risco da extinção. As opções eram matar ou morrer.

As cenas na natureza crua e bruta são incrivelmente belas, mas também profundamente perigosas. Uma tempestade mais forte podia aniquilar todos. Um ataque de urso era o fim da expedição. Até mesmo pequenos ferimentos podiam se tornar letais. A fome e o risco de morte por inanição eram uma constante.

O mais interessante é que, se você realmente parar para ouvir a conversa dos ambientalistas modernos, terá a impressão de que a natureza, se deixada em paz, não apenas é algo extremamente belo como também incrivelmente caridoso, nos provendo automaticamente com todas as nossas necessidades. A realidade, no entanto, é totalmente oposta. A natureza tem de ser constantemente domada e repreendida para que possamos sobreviver. Poucos de nós poderíamos sobreviver na vasta imensidão selvagem e desconhecida de uma floresta por muito tempo. A natureza não é amigável ao homem. Nunca foi. Por isso, ela deve ser continuamente domada. A própria existência da humanidade depende da subjugação da natureza, a qual deve ser constantemente domesticada e adaptada aos nossos conformes. Se algum dia isso não mais for feito, as selvas irão retomar as cidades.

Mesmo com Leonardo DiCaprio sendo um famoso ativista ambientalista, eu diria que este filme não é exatamente o melhor veículo de propaganda para o ativismo verde. A questão mais complicada, no entanto, envolve o valor da vida dos outros seres humanos. Como já mencionado, parecia ser muito baixo. Por isso, não deixa de ser curioso que os ambientalistas se compadeçam pela pele arrancada dos animais, mas ignorem o fato de que mais da metade das forças expedicionárias era recorrentemente aniquilada em ataques perpetrados pelos nativos da região. O que houve com os direitos humanos? Onde está a consideração pela dignidade humana? Parece que a pele dos animais tem mais direitos do que os

REFLEXÕES XVII

humanos.

Quando os tempos são difíceis, a moralidade cede

Tudo isso nos faz pensar: como as condições econômicas afetam nosso sentido prático de moralidade? Baseando-se no que testemunhamos em épocas de guerra e de pobreza extrema – o Grande Salto Para a Frente chinês é o exemplo mais premente –, conceitos como direitos humanos são os primeiros a ser abolidos tão logo as provisões materiais acabam. Isso talvez signifique que a noção de direitos humanos foi uma das últimas a ser adotada na história da evolução social.

Afinal, antes de necessidades básicas como comida, vestuário e abrigo serem atendidas, seres humanos agindo de acordo com a mais alta moral da dignidade universal o fazem sob o risco da própria sobrevivência. E se você não tem a segurança para agir moralmente, então é impossível que uma norma ética surja e se torne uma característica persistente e confiável.

Qual fenômeno ocorreu ao longo da evolução social que fez com que o valor da vida humana fosse mais apreciado? Você pode dizer que foi a religião ou a filosofia. Mas ainda assim, se as condições materiais não forem propícias para fazer com que as pessoas tenham bons motivos para valorizar seus semelhantes, como poderemos supor que as normais mentais farão o serviço?

Digamos que tenhamos um sistema em que cada um de nós precisa de terceiros para melhorar nossas próprias vidas. Sem a sua produção agrícola, eu não consigo me alimentar. E sem a minha criação de ovelhas, você não consegue se vestir. Repentinamente, temos um interesse um no outro. Eu passo a ver você como um investimento, e você passa a me ver da mesma maneira. Sua vida se torna valiosa para mim; e a minha, para você.

Quanto mais as pessoas passam a integrar este sistema de especialização e divisão do trabalho, mais o valor da vida humana se torna uma característica inerente à própria sociedade. O mesmo vale para a propriedade privada: quanto mais necessitamos que os direitos de propriedade de terceiros sejam respeitados para que possamos prosperar, mais estes terceiros estarão dispostos a

REFLEXÕES XVII

respeitar a nossa propriedade.

Em O Regresso, os personagens não estão fazendo transações comerciais entre si. Eles fazem parte de um grupo expedicionário que irá interagir apenas temporariamente. Fora isso, são apenas bocas a serem alimentadas. À medida que a comida começa a escassear, essas bocas se tornam custos em vez de ativos. A ética é um luxo que se torna um passivo. Repentinamente, o líder da expedição é abandonado à própria sorte. Seus companheiros simplesmente seguem em frente.

Jamais retornemos

Uma das piores características de uma economia rica e desenvolvida é o quão pouco valor as pessoas dão à incrível bonança que as cerca, a qual nos foi legada à custa de muito trabalho, genialidade e riscos incorridos pelas várias gerações que nos precederam.

E não se trata apenas de bens físicos. Pense na questão moral: a maneira como veneramos os direitos humanos, a maneira como brincamos com a ideia de que a natureza é caridosa e benevolente, a maneira como desdenhamos os casacos de pele. Tais preocupações são belíssimas e é realmente uma dádiva que possamos nos dar ao luxo de tê-las. E só podemos nos dar a esse luxo por causa do complexo e intrincado sistema de divisão do trabalho, propriedade privada e transações comerciais que a humanidade conseguiu estabelecer ao longo dos séculos.

Qual frágil é esse arranjo? Muito. Ele pode desmoronar a qualquer momento. Guerras, inanições, pandemias, pestilências – condições extremas que interferem em nossa capacidade de sermos valiosos para os outros e eles, para nós.

O Regresso é um lembrete assustador – e como precisamos deles! – de como nossa vida é boa. Que vestir casacos de pele seja um ato hoje controverso e desdenhado por várias pessoas mostra o tanto que evoluímos materialmente. ●

Jeffrey Tucker: CEO do Liberty.Me. É também autor dos livros *It's a Jetsons World: Private Miracles and Public Crimes* e *Bourbon for Breakfast: Living Outside the Statist Quo*.

Marxismo sem polilogismo: há algo aproveitável em Marx?

Jeffrey Tucker



Ludwig von Mises acreditava que o tópico do polilogismo era importante o bastante para ser abordado ainda na introdução de *Ação Humana*:

O marxismo afirma que a forma de pensar de uma pessoa é determinada pela classe a que pertence. Toda classe social tem sua lógica própria.... Este polilogismo, posteriormente, assumiu várias outras formas. O historicismo afirma que a estrutura lógica da ação e do pensamento humano está sujeita a mudanças no curso da evolução histórica. O polilogismo racial atribui a cada raça uma lógica própria.

Embora ele estivesse escrevendo em 1949, Mises já havia notado para onde as tendências estavam se encaminhando: o pensamento polilogista – a crença de que há uma multiplicidade de irreconciliáveis formas de lógica dentro da população humana, subdivididas em algumas características grupais – viria a se tornar uma característica predominante da ciência social moderna.

E, de fato, praticamente toda a atual política moderna se baseia de alguma forma nessa ideia. Falamos sobre interesses grupais não apenas quando nos referimos a classes, mas também nas áreas de raça, sexo, religião, aptidões, aparências e muito mais. Mesmo políticas ambientalistas podem ser entendidas nesses termos: que a própria natureza funciona de acordo com uma lógica distinta da lógica da população humana, de modo que estamos explorando a natureza a todo o momento e sequer sabemos disso.



REFLEXÕES XVII

Um ponto adicional sobre o polilogismo: acredita-se não apenas que exista uma variedade de formas de estrutura lógica no mundo, como também que essas formas de lógica criam um conflito, baseado na exploração, que é a base da sociedade e que necessita urgentemente de uma correção por intermédio de alguns meios externos. Assim, todas essas formas de polilogismo geram uma suposta necessidade de alguma ação social (estatal) para acomodar essas variedades de pensamento. Os exploradores devem ser destruídos, mesmo no caso do meio ambiente. Tão predominante é essa abordagem, que ela praticamente define toda a ciência social que é praticada atualmente no meio universitário.

Tornando-se ciente de tudo isso ao ler Mises, o leitor pode ficar extremamente surpreendido ao ler a apresentação de Hans-Hermann Hoppe sobre as teses centrais da teoria de classes marxista e sua conclusão sumária: *"Afirmo que todas elas, em sua essência, estão inteiramente corretas."*

Como podemos explicar a aparente suavidade de Hoppe em relação à ideia marxista quando se sabe que Mises é tão completamente contrário a ela? Há uma resposta: o que Hoppe fez foi depurar o marxismo de suas presunções epistemológicas e reter apenas sua análise do mundo material. Isso nos permite absorver do marxismo várias constatações importantes, ao mesmo tempo em que desconsideramos todo o seu polilogismo, o qual tanta retórica pérfida gerou no passado e continua gerando no presente.

Um exemplo clássico do uso do polilogismo pode ser encontrado no livro *Karl Marx and the Close of His System*, de Eugen von Böhm-Bawerk, de 1896. Böhm-Bawerk oferece uma argumentação meticulosamente detalhada, que se estende por mais de 150 páginas, mostrando que Marx jamais conseguiu explicar completamente por que é que os bens não são precificados de acordo com a quantidade de trabalho contida neles, mas, ao contrário, o lucro do capital se dá em proporção à quantidade de capital investida. Tivesse Marx tentado explicar isso, como ele sempre prometeu que faria, imediatamente ficaria óbvio que toda a sua teoria da mais-valia é inteiramente contraditória em relação aos fatos reais. Este é um erro fatal na obra de Marx, pois ele não permite ao leitor testar de maneira lógica ou empírica sua alegação a

REFLEXÕES XVII

respeito da mais-valia extraída pelo capitalista e não repassada aos trabalhadores. Böhm-Bawerk adicionalmente escreve que o marxismo aparentemente encravou no sistema a estratégia de desvirtuar qualquer tentativa de refutar sua teoria. Toda discordância é rejeitada e desprezada com argumentos *ad hominem*, dizendo que o crítico é alguém irremediavelmente desvirtuado pelo pensamento burguês. "*Seria muito pedir que, se ele quer introduzir interpolações subjetivas em seu sistema, estas devem ser corretas, bem fundamentadas e não contraditórias? E essa demanda razoável e sensata Marx continuamente não apenas ignorou como também contestou.*" Esse foi o protesto de Böhm-Bawerk contra o uso de afirmações polilogistas embutidas nas táticas de defesa marxista.

O teórico marxista Rudolf Hilferding respondeu a Böhm-Bawerk de uma maneira que apenas ressaltou o problema com o polilogismo: ele fez exatamente aquilo que Böhm-Bawerk previu que um marxista faria. Ele desdenhou a fonte e, incorrendo em um enfadonho e prolixo discurso, ignorou todas as críticas a Marx da mesma forma que o próprio Marx o fez. Em relação à detalhada tentativa do grande Böhm-Bawerk em atacar os detalhes da teoria marxista, Hilferding escreve:

Como porta-voz da burguesia, ele entra na discussão apenas nos pontos que a burguesia tem interesses práticos em defender. Nas batalhas econômicas e políticas da época, ele fielmente reflete o conflito de interesses das camarilhas dominantes, porém evita a tentativa de considerar a totalidade das relações sociais, pois corretamente sente que qualquer consideração desse tipo seria incompatível com a continuada existência do modelo econômico burguês.

Hilferding ainda diz que o argumento de Böhm-Bawerk pode ser desconsiderado porque ele não lidou com o marxismo "*em sua totalidade*" como um sistema integral de pensamento que, é de se supor, deve ser aceito pela fé. Enquanto Böhm-Bawerk fala sobre valores subjetivos, preços individuais e sua relação com o capital investido, Marx, segundo Hilferding, "*considera a teoria do valor não como um meio de determinar preços, mas como o meio para descobrir as leis do movimento da sociedade capitalista*".

REFLEXÕES XVII

Escreve Hilferding:

Em vez de utilizar as relações econômicas ou sociais como o ponto de partida de seu sistema, eles escolheram para representar esse ponto de partida a relação individual entre homens e coisas. Eles consideram essa relação, desde uma perspectiva psicológica, como uma que é sujeita a leis naturais e inalteráveis. Eles ignoram as relações de produção em sua determinação social, e a ideia de uma evolução das situações econômicas é estranha à mentalidade deles.

A crítica de Hilferding pode ser resumida como sendo uma aplicação desse repúdio polilologista: como um membro da classe dominante apegado aos métodos burgueses de pensamento, Böhm-Bawerk simplesmente não é capaz de pensar da maneira correta sobre essas coisas. O pensamento marxista, o qual se resume inteiramente às leis da história e aos determinantes sociais que conduzem o mundo material, é estranho a ele simplesmente porque sua mente é incapaz de ver a verdade.

E essa continua sendo a tática utilizada em vários argumentos políticos. É claro que hoje a retórica está em um nível muito mais baixo, porém essa é a maneira usual na qual a discussão política ocorre em nossa sociedade pós-marxista, em que as pressuposições polilogistas conduzem o debate. Por exemplo, é impossível os capitalistas entenderem a lógica do debate ambientalista, pois eles estão fora de sintonia com a natureza e suas necessidades. Os brancos não podem sequer tentar entender as demandas dos negros por privilégios e redistribuição, pois a experiência negra e sua maneira de pensar são estranhas à experiência branca e sua maneira de pensar. O mesmo é válido para questões relacionadas a sexo, sexualidade, religião e capacidades físicas.

Hoje é normal pressupor que um indivíduo não pode sequer se atrever a falar sobre as controvérsias de nossa época caso ele não pertença ao "grupo oprimido" sendo discutido. Ainda assim, se uma mulher, ou um negro ou um *gay* oferecer um ponto de vista que vai contra a agenda política daqueles grupos poderosos que se pretendem porta-vozes desse coletivo, tal pessoa será desprezada como sendo alguém que, por algum motivo, não possui uma consciência mais elevada e que está irremediavelmente

REFLEXÕES XVII

contaminada por uma mentalidade obscurantista. Ela não é uma mulher genuína, ele não é um negro genuíno, ele não é um *gay* genuíno, eles não são deficientes físicos genuínos, ele não representa a genuína visão do Islã, etc.

O que está em jogo aqui é a determinação de toda uma base para qualquer tipo de discussão intelectual. Se nós não conseguimos concordar em seguir regras universais para estabelecer a veracidade de alegações, então todas as discussões são reduzidas a uma série de demandas seguidas de ataques *ad hominem* a qualquer um que resista a essas demandas. O próprio Mises entendeu que, se quiséssemos evitar esse destino, teria de haver algum entendimento e concordância quanto às regras da lógica.

George Koether relata que Mises dizia a seus alunos que o primeiro livro de economia que eles deveriam ler era um livro sobre lógica escrito por Morris Cohen, um livro que, com efeito, é um dos últimos textos completos sobre lógica publicado para uso universal nas salas de aula universitárias. Enquanto isso, crescem as reclamações de que atualmente a lógica como uma disciplina deixou de fazer parte do currículo do ensino médio ou até mesmo do ensino universitário, o que significa que, após 16 anos de estudo formal, é difícil encontrar algum estudante que saiba até mesmo as regras básicas sobre como pensar.

Esta é mais uma evidência de como esse aspecto específico do marxismo – seu ataque radical ao núcleo do pensamento lógico, um assunto que (junto com a gramática e a retórica) tem sido parte do "trivium" desde a Idade Média – triunfou no pensamento convencional atual, chegando a tal ponto que, caso algum professor seja suspeito de estar exigindo que seus alunos apliquem lógicas universais e se recusem a aceitar o argumento do 'interesse de classe' como uma verdade autoevidente, pode ser excluído do meio acadêmico meramente por ser defensor de opiniões "politicamente incorretas".

A abordagem feita por Hoppe sobre o marxismo, entretanto, abstém-se totalmente da questão polilogista, preferindo abraçar os princípios lógicos universais como sendo o método essencial com o qual reaplicar a teoria política marxista em um contexto

REFLEXÕES XVII

completamente diferente. Em seus escritos sobre a teoria de classes, Hoppe discorre sobre toda a lista familiar: a história é definida pela luta de classes; a classe dominante possui um interesse em comum; o domínio de classe é definido pelas relações de propriedade que envolvem exploração; há uma tendência à centralização do interesse de classe; e a centralização e a expansão dos domínios exploradores levam a uma inevitável tentativa de dominação global. O que Hoppe está abordando aqui não é o polilogismo como tal, mas sim um aspecto mais restrito da política marxista e suas alegações a respeito das forças sociais da história. E ele afirma que todas estão, em sua essência, corretas. A base para essa afirmação de Hoppe reflete sua visão da teoria marxista da exploração, a qual ele considera correta em suas características analíticas, mas não em sua aplicação.

Hoppe lida com o erro da aplicação da teoria marxista de maneira direta e decisiva. A visão marxista diz que é exploração o trabalhador trabalhar cinco dias e receber como salário o equivalente a apenas três dias do valor do produto que criou. E, ainda assim, é uma verdade incontestável dizer que os trabalhadores voluntariamente aceitam contratos salariais. Trata-se, portanto, de um tipo bastante estranho de exploração, uma que é mutuamente benéfica para ambos os lados e a qual é praticada voluntária e alegremente por bilhões de pessoas diariamente. Os interesses do trabalhador e do capitalista são concordantes: o trabalhador prefere receber uma fatia menor de bens no presente do que uma fatia maior no futuro, ao passo que o capitalista possui a preferência oposta. Marx não enxergou isso porque foi incapaz de entender que é impossível trocar bens futuros por bens presentes sem que haja um desconto no valor.

Mas o que dizer quanto à teoria da exploração que realmente existe no mundo? Hoppe argumenta que ela é fornecida pela abordagem austrolibertária da análise global, e pode ser entendida tão logo compreendemos que a classe dominante é aquela que possui acesso aos poderes do Estado. Essa abordagem advém da nova definição de exploração criada por Hoppe, a qual ocorre quando um indivíduo exitosamente adquire o controle parcial ou total de recursos escassos que ele não produziu, não poupou, não adquiriu por meio

REFLEXÕES XVII

de contratos com seu proprietário/produtor anterior ou dos quais ele não se apropriou originalmente. O Estado pode ser visto como uma empresa totalmente voltada para praticar a exploração nesse sentido do termo. Essa exploração cria vítimas, que podem derrubar seus exploradores tão logo elas desenvolverem uma consciência da possibilidade da existência de uma sociedade livre de exploração, na qual a propriedade privada é universalmente respeitada em vez de ser sistematicamente violada por uma classe dominante.

O que é interessante nessa abordagem hoppeana da teoria marxista, e sua remodelação da teoria à luz da teoria austrolibertária, é que ela contorna completamente o núcleo polilogista da teoria marxista. Não há necessidade de postular que os exploradores e os explorados estão, de alguma forma, socialmente obrigados a pensar de maneira distinta sobre princípios lógicos irreconciliáveis. Muito pelo contrário: a abordagem de Hoppe assume a aplicabilidade universal de um único conjunto de princípios lógicos.

Eis aqui o principal ponto de partida, um que esclarece a aparente diferença entre Mises e Hoppe, e ressalta uma importante agenda ideológica para o futuro. De quais maneiras a reconstrução hoppeana do marxismo se aplica aos desdobramentos modernos do marxismo? Tão logo removemos a suposição polilogista que fundamenta as políticas atuais, podemos ver que várias relações de grupos de interesse são de fato caracterizadas exatamente por esse tipo de exploração descrita por Hoppe. E são precisamente as leis e a legislação que tornam esses tipos de exploração possível. Leis que privilegiam uma raça, uma religião, um sexo ou uma classe de aptidões sobre outras geram um grupo de vítimas e consolidam uma forma de solidariedade grupal que antes poderia existir no máximo em forma muito embrionária. Ao passo que diferenças grupais podem ser resolvidas por meio de trocas, comércio e mercado, a entrada do Estado para "arbitrar" essa relação apenas amplifica e institucionaliza o conflito entre grupos.

Isso é verdade no que concerne, por exemplo, à sexualidade. Uma vez que o Estado começa a subsidiar a manifestação de uma determinada forma de preferência sexual, ele faz com que os indivíduos possuidores de outras preferências sexuais tenham a

REFLEXÕES XVII

correta impressão de que estão sendo pilhados ou explorados de alguma forma, e o único método de defesa é se organizar e se unir para impedir que tal exploração continue. Isso pode se tornar ainda mais explosivo quando envolve assuntos como raça, aborto em hospitais públicos ou até mesmo religião, porém os conflitos também surgem em outras áreas, como legislação ambiental e legislação pró-deficientes.

Da mesma forma que a exploração subsidiada pelo Estado levou Marx a perceber, porém diagnosticar erroneamente, a natureza da exploração em sua época, várias formas atuais de exploração estatal podem levar as pessoas a adotar credos anticapitalistas baseando-se em um diagnóstico errado quanto às raízes dos conflitos envolvendo raça, sexo, religião, aptidões e meio ambiente.

Não se pode dizer que grupos demográficos estarão sempre em conflitos, pois trata-se de uma característica inerente a eles; essa ilusão é criada pela ausência daquilo que Hoppe chama de "capitalismo limpo", em que todas as relações da sociedade são caracterizadas por associações e trocas voluntárias.

Parte desse erro de diagnóstico leva as pessoas a abraçarem uma abordagem polilogista da estrutura da mente humana. Porém, tão logo a estrutura hoppeana da exploração e do conflito se torna clara, não há necessidade de se recorrer a extensas explicações para abordá-los. O problema fundamental não está arraigado de alguma forma na diversidade estrutural da lógica operacional do mundo; a explicação para os conflitos na sociedade está embutida em uma causa muito mais direta e simples: o próprio Estado.

Desta forma, portanto, a teoria hoppeana do conflito social tem o potencial não apenas de acabar com as velhas políticas marxistas e seus efeitos destrutivos para o mundo, mas também o de derrubar e extirpar toda a base polilogista das ciências sociais desenvolvidas nos últimos cem anos – e todo o aparato de intervencionismo estatal que resultou delas.

Quanto a isto ser possível, tudo se resume à pergunta sobre o que é mais fundamental para a visão de mundo marxista: seu polilogismo ou sua teoria da exploração? O principal objetivo do projeto hoppeano é descartar o primeiro ao mesmo tempo em que retém

REFLEXÕES XVII

uma versão do último, de forma que esta possa ser utilizada contra o Estado e seus interesses. ●

Jeffrey Tucker: CEO do Liberty.Me. É também autor dos livros *It's a Jetsons World: Private Miracles and Public Crimes* e *Bourbon for Breakfast: Living Outside the Statist Quo*.

LUIZ BIANCHI

Juan de Mariana: a influência dos escolásticos espanhóis

Jesús Huerta de Soto



A pré-história da Escola Austríaca de economia pode ser encontrada nos trabalhos dos escolásticos²⁰ espanhóis, escritos no período que ficou conhecido como **Século Dourado Espanhol**, que vai de meados do século XVI até o fim do século XVII.

Quem eram esses intelectuais espanhóis precursores da Escola Austríaca de economia? A maioria deles era composta por escolásticos que lecionavam ética e teologia na Universidade de Salamanca, na medieval cidade espanhola que fica a 240 quilômetros a noroeste de Madrid, perto da fronteira entre Espanha e Portugal. Esses escolásticos, em sua maioria dominicanos e jesuítas, articularam a tradição subjetivista, dinâmica e libertária na qual, duzentos e cinquenta anos depois, Carl Menger e seus seguidores se basearam, dando-lhe grande importância. Talvez o mais libertário de todos os escolásticos, particularmente em seus últimos trabalhos, tenha sido o padre jesuíta Juan de Mariana.

Mariana nasceu na cidade de Talavera de la Reina, perto de Toledo. Ele parece ter sido o filho ilegítimo de um cônego de Talavera, e aos dezesseis anos ele se juntou à Sociedade de Jesus, que acabara de ser criada. Aos vinte e quatro, ele foi convocado para ir a Roma



²⁰ **Escolástica:** pensamento cristão da Idade Média, baseado na tentativa de conciliação entre um ideal de racionalidade, corporificado esp. na tradição grega do *platonismo* e *aristotelismo*, e a experiência de contato direto com a verdade revelada, tal como a concebe a fé cristã; escolasticismo.

REFLEXÕES XVII

lecionar teologia, sendo depois transferido para a escola que os jesuítas tinham na Sicília, e de lá para a Universidade de Paris. Em 1574, ele retornou à Espanha, morando e estudando em Toledo até sua morte aos oitenta e sete anos.

Não obstante o Padre Mariana tenha escrito muitos livros, o primeiro a ter um conteúdo libertário foi *De rege et regis institutione* (Sobre o rei e a instituição real), publicado em 1598, no qual ele fazia sua famosa defesa do tiranicídio. De acordo com Mariana, qualquer cidadão pode justificadamente matar um rei que crie impostos sem o consentimento das pessoas, confisque a propriedade dos indivíduos e a desperdice, ou impeça a reunião de um parlamento democrático. As doutrinas contidas neste livro foram aparentemente usadas para justificar o assassinato dos reis tiranos franceses Henrique III e Henrique IV, e o livro foi queimado em Paris pelo carrasco como resultado de um decreto publicado pelo Parlamento de Paris, em 4 de julho de 1610.

Na Espanha, apesar de as autoridades nunca terem sido entusiastas dele, o livro foi respeitado. De fato, tudo o que Mariana fez foi pegar a ideia de que a lei natural é moralmente superior ao poderio do Estado e levá-la à sua conclusão lógica. Essa ideia tinha previamente sido desenvolvida em detalhes pelo grande fundador do direito internacional, o dominicano Francisco de Vitoria (1485-1546), que foi quem começou a tradição escolástica espanhola de denunciar a conquista e particularmente a escravização dos índios pelos espanhóis no Novo Mundo.

Mas talvez o mais importante livro de Mariana seja a obra publicada em 1605 com o título de *De monetæ mutatione* (Sobre a alteração da moeda). Nesse livro, Mariana começou a questionar se o rei era o dono da propriedade de seus vassalos ou cidadãos, e chegou à conclusão de que ele não era. O autor então fez sua distinção entre um rei e um tirano e concluiu que *"o tirano é aquele que esmaga tudo que está sob seus pés e acredita que tudo lhe pertence; o rei restringe sua cobiça dentro dos termos da razão e da justiça"*.

Disso, Mariana deduziu que o rei não pode cobrar impostos sem o consentimento da população, posto que impostos são simplesmente uma apropriação de parte da riqueza de um indivíduo. Para que tal

REFLEXÕES XVII

apropriação seja legítima, ambas as partes têm que estar de acordo. Da mesma maneira, o rei também não pode criar monopólios estatais, já que eles seriam simplesmente um meio disfarçado de se coletar impostos.

O rei também não pode – e essa é a parte mais importante do livro – obter receitas fiscais extras diminuindo o conteúdo metálico das moedas. Mariana percebeu que a redução do conteúdo de metais preciosos nas moedas, e o aumento do número de moedas em circulação, é claramente uma forma de inflação (apesar de ele não usar essa palavra, que era desconhecida à época), e que a inflação inevitavelmente leva a um aumento de preços porque *"se a moeda sofre uma queda de seu valor legítimo, todos os bens encarecem inevitavelmente, na mesma proporção da queda do valor da moeda, e todas as contas entram em colapso"*.

Mariana descreve as sérias consequências econômicas às quais a adulteração e a manipulação por parte do governo no valor de mercado da moeda leva, da seguinte maneira: *"Somente um tolo iria tentar separar esses valores de tal maneira que o preço legítimo tivesse que diferir do preço natural. Insensato, mais ainda, perverso é o soberano que ordena que algo que as pessoas comuns valoram em, digamos, cinco deva ser vendido a dez. Os homens são guiados nessa questão pela estimativa comum encontrada nas considerações sobre a qualidade das coisas, e pela sua abundância e escassez. Seria inútil para um Príncipe tentar solapar esses princípios de comércio. É muito melhor deixá-los intactos em vez de atacá-los à força em detrimento do povo."*

Devemos notar como Mariana se refere ao fato de que a "estimativa comum" dos homens é a origem do valor das coisas, seguindo assim a tradicional doutrina subjetivista dos escolásticos, que foi inicialmente proposta por Diego de Covarrubias y Leyva. Covarrubias (1512-1577), o filho de um famoso arquiteto, se tornou bispo da cidade de Segovia e ministro do Rei Filipe II. Em 1554 ele demonstrou, melhor do que qualquer um já havia feito antes, a teoria subjetivista do valor, dizendo que "o valor de um artigo não depende de sua natureza essencial, mas da estimativa subjetiva dos homens, mesmo se essa estimativa for tola", ilustrando sua tese com o exemplo de que "nas Índias, o trigo é mais precioso do que na

REFLEXÕES XVII

Espanha porque os homens o estimam mais favoravelmente, apesar de a natureza do trigo ser a mesma em ambos os lugares".

A concepção subjetivista de Covarrubias foi completada por outro de seus contemporâneos escolásticos, Luis Saravia de la Calle, que foi o primeiro a demonstrar que os preços determinam os custos, e não vice-versa. Saravia de la Calle também tinha a distinção especial de escrever em espanhol, e não em latim. Sua obra se chamava *Instruccion de mercaderes* (Instrução aos mercadores), e lá pode-se ler que *"aqueles que mensuram o preço justo pelo trabalho, custos e riscos incorridos pela pessoa que lida com a mercadoria estão cometendo um grande erro. O preço justo não é encontrado pela contagem dos custos, mas pela estimativa comum"*.

A concepção subjetivista iniciada por Covarrubias também permitiu que outros escolásticos espanhóis obtivessem um discernimento claro da verdadeira natureza dos preços de mercado, e da impossibilidade de se alcançar um equilíbrio econômico. Assim, o cardeal jesuíta Juan de Lugo, perguntando-se qual seria o preço de equilíbrio, já no ano 1643 chegou à conclusão de que o equilíbrio dependia de um número tão grande de circunstâncias específicas que apenas Deus seria capaz de sabê-lo (*"Pretium iustum mathematicum licet soli Deo notum"*).

Outro jesuíta, Juan de Salas, referindo-se às possibilidades de saber informações específicas do mercado, chegou à mesma conclusão hayekiana de que todo o mercado era tão complexo que *"quas exacte comprehendere et ponderare Dei est non hominum"* (somente Deus, e não o homem, pode entendê-lo exatamente).

Ademais, os escolásticos espanhóis foram os primeiros a introduzir o conceito dinâmico de concorrência (em latim, *concurrentium*), que é melhor compreendido como um processo de rivalidade entre empresários. Por exemplo, Jeronimo Castillo de Bovadilla (1547-?) escreveu que *"os preços irão cair como resultado da abundância, rivalidade (emulacion), e concorrência (concurrentia) entre os vendedores."* A mesma ideia é seguida de perto por Luis de Molina.

Covarrubias também antecipou muitas das conclusões do Padre Mariana em seu estudo empírico sobre a história da desvalorização

REFLEXÕES XVII

da principal moeda daquela época, a Maravedi castelhana. Esse estudo continha uma compilação de um grande número de estatísticas sobre a evolução dos preços nos séculos anteriores e foi publicado em latim em seu livro *Veterum collatio numismatum* (Compilação das moedas antigas). Esse livro foi muito elogiado na Itália por Davanzaty e Galiani e foi também citado por Carl Menger em seu livro *Princípios de Economia Política*.

Também devemos notar como o Padre Mariana, ao explicar os efeitos da inflação, listou os elementos básicos da teoria quantitativa da moeda, que havia sido anteriormente explicada em detalhes completos por outro notável escolástico, Martin Azpilcueta Navarro (também conhecido como Dr. Navarro), que nasceu em Navarra (nordeste da Espanha, perto da França) em 1493. Azpilcueta viveu por noventa e quatro anos e é famoso principalmente por explicar, em 1556, a teoria quantitativa da moeda em seu livro *Resolatory Commentary on Exchanges*.

Observando os efeitos sobre os preços espanhóis do maciço influxo de metais preciosos vindos da América para a Espanha, Azpilcueta declarou que *"como pode ser observado por experiência própria, quando a França tem menos moeda que a Espanha, o pão, o vinho, as roupas, a mão de obra e os serviços custam muito menos; e mesmo na Espanha, quando havia menos moeda, as coisas que podiam ser vendidas, bem como a mão de obra e os serviços dos homens, eram oferecidas por bem menos do que após as Índias terem sido descobertas e terem enchido a Espanha de ouro e prata. O motivo disso é que a moeda vale mais onde e quando ela está em falta do que onde e quando ela está em abundância."*

Voltando ao Padre Mariana, torna-se claro que sua mais importante contribuição foi perceber que a inflação era um imposto que *"taxa aqueles que tinham dinheiro antes e, como consequência, são forçados a comprar as coisas a um preço mais elevado"*. Além disso, Mariana argumentava que os efeitos da inflação não podem ser resolvidos fixando-se impostos ou preços máximos, dado que experiências já mostravam que essas ações sempre foram ineficazes. Além do mais, dado que a inflação é um imposto, segue-se da sua teoria sobre a tirania que seria necessário haver um consentimento das pessoas para essa ação. Mas, mesmo que tal consentimento

REFLEXÕES XVII

existisse, a inflação iria sempre ser um imposto extremamente danoso e que iria desorganizar a vida econômica: *"esse novo tributo resultante de um metal desvalorizado, que é algo ilícito e maléfico se feito sem o consentimento do reino, ou mesmo que feito com esse consentimento, considero-o errôneo e nocivo em muitas maneiras."*

Como se poderia evitar que se recorresse ao confortável recurso da inflação? Equilibrando-se o orçamento, sendo que para tal propósito Mariana basicamente propôs que se gastasse menos com a família real porque *"uma quantia moderada, gasta corretamente, resplandece mais e apresenta uma maior grandiosidade do que uma quantia supérflua gasta sem critério"*.

Ademais, Mariana propôs que *"o rei deveria reduzir seus favores"*; em outras palavras, ele não deveria gratificar os reais ou supostos serviços de seus vassalos tão generosamente: *"não há reino no mundo com tantos prêmios, comissões, pensões, benefícios, e cargos; se eles todos fossem distribuídos de maneira ordeira, haveria uma necessidade menor de se retirar recursos adicionais do tesouro público ou de outros impostos"*.

Como podemos ver, a falta de controle sobre o gasto público e a compra de apoio político por meio de subsídios data de muito tempo atrás. Mariana também propôs que *"o rei deveria evitar empreendimentos e guerras desnecessários, arrancando os membros cancerosos que não podem ser curados"*. Em resumo, ele apresentou um programa completo para a redução do gasto público e para manter o equilíbrio orçamentário. Algo que, mesmo para hoje, serve de modelo.

É óbvio que se Padre Mariana conhecesse os mecanismos econômicos, criados pelos bancos, que levam ao processo de expansão do crédito, e se ele soubesse dos efeitos desse processo, ele os teria condenado como sendo roubo. Ele teria condenado não apenas a adulteração das moedas feita pelo governo, mas também a ainda mais nociva inflação creditícia criada pelos bancos. No entanto, outros escolásticos espanhóis foram capazes de analisar a expansão do crédito feita pelos bancos. Assim, de la Calle foi muito crítico do sistema bancário de reservas fracionárias. Ele afirmava que receber juros era incompatível com a natureza de um depósito à

REFLEXÕES XVII

vista (em conta corrente), e que, seja como for, uma taxa deveria ser paga ao banqueiro por manter o dinheiro sob sua custódia. Uma conclusão similar é feita pelo mais famoso Azpilcueta Navarro.

Molina era simpático ao sistema bancário de reservas fracionárias e confundia a natureza de dois diferentes contratos, empréstimos e depósitos, os quais Azpilcueta e Saravia de la Calle claramente já haviam diferenciado um do outro, anteriormente. Um aspecto mais relevante é que Molina foi o primeiro teorista a descobrir, em 1597 (portanto, bem antes de Pennington em 1826), que os depósitos bancários são parte da oferta monetária. Ele até mesmo propôs o nome *chirographis pecuniarium* (dinheiro escrito) para se referir aos documentos escritos que eram aceitos no comércio como sendo dinheiro bancário.

Portanto, os escolásticos se dividiam em duas escolas incipientes. A primeira é um tipo de "Escola da Moeda", composta por Saravia de la Calle, Azpilcueta Navarro e Tomas de Mercado, que eram muito desconfiados das atividades bancárias, as quais eles implicitamente exigiam que mantivessem uma reserva de cem por cento. A segunda era um tipo de "Escola Bancária", liderada pelo jesuíta Luis de Molina e Juan de Lugo, que eram bem mais tolerantes a um sistema bancário de reservas fracionárias. Ambos os grupos foram até certo ponto os precursores do desenvolvimento teórico que só chegaria três séculos depois à Inglaterra como resultado do debate entre a Escola da Moeda e a Escola Bancária.

Murray Rothbard enfatiza quão importante foi outra contribuição dos escolásticos espanhóis, especialmente Azpilcueta, para ressuscitar o conceito vital de preferência temporal, originalmente desenvolvida por um dos mais brilhantes pupilos de Tomás de Aquino, Giles Lessines, que, já no ano 1285, escreveu "*que os bens futuros não são valorados tão grandemente quanto os mesmos bens disponíveis para o imediato momento, nem permitem eles que seus donos atinjam a mesma utilidade. Por essa razão, e por uma questão de justiça, deve-se considerar que eles tenham um valor mais reduzido*".

Padre Mariana também escreveu outro importante livro, Discurso de las enfermedades de la Compania (Discurso sobre a enfermidade

REFLEXÕES XVII

da ordem jesuíta), que foi publicado postumamente. Nesse livro, Mariana criticava a hierarquia militar estabelecida na ordem jesuíta, mas também desenvolveu o puro *insight* austríaco de que é impossível equipar o Estado com um conteúdo coordenador por causa da falta de informação. Nas palavras de Mariana: "poder e comando é loucura. . . . Roma está muito longe, o general nem sequer conhece as pessoas, os fatos, e todas as circunstâncias que os cercam, sobre as quais depende o sucesso. . . . É inevitável que muitos erros sérios serão cometidos e as pessoas com isso fiquem insatisfeitas e passem a desprezar um governo tão cego. . . . É um grande erro o cego querer guiar o de vista aguda".

Mariana conclui que, quando há muitas leis, *"se todas elas não puderem ser mantidas ou conhecidas, o respeito por todas elas está perdido"*.

Sumarizando, o Padre Mariana e os escolásticos espanhóis foram capazes de desenvolver os elementos essenciais daquelas que seriam mais tarde as bases teóricas da Escola Austríaca de economia, especificamente as seguintes: primeira, a teoria subjetiva do valor (Diego de Covarrubias y Leyva); segunda, a relação adequada entre preços e custos (Luis Saravia de la Calle); terceira, a natureza dinâmica do mercado e a impossibilidade do modelo de equilíbrio (Juan de Lugo e Juan de Salas); quarta, o conceito dinâmico da concorrência entendido como um processo de rivalidade entre vendedores (Castillo de Bovadilla e Luis de Molina); quinta, a redescoberta do princípio da preferência temporal (Martin Azpilcueta Navarro); sexta, a influência deturpadora do crescimento inflacionário da moeda sobre os preços (Juan de Mariana, Diego de Covarrubias, e Martin Azpilcueta Navarro); sétima, os efeitos econômicos negativos do sistema bancário de reservas fracionárias (Luis Saravia de la Calle e Martin Azpilcueta Navarro); oitava, depósitos bancários formam parte da oferta monetária (Luis de Molina e Juan de Lugo); nona, a impossibilidade de se organizar a sociedade por meio de comandos coercivos, devido à falta de informações (Juan de Mariana); e décima, a tradição libertária de que qualquer intervenção indevida no mercado por parte do Estado é uma violação da lei natural (Juan de Mariana).

Para poder entender a influência dos escolásticos espanhóis no

REFLEXÕES XVII

posterior desenvolvimento da Escola Austríaca de economia, devemos nos lembrar que no século XVI o Imperador Carlos V, que era o Rei da Espanha, enviou seu irmão Fernando I para ser o Rei da Áustria. "Áustria" significa, etimologicamente, "parte oriental do Império", e o Império naquele tempo abrangia quase toda a Europa continental, com a única exceção da França, que permanecia uma ilha isolada cercada por forças espanholas. Então é fácil entender a origem da influência intelectual dos escolásticos espanhóis sobre a Escola Austríaca, o que não foi algo puramente coincidente ou um mero capricho da história, mas que se originou das íntimas relações históricas, políticas e culturais que passaram a existir entre a Espanha e a Áustria desde o século XVI em diante. Além disso, a Itália também teve um papel importante nessas relações, atuando como uma autêntica ponte cultural, econômica e financeira sobre a qual as relações entre os dois pontos mais distantes do Império na Europa (Espanha e Viena) fluíam. Portanto, há muitos argumentos importantes para defender a tese de que, pelo menos em suas raízes, a Escola Austríaca é realmente uma Escola Espanhola.

E de fato, podemos dizer que o maior mérito de Carl Menger foi ter redescoberto e abraçado essa tradição católica europeia do pensamento escolástico espanhol, que estava quase esquecido e havia sido interrompido como consequência da Lenda Negra contra a Espanha e devido à influência muito negativa sobre a história do pensamento econômico de Adam Smith e seus seguidores da Escola Britânica Clássica.

Felizmente, e apesar do opressivo imperialismo intelectual da Escola Britânica Clássica, a tradição da Europa continental nunca foi totalmente esquecida. Economistas como Cantillon, Turgot e Say mantiveram a tocha do subjetivismo acesa. Mesmo na Espanha, nos anos de decadência dos séculos XVIII e XIX, a velha tradição escolástica sobreviveu apesar do complexo de inferioridade perante o mundo intelectual britânico, coisa bem típica daqueles anos. Prova disso é a maneira como outro escritor católico espanhol resolveu o "paradoxo do valor" e claramente demonstrou a teoria da utilidade marginal vinte e sete anos antes de Carl Menger. Trata-se do catalão Jaime Balmes (1810-1848). Durante sua curta vida, ele se tornou o mais importante filósofo tomista espanhol de seu tempo.

REFLEXÕES XVII

Em 1844, ele publicou um artigo intitulado True idea of value or thoughts on the origin, nature, and variety of prices ("A verdadeira ideia do valor, ou pensamentos sobre a origem, a natureza e a variedade de preços"), no qual ele resolveu o paradoxo do valor e claramente demonstrou a ideia da utilidade marginal. Balmes pensou, "Por que uma pedra preciosa vale mais do que um pedaço de pão?" E ele próprio respondeu, "Não é difícil de explicar. Sendo o valor de um objeto a sua utilidade. . . se o número de unidades desse objeto aumenta, a necessidade por qualquer um deles em particular cai; por ser possível escolher dentre várias unidades, nenhuma delas é indispensável. Por essa razão há uma relação necessária entre o aumento ou a diminuição do valor, e a escassez ou abundância do objeto."

Dessa maneira, Balmes pôde fechar o círculo da tradição continental europeia, que estava pronta para ser assumida, completada e otimizada alguns anos mais tarde por Carl Menger e seus seguidores da Escola Austríaca de economia. ●

Jesús Huerta de Soto: professor de economia da Universidade Rey Juan Carlos, em Madri, é o principal economista austríaco da Espanha. Autor, tradutor, editor e professor, ele também é um dos mais ativos embaixadores do capitalismo libertário ao redor do mundo. Ele é o autor de *A Escola Austríaca: Mercado e Criatividade Empresarial, Socialismo, cálculo econômico e função empresarial* e da monumental obra *Moeda, Crédito Bancário e Ciclos Econômicos*.

Uma teoria libertária sobre a livre imigração

Jesús Huerta de Soto



Os problemas gerados pela livre emigração e imigração de seres humanos frequentemente levam a situações de confusão entre os teóricos libertários e os demais defensores da liberdade.

Em primeiro lugar, a doutrina libertária tradicionalmente se declara, sem ressalvas, a favor do princípio da completa liberdade de emigração e imigração. Essa posição se baseia no reconhecimento de que fronteiras – meras linhas políticas imaginárias – representam um flagrante ato de intervencionismo e coerção institucional da parte do Estado, o que frequentemente tende a afetar, ou até mesmo proibir, a livre movimentação de seres humanos.

Adicionalmente, várias leis de imigração e vários mecanismos de controles de fronteiras surgem como resultado da ação política de grupos de interesse privilegiados, como os sindicatos, os quais se esforçam para restringir a oferta de mão de obra com o intuito de artificialmente elevar os salários. À medida que essas regras intervencionistas sobre a emigração e a imigração afetam ou impedem acordos voluntários firmados entre ambos os lados (nativos e estrangeiros), não há dúvidas de que eles violam os princípios básicos que deveriam governar toda e qualquer sociedade libertária.

Entretanto, e embora isso pareça paradoxal, as ações subversivas do Estado não se manifestam somente na obstrução da livre movimentação de pessoas; o Estado muitas vezes também age com o intuito de fazer uma integração forçada entre certos grupos



REFLEXÕES XVII

de pessoas e os nativos de um determinado Estado ou região, contra a vontade destes. Essa ação coerciva ocorre tanto intranacionalmente quanto internacionalmente.

Assim, dentro de cada nação, medidas voltadas para a integração coerciva de determinadas minorias e grupos são frequentemente implantadas à força, tais como leis antidiscriminação, leis de ação afirmativa, leis de cotas, etc. No âmbito internacional, muitas nações abrem indiscriminadamente suas fronteiras para estrangeiros e permitem que estes entrem nesses países e façam uso gratuito dos bens públicos (ruas, estradas, praças, parques, praias, serviços de saúde, serviços de educação, etc.) na condição de "caroneiros", gerando significativos custos externos para os nativos (que arcam com tudo via impostos), os quais são então obrigados a aceitar a integração forçada com esses estrangeiros contra sua vontade ou sob condições com as quais não concordam.

À luz dessa natureza aparentemente contraditória, os problemas supracitados demonstram a grande importância de se isolar a real origem de cada problema e, em seguida, construir uma teoria libertária sobre a imigração que esclareça os princípios que deveriam governar os processos de emigração e imigração em uma sociedade livre.

A teoria pura dos movimentos individuais em um ambiente libertário- Devemos começar nossa análise assumindo um modelo puramente anarcocapitalista, isto é, um modelo no qual nenhum pedaço de terra, nenhum centímetro quadrado do mundo, é 'público'. Cada centímetro quadrado de cada pedaço de terra, esteja ele em uma rua, em uma praça ou em vizinhanças, é privatizado.

Sob este cenário, torna-se óbvio que nenhum dos problemas relacionados à imigração, diagnosticados na seção anterior, pode surgir aqui. Se cada centímetro do território é propriedade privada, o proprietário tem o direito de aceitar e excluir quem quiser. Consequentemente, as condições, o volume e a duração das viagens pessoais serão estritamente aquelas acordadas e decididas mutuamente pelas partes envolvidas. Nenhum imigrante parasitará a propriedade privada de terceiros. Entretanto, até mesmo

REFLEXÕES XVII

movimentos em massa de pessoas à procura de trabalho são concebíveis neste arranjo, desde que os empregadores envolvidos estejam dispostos a fornecer trabalho para os imigrantes, a fornecer a eles a possibilidade de encontrarem acomodação, a arranjam e até mesmo pagarem pela viagem deles, etc. Em suma, os possíveis contratos entre os lados envolvidos serão muito variados e irão contemplar toda a riqueza que as circunstâncias e características especiais de cada caso permitirem.

Sob essas condições, fluxos migratórios, longe de serem prejudiciais, são altamente favoráveis ao desenvolvimento social e econômico, impulsionando a civilização para o progresso. O argumento de que a abundância de mão de obra é prejudicial aos salários da classe trabalhadora não se sustenta: seres humanos não são um fator de produção uniforme, e não se comportam em termos exclusivamente biológicos em relação a recursos escassos – como ocorre, por exemplo, com os ratos e outros animais, cujo aumento populacional sempre tende a diminuir os recursos disponíveis para cada indivíduo. Os seres humanos, ao contrário, são dotados de uma inata capacidade criativa empreendedora, o que significa que um aumento no número de pessoas permite, em um ambiente dinâmico, um crescimento exponencial (sem limites) das descobertas e da exploração de novas oportunidades capazes de fazer evoluir o padrão de vida dos indivíduos em todos os aspectos.

Dada a limitada capacidade da mente humana em assimilar informações ou conhecimento, e considerando-se o crescente volume de informação utilizado no processo social conduzido pela força do empreendedorismo, torna-se claro que o avanço da civilização requer um contínuo crescimento e aprofundamento da divisão do trabalho – ou, se você preferir, do conhecimento.

Tal ideia simplesmente significa que qualquer processo de desenvolvimento implica, de uma perspectiva vertical, um conhecimento cada vez mais profundo, especializado e detalhado, o qual, com o intuito de se ampliar horizontalmente, requer um volume crescente de seres humanos, ou seja, um contínuo crescimento populacional. Em termos mundiais, esse crescimento populacional ocorre gradualmente em longo prazo, com mais seres humanos nascendo do que morrendo. Porém, em curto e médio

REFLEXÕES XVII

prazos, a única resposta rápida e efetiva aos contínuos ajustes exigidos pelas mudanças econômicas e sociais é por meio de fluxos emigratórios e imigratórios. Tais fluxos permitem um rápido aumento na divisão do trabalho (ou seja, geram um aumento na quantidade de conhecimento disponibilizado em relação a áreas específicas), desta forma superando o obstáculo gerado pela limitada capacidade de assimilação de cada mente humana individual ao rapidamente aumentar o número de pessoas envolvidas nos processos de interação social.

O desenvolvimento das cidades como centros de riqueza econômica e entrepostos de civilização é uma clara ilustração do processo de expansão do conhecimento possibilitado pela imigração, processo este que foi explicado logo acima. O contínuo despovoamento das áreas rurais e o subsequente movimento em massa de trabalhadores para os centros urbanos, longe de empobrecê-los, promoveu seu desenvolvimento e riqueza em um processo autoacumulativo que se tornou uma das mais características manifestações do desenvolvimento humano desde a Revolução Industrial.

Adicionalmente, fluxos de emigração e imigração, no ambiente libertário que estamos considerando, tendem a multiplicar a variedade e a diversidade das possíveis soluções para os diferentes problemas que surgem. Tudo isso favorece a seleção cultural e econômica, bem como o desenvolvimento social, uma vez que todos os movimentos ocorrem como resultado de acordos voluntários; no que mais, sempre que as circunstâncias se alteram ou as pessoas envolvidas não as consideram apropriadas, os envolvidos têm a chance de emigrar ou se mudar para outros empreendimentos em outras localidades geográficas.

Finalmente, temos de chamar a atenção para o fato de que, em um ambiente libertário no qual todos aqueles bens e recursos que hoje são considerados "públicos" já foram privatizados, nenhum dos dois efeitos negativos identificados acima em relação aos casos de integração forçada estimulada por vários governos atuais ocorreriam. Leis antidiscriminação, leis de ação afirmativa, leis de cotas ou simplesmente a enxurrada de imigrantes nas ruas ou em qualquer cidade seriam reduzidas a um mínimo. Todas as locomoções sempre seriam feitas utilizando-se meios de transporte

privados, satisfazendo-se as condições contratuais estipuladas pelos seus proprietários e pagando-se o correspondente preço de mercado. Diferentes agências iriam se especializar em organizar os itinerários e garantiriam *a priori* a necessária liberdade de acesso para cada meio de transporte.

Igualmente, e por interesse próprio, os respectivos proprietários de cada pedaço de terra iriam se certificar de que os viajantes utilizassem os meios de transporte apropriadamente e garantiriam que seus clientes passassem por eles sem se tornarem hóspedes permanentes e indesejados. Isso iria evoluir, com uma variedade e riqueza de arranjos sociais e instituições jurídicas e econômicas que ainda não somos capazes de imaginar hoje, uma vez que o mercado e a criatividade empreendedorial não têm a permissão de atuar em relação aos bens que, hoje, são considerados públicos.

Podemos, portanto, chegar à conclusão de que a emigração e a imigração, por si sós, quando sujeitas aos princípios gerais da lei em um ambiente em que todos os recursos são privados, não apenas não representam nenhum problema de integração forçada ou de custos externos, como na realidade se transformam em uma força-motriz muito importante para o desenvolvimento econômico e social, para a criação de riqueza e para a variedade da cultura e da civilização.

Problemas gerados pela coerciva intervenção estatal- A análise acima nos permite isolar e identificar a real origem dos problemas diagnosticados no início deste artigo em relação à imigração e à emigração. Todos os problemas se originam da coerciva intervenção estatal em diferentes níveis.

Inicialmente, a coerção estatal é feita com o intuito de criar barreiras para atrapalhar ou proibir, em maior ou menor grau, movimentos que foram voluntariamente acordados e aceitos pelos agentes envolvidos. Em seguida, e simultaneamente, o Estado insiste em impor diferentes medidas de integração forçada, tanto explicitamente (por meio de leis antidiscriminação e de ação afirmativa) quanto indiretamente, ao declarar que importantes áreas territoriais (ruas, praças, parques, praias, etc.) são públicas e, portanto, livremente acessíveis. Dado que o governo não define

REFLEXÕES XVII

adequadamente quais são os relevantes direitos de propriedade dos "estrangeiros" e dos "nativos", essa intervenção estatal se torna a causa de todos os problemas e conflitos que surgem em decorrência da emigração e da imigração.

As ações subversivas do Estado, nesta área, aparecem em dois níveis. Primeiro, em termos intranacionais – isto é, dentro das fronteiras de cada país. Aqui, os típicos problemas da integração forçada e das externalidades negativas que inevitavelmente surgem em decorrência do simples fato de haver recursos "públicos" – e, portanto, livremente acessíveis por todos – surgem em sua forma mais virulenta. Segundo, em termos internacionais, os efeitos do intervencionismo estatal também se manifestam internacionalmente, isto é, entre diferentes países, em decorrência da regulação dos fluxos migratórios através das fronteiras.

A maneira como isso ocorre é dupla e contraditória. De um lado, o governo cria dificuldades para aqueles movimentos que são voluntariamente desejados e acordados pelos agentes envolvidos (nativos de um país que querem contratar, legalmente, mão de obra de estrangeiros). De outro, o governo, involuntária e artificialmente, estimula imigrações em massa de estrangeiros em decorrência dos programas sociais e assistencialistas fornecidos por seus programas de bem-estar social, programas esses financiados pelos impostos dos nativos e implantados por meio de políticas redistributivistas.

Conseqüentemente, hoje, há esse paradoxo: aqueles que querem seguir escrupulosamente as leis percebem que seus processos de emigração são impossíveis, mesmo que eles tenham sido voluntariamente aceitos e desejados por ambos os lados envolvidos. Ao mesmo tempo, a existência de bens públicos e a livre disponibilidade dos benefícios ofertados pelo Estado assistencialista atraem, como um ímã, um contínuo fluxo imigratório, majoritariamente ilegal, o qual gera conflitos e custos externos significativos. Nativos pagam impostos para financiar programas assistencialistas, e estes são utilizados por imigrantes ilegais.

Tudo isso estimula a xenofobia e promove subsequentes medidas intervencionistas, as quais agravam ainda mais os problemas, e

fazem com que os cidadãos sejam incapazes de diagnosticar corretamente a verdadeira origem do problema. Assim, gera-se um ambiente de grande confusão e transtorno, e os cidadãos facilmente se tornam vítimas da demagogia de políticos e acabam apoiando novas medidas intervencionistas que, além de serem contraditórias, são também ineficientes e prejudiciais.

Uma solução para os problemas atuais gerados pelos fluxos de emigração e imigração- Obviamente, a solução ideal para todos esses problemas seria a total privatização dos recursos que hoje são considerados públicos, bem como a abolição da intervenção estatal sobre as áreas de emigração e imigração, em todos os níveis. Em outras palavras, dado que os problemas identificados se originam dos efeitos maléficos da coerciva intervenção estatal, e não da emigração e imigração *per se*, então um sistema puramente anarcocapitalista eliminaria a maior parte desses problemas.

No entanto, enquanto o conceito de Estado-nação continuar existindo, temos de descobrir e propor soluções "práticas" que permitam que os problemas sejam resolvidos em longo prazo. Em relação a isso, vários teóricos libertários vêm desenvolvendo um modelo de secessão e descentralização que visa a desmembrar as atuais e fortemente centralizadas nações-Estado em unidades políticas cada vez menores, o que inevitavelmente levaria a uma redução no intervencionismo estatal. Essa redução surgiria naturalmente do fato de que os diferentes Estados que surgiriam desse desmembramento (Estados cada vez menores e menos centralizados) teriam de concorrer entre si para atrair cidadãos e investidores (e também para evitar a saída de ambos). Essa dinâmica os obrigaria a adotar medidas cada vez mais libertárias e cada vez menos intervencionistas.

Neste processo de concorrência entre Estados cada vez menores e mais descentralizados, fluxos de emigração e imigração teriam uma função essencial: tais movimentos constituiriam aquilo que podemos chamar de "votar com os pés". Cada cidadão, ao sair de um país para emigrar para o mais próximo, estaria revelando quais Estados são os mais intervencionistas e os obrigaria a dismantelar seu aparato regulatório e a desregular, sempre que possível, a

REFLEXÕES XVII

maior parte do aparato coercitivo, tributário e intervencionista de seus respectivos governos.

Como disse Hans-Hermann Hoppe:

Estados pequenos têm inevitavelmente de ser libertários – caso contrário, as pessoas trabalhadoras e produtivas irão desertar. Governos pequenos possuem vários concorrentes geograficamente próximos. Se um governo passar a tributar e a regulamentar mais do que seus concorrentes, a população emigrará, e o país sofrerá uma fuga de capital e mão de obra. O governo ficará sem recursos e será forçado a revogar suas políticas confiscatórias. Quanto menor o país, maior a pressão para que ele adote um genuíno livre comércio e maior será a oposição a medidas protecionistas.

A maior esperança para a liberdade vem justamente dos países pequenos. Um mundo formado por dezenas de milhares de países, regiões e cantões, e centenas de milhares de cidades livres e independentes, como as atuais "excentricidades" de Mônaco, Andorra, San Marino, Liechtenstein, Hong Kong e Cingapura, resultando em crescentes oportunidades para a migração economicamente motivada, seria um mundo formado por pequenos Estados liberais economicamente integrados por meio do livre comércio e por uma moeda-*commodity* internacional, como o ouro. Seria um mundo de prosperidade, crescimento econômico e avanços culturais sem precedentes. Entretanto, a identificação de soluções ideais e "práticas" para os problemas apresentados pela emigração e imigração não nos isenta da obrigação de estudar os princípios aos quais os fluxos migratórios deveriam estar sujeitos considerando-se as atuais circunstâncias em que vivemos, nas quais Estados fortemente intervencionistas existem.

Esses princípios devem ser compatíveis com ideais libertários e, ao mesmo tempo, levar em conta as grandes restrições, dificuldades e contradições geradas pela existência de nações-Estado, em conjunto com os sérios efeitos das injustiças e das ineficiências gerados por suas intervenções.

Princípios sobre os quais devem se basear os atuais processos de emigração-imigração- Por vários motivos, é

REFLEXÕES XVII

indispensável estabelecer vários princípios – compatíveis com ideias libertárias – que deveriam conduzir os atuais processos de emigração e imigração. Em primeiro lugar porque, mesmo que o processo de desmembramento dos Estados proposto por Murray N. Rothbard, Hans-Hermann Hoppe e outros já estivesse acontecendo, não haveria nenhuma garantia de que as medidas estatais estabelecidas pelos governos em relação à emigração-imigração seriam corretas do ponto de vista libertário.

Como o próprio Hoppe reconhece, *"a secessão resolve esse problema ao permitir que territórios menores adotem autonomamente seus próprios padrões de admissão e determinem de maneira independente com quem eles querem se associar em seu próprio território e com quem eles preferem manter relações mais distantes"*. No entanto, é bem possível que esses padrões também sejam bastante intervencionistas e proíbam o livre trânsito voluntariamente acordado entre nativos e estrangeiros, desta forma gerando resultados que radicalmente violam princípios libertários.

Adicionalmente, enquanto os Estados continuarem existindo (por menores que eles sejam), e, dentro deles, ruas, estradas e terras "públicas" continuarem sem direitos de propriedade adequadamente definidos ou defendidos, pode continuar havendo fenômenos de integração forçada e de ocupação em massa, os quais, como é o caso das favelas no Brasil, geram significativos custos externos e violam seriamente os direitos de propriedade dos nativos.

No que mais, é necessário propor soluções que, além de levarem à direção correta e não serem incompatíveis com princípios libertários, sejam também "eficazes" na medida em que fornecem uma resposta para os mais urgentes problemas observados atualmente (por exemplo, em relação à emigração através da fronteira entre México e os EUA ou entre a África ou o Oriente Médio e a Europa). Em suma, uma série de regras que deveriam ser criadas para impedir que a imigração seja utilizada para fins coercivos e intervencionistas.

O primeiro destes princípios é o de que as pessoas que estão imigrando devem fazê-lo por sua própria conta e risco. Isso significa que a imigração não deve ser subsidiada pelo Estado

REFLEXÕES XVII

assistencialista e por seus programas sociais – ou seja, por benefícios fornecidos pelo governo e financiados por meio de impostos pagos pelos nativos. Esses benefícios incluem não apenas os tradicionais benefícios fornecidos por qualquer Estado assistencial (educação estatal, saúde estatal, seguridade social, etc.), como também incluem aqueles benefícios gerados pela possibilidade de se utilizar livremente os bens públicos.

Se os imigrantes adquirirem o direito de receber os benefícios assistenciais distribuídos pelo Estado, tais benefícios – os quais são, em última instância, transferências compulsórias de renda de um grupo (nativos) para outro (imigrantes) – irão se tornar um ímã capaz de atrair descontroladamente vários grupos de imigrantes. Vale ressaltar que alguns grupos de imigrantes (embora não todos), quando tomam sua decisão de emigrar, levam em conta principalmente os benefícios sociais que eles esperam receber no país para o qual estão se mudando. Para certos grupos de imigrantes, mesmo que eles representem uma minoria, basta que em seus cálculos mentais eles se considerem subsidiados – isso já servirá para gerar um perverso efeito de estímulo artificial à imigração, em detrimento dos cidadãos do país hospedeiro.

Por outro lado, dado que não têm direito a utilizar nenhuma benesse do Estado, os imigrantes devem ser isentos de fazer "contribuições" para a Previdência Social. Consequentemente, os imigrantes deveriam, para seu próprio bem, recorrer ao sistema privado de educação, saúde e previdência. Portanto, a primeira regra à qual os imigrantes deveriam estar sujeitos é: imigrantes não devem ter direito a qualquer benefício estatal (nem saúde pública, nem educação pública, nem previdência pública e nem programas de transferência de renda). Isso irá impedir que determinados grupos oportunistas se aproveitem do sistema e se beneficiem com subsídios financiados pelos impostos dos nativos. A segunda regra à qual os imigrantes deveriam estar sujeitos é: são isentos de pagar a Previdência Social (à qual não têm direito) e, com isso, estão livres para recorrer aos serviços privados de saúde, educação e previdência.

Assim, dois objetivos muito positivos do ponto de vista libertário são alcançados: primeiro, os subsídios, os incentivos e os estímulos

REFLEXÕES XVII

à imigração em decorrência de políticas coercivas de redistribuição de renda seriam evitados; segundo, contribuiria para um rápido dismantelamento do sistema de previdência pública baseado no insustentável sistema de "repartição simples", desta forma estimulando o desenvolvimento de sistemas privados baseados na poupança e na capitalização, os quais os imigrantes adquiririam na condição de novos clientes.

O segundo princípio que deveria nortear os atuais processos migratórios é: todos os imigrantes devem ser capazes de demonstrar que possuem meios independentes para se sustentar; que não irão ser um fardo para as instituições de caridade ou para os programas assistencialistas do Estado; e, em geral, que irão ser capazes de se manter pelo trabalho. Em outras palavras, os imigrantes devem ser capazes de demonstrar que eles aceitam fazer parte do grupo social que os está recebendo em troca de ofertar sua mão de obra ou suas capacidades empreendedorais.

Há várias maneiras de se colocar este princípio em prática, embora nenhuma delas seja perfeita. Talvez a mais apropriada seja pedir para que cada imigrante tenha, a todo e qualquer momento, um nativo que garanta seus recursos econômicos, seja ao lhe fornecer um emprego ou um contrato de emprego, ou ao atuar como o depositário de um determinado volume de dinheiro. No caso de refugiados, demonstrar que há uma instituição privada responsável por cuidar dele. Logicamente, a flexibilidade de mercado requer que, durante períodos de tempo razoáveis, trabalhadores estrangeiros tenham a chance de procurar um novo emprego antes de serem repatriados para seus respectivos países de origem caso sejam demitidos ou deixem seu emprego voluntariamente.

O terceiro essencial princípio ao qual todos os processos migratórios deveriam estar sujeitos é: sob nenhuma circunstância, o direito de votar em eleições deve ser rapidamente concedido a imigrantes, uma vez que isso pode criar um risco de exploração política pelos diferentes grupos de imigrantes envolvidos nos correspondentes fluxos migratórios.

Aqueles que emigram devem estar cientes do que estão fazendo ao se mudarem para um novo país e para um novo ambiente cultural

REFLEXÕES XVII

onde supostamente irão melhorar suas condições de vida. Sendo assim, a imigração não deveria dar a eles o direito de utilizar o mecanismo da coerção política (representada pelo voto democrático) para fomentar medidas de redistribuição de renda ao seu favor ou para modificar os processos espontâneos dos mercados nacionais nos quais eles estão entrando.

É verdade que, à medida que o processo de desmembramento das nações em Estados cada vez menores for se intensificando, o direito de votar e as eleições políticas irão gradualmente perder importância, e serão, na prática, substituídos pelo ato de "votar com os pés" – ou seja, pelo fluxo migratório saindo de áreas consideradas pouco favoráveis ao capital, ao trabalho e ao investimento e indo para áreas consideradas mais favoráveis. Entretanto, continua sendo verdade que, enquanto esse processo de descentralização não estiver avançado, a concessão automática de direitos políticos para emigrantes pode se tornar uma verdadeira bomba-relógio que será usada por maiorias circunstanciais para destruir o mercado, a cultura e a linguagem de cada país.

Sendo assim, a proposta é que, somente após um longo período de tempo, quando se considerar na prática que os imigrantes já absorveram completamente os princípios culturais da sociedade que os recebeu, a concessão de cidadania, inclusive os concomitantes direitos políticos e eleitorais, podem ser considerados. O princípio estabelecido pela União Europeia de que todos os imigrantes estrangeiros podem votar nas eleições do município em que residem não pode ser aceito. Somente quando tais residentes estiverem vivendo no novo país por um número mínimo de anos e já tiverem adquirido direitos de propriedade no município em questão (casas ou outros imóveis) seria justificável conceder a eles o direito ao voto.

Finalmente, em quarto e último, o mais importante princípio que sempre deveria ser obedecido nos fluxos emigratórios e imigratórios é: todos os imigrantes devem, a todo e qualquer momento, respeitar as leis do país, principalmente as leis criminais, independentemente de raça e credo. Especificamente, eles deveriam, de maneira escrupulosa, respeitar todos os direitos de propriedade já

REFLEXÕES XVII

estabelecidos na sociedade que os recebe. Qualquer violação desses direitos deveria ser punida, não somente com as penalidades previstas no código penal, mas também com a expatriação (definitiva na maioria dos casos) do imigrante em questão.

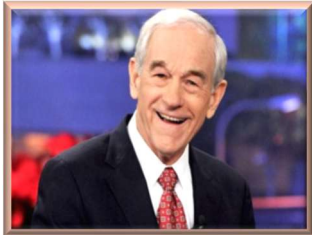
Já testemunhamos como os mais visíveis problemas gerados pela imigração surgem do fato de que não há definição ou defesa clara dos direitos de propriedade dos nativos – como ocorre quando os imigrantes ocupam terrenos que são propriedade de terceiros, fecham ruas, e passam a viver utilizando benesses estatais –, o que significa que os imigrantes que chegam ao país frequentemente geram significativos custos externos para os cidadãos nativos, o que leva ao surgimento de vários surtos de xenofobia e violência que impõem um alto custo social e tende a gerar resultados jurídicos e políticos cujo preço é normalmente pago pelos inocentes.

Esses conflitos seriam minimizados em proporção ao grau em que a definição e a defesa dos direitos de propriedade se tornarem crescentemente efetivos e serem ampliados para incluir recursos (ruas, praças, praias e terras) que atualmente são considerados públicos e, portanto, livremente acessíveis a todos. Um dos problemas mais evidentes dessa ausência de direitos de propriedade sobre bens públicos é o aumento do número de mendigos e moradores de ruas constituídos por imigrantes nos países europeus. Logicamente, enquanto não houver a privatização total desses bens públicos, o uso deles deve ser regulado para evitar esse tipo de ocupação em massa. ●

Jesús Huerta de Soto: professor de economia da Universidade Rey Juan Carlos, em Madri, é o principal economista austríaco da Espanha. Autor, tradutor, editor e professor, ele também é um dos mais ativos embaixadores do capitalismo libertário ao redor do mundo. Ele é o autor de A Escola Austríaca: Mercado e Criatividade Empresarial, Socialismo, cálculo econômico e função empresarial e da monumental obra Moeda, Crédito Bancário e Ciclos Econômicos.

Será que o capitalismo falhou?

Ron Paul



N. do T.: o texto a seguir, de julho de 2002, é uma mostra de como a economia anda em ciclos completamente previsíveis e evitáveis. Assim como hoje, naquela época os EUA passavam por uma crise no mercado financeiro. Assim como hoje, naquela época também culpavam o livre mercado e o "capitalismo excessivo". Assim como hoje,

naquela época também pediram mais intervenção estatal. E assim como no Brasil, essa ladainha também tem muitos acólitos nos EUA. Ron Paul explica por que isso acontece, mostra as reais causas das crises financeiras, prevê o estouro da bolha imobiliária, a desvalorização do dólar e, por fim, arremata: não existe capitalismo nos EUA atual. Sendo assim, imagine no Brasil.

Agora virou lugar comum – e também é politicamente correto – culpar aquilo que chamam de "excessos do capitalismo" por todos os problemas econômicos que enfrentamos, e especialmente pelas fraudes advindas de Wall Street que dominam o noticiário financeiro. Políticos estão se deleitando, podendo fazer demagogia à vontade com o assunto, e aproveitando o momento para se esquivar de explicar as fraudes e os engodos achados no orçamento do governo federal – pelos quais eles são diretamente responsáveis. Em vez disso, dá-se à multidão keynesiana que comanda o show a chance de atacar o livre mercado e de ignorar uma crucial questão monetária: a necessidade de se ter uma moeda forte.

E então, mais uma vez, estamos ouvindo o cântico: "O capitalismo falhou; precisamos de mais controles governamentais sobre todo o mercado financeiro." Mas ninguém pergunta por que os bilhões que já foram gastos e as milhares de páginas de regulamentações que já foram escritas desde o último grande ataque



REFLEXÕES XVII

feito ao capitalismo nos anos 1930 não impediram as fraudes e os logros da Enron, da WorldCom e da Global Crossings . E essa falha em impedir essas fraudes certamente não se deve a uma escassez de regulamentações.

É curioso como não se faz qualquer menção ao fato de que todas as bolhas financeiras são impregnadas com um excesso de propagandas falsas e superestimuladas, de especulações, de dívidas, de ganância, de fraude, de erros grosseiros de julgamentos acerca de investimentos, de negligência da parte de analistas e investidores, de enormes e insensatos lucros contábeis (lucro no papel), de convicção de que se está vivendo uma nova era na economia e, acima de tudo, de expectativas ultrainsensatas.

Quando a bolha está inflando, não há qualquer reclamação. Quando ela estoura, o jogo de culpas começa. Isso é especialmente válido nessa época de vitimização – em que ninguém quer assumir responsabilidades –, e tudo é feito em grande escala. Rapidamente, tudo se transforma em uma questão filosófica, partidária, social, geracional e, até mesmo, racial. Além de não se atacar a verdadeira causa, toda essa delação e "jogo de empurra" torna mais difícil a resolução da crise e enfraquece ainda mais os princípios sobre os quais se sustentam a liberdade e a prosperidade.

Nixon estava certo – uma vez – quando declarou que "Somos todos keynesianos agora". Toda a Washington está declarando em sincronia que o excesso de capitalismo nos trouxe onde estamos hoje. A única decisão que agora preocupa os planejadores centrais em Washington é escolher quais os grupos de interesse continuarão a se beneficiar com a vindoura simulação de reforma. Vários interesses especiais farão *lobby* agressivamente, como os investidores de Wall Street, as corporações, o complexo industrial-militar, os bancos, os trabalhadores, os sindicatos, os agricultores, os políticos, e todo o resto.

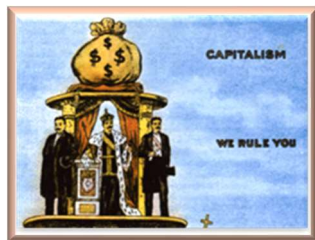
Mas o que jamais se discute é a real causa dos excessos que agora se deslindam em ritmo frenético. Essa mesma reação ocorreu nos anos 1930 nos EUA, quando nossos orientadores políticos tentaram reagir aos efeitos da crise de 1929, crise essa gerada por excessos bem similares aos atuais, que foram se expandindo até finalmente

REFLEXÕES XVII

entrar em colapso em outubro de 1929. Devido ao insucesso em se compreender o problema de então, a depressão acabou sendo prolongada. Estes erros permitiram que nossos atuais problemas se desenvolvessem a um grau muito maior. E essa falha em entender as causas destes problemas foi justamente o que causou a bolha dos anos 1980, fazendo com que, após seu estouro, a economia do Japão se mantivesse hesitante, com crescimento nulo e em níveis recessivos, estando sua bolsa de valores atualmente com um quarto do seu valor de pico, atingido 13 anos atrás. Se não formos cuidadosos – e até agora não temos sido –, iremos cometer os mesmos erros que irão impedir a necessária correção que antecede a volta do crescimento.

Durante a década de 1930, era algo muito popular condenar a ganância do capitalismo, o padrão-ouro, a falta de regulamentação, e a falta de seguro governamental sobre os depósitos bancários pelo desastre. Os empresários se tornaram os bodes expiatórios. Como resultado, ocorreram várias mudanças e institucionalizou-se o Estado assistencialista e belicista (*welfare/warfare state*). O crédito fácil se transformou no Santo Graal da política monetária, principalmente sob a batuta de Alan Greenspan, "o maestro supremo". Hoje, apesar da suposta proteção destes programas governamentais, encontramos-nos em uma bagunça maior do que qualquer outra já vivida. A bolha atual é maior, o *boom* durou mais tempo, e o preço do ouro foi deliberadamente solapado como fonte confiável de sinal econômico. A inflação monetária continua a uma taxa nunca antes vista, em um esforço frenético para estimular os preços das ações e manter crescente a bolha imobiliária. Enquanto isso, ninguém parece se preocupar com as consequências inevitáveis de uma política de crédito fácil. Tudo isso é feito porque não estamos dispostos a reconhecer que a atual política está apenas preparando o cenário para uma enorme desvalorização do dólar. Todos temem isso, mas ninguém quer lidar com isso.

A ignorância, bem como a desaprovação, do fato de que apenas um verdadeiro capitalismo e um mercado sólido são



REFLEXÕES XVII

capazes de impor restrições naturais sobre os excessos do mercado, fazem com que nossos líderes atuais rejeitem o capitalismo e culpem-no por todos os problemas que enfrentamos. Se essa falácia não for corrigida e o capitalismo for ainda mais solapado, a prosperidade que o livre mercado gera será destruída.

A corrupção e as fraudes contábeis de muitas empresas estão vindo à luz. Tem aqueles que querem nos fazer crer que tudo isso é parte integral do capitalismo de livre mercado. Se nós realmente tivéssemos um capitalismo de livre mercado, não haveria garantias de que algumas fraudes não ocorreriam. No entanto, quando elas ocorressem, seriam resolvidas por autoridades locais, e não por políticos no Congresso, que tiveram sua chance de "impedir" tais problemas (afinal, para que servem suas inúmeras regulamentações?), mas, em vez disso, escolheram politizar o assunto usando essa oportunidade para promover mais inúteis regulamentações keynesianas.

O capitalismo não deve ser condenado, simplesmente porque ainda não tivemos capitalismo. Um sistema capitalista pressupõe uma moeda forte, não um papel-moeda fiduciário e de curso forçado, manipulado por um banco central (instituição listada por Marx como indispensável para se criar um regime comunista). O capitalismo aprecia contratos voluntários e taxas de juros determinadas pela poupança, e não pela criação aleatória de moeda por um banco central.

Não se trata de capitalismo quando temos um sistema que é flagelado por regras incompreensíveis sobre fusões, aquisições e vendas de ações, bem como controles salariais, controle de preços, protecionismo, controles burocráticos sobre o comércio internacional, subsídios corporativos, impostos corporativos complexos e punitivos (sim, o governo subsidia e ao mesmo tempo taxa as corporações), contratos governamentais privilegiados para o complexo industrial-militar, e uma política externa controlada pelos interesses das grandes corporações e



REFLEXÕES XVII

dos grandes investidores internacionais. Adicione a tudo isso o (des)controle federal centralizado sobre a agricultura, a educação, a medicina, os seguros, o sistema bancário e todo o sistema assistencialista. Isso não é capitalismo!

Condenar o capitalismo de livre mercado por qualquer coisa que aconteça hoje não faz qualquer sentido. Não há evidências de que exista capitalismo, hoje. Estamos profundamente envolvidos em um sistema de economia planejada e sob forte intervenção estatal, o que permite grandes benefícios aos grupos bem relacionados politicamente, em ambos os lados do espectro ideológico. Quem quer que tenha boas conexões políticas, que tenha vínculos com a classe que está no poder, que pertença a grupos de interesse, ganha. Pode-se condenar as fraudes e o sistema atual, mas deve-se usar os nomes adequados: inflacionismo keynesiano, intervencionismo e corporativismo.

O que também não se vê sendo discutido é que a atual safra de falências revela que as flagrantes distorções e mentiras provindas de anos de orgia especulativa eram previsíveis. Primeiramente, o Congresso deveria estar investigando a fraude contábil praticada pelo governo federal, principalmente em se tratando de obrigações futuras ilusórias – como a Previdência Social (para a qual não há fundos) –, além de também estar investigando como o sistema monetário destrói a riqueza (por meio da inflação provocada pelo banco central). Estes problemas são maiores do que qualquer coisa no mundo corporativo e são de responsabilidade do Congresso. Ademais, é exatamente o padrão determinado pelo governo e pelo sistema monetário que ele opera o grande causador de tudo o que há de errado hoje em Wall Street. E onde realmente existe fraude, trata-se de uma questão estadual, e não federal, e as autoridades estaduais podem fazer cumprir a lei sem qualquer ajuda do Congresso.

Segundo, sabemos por que as bolhas financeiras ocorrem, e sabemos pela história que elas estão habitualmente associadas à especulação, ao endividamento excessivo, a promessas extravagantes, à ganância, à mentira e a fraudes. Estes problemas foram descritos por alguns poucos observadores no exato instante em que iam se avolumando ao longo dos anos 1990 –, mas os avisos

REFLEXÕES XVII

foram ignorados por uma razão. Todos estavam se enriquecendo repentinamente e, assim, ninguém se importava com nada. E aqueles poucos que demonstravam algum interesse em entender a situação eram logo tranquilizados pelo presidente do Fed (Federal Reserve – o Banco Central americano), que dizia que "dessa vez" uma nova era econômica havia chegado e não havia nada com o que se preocupar. Um forte aumento da produtividade, dizia-se, era a explicação de tudo.

Mas agora sabemos que não é bem assim. Bolhas especulativas e tudo o que temos visto são a consequência de enormes quantias de crédito fácil, que é criado do nada pelo Federal Reserve. Praticamente não criamos poupança, mecanismo este que é uma das mais significativas forças motoras do capitalismo. A ilusão criada pelas baixas taxas de juros perpetua a bolha e tudo de ruim que lhe é inerente. E isso não é culpa do capitalismo. O problema é que estamos lidando com um sistema de inflacionismo e intervencionismo que sempre produz uma bolha econômica que necessariamente sempre acaba mal.

Até o momento, a avaliação feita pela administração, pelo Congresso e pelo Fed não é de bom agouro para o nosso futuro econômico. Tudo o que eles oferecem é mais do mesmo, o que de maneira alguma pode ajudar. Se as medidas oferecidas forem aplicadas, tudo o que elas irão fazer é nos levar para mais perto da insolvência nacional, com um dólar profundamente desvalorizado, e um padrão de vida mais baixo para a maioria dos americanos – bem como menos liberdade para todos.

Esse é um cenário ruim que não precisa acontecer. Mas é impossível preservar nosso padrão se os críticos continuarem a culpar o capitalismo e a rejeitar uma política monetária sólida. Mais ganância, mais endividamento, mais crédito fácil, mais distorção das taxas de juros, mais regulamentações sobre tudo, e mais intromissão em assuntos externos, tudo isso logo irá nos forçar à posição bastante desconfortável de ter que decidir o destino de todo o nosso sistema político.

Se escolhêssemos a liberdade e o capitalismo, iríamos restaurar nossa moeda atrelando-a a uma *commodity* ou criando um padrão-

REFLEXÕES XVII

ouro. Os gastos federais seriam reduzidos, o imposto de renda seria diminuído, e nenhum imposto incidiria sobre poupança, dividendos e ganhos de capital. As regulamentações seriam reduzidas, os subsídios aos grupos de interesse seriam extintos e nenhuma medida protecionista seria permitida. Nossa política externa mudaria e nós traríamos nossas tropas de volta para casa.

Não podemos depender do governo para restaurar a verdade aos mercados; apenas pessoas fidedignas podem fazer isso. Na realidade, a falta de confiança nos executivos de Wall Street é saudável, pois é merecida e induz à prudência. A mesma falta de confiança nos políticos, no processo orçamentário e no sistema monetário serviria como um saudável incentivo para a necessária reforma do governo. Os mercados regulam melhor do que governos. Depender de regulamentações governamentais para nos proteger contribui significativamente para o desenvolvimento dessa mesma mentalidade que causa as bolhas.

Essas ações citadas produziriam o clima adequado para se libertar a energia criativa necessária para servir unicamente os consumidores, pois afinal é disso que se trata o capitalismo. O sistema que inevitavelmente alimenta essa atual camaradagem entre governo e grandes corporações, e que foi o responsável pelo atual desastre, acabaria.

O capitalismo não nos deu essa crise de confiança que agora existe no mundo corporativo; a ausência de um livre mercado e de uma moeda forte, sim. O Congresso tem um papel a cumprir, mas não é um papel proativo. Sua função é simplesmente sair do caminho. ●

Ron Paul: médico e ex-congressista republicano do Texas. Foi candidato à presidente dos Estados Unidos em 1988 pelo partido libertário e candidato à nomeação para as eleições presidenciais de 2008 e 2012 pelo partido republicano.

Keynes e os vermelhos

Ralph Raico

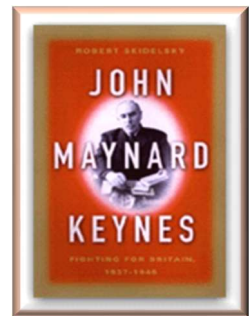


O terceiro e último volume da celebrada biografia de Keynes, escrita por Robert Skidelsky, *John Maynard Keynes: Fighting for Britain, 1937-1946*, acaba de ser publicada, para regozijo da crítica. Assim como seus predecessores, este volume não faz qualquer menção aos elogios indiscriminados feitos por Keynes à Rússia stalinista em 1936, apesar de eu mesmo ter enviado ao professor Skidelsky uma carta sobre o assunto – à qual ele graciosamente respondeu.

Agora já está claro que ele se recusa a lidar com esses vergonhosos comentários feitos por seu herói. Assim, para todos os efeitos práticos, as palavras lisonjeiras proferidas por Keynes em relação ao regime stalinista foram jogadas no buraco orwelliano da memória, para nunca mais reaparecerem na literatura.

Já é uma visão difundida no mundo acadêmico que John Maynard Keynes foi um exemplo de liberal-clássico, na tradição de Locke, Jefferson e Tocqueville. Assim como esses homens, é comumente aceito que Keynes foi um defensor sincero, e até mesmo exemplar, de uma sociedade livre. Se ele diferia dos liberais clássicos em alguns pontos óbvios e importantes, era simplesmente porque ele tentou modernizar as ideias liberais essenciais para que elas pudessem se adaptar às condições econômicas de uma nova era.

Mas se Keynes foi realmente esse modelo de defensor de uma sociedade livre, como explicar seus comentários peculiares, em 1933, apoiando, ainda que com reservas, os "experimentos" sociais que estavam ocorrendo naquela época na Itália, na Alemanha e na Rússia? E o que dizer sobre seu estranho prefácio para a versão alemã da Teoria Geral,



REFLEXÕES XVII

em que ele escreve que sua abordagem sobre política econômica é muito mais apropriada para um estado totalitário, como aquele gerido pelos nazistas, do que para a Grã-Bretanha, por exemplo?

[A] teoria da produção como um todo, que é o que este livro tenciona oferecer, se adapta muito mais facilmente às condições de um estado totalitário, e não às condições de livre concorrência e uma grande medida de laissez-faire.

Os defensores de Keynes tentam minimizar o significado dessas declarações, explorando certas ambiguidades. Mas nenhum deles, até onde sei, jamais se preocupou em confrontar um pronunciamento bastante ambíguo feito por Keynes. Esse pronunciamento apareceu em uma breve conversa na estação de rádio da BBC, em junho de 1936, no programa Books and Authors, e pode ser encontrado no volume 28 da sua obra *Collected Writings*, pp. 333-34.

Nessa conversa, Keynes concentra a maior parte do seu tempo falando sobre um livro, recém-publicado e maciçamente volumoso, escrito por Sidney e Beatrice Webb. O livro se chamava *Soviet Communism*. (A primeira edição tinha o subtítulo: *Uma Nova Civilização?*; nas edições posteriores, o ponto de interrogação foi descartado.)

Como líderes da Sociedade Fabiana, os Webbs já vinham trabalhando há décadas para implantar o socialismo na Grã-Bretanha. Na década de 1930, eles viraram propagandistas entusiásticos do novo regime da Rússia Comunista – nas palavras da própria Beatrice, eles tinham "se apaixonado pelo Comunismo Soviético". (O que ela chamava de "paixão", o sobrinho deles, Malcolm Muggeridge, rotulou de "adulação enlouquecida").

Durante uma visita de três semanas que fizeram à Rússia, onde, Sidney gabava-se, eles foram tratados como "um novo tipo de realza", as autoridades soviéticas forneceram-lhes todos os fatos e números para o livro. Os comunistas ficaram muito satisfeitos com o resultado final. Na própria Rússia, esse livro *Soviet Communism* foi traduzido, publicado e promovido pelo regime; como declarou Beatrice: *"Sidney e eu nos tornamos ícones na União Soviética"*.

REFLEXÕES XVII

Desde quando apareceu pela primeira vez, **Soviet Communism** tem sido visto como o melhor exemplo da ajuda e do conforto proporcionado pelos camaradas letrados ao estado de terror stalinista. Se Keynes fosse um liberal e um defensor de uma sociedade livre, seria de se esperar que sua análise fosse uma severa repreensão ao livro. Mas ocorreu exatamente o oposto.

Em sua conversa, Keynes declara que **Soviet Communism** é um livro "que todos os cidadãos sérios fariam bem em ler". E tem mais:

Até recentemente, os eventos na Rússia estavam ocorrendo rápido demais e a lacuna entre as profissões listadas nos papéis e as realizações reais era grande demais para que um relato adequado fosse possível. Mas agora esse novo sistema já está suficientemente cristalizado para ser analisado. O resultado impressiona. Os inovadores russos já passaram não apenas do estágio revolucionário, mas também do estágio doutrinário.

Pouco, ou nada, do que está em voga tem alguma relação especial com Marx e o marxismo de maneira a ser uma forma diferenciada em relação aos outros sistemas de socialismo. Eles estão comprometidos com a vasta tarefa administrativa de fazer com que um arranjo completamente novo de instituições econômicas e sociais funcione suavemente e com êxito em um território que é tão extenso que cobre um sexto da superfície terrestre do mundo. Os métodos ainda estão mudando rapidamente em resposta à experiência. A maior escala de empirismo e experimentalismo jamais tentada por administradores altruístas está em operação. Enquanto isso, os Webbs nos permitiram ver a direção à qual as coisas aparentam estar se movendo e o quão longe já chegaram.

A Grã-Bretanha, segundo Keynes, tem muito o que aprender com o trabalho dos Webb:

Isso me deixa com um forte desejo e uma grande esperança de que nós, nesse país, possamos descobrir como combinar uma disposição ilimitada para experimentar com mudanças nas instituições e métodos políticos e econômicos, ao mesmo tempo em que preservamos o tradicionalismo e um tipo de conservadorismo cauteloso, que seja próspero em tudo que tenha a experiência humana por trás, em cada ramo do sentimento e da ação.

REFLEXÕES XVII

Note, casualmente, o recuo e a inconsistência premeditada típicas de grande parte da filosofia social de Keynes – uma "disposição ilimitada para experimentar" deve ser combinada com "tradicionalismo" e um "conservadorismo cauteloso".

Já em 1936, ninguém mais dependia da propaganda enganosa dos Webbs para obter informações sobre o sistema stalinista. Eugene Lyons, William Henry Chamberlin, o próprio Malcolm Muggeridge e outros já haviam revelado a repugnante verdade sobre o sepulcro governado pelos "administradores altruístas" de Keynes. Qualquer um disposto a ouvir poderia se informar dos fatos relativos à penúria aterrorizante do início dos anos 1930, ao vasto sistema de campos de trabalho forçado, e à miséria quase que geral que se seguiu à abolição da propriedade privada. Para aqueles que não estavam cegados pela "paixão", não foi difícil perceber que Stalin estava erigindo o modelo de Estado-assassino do século XX.

Nos comentários de Keynes, e na ausência de qualquer consideração a respeito deles entre seus devotos, vemos mais uma vez esse bizarro código moral que Joseph Sobran vive denunciando. Se um escritor famoso tivesse dito coisa similar sobre a Alemanha nazista em 1936, seu nome estaria fétido até hoje. No entanto, por mais diabólicos que os nazistas viriam a se tornar, em 1936, suas vítimas totalizaram uma pequena fração das vítimas do comunismo.

O que explica o elogio de Keynes ao livro dos Webb e ao sistema soviético? Há poucas dúvidas que o grande motivo é o sentimento que ele compartilhava com os dois líderes fabianos: um profundo e inveterado ódio à busca pelo lucro e à ação de ganhar dinheiro. De acordo com a amiga e camarada fabiana Margaret Cole, era de uma maneira moral e espiritual que os Webbs encaravam a Rússia Soviética como "a esperança do mundo". Para eles, o "mais estimulante" de tudo era o papel do Partido Comunista, que, segundo Beatrice, era uma "ordem religiosa", engajada em criar uma "Consciência Comunista".

Já no ano de 1932, Beatrice anunciou: "É por acreditar que é chegado o dia para a mudança de um sistema de egoísmo para um de altruísmo – como a mola principal para a vida humana – que eu sou comunista". No capítulo sobre "Em Lugar do Lucro", no Soviet

REFLEXÕES XVII

Communism, os Webbs divagam entusiasmadamente sobre a substituição dos incentivos monetários pelos rituais de "humilhar o pecador" e pela autocritica comunista. Até quase o fim de sua vida, em 1943, Beatrice ainda estava louvando a União Soviética por "sua democracia multiforme, sua igualdade de sexo, classe e raça, sua produção planejada para o consumo comunitário, e acima de tudo, por sua punição da busca pelo lucro".

Quanto a Keynes, sua animosidade em relação à motivação financeira da ação humana virou uma obsessão. Ele via o esforço para se ganhar dinheiro como sendo "o problema ético central da sociedade moderna"; e após sua primeira visita à Rússia soviética, ele aclamou a supressão do motivo monetário como sendo uma "tremenda inovação". Para ele, assim como para Webbs, essa era a essência do elemento "religioso" que eles detectaram e admiraram no comunismo.

Uma característica notável do elogio de Keynes ao sistema soviético é a total falta de qualquer análise econômica. Keynes parecia estar gostosamente ignorante do fato de que poderia existir um problema de cálculo econômico racional sob o socialismo, como já havia sido delineado um ano antes em um volume editado por F.A. Hayek, *Collectivist Economic Planning*, que exibiu o original ensaio de Ludwig von Mises, *Economic Calculation in the Socialist Commonwealth*, de 1920.

Economistas vinham debatendo essa questão por anos. No entanto, só interessava a Keynes toda a excitação do grande experimento, a impressionante extensão das mudanças sociais que vinham ocorrendo na Rússia soviética sob o comando daqueles "administradores altruístas". Isso traz à mente o comentário de Karl Brunner em relação às noções de Keynes sobre reforma social: *"Seria difícil alguém imaginar, analisando o material dos ensaios, que um cientista social, mesmo um economista, os tenha escrito. Qualquer devaneador social da intelligentsia poderia tê-los produzido. As questões cruciais jamais foram encaradas ou exploradas"*.

Não, Keynes não foi um "exemplo de liberal", mas sim um estatista e um apologista ocasional dos regimes mais cruéis do século XX.

REFLEXÕES XVII

Seus comentários bem peculiares, principalmente sobre a Rússia soviética, quando anexados à sua teoria econômica de intensificar o Estado e à sua visão utopicamente estatizante, deveriam frear aqueles que tão resolutamente inscrevem-no nos *rankings* liberais. Considerar Keynes como talvez "o exemplo de liberal do século XX" só vai levar incoerência a um conceito histórico indispensável. ●

Ralph Raico: membro sênior do Mises Institute, leciona história no Buffalo State College. É especialista em história da liberdade, na tradição liberal da Europa, e na relação entre guerra e ascensão do estado. É o autor de *The Place of Religion in the Liberal Philosophy of Constant, Tocqueville, and Lord Acton*.

A fome na Ucrânia: um dos maiores crimes do Estado foi esquecido

Thomas Woods



Como ocorre em todos os regimes totalitários, a Rússia bolchevista temia toda e qualquer manifestação de sentimento nacionalista entre aqueles povos que eram reféns do regime. A propaganda bolchevique relativa aos direitos das várias nacionalidades dentro da esfera de influência da Rússia mascarava o temor do regime em relação ao poder do nacionalismo.

No início de 1918, o líder russo Vladimir Ilitch Lênin tentou impor um governo soviético sobre o povo da Ucrânia, o qual, apenas um mês antes, em janeiro, havia declarado sua independência. De início, o objetivo de Lênin havia sido aparentemente alcançado. Esse governo soviético imposto à Ucrânia tentou de imediato suprimir as instituições educacionais e sociais ucranianas; há até relatos sobre a Cheka, uma precursora da KGB, matando pessoas pelo crime de falar ucraniano nas ruas.

Embora o povo ucraniano tenha, ao final de 1918, conseguido restabelecer sua república, essa vitória foi efêmera. Lênin, sem dúvida, iria querer incorporar a Ucrânia ao sistema soviético de qualquer jeito, porém seu real desejo de assegurar o controle da Ucrânia era por causa de seus grandes recursos naturais. Em particular, a Ucrânia ostentava o solo mais fértil da Europa – daí o seu apelido de "o manancial da Europa".

Já no início de 1919, um governo soviético havia novamente sido estabelecido na Ucrânia. Porém, esse novo governo soviético acabou se tornando mais um fracasso. Todos esses eventos estavam ocorrendo



REFLEXÕES XVII

durante a Guerra Civil Russa, e a ajuda de facções rivais contribuiu para um segundo triunfo da independência ucraniana. Com esses dois fracassos, o regime de Lênin aprendeu uma valiosa lição. De acordo com Robert Conquest, autor do livro *The Harvest of Sorrow* (A colheita do sofrimento), *"Concluiu-se que a nacionalidade e a língua ucraniana eram de fato um elemento de grande peso, e que o regime que ignorasse isso de maneira ostentosa estaria fadado a ser considerado pela população como uma mera imposição usurpadora."*

Quando os soviéticos adquiriram o controle da Ucrânia pela terceira e última vez em 1920, eles constataram que iriam enfrentar uma contínua resistência e incessantes insurreições a menos que fizessem grandes concessões à autonomia cultural ucraniana. E assim, pela década seguinte, os ucranianos basicamente não foram incomodados em seu idioma e em sua cultura. Porém, uma facção dos comunistas russos se mostrou incomodada com isso, e seguidamente alertava que o nacionalismo ucraniano era uma fonte de intolerável divisão dentro do quadro militar soviético, e que, mais cedo ou mais tarde, a situação teria de ser confrontada de alguma maneira.

Avancemos agora oito anos no tempo. Em 1928, com Josef Stalin firmemente no poder, a União Soviética decidiu implantar uma política de requisição compulsória de cereais – uma maneira polida de dizer que o governo iria tomar à força todo o cereal cultivado pelos camponeses, pagando em troca um preço fixado arbitrariamente pelo governo, muito abaixo dos custos de produção.

A liderança soviética, em decorrência tanto de informações equivocadas quanto de sua típica ignorância dos princípios de mercado, havia se convencido de que o país estava no limiar de uma crise de escassez de cereais. A requisição compulsória funcionou, mas apenas no limitado sentido de que forneceu ao regime todo o volume de cereais que ele julgava ser necessário. Porém, tal política solapou fatalmente a confiança futura dos camponeses no sistema. Durante a Guerra Civil Russa, em 1919, para tentar combater a fome da população urbana, Lênin havia confiscado em escala maciça os cereais de vários camponeses, que foram chamados de especuladores e sabotadores. Agora, em 1928, a possibilidade de

REFLEXÕES XVII

novos confiscos, algo que os camponeses imaginavam ser apenas uma aberração bárbara da época da Guerra Civil, passaria a ser uma constante ameaça no horizonte. Os camponeses, naturalmente, passaram a ter menos incentivos para produzir, pois sabiam perfeitamente bem que, dali em diante, os frutos de seu trabalho árduo poderiam ser facilmente confiscados por um regime sem lei – o mesmo regime que havia prometido aos camponeses, quando da promulgação da NEP em 1921, que eles poderiam produzir e vender livremente.

Foi apenas uma questão de tempo para que o regime decidisse embarcar em um amplo programa de coletivização forçada das propriedades agrícolas, uma vez que a abolição da propriedade privada da terra era um importante aspecto do programa marxista. Os camponeses despejados foram enviados bovinamente para enormes fazendas estatais. Essas fazendas iriam não apenas satisfazer as demandas da ideologia marxista, como também iriam resolver o grande problema prático do regime: garantir que uma quantidade adequada de cereais fosse ofertada às cidades, onde o proletariado soviético trabalhava duramente para expandir a indústria pesada. Fazendas coletivas estatais significavam cereais estatizados.

Alguns especialistas tentaram alertar Stalin de que seus objetivos, tanto industriais quanto agrícolas, eram excessivamente ambiciosos e estavam em total desacordo com a realidade. Mas Stalin nem queria ouvir. Um de seus economistas, diga-se de passagem, chegou a afirmar que *"Nossa tarefa não é estudar a ciência econômica, mas sim mudá-la. Não estamos restringidos por nenhuma lei. Não reconhecemos leis. Não há uma só fortaleza que os bolcheviques não possam atacar e destruir."*

Paralelamente à política de coletivização forçada implantada por Stalin, ocorreu também uma brutal campanha contra os grandes proprietários de terras, fazendeiros ricos conhecidos como "kulaks", os quais o governo temia liderarem movimentos de resistência contra a coletivização. Mas era uma fantasia de Stalin imaginar que apenas os kulaks se opunham à coletivização; toda a zona rural estava unida contra o governo. (Até mesmo o Pravda noticiou um incidente no qual uma mulher ucraniana tentou bloquear a

REFLEXÕES XVII

passagem de tratores que estavam chegando para começar a trabalhar nas fazendas coletivizadas; a mulher gritara "O governo soviético está recriando a escravidão!").

Stalin falava abertamente de sua política de "liquidar toda a classe dos kulaks"; eles eram a classe inimiga da zona rural. Com o passar do tempo, como era de se esperar, a definição padrão de o que constituía um kulak foi se tornando bastante ampla, até finalmente chegar ao ponto em que o termo – e as terríveis penalidades que eram aplicadas a todos aqueles infelizes a quem o termo era aplicado – podia ser aplicado a praticamente qualquer camponês.

Uma historiografia sobre o Partido Comunista, autorizada pelo próprio, relatou que "os camponeses caçaram impiedosamente os kulaks por toda a terra, tomaram todos os seus animais e todo o seu maquinário, e então pediram ao regime soviético para aprisionar e deportar os kulaks." Como descrição do reino de terror imposto aos kulaks, esse relato não pode nem sequer ser classificado como uma piada sem graça. O regime, e não os camponeses, é quem perseguiu os kulaks. Ao final, de acordo com uma testemunha ocular, para que um homem fosse condenado a um destino cruel, bastava que *"ele tivesse pagado algumas pessoas para trabalhar para ele como empregados, ou que ele tivesse sido o proprietário de três vacas."*

As quase 20 milhões de propriedades agrícolas familiares que existiam na Rússia em 1929 estariam, cinco anos depois, concentradas em apenas 240.000 fazendas coletivas. Ao longo de grande parte de toda a história soviética, não era incomum algumas pessoas obterem a permissão para ser donas, em locais distintos, de alguns poucos acres de terra para uso privado. Quando Mikhail Gorbachev assumiu o poder em 1985, os 2% de terra agrícola que eram propriedade privada produziam nada menos que 30% de todos os cereais do país – uma resposta humilhante para todos aqueles que ignorantemente afirmavam que a agricultura socializada seria mais eficiente que a agricultura capitalista, ou que eles poderiam alterar a natureza humana ou reescrever as leis da economia.

Na mesma época em que Stalin começou a coletivização forçada, em 1929, ele também recriou a campanha contra a cultura nacional

REFLEXÕES XVII

ucraniana, campanha essa que estava dormente desde o início da década de 1920. Foi na Ucrânia que a política de coletivização stalinista deparou-se com a mais ardorosa e violenta resistência – o que não impediu, entretanto, que o processo já estivesse praticamente completo por volta de 1932. Stalin ainda considerava a contínua e inabalável presença do sentimento nacionalista ucraniano uma permanente ameaça ao regime, e decidiu lidar de uma vez por todas com aquilo que ele via como o problema da 'lealdade dividida' na Ucrânia.

A primeira etapa de sua política foi direcionada aos intelectuais e personalidades culturais da Ucrânia, milhares dos quais foram presos e submetidos a julgamentos ridículos e escarnecedores. Após isso, tendo retirado de circulação aquelas pessoas que poderiam se transformar em líderes naturais de qualquer movimento de resistência, Stalin passou então a atacar o próprio campesinato, que era onde estava o real núcleo das tradições ucranianas.

Mesmo com o processo de coletivização já praticamente completo na Ucrânia, Stalin anunciou que a batalha contra os perversos kulaks ainda não estava ganha – os kulaks haviam sido "derrotados, mas ainda não exterminados." Stalin começaria agora uma guerra – supostamente contra os kulaks – direcionada aos poucos fazendeiros que ainda restavam e dentro das próprias fazendas coletivas. Dado que, a essa altura, qualquer pessoa que por qualquer definição cabível pudesse ser classificada como um kulak já havia sido expulsa, morta ou enviada para campos de trabalho forçado, essa nova etapa da campanha soviética na Ucrânia teria o objetivo de aterrorizar os camponeses comuns. Estes deveriam ser física e espiritualmente quebrados, e sua identidade de seres humanos seria drenada à força.

Stalin começou estipulando metas de produção e entrega de cereais, as quais os ucranianos só conseguiriam cumprir caso parassem de se alimentar, o que os faria morrer de fome. O não cumprimento das exigências era considerado um ato de deliberada sabotagem. Após algum tempo, e com a produção e entrega inevitavelmente abaixo da meta, Stalin determinou que seus ativistas confiscassem dos camponeses todo o volume de cereais necessário para o governo ficar dentro da meta estipulada. Como a

REFLEXÕES XVII

produção era baixa, os camponeses frequentemente ficavam sem nada. O desespero se instalou. Um historiador conta que uma mulher, por simplesmente ter tentado cortar para si um pouco do seu próprio centeio, foi levada presa junto a um de seus filhos. Após conseguir fugir da prisão, ela coletou, com a ajuda do seu filho, alguns poucos itens comestíveis e foram viver na floresta. Morreram após um mês e meio. As pessoas eram sentenciadas a dez anos de prisão e a trabalhos forçados pelo simples fato de colherem batatas, ou até mesmo por colher espigas de milho nos pedaços de terra privada que elas podiam gerir. Tudo tinha de ser do governo.

Os ativistas comunistas afirmavam que os sabotadores estavam por todos os lados, sistematicamente retendo e escondendo comida, impedindo o abastecimento das cidades, e desafiando as ordens de Stalin. Esses ativistas invadiam de surpresa as casas dos camponeses e faziam uma varredura no local em busca de alguma comida escondida. Aqueles ativistas mais bondosos ainda deixavam algum resquício de comida para as famílias, porém os mais cruéis saíam levando absolutamente tudo o que encontravam.

O resultado foi totalmente previsível: as pessoas começaram a passar fome, em números cada vez maiores. Um camponês que não tivesse a aparência de alguém que estava esfomeado era imediatamente considerado suspeito pelas autoridades soviéticas de estar estocando comida. Como relata um historiador, *"Um ativista comunista, após fazer uma busca minuciosa pela casa de um camponês que não aparentava a mesma fome dos demais, finalmente encontrou um pequeno saco de farinha misturada com casca de árvore e folhas. O material foi confiscado e despejado em um lago do vilarejo."*

Robert Conquest cita o testemunho de outro ativista:

Eu ouvi as crianças... engasgando sufocadas, tossindo e gritando de dor e de fome. Era doloroso ver e ouvir tudo aquilo. E ainda pior era participar de tudo aquilo.... Mas eu consegui me persuadir, me convencer e explicar a mim mesmo que aquilo era necessário. Eu não poderia ceder; não poderia me entregar a uma compaixão debilitante... Estávamos efetuando nosso dever

REFLEXÕES XVII

revolucionário. Estávamos obtendo cereais para a nossa pátria socialista... Nosso objetivo maior era o triunfo universal do comunismo, e, em prol desse objetivo, tudo era permissível – mentir, enganar, roubar, destruir centenas de milhares e até mesmo milhões de pessoas...

Era assim que eu e meus companheiros raciocinávamos, mesmo quando... eu vi o real significado da "coletivização total" – como eles aniquilaram os kulaks, como eles impiedosamente arrancaram as roupas dos camponeses no inverno de 1932-33. Eu mesmo participei disso, percorrendo a zona rural, procurando por cereais escondidos... Junto com meus companheiros, esvaziei as caixas e os baús onde as pessoas guardavam seus alimentos, tampando meus ouvidos para não ouvir o choro das crianças e a lamúria suplicante das mulheres. Eu estava convencido de que estava realizando a grande e necessária transformação da zona rural; e que nos dias vindouros as pessoas que viveriam ali estariam em melhor situação por minha causa.

Na terrível primavera de 1933, vi pessoas literalmente morrendo de fome. Vi mulheres e crianças com barrigas inchadas, ficando azuis, ainda respirando, mas com um olhar vago e sem vida... Eu não perdi a minha fé. Assim como antes, eu acreditava porque eu queria acreditar.

Em 1933, Stalin estipulou uma nova meta de produção e coleta, a qual deveria ser executada por uma Ucrânia que estava agora à beira da mortandade em massa por causa da fome, que havia começado em março daquele ano. Vou poupar o leitor das descrições mais gráficas do que aconteceu a partir daqui. Mas os cadáveres estavam por todos os lados, e o forte odor da morte pairava pesadamente sobre o ar. Casos de insanidade, e até mesmo de canibalismo, estão bem documentados. As diferentes famílias camponesas reagem de maneiras distintas à medida que lentamente iam morrendo de fome:

Em uma choupana, era comum haver



REFLEXÕES XVII

algum tipo de guerra entre a família. Todos vigiavam estritamente todos os outros. As pessoas brigavam por migalhas, tomando restos de comida umas das outras. A esposa se voltava contra o marido e o marido, contra ela. A mãe odiava os filhos. Já em outra choupana, o amor permaneceria inviolável até o último suspiro da família. Eu conheci uma mulher que tinha quatro filhos. Ela costumava lhes contar lendas e contos de fadas com a intenção de fazê-los esquecer a fome. Sua própria língua mal podia se mover, mas mesmo assim ela se esforçava para colocá-los em seus braços, ainda que ela mal tivesse forças para levantar seus braços quando eles estavam vazios. O amor vivia dentro dela. E as pessoas notaram que, onde havia ódio, as pessoas morriam mais rapidamente. Entretanto, o amor não salvou ninguém. Todo o vilarejo sucumbiu; todos juntos, sem exceção. Não restou uma só vida.

Normalmente é dito que o número de ucranianos mortos na fome de 1932-33 foi de cinco milhões. De acordo com Robert Conquest, se acrescentarmos outras catástrofes ocorridas com camponeses entre 1930 e 1937, incluindo-se aí um enorme número de deportações de supostos "kulaks", o grande total é elevado para entorpecentes 14,5 milhões de mortes. E, mesmo assim, se apenas 1% dos alunos do ensino médio já tiver ouvido falar sobre esses eventos, isso já seria um pequeno milagre.

Durante o artigo, referi-me várias vezes a Robert Conquest, um excelente historiador da União Soviética. Conclamo, insisto e exorto qualquer pessoa com interesse nesses eventos a ler seu extraordinário livro *The Harvest of Sorrow*. A leitura flui como se fosse um romance –, mas a história relatada é excessivamente real. ●

Thomas Woods: é um membro sênior do Mises Institute, especialista em história americana.

O horror da China comunista e seus pavorosos campos de morte

Lew Rockwell



Embora atualmente muito se fale sobre a economia da China e muito se critique o país, o que é realmente notável em todos esses comentários e críticas é quão distantes e limitados eles parecem ser quando se pensa na história recente da China.

E esse é um assunto profundamente doloroso, horrível em seus detalhes, mas altamente elucidativo e útil para nos ajudar a entender a política – e que também põe em perspectiva as notícias sobre esses recentes problemas na China.

É um escândalo, de fato, que poucos ocidentais sequer estejam informados – ou, se estão, não estão conscientes – sobre a sanguinolenta realidade que predominou na China entre os anos de 1949 e 1976, os anos da ditadura comunista de Mao Tsé-Tung. (Ou Mao Zédong).

Quantos morreram como resultado das perseguições e das políticas de Mao? Será que você se importaria em adivinhar? Muitas pessoas ao longo dos anos tentaram. Mas elas sempre acabavam subestimando os números. Porém, à medida que mais dados foram aparecendo durante as décadas de 1980 e 90, e os especialistas foram se dedicando mais intensamente às investigações e estimativas, os números foram se tornando cada vez mais confiáveis. Mas, ainda assim, eles permanecem imprecisos. Qual a margem de erro com a qual estamos lidando? Ela pode ser, por baixo, de 40 milhões; mas também pode ser de 100 milhões ou mais.

Para o Grande Salto para Frente, de 1959 a 1961, o número de mortos varia



REFLEXÕES XVII

entre 20 milhões e 75 milhões. No período anterior foi de 20 milhões. No período posterior, dezenas de milhões a mais.

Estudiosos da área de homicídio em massa dizem que a maioria de nós não é capaz de imaginar 100 mortos ou 1.000. E, acima disso, tudo vira apenas estatística: os números passam a não ter qualquer sentido conceitual para nós, e a coisa se torna um simples jogo numérico que nos desvia do horror em si. Há um limite de informações horríveis que nosso cérebro pode absorver, um limite de quanto sangue podemos imaginar. No entanto, há um motivo maior pelo qual o experimento comunista chinês permanece um fato oculto: ele apresenta um argumento forte e decisivo contra o poder do Estado, de maneira ainda mais conspícua que os casos da Rússia e da Alemanha do século XX.

Esse horror já podia ser pressagiado quando uma guerra civil se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Depois de nove milhões de mortos, os comunistas emergiram vitoriosos em 1949, tendo Mao como o soberano. Assim, a terra de Lao-Tzu (rima, ritmo, paz), do Taoísmo (compaixão, moderação, humildade) e do Confucionismo (piedade, harmonia social, progresso individual) foi confiscada pela importação da mais esquisita matéria-prima jamais conhecida pelos chineses: o marxismo alemão importado via Rússia. Era uma ideologia que negava toda a lógica, toda a experiência, todas as leis econômicas, todos os direitos de propriedade, e todos os limites sobre o poder do Estado, que alegava que todas essas noções eram meros preconceitos burgueses, e que afirmava que tudo o que era necessário para transformar a sociedade era criar um núcleo composto por poucas pessoas iluminadas e dotadas de ilimitados poderes para modificar todas as coisas.

É realmente bizarro pensar nisso: a China, dentre todos os lugares, com pôsteres de Marx e Lênin, e sendo governada por uma ideologia ditatorial, extorsiva e homicida, que só chegou ao fim em 1976. A transformação ocorrida nos últimos 35 anos foi tão espetacular que alguém dificilmente saberia que tudo isso já aconteceu, exceto pelo fato de o Partido Comunista ainda estar no poder, embora já tenha dispensado os princípios básicos da parte comunista. O experimento começou da maneira mais sanguinolenta possível, após a Segunda Guerra, quando todos os olhos do Ocidente

REFLEXÕES XVII

estavam voltados para assuntos internos (e, quando havia alguma preocupação externa, ela estava na Rússia). Os "mocinhos" (comunistas) haviam vencido a guerra contra os vilões (nacionalistas) da China – ou assim fomos levados a crer, na época em que o comunismo era a moda mundial.

A comunização da China se deu seguindo os três estágios usuais: expurgos, planejamentos e, por fim, a procura por bodes expiatórios. Primeiro ocorreram os expurgos – também conhecidos como "purificação" – para que o comunismo pudesse ser implantado. Havia rebeldes a serem mortos e terras a serem nacionalizadas. As igrejas tinham de ser destruídas. Os contrarrevolucionários tinham de ser suprimidos. A violência começou no campo e depois se espalhou para as cidades. Todos os camponeses foram inicialmente divididos em quatro classes que eram consideradas politicamente aceitáveis: pobres, semipobres, médios, e ricos. Todos os outros eram considerados latifundiários e, assim, marcados para ser eliminados. Se nenhum latifundiário fosse encontrado, os "ricos" eram então incluídos nesse grupo.

A classe demonizada era desentocada em uma série de "encontros da amargura" – que ocorriam no âmbito nacional –, nos quais as pessoas delatavam seus vizinhos que possuíssem propriedades e que fossem politicamente desleais. Aqueles assim considerados eram imediatamente executados junto com quem quer que tivesse simpatias por eles. A regra era que deveria haver ao menos uma pessoa morta por vilarejo. O número de mortos está estimado entre um milhão e cinco milhões. Adicionalmente, entre quatro e seis milhões de proprietários de terra foram trucidados pelo simples crime de serem donos de capital. Se alguém fosse suspeito de estar escondendo alguma riqueza, ele ou ela seria torturado com ferro quente até confessar. As famílias dos mortos eram também torturadas e os túmulos de seus predecessores eram saqueados e pilhados. O que acontecia com a terra? Era dividida em minúsculos lotes e distribuía entre os camponeses remanescentes.

A campanha então se dirigiu para as cidades. As motivações políticas eram o principal incentivo, mas havia também o desejo de se fazer controles comportamentais. Qualquer suspeito de envolvimento com prostituição, jogatina, sonegação, mentiras,

REFLEXÕES XVII

tráfico de ópio, ou suspeito de contar segredos de Estado, era executado sob a acusação de "bandido".

Estimativas oficiais colocam o número de mortos em dois milhões, sendo que outros dois milhões foram morrer nas prisões. Comitês residenciais formados por pessoas leais ao Estado vigiavam cada movimento. Qualquer visita noturna era imediatamente denunciada, e todos os envolvidos eram presos ou assassinados. As celas das prisões iam ficando cada vez menores, chegando a um ponto em que uma pessoa vivia em um espaço de aproximadamente 35 centímetros. Alguns prisioneiros faziam trabalho forçado até morrer, e qualquer um que se envolvesse em alguma revolta era agrupado com seus colaboradores e todos eram queimados.

Havia indústrias nas cidades, mas aqueles que eram seus proprietários e gerentes eram submetidos a restrições cada vez mais apertadas: transparência forçada, escrutínio constante, impostos escorchantes, além de sofrerem todos os tipos de pressão para oferecer seus negócios à coletivização. Houve muitos suicídios entre os pequenos e médios empresários que perceberam para onde tudo estava indo. Filiar-se ao partido adia apenas temporariamente a morte, já que em 1955 começou a campanha contra os contrarrevolucionários escondidos dentro do próprio partido. Havia um princípio de que um em cada dez membros do partido era um traidor secreto.

Quando os rios de sangue haviam atingido seu ápice, Mao criou a campanha do Desabrochar das Cem Flores, durante dois meses de 1957, sendo o legado desta a frase que frequentemente se ouviu: "Deixemos que cem flores desabrochem!" As pessoas foram encorajadas a falar abertamente e mostrar seu ponto de vista, uma oportunidade muito tentadora para os intelectuais. Mas essa liberalização durou pouco. Na verdade, foi tudo uma armadilha. Todos aqueles que falaram contra o que estava acontecendo na China foram arrematados e aprisionados, talvez entre 400.000 e 700.000 pessoas, incluindo dez por cento das classes mais educadas. Outras eram rotuladas de direitistas e sujeitadas a interrogatório e reeducação; outras eram expulsas de suas casas e isoladas. Mas isso não foi nada comparado à fase dois, que se tornou uma das maiores catástrofes da história do planejamento central.

REFLEXÕES XVII

Após a coletivização das terras, Mao decidiu ir mais a fundo e passou a ditar aos camponeses o que eles deveriam plantar, como eles deveriam plantar, para onde eles deveriam mandar a colheita, e até mesmo se – em vez de ter de plantar qualquer coisa – eles deveriam ser arrastados para as indústrias. Essa etapa se tornaria o Grande Salto para Frente, que acabou por gerar a escassez mais mortal da história.

Os camponeses foram ajuntados em grupos de milhares e forçados a dividir todas as coisas. Todos os grupos deveriam ser autossuficientes. As metas de produção foram aumentadas para níveis nunca antes imaginados. Centenas de milhares de pessoas foram deslocadas de onde a produção era alta para onde ela era baixa, como um meio de impulsionar a produção. Elas também foram deslocadas da agricultura para a indústria. Houve uma campanha maciça para se coletar ferramentas e transformá-las em habilidade industrial. Como maneira de demonstrar esperança para o futuro, os coletivizados eram encorajados a fazer enormes banquetes e a comer de tudo, principalmente carne. Esse era um modo de mostrar a crença de que a colheita do ano seguinte seria ainda mais farta.

Mao tinha essa ideia de que ele sabia como cultivar os grãos. Ele proclamou que "as sementes são mais felizes quando cultivadas juntas" – e então as sementes foram semeadas em densidades de cinco a dez vezes maiores do que a normal. As plantas morreram, o solo secou, e o sal subiu à superfície. Para impedir que os pássaros comessem os grãos, os pardais foram exterminados, o que aumentou imensamente o número de parasitas. Erosões e enchentes se tornaram endêmicas. Plantações de chá foram transformadas em plantações de arroz, sob o argumento de que o chá estava em decadência e era coisa de capitalista.

Equipamentos hidráulicos construídos para servir às novas fazendas coletivas não funcionavam e não tinham peças para reposição. Isso levou Mao a colocar nova ênfase na indústria, que surgiu forçadamente nas mesmas áreas da agricultura, levando a um caos ainda maior. Os trabalhadores eram arrastados de um setor para outro, e cortes obrigatórios em alguns setores eram compensados com um aumento obrigatório das cotas em outros setores.

REFLEXÕES XVII

Em 1957, o desastre estava por todos os lados. Os trabalhadores estavam tão enfraquecidos que eram incapazes até mesmo de colher suas escassas safras; e assim eles morriam, vendo o arroz apodrecer. As indústrias se avolumavam, mas não produziam nada de útil. A resposta do governo foi dizer às pessoas que gorduras e proteínas eram desnecessárias. Mas a fome não podia ser negada. O preço do arroz subiu de 20 a 30 vezes no mercado negro.

Como as transações foram proibidas entre os grupos coletivistas (você sabe, a tal da autossuficiência), milhões ficaram à míngua. Já em 1960, a taxa de mortalidade pulou de 15% para 68%, e a taxa de natalidade despencou. Quem quer que fosse pego estocando grãos era fuzilado. Camponeses flagrados com a menor quantia imaginável eram aprisionados. Fogueiras foram banidas. Funerais foram proibidos, pois eram considerados esbanjadores.

Aldeões que tentavam fugir dos campos para as cidades eram fuzilados nos portões. Os mortos por inanição chegaram a 50% em alguns vilarejos. Os sobreviventes ferviam grama e cascas de árvore para fazer sopa, enquanto outros vagueavam pelas estradas à procura de comida. Algumas vezes eles se bandeavam e atacavam casas, procurando por restos do milho que era servido ao gado. As mulheres eram incapazes de engravidar devido à desnutrição. Pessoas nos campos de trabalho forçado foram usadas em experimentos com comidas, provocando doenças e mortes.

Mas isso ainda era pouco. Em 1968, um membro da Guarda Vermelha, de 18 anos, chamado Wei Jingsheng, encontrou refúgio em uma família de um vilarejo em Anhui, e ali ele viveu para escrever o que ele viu:

Caminhávamos juntos ao longo do vilarejo. . . Diante de meus olhos, entre as ervas daninhas, surgiu uma das cenas que já haviam me contado: um dos banquetes no qual as famílias trocam suas crianças para poder comê-las. Eu podia vislumbrar claramente a angústia nos rostos das famílias enquanto elas mastigavam a carne dos filhos dos amigos. As crianças que estavam caçando borboletas em um campo próximo pareciam ser a reencarnação das crianças devoradas por seus pais. O que fez com que aquelas pessoas tivessem de engolir aquela carne

REFLEXÕES XVII

humana, entre lágrimas e aflições – carne essa que elas jamais se imaginaram provando, mesmo em seus piores pesadelos?

O autor dessa passagem foi preso como traidor, mas seu *status* o protegeu da morte, e ele foi finalmente solto em 1997.

Quantas pessoas morreram durante a fome de 1959-1961? A menor estimativa é de 20 milhões. A maior, de 43 milhões. Finalmente, em 1961 o governo cedeu e permitiu alguma importação de comida, mas foi pouco e já era tarde. Foi permitido a alguns camponeses voltar a plantar em sua própria terra. Surgiram alguns ateliês particulares. Alguns mercados foram permitidos. Finalmente, a fome começou a diminuir e a produção começou a crescer. Mas então veio a terceira etapa: encontrar os bodes expiatórios. O que havia causado toda a calamidade? A resposta oficial era qualquer coisa, menos o comunismo; qualquer coisa, menos Mao. E então a captura de pessoas por motivos puramente políticos começou novamente – e aqui chegamos ao cerne da Revolução Cultural.

Milhares de campos e centros de detenção foram abertos. As pessoas que eram mandadas para lá, morriam. Na prisão, utilizava-se das desculpas mais fajutas possíveis para se eliminar alguém – tudo para haver sobras alimentícias, uma vez que os prisioneiros eram um fardo para o sistema, de acordo com o pensamento de quem estava no comando. Esse sistema penal, o maior já construído, era organizado em um estilo militar, com alguns campos mantendo por volta de 50.000 pessoas.

Havia um critério para se aprisionar alguém: os indivíduos eram abordados aleatoriamente e recebiam ordens de prisão de maneira indiscriminada. Isso acontecia com ampla frequência. Todos tinham de carregar consigo uma cópia do Pequeno Livro Vermelho, de Mao. Questionar a razão da prisão era em si uma evidência de deslealdade, já que o Estado era infalível. Uma vez preso, o caminho mais seguro era a confissão instantânea. Os guardas eram proibidos de usar de violência aberta, de modo que assim os interrogatórios durassem centenas de horas, o que frequentemente fazia com que os prisioneiros morressem durante o processo. Aqueles que tivessem seus nomes citados durante uma confissão eram então caçados e recolhidos.

REFLEXÕES XVII

Após ter passado por esse processo, a pessoa era mandada para um campo de trabalhos forçados, onde seria avaliada de acordo com o número de horas que seria capaz de trabalhar com pouca comida. Você não poderia comer carne nem qualquer tipo de açúcar ou azeite. Os prisioneiros passariam então a ser controlados pela racionalização do pouco da comida que tinham.

A fase final dessa incrível litania²¹ de criminalidade durou o período de 1966 até 1976, durante o qual o número de mortos caiu dramaticamente, variando "apenas" entre um milhão e três milhões. O governo, agora cansado e nos primeiros estágios da desmoralização, começou a perder o controle, primeiro dentro dos campos de trabalhos forçados, e então na zona rural. E foi esse enfraquecimento que levou ao período final, e de certa forma o mais cruel, da história comunista da China. Os primeiros estágios da rebelião ocorreram da única maneira permissível: a linha dura começou a criticar o governo por ser muito frouxo e muito descompromissado com o ideal comunista. Ironicamente, isso começou a surgir exatamente no momento em que a moderação se tornou manifesta na Rússia. Os neorrevolucionários da Guarda Vermelha começaram a criticar os comunistas chineses como sendo "reformistas a la Khrushchev". Como um escritor apontou, a guarda "se levantou contra seu próprio governo com o intuito de defendê-lo".

Durante esse período, o culto à personalidade de Mao chegou ao seu ápice, com o Pequeno Livro Vermelho atingindo um prestígio mítico. Os Guardas Vermelhos perambulavam pelo país tentando expurgar as "Quatro Coisas Antiquadas": ideias, cultura, costumes e hábitos. Os templos remanescentes foram obstruídos. Óperas tradicionais foram banidas, tendo a Ópera de Beijing todos os seus vestuários e cenários queimados. Monges foram expulsos. O calendário foi modificado. Todo o cristianismo foi banido. Animais de estimação como pássaros e gatos foram proibidos. Humilhação era a palavra de ordem.

Assim foi o Terror Vermelho: em sua capital, ocorreram 1.700

²¹ **Litania**: ladainha.

REFLEXÕES XVII

mortes e 84.000 pessoas fugiram. Em outras cidades, como Xangai, os números eram ainda piores. Foi implantado um processo de expurgo e purificação dentro do partido, com centenas de milhares presos e muitos assassinados. Artistas, escritores, professores, técnicos: todos eram alvos. Massacres organizados ocorriam em comunidades seguidas, com Mao aprovando cada passo como meio de eliminar cada possível rival político. Mas, interiormente, o governo estava se fragmentando e rachando, mesmo que externamente ele estivesse se tornado ainda mais brutal e totalitário.

Finalmente, em 1976, Mao morreu. Em poucos meses, seus conselheiros mais próximos foram todos encarcerados. A reforma começou lenta a princípio, mas depois atingiu uma velocidade assustadora. As liberdades civis foram restauradas (comparativamente) e as reabilitações começaram. Os torturadores foram processados. Os controles econômicos foram gradualmente relaxados. A economia, por virtude da iniciativa humana e da iniciativa econômica privada, se transformou.

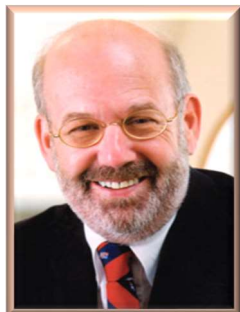
Tendo lido tudo isso, você agora faz parte da minúscula elite de pessoas que sabem alguma coisa sobre o maior campo de morte da história do mundo, que foi no que a China se transformou entre 1949 e 1976 – um experimento de controle total, algo que jamais se viu na história. Muitas pessoas hoje sabem mais sobre os produtos de baixa qualidade da China do que sobre as centenas de milhões de mortos e a inenarrável quantidade de sofrimento ocorrida sob o comunismo.

Quando você ouvir sobre produtos de baixa qualidade vindos da China, ou sobre trigo insuficientemente processado, imagine milhões sofrendo de uma fome dantesca, com pais trocando seus filhos para comê-los e, assim, permanecerem vivos. Não me diga que aprendemos alguma coisa com a história. Sequer conhecemos a história o suficiente para aprender algo com ela. ●

Lew Rockwell: chairman e CEO do Ludwig von Mises Institute, em Auburn, Alabama, editor do website LewRockwell.com, e autor dos livros *Speaking of Liberty* e *The Left, the Right, and the State*.

E se as escolas públicas fossem abolidas?

Lew Rockwell

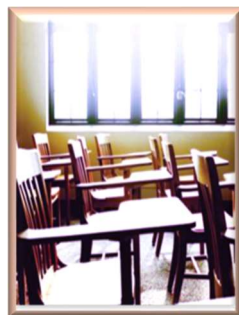


Em nossa cultura, as escolas públicas são louvadas em público e criticadas em particular, o que é exatamente o oposto de como tratamos as empresas de grande escala, como o Walmart. Em público, todos dizem que o Walmart é horrendo, cheio de produtos estrangeiros de qualidade inferior, e, principalmente, que ele explora seus empregados. Mas, em particular, todos nós compramos seus produtos baratos e de qualidade, e sempre há longas filas de pessoas

que têm a esperança de serem contratadas.

Por que isso ocorre? Tem a ver com o fato de que as escolas públicas fazem parte da nossa religião cívica; são a evidência primária que as pessoas citam para mostrar como os governos municipal, estadual e federal estão sempre nos servindo. E há também um elemento psicológico: a maioria de nós entrega a elas alegremente os nossos filhos, certos de que o governo sempre tem em mente o melhor para os nossos interesses.

Mas será que isso realmente ocorre? Em seu livro *Education: Free and Compulsory*, Murray Rothbard explica que a verdadeira origem e propósito da educação pública não é bem a educação da maneira como a imaginamos: o propósito único é fazer a doutrinação de uma religião cívica, um consenso em torno da importância do Estado. Isso explica por que a elite governamental sempre foi contrária ao *homeschooling* (ensino doméstico, por conta dos pais) e a um ensino privado que não siga as normas do Ministério da Educação: não é o temor de notas baixas nos exames educacionais que está guiando essa atitude, mas a preocupação de que essas crianças não



estejam aprendendo os valores que o Estado considera importante.

Mas criticar as escolas públicas não é o propósito desse artigo. Existem escolas públicas decentes, assim como existem escolas públicas horríveis. Portanto, não há razão para se fazer generalizações. Também não há necessidade de ficar mostrando dados sobre resultados de exames educacionais. Vamos apenas lidar com a economia envolvida na questão.

Todos os estudos já mostraram que nos Estados Unidos o custo médio de um aluno de uma escola pública é o dobro daquele de um aluno de uma escola privada. Isso é contrário à nossa intuição, já que as pessoas creem que as escolas públicas são gratuitas e que as escolas privadas são caras. Mas a partir do momento que você leva em consideração a origem do financiamento de ambas as instituições (impostos *versus* mensalidades ou doações), verá que a alternativa privada é bem mais barata. De fato, as escolas públicas custam o mesmo tanto que as mais caras e finas escolas privadas do país. A diferença é que o custo das escolas públicas é disseminado por toda a população, ao passo que o custo das escolas privadas é coberto apenas pelas famílias dos estudantes que as frequentam.

Ou seja: se pudéssemos abolir as escolas públicas e todas as leis educacionais compulsórias, e se pudéssemos substituí-las por uma educação fornecida pelo mercado, teríamos escolas melhores pela metade do preço, e seríamos mais livres também. Além disso, seríamos uma sociedade mais justa, já que apenas os usuários dos serviços de educação pagariam por seus custos.

Mas qual o problema com esse modelo? Bem, há o problema da transição. Existem óbvias e graves dificuldades políticas. Podemos dizer que a educação pública desfruta de uma vantagem política devido aos efeitos das externalidades de rede[*]. O *status quo* já está amontoado de um número significativo de "subscrições" a esse serviço, e é muito difícil alterar essa situação.

Mas vamos imaginar como seria. Digamos que uma determinada cidade decidiu que os custos da educação pública são muito altos em relação às escolas privadas, e a câmara municipal decidiu abolir as escolas públicas por completo. A primeira coisa que deve ser notada é que isso seria ilegal, já que cada estado requer que as localidades

REFLEXÕES XVII

forneçam educação gratuita. Sendo assim, eu não tenho ideia do que aconteceria com aquela câmara municipal. Será que seus integrantes seriam presos? Quem sabe? Certamente eles seriam processados.

Mas digamos que, de alguma maneira, esse problema seja contornado graças a, digamos, uma emenda especial na constituição do estado, que isenta certas localidades caso a câmara municipal aprove o pedido. Aí então haverá o problema da legislação federal e da regulação. Estou puramente especulando, pois eu não conheço as leis relevantes, mas podemos supor que o Ministério da Educação ficaria ciente do ocorrido, e haveria algum tipo de histeria nacional. Mas digamos que miraculosamente consigamos também superar esse problema, e que o governo federal deixe essa localidade seguir adiante com seu plano.

Haverá dois estágios para a transição. No primeiro estágio, muitas coisas aparentemente ruins acontecerão. Por exemplo, o que ocorrerá com as instalações físicas dessas escolas públicas? Elas serão vendidas para os arrematadores que pagarem o preço mais alto, sejam eles proprietários de uma nova escola, empresários de qualquer ramo, ou meros agentes imobiliários. E quanto aos professores e funcionários? Todos dispensados. Já dá até para imaginar a choradeira.

Com essas escolas públicas abolidas, as pessoas que tinham filhos nelas podem acabar se mudando para outra localidade. Os impostos sobre propriedade, que antes eram utilizados para financiar essas escolas públicas, seriam abolidos –, assim, os imóveis localizados nos distritos escolares que eram considerados bons sofreriam uma desvalorização. Haveria reações furiosas em relação a isso. Alguns proprietários encararão essa queda nos preços como um roubo, pois há muito tempo se convenceram de que preços imobiliários altos e crescentes são um direito humano. Para os pais que resolverem permanecer nessa cidade, haverá o grande problema de o que fazer com as crianças durante o dia.

Com os impostos sobre propriedade abolidos, haverá dinheiro extra para pagar as mensalidades escolares. Mas o problema é que os ativos (imóveis) sofreram uma queda em seu valor de mercado, o

REFLEXÕES XVII

que vem a ser um problema sério quando se considera os futuros gastos com as mensalidades. Também haverá, obviamente, uma histeria maciça em relação aos pobres, que irão descobrir que não têm qualquer outra opção escolar além do *homeschooling*.

Dito isso, tudo parece bem catastrófico, certo? De fato. Mas essa foi apenas a primeira etapa. Se de alguma forma conseguirmos chegar à fase dois, algo completamente diferente irá emergir. As atuais escolas privadas estarão lotadas e haverá uma demanda premente por novas escolas. Empresários em busca de lucros irão rapidamente inundar a área, fornecendo escolas que irão concorrer entre si. Além disso, é viável supor que igrejas e outras instituições cívicas também conseguirão arrecadar dinheiro suficiente para pagar pela educação dos mais pobres.

De início, as novas escolas seguirão o modelo das escolas públicas. As crianças ficarão lá das 8h às 16 ou 17h, e todas as matérias serão oferecidas. Mas após certo período de tempo, novas alternativas surgirão. Haverá escolas fornecendo aulas durante a metade do dia. Haverá escolas grandes, médias e pequenas. Algumas terão 40 crianças por sala de aula, e outras terão quatro ou uma. Haverá uma expansão maciça de tutores particulares. Escolas sectárias de todos os tipos irão surgir. Pequenas escolas serão abertas para atender interesses localizados: ciências, literatura clássica, música, teatro, computadores, agricultura, etc. Surgirão escolas que permitirão apenas alunos do mesmo sexo. Se haverá ou não esportes na grade curricular de uma dada escola será algo deixado unicamente para o mercado decidir.

Ademais, o já surrado modelo de "ensino básico, fundamental e médio" não mais será o único. As turmas não serão necessariamente agrupadas somente por idade. Algumas terão por base a capacidade e o nível de avanço dos alunos. As mensalidades variarão de gratuitas até extremamente caras. O ponto principal é que o cliente estaria no comando. Serviços de transporte surgiriam para substituir o antigo sistema de ônibus escolares. As pessoas poderiam ganhar dinheiro comprando vans e fornecendo transporte. Em todas as áreas relacionadas à educação, oportunidades de lucro iriam abundar.

REFLEXÕES XVII

Em resumo: o mercado para a educação iria operar da mesma maneira que qualquer outro mercado – como o de comestíveis, por exemplo. Onde houver uma demanda, e obviamente as pessoas demandam educação para seus filhos, haverá uma oferta. Existem grandes redes de supermercado, e existem empórios e quitandas. Existem mercearias e existem armazéns sempre dispostos a prestar seus serviços para toda essa rede. O mesmo ocorre com outros bens, e ocorreria o mesmo com a educação. Novamente, o consumidor é quem iria comandar. Ao fim e ao cabo, o que iria surgir não seria totalmente previsível – o mercado nunca é –, mas o que quer que acontecesse, seria de acordo com os desejos do público consumidor.

Após essa segunda fase, esta cidade emergiria como uma das mais desejáveis do país. As alternativas educacionais seriam ilimitadas. Ela seria a fonte de enormes progressos, e um modelo para a nação. Ela poderia fazer com que todo o país repensasse seu modelo educacional. E então aquelas pessoas que saíram de lá iriam regressar para desfrutar as melhores escolas do país pela metade do preço das escolas públicas, e aquelas que não têm filhos não teriam que pagar um centavo pela educação alheia. Pode algo ser mais atraente?

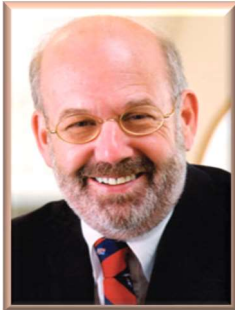
E então: qual cidade será a primeira a tentar essa alternativa e nos mostrar o caminho? ●

[] Na microeconomia, uma externalidade de rede ocorre quando a utilidade de um bem depende do número de pessoas que utilizam esse bem. Por exemplo, se apenas uma pessoa tiver um aparelho de fax, não valerá a pena que você também compre um aparelho de fax. Os modems funcionam da mesma forma: ele só tem utilidade se houver outro em algum lugar com o qual você possa se comunicar. Ou, ainda, quanto mais telefones houver, maior será a utilidade de cada telefone. E assim por diante. (N. do T.)*

Lew Rockwell: chairman e CEO do Ludwig von Mises Institute, em Auburn, Alabama, editor do website LewRockwell.com, e autor dos livros *Speaking of Liberty* e *The Left, the Right, and the State*.

Por que o Estado cresce e o que podemos fazer quanto a isso

Lew Rockwell



Apesar de toda a retórica adotada unanimemente por políticos de que “irão trabalhar para um Estado mais eficiente” e reduzir o fardo estatal de nossas carteiras, o leviatã a cada dia vai se tornando incontrolavelmente mais opressivo e mais dispendioso. E essa é uma tendência mundial.

Independentemente de qual seja o partido no poder, em qualquer país, parece não haver limites para a tributação, para a ganância, para o endividamento, para a inflação monetária e para toda a intrusão estatal em nossas vidas. Nada disso é algo predestinado, inevitável, como todos os políticos querem nos fazer pensar; ao contrário, é algo completamente reversível, desde que suas causas sejam compreendidas. Somente se entendermos as razões para o crescimento governamental é que teremos alguma chance de revertê-lo.

1. Grupos de interesse– Há duas maneiras de uma pessoa ganhar a vida: voluntariamente por meio do processo de mercado ou coercivamente por meio do processo político. Os grupos de interesse são organizações – empresariais e sindicais – que optam por este último método, fazendo *lobby* no governo com o intuito de aprovar leis e regulamentações que os favoreçam, seja na forma de maiores tarifas de importação ou na forma de uma carga tributária e de uma burocracia mais complexa, que dificultem a entrada no mercado de novos concorrentes.

Tais grupos aglomeram-se em torno do governo como moscas ao redor de uma lata de lixo. Estes trombadinhas com



REFLEXÕES XVII

ternos Armani assaltam o Tesouro e manipulam o aparato regulatório governamental em benefício próprio. E os políticos, quase sem exceção, se mostram excepcionalmente contentes em ser parceiros dessa gente, porque assim garantem reeleições, mais dinheiro e mais poder.

Os grupos de interesse de maior êxito (1) têm um propósito bem definido e uma estratégia coerente; (2) têm uma disposição para direcionar muito dinheiro para seus esforços; (3) dependem fortemente da intervenção governamental, pois uma ligeira mudança nas regulamentações pode significar a diferença entre o sucesso e bancarrota total; (4) recebem polpudos e óbvios benefícios do governo, ao passo que o custo fica escondido e disperso por toda a economia; (5) possuem a suprema capacidade de revestir suas predações em um manto de preocupação pelo bem-estar geral.

2. Assistencialismo eleitoral– Quanto mais os políticos abrem os cofres para beneficiar determinado grupo de pessoas – seja ele formado por pobres e desempregados, ou por funcionários públicos ou empresários politicamente bem conectados –, maiores são as suas chances eleitorais. O assistencialismo é um exemplo característico. Os gastos assistencialistas só vêm crescendo desde a década de 1980, e tudo em nome da ajuda aos pobres. Mas o dinheiro, em grande parte, não vai para os pobres, que ficam com as migalhas, mas sim para aqueles grupos de interesse poderosos o suficiente para subornar e fazer *lobby* a favor da redistribuição. O dinheiro real vai é para os “pobristas” – os reais defensores da pobreza –, para os consultores, para as empreiteiras que constroem as moradias populares, para os funcionários de hospitais públicos, e principalmente para os próprios membros da burocracia que coordena todo o esquema.

Os pobres são maldosa e intencionalmente transformados em uma subclasse perpétua, dependente do governo, para que alguns parasitas possam viver confortavelmente bem à custa de todo o resto da sociedade. Graças ao Estado assistencialista, praticamente não há mais uma genuína mobilidade social. Os degraus mais baixos da escada foram retirados em nome da compaixão.

3. Permanência nos cargos– Os liberais clássicos defendiam

que todo o aparato do governo fosse demitido de seus cargos após cada eleição, para impedir que alguns indivíduos se entrincheirassem perpetuamente na máquina. Contudo – e apesar de a democracia ter a ideia da renovação –, a maioria dos funcionários estatais se torna permanente, assim como os próprios políticos, constantemente reeleitos. Os auxiliares dos deputados também se tornaram perenes, sendo que as contratações não param de subir. Os trabalhadores do setor privado precisam trabalhar cada vez mais para sustentar toda essa mamata. Como os liberais clássicos temiam, criou-se uma classe que melhora de vida à medida que rouba a todos nós.

Foi Jeffrey Tucker quem melhor resumiu a situação:

Não é a classe política quem comanda as coisas. Como já escrevi inúmeras vezes, políticos vêm e vão. A classe política é apenas o verniz do Estado; é apenas a sua face pública. Ela não é o Estado propriamente dito. Quem de fato comanda o Estado, quem estipula as leis e as impinge, é a permanente estrutura burocrática que comanda o Estado, estrutura esta formada por pessoas imunes a eleições. São estes, os burocratas e os reguladores, que compõem o verdadeiro aparato controlador do governo.

4. Burocracia– A burocracia é necessariamente ineficiente porque não opera dentro do sistema de lucros e prejuízos do mercado. Sem a pressão para economizar recursos, até mesmo os burocratas bem-intencionados acabam gastando em demasia. E, é óbvio, a maioria dos burocratas não é bem-intencionada. A sua única motivação é aumentar o próprio poder, a própria renda e os próprios benefícios, os quais eles adquirem ao aumentar o número de burocratas sob seu comando no organograma estatal e ao gastarem cada centavo que lhes é alocado.

Se os burocratas de uma agência estatal gastarem menos do que lhes foi alocado, sua fatia no orçamento do ano seguinte pode ser cortada. Sendo assim, eles gastam seus recursos freneticamente até o fim do ano fiscal. E, como consequência, essa agência – com a ajuda dos grupos de interesse afiliados a essa agência, com quem o dinheiro é gasto – vai correndo ao Congresso e ao Executivo pedir mais dinheiro. E estes, eleitos com a ajuda financeira desses grupos

de interesses, autorizam um aumento orçamentário para esse importantíssimo serviço público que, coitado, estava sofrendo de insuficiência de fundos.

E aqui cabe um parêntese: sempre me regozizei com essa ideia de “servidor público”. Pode observar: “servidor público”, curiosamente, é aquele sujeito que só anda de carro chique, trabalha em ambiente com ar condicionado e sequer tem qualquer contato com o “povo”, embora seja o “povo” quem forçosamente lhe sustenta. Quando algo é classificado como “serviço público”, esteja certo de que estão enfiando a mão no seu bolso para benefício próprio. Serviço público genuíno só pode ser encontrado na iniciativa privada. O verdadeiro servidor público é aquele sujeito que mantém sua loja de conveniências aberta 24 horas para que você possa fazer um lanche às 3 da manhã. É aquele sujeito que abre sua padaria às 5 da manhã para que você possa comer algo ainda quente antes de ir trabalhar. É a rede de *fast-food* a quem você recorre quando seu estômago está vazio e as opções se esgotaram. Isso é serviço público.

5. Crises– O governo sempre cresce mais rapidamente durante crises, as quais são criadas por ele próprio. Uma crise é a desculpa perfeita para dar ao governo mais poder e dinheiro para “resolver” o problema, ao mesmo tempo em que o partido da situação paralisa a oposição.

“Jamais deixe uma crise passar em branco” é o lema de qualquer governo. É durante crises – sejam elas meras recessões ou grandes colapsos financeiros – que o governo adquire o apoio necessário para se apropriar de uma fatia ainda maior da economia, aumentando seus gastos, incrementando seu poder regulatório, repassando mais dinheiro para seus grupos de interesse favoritos, escolhendo empresas vencedoras (aquelas a quem ele vai ajudar com subsídios e protecionismo) e jogando a conta sobre as perdedoras (aquelas sem conexões políticas).

O professor Robert Higgs, em seu grande livro *Crisis and Leviathan*, mostra que o público sempre perde ao final de uma crise, pois é ele quem fica sobrecarregado com um governo ainda maior depois que a emergência acaba.

REFLEXÕES XVII

6. A mídia- Sempre nos dizem que a grande mídia é oposição ao governo, qualquer que seja ele – um mito muito útil para ambos. Na realidade, governo e mídia são aliados em todos os assuntos fundamentais. Tomando-se o exemplo para apenas uma área, a mídia sempre estimula a expansão estatal ao papaguear as declarações econômicas do governo: seja a última enganação declarada pelo Banco Central, ou algumas alegações presidenciais sobre cortar gastos, toda a mídia nada mais é do que uma câmara de ressonância.

O governo, sendo a instituição dominante em nossa sociedade, utiliza a mídia como o fiel da balança que vai determinar quais são os limites aceitáveis para o debate, fora dos quais qualquer indivíduo será rotulado de extremista. E o governo faz isso por meio dos interesses especiais que controlam grande parte da publicidade veiculada na mídia. Por exemplo, nada seria melhor para o país, e pior para a burocracia, do que a abolição do imposto de renda físico e jurídico, bem como a abolição do Banco Central. Mas tais ideias são logo rotuladas de extremistas e indignas de consideração, graças ao conluio entre governo, mídia e grupos de interesse.

7. Intervencionismo- A economia de livre mercado é uma intrincada e cuidadosamente equilibrada rede de preços e trocas. Quando o governo intervém nesse conjunto com a desculpa de corrigir algum suposto problema, ele perturba esse equilíbrio, causando ainda mais problemas, o que conseqüentemente gera uma desculpa para novas e ainda maiores intervenções. Ludwig von Mises rotulou este fenômeno de “a lógica do intervencionismo”, e é exatamente por isso que uma economia mista é inerentemente instável. Um sistema intervencionista estará sempre se movendo em direção a mais intervencionismo – socialismo/fascismo.

8. Ideias- Uma última razão por que o Estado cresce ilimitadamente é a ausência de entendimento sobre o que é o livre mercado. As escolas e as universidades são dominadas por esquerdistas e intervencionistas de todos os tipos. Todos os livros textos seguem pregando que o intervencionismo é necessário. E assim todo o público permanece ignorante dos males causados pelo Estado.

REFLEXÕES XVII

Essas são apenas algumas das razões por que o Estado continua crescendo. E como podemos nos opor a isso? Primeiro, devemos expor todos os crimes do governo, rasgando o manto de mentiras sob o qual se escondem as reais intenções dos grupos de interesse. Da próxima vez que você ouvir alguém clamando por mais gastos assistencialistas, mostre como o assistencialismo destrói os pobres ao mesmo tempo em que enriquece os verdadeiros recebedores do assistencialismo – os grupos de interesse – à nossa custa e com o auxílio da coerção estatal. A verdadeira caridade só pode ser privada e voluntária, como bem sabe qualquer um que já lidou com o trabalho de igrejas e já comparou esse serviço com aquele realizado por assistentes sociais governamentais.

Segundo, devemos trabalhar em prol de mudanças radicais – como abolir programas e burocracias em vez de simplesmente melhorá-los ou torná-los mais eficientes (embora de início possamos aceitar isso). Se o nosso lado começar condescendente, se já entrarmos no debate concedendo de antemão várias vantagens ao adversário, teremos ainda menos chance de obter melhorias marginais e estaremos tacitamente concordando com todo o sistema e sua base imoral de roubo e fraude.

Terceiro, devemos não só nos recusar a acreditar nas propagandas pró-governo, como também devemos solapá-las, refutá-las e arruiná-las ao máximo perante terceiros, apoiando fontes alternativas de notícias e informações.

Quarto, devemos nos esforçar para colocar professores e alunos pró-livre mercado e pró-liberdade nas instituições de estudo superior, e tentar mobilizar as pessoas por meio de apelos de justiça e de eficiência econômica. Não há nada mais eficiente para incitar a ação do que atinar para o fato de que você está sendo roubado.

Para nós libertários, que compartilhamos da mesma crença de Lord Acton, a maior virtude política é a liberdade. A nossa visão é a de que a sociedade voluntária, em termos práticos e morais, é a melhor forma de sociedade possível, ao passo que o Estado não passa de uma gangue de ladrões em larga escala. O Estado pode fazer as mesmas coisas que, se feitas por indivíduos, seriam corretamente

REFLEXÕES XVII

consideradas ilegais e criminosas. Só ele é capaz de fazê-las de forma a aparentar que é pelo bem comum e pelo interesse nacional – você sabe, todas aquelas expressões que as escolas públicas e a mídia nos ensinaram.

Em uma definição resumida, para nós libertários o Estado não está acima das leis morais. O que é errado para um indivíduo em sua vida privada também é errado para o Estado em toda a sua esfera. É errado roubar, mas o Estado faz isso e chama de ‘inflação’ ou de ‘tributação’; é errado escravizar, mas o Estado faz isso e chama de ‘serviço militar obrigatório’; é errado matar, mas o Estado faz isso e chama de ‘erro policial’ ou de ‘serviço de saúde inadequado’ – ou, em caso de homicídio em massa, de ‘guerra’.

O roubo, a escravidão e o homicídio são coisas imorais, sejam eles privados ou públicos. Difundir as ideias da liberdade, do livre mercado e de uma moeda forte, e denunciar, agitar e trabalhar contra os criminosos, é a nossa única chance de ter êxito. Os obstáculos são, obviamente, imensos. Mas temos um mundo a ganhar. ●

Lew Rockwell: chairman e CEO do Ludwig von Mises Institute, em Auburn, Alabama, editor do website LewRockwell.com, e autor dos livros *Speaking of Liberty* e *The Left, the Right, and the State*.

Como o assistencialismo corrompeu a Suécia

Per Bylund



Na Suécia, as pessoas mais velhas dizem que ser sueco significa saber como suprir as próprias necessidades, saber cuidar de si próprio e nunca ser um fardo para o ombro alheio. Independência e trabalho duro eram as qualidades básicas para se ter uma vida decente, e representavam, acima de tudo, a ideia básica da moralidade. Isso foi há menos de cem anos.

Minha falecida avó costumava dizer que algo errado havia acontecido com o mundo. Ela tinha orgulho de jamais ter pedido ajuda, de sempre ter sido capaz de valer-se de si própria e de seu marido, e do fato de eles terem podido cuidar de sua família durante toda a vida. Ao falecer com a respeitável idade de 85 anos, tenho a felicidade de dizer que ela se foi com aquela dignidade ainda intacta. Ela nunca foi um fardo.

Minha avó, nascida em 1920, pertencia à última geração a ter aquele orgulho pessoal que é tão especial, a ter uma moralidade firme e profundamente enraizada, e que era autônoma e independente na vida, não importasse o que viesse – eram os senhores únicos do próprio destino. As pessoas da geração dela testemunharam e aguentaram uma ou duas guerras mundiais (apesar de a Suécia nunca ter participado de nenhuma) e foram criados por fazendeiros e operários suecos pobres. Eles testemunharam e foram a força motora por trás do "milagre" sueco.

Sua moralidade assegurava que eles poderiam sobreviver em quaisquer condições. Se eles se encontrassem em uma situação em que não fossem capazes de viver com seus salários,



REFLEXÕES XVII

eles apenas iriam trabalhar mais pesadamente e por mais tempo. Eles eram os arquitetos e os operários da construção de suas próprias vidas, mesmo que isso frequentemente significasse trabalho duro e contínuas situações aparentemente desanimadoras.

Eles alegremente se dispunham a ajudar aqueles em necessidade, mesmo se eles tivessem muito pouco a oferecer, mas provavelmente não aceitariam qualquer ajuda que lhes fosse oferecida. Eles tinham orgulho da competência que tinham para cuidar de si próprios; eles apreciavam a independência em relação a terceiros, a independência de nunca ter de pedir ajuda. Eles achavam que se não fossem capazes de cuidar de si mesmos, então não teriam o direito de pedir auxílio a ninguém.

Entretanto, de alguma maneira, eles caíram nas promessas de políticos que diziam que iriam suprir "os fracos", uma categoria de pessoas que não existia naquela época: quem iria admitir ser incapaz de cuidar de si próprio? Mas eles eram pessoas trabalhadoras e de bom coração, e provavelmente pensaram que uma pequena contribuição para prover aqueles em condição muito pior seria uma ação típica de um bom samaritano.

Teoricamente, é talvez compreensível e até mesmo invejável. Seus pais e eles já estavam participando voluntariamente de grupos privados locais, arranjando apoio financeiro para aqueles que necessitavam de assistência médica ou que tinham perdido o emprego. Em tempos ruins, como recessões ou rápidas mudanças sociais, tudo isso era um grande ônus, embora voluntário e feito por interesse próprio. Uma versão em larga escala desse mesmo tipo de arranjos mútuos para ajudar terceiros provavelmente soou como uma boa ideia, mesmo que ela tivesse de ser financiada coercivamente por meio da tributação.

O problema é que nesse momento o Estado assistencialista foi criado e ele iria mudar dramaticamente a vida das pessoas e afetar sua moralidade de maneira fundamental. Esse Estado de bem-estar poderia ter sido um projeto de sucesso se as pessoas tivessem continuado tendo o orgulho e a moralidade de prover a si próprios e somente procurassem amparo se realmente necessitadas. Ou seja, a criação de um Estado assistencialista possivelmente poderia

REFLEXÕES XVII

funcionar em um mundo *ceteris paribus*, que é o que o Estado assistencialista de fato presume. Mas o mundo está em mudança constante, e por isso um Estado assistencialista requer que as pessoas sejam mais fortes e moralmente superiores às pessoas em sociedades que não possuem um Estado assistencialista.

Esse conhecimento, entretanto, não havia sido adquirido – e ainda não foi. Em vez disso, as pessoas pensaram que coisas como o orgulho pessoal pelo trabalho e pela família eram algo natural, algo que não precisava ser trabalhado e estimulado; por essa perspectiva, essa proposta política deve ter parecido um bom negócio. Tudo o que elas tinham de fazer, disseram-lhes, era deixar a política (e um pouco de poder) para os políticos. Esse argumento, lamento comunicar, ainda parece válido para o populacho sueco; os suecos normalmente saúdam propostas para dar mais poder aos políticos, e eles mesmos tendem a solicitar mais impostos.

A moralidade decente já se foi há muito. Foi completamente destruída em pouco mais de duas gerações – por benefícios públicos assistencialistas e pelo conceito de que há um direito ao assistencialismo.

Os filhos do estado assistencialista- Os filhos da geração dos meus avós, meu pai dentre eles, rapidamente aprenderam e adotaram uma nova moralidade baseada nos "direitos" assistencialistas oferecidos pelo sistema de seguridade social. Enquanto que a geração mais velha não aceitaria ser dependente de terceiros (incluindo receber benefícios assistencialistas do Estado), eles não relutaram em enviar a geração mais nova para ser educada em escolas públicas. Certo estou de que eles nunca pensaram ser um "direito" ter seus filhos educados. Antes, eles aceitaram e agradeceram a oportunidade de seus filhos terem uma chance que eles mesmos nunca tiveram – uma educação "gratuita".

Assim, a geração de meus pais frequentou escolas públicas onde a eles foi ensinado matemática e idiomas, bem como a superioridade do assistencialismo e a moralidade do Estado. Eles aprenderam o funcionamento da maquinaria do Estado assistencialista e adquiriram uma concepção (errônea) totalmente nova sobre direitos: todos os cidadãos desfrutaram de um direito – simplesmente

REFLEXÕES XVII

pelo fato de serem cidadãos – à educação, à saúde, ao seguro-desemprego e à seguridade social.

Ser um indivíduo – foi-lhes ensinado – significa ter direito a receber auxílios para suas necessidades individuais. Todo mundo tem direito a todos os recursos necessários para se buscar a felicidade própria e a da sociedade, foi-lhes dito. E todo mundo deve desfrutar do direito de colocar seus filhos em creches estatais enquanto estiver no trabalho, tornando-se possível para cada família ganhar dois salários (mas sem tempo suficiente para criar seus próprios filhos). As oportunidades para a "boa vida", pelo menos financeiramente, devem ter parecido colossais para as gerações mais velhas.

Essa nova moralidade permeou o populacho e se tornou o estado "natural" das coisas, ao menos em suas mentes. Essa geração, nascida durante as duas ou três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, tornou-se consideravelmente diferente da geração de seus pais tanto moralmente como psicologicamente. Eles se tornaram habituados ao enorme crescimento econômico do pós-guerra (graças ao fato de a Suécia nunca ter entrado nas guerras) e aos cada vez maiores direitos assistencialistas concedidos por um Estado em crescimento acelerado. (Para sustentar o crescimento do Estado assistencial e satisfazer a demanda popular por benefícios, o governo sueco desvalorizou a moeda várias vezes durante as décadas de 1970 e 1980).

Os efeitos sobre a sociedade advindos do crescimento dessa geração e sua consequente entrada no mercado de trabalho foram principalmente dois: aumento da pressão pública para mais políticas progressivas; e um fracasso em larga escala, por toda a sociedade, em se criar filhos independentes e virtuosos, capazes de serem donos de si próprios pelo resto da vida.

A essa altura, a mudança moral e filosófica ocorrida na sociedade tornou-se aparente. Enquanto que no início do século XX os sociais-democratas, um poder hegemônico na política sueca por todo o século (e além), haviam demandado cortes de impostos para tirar de sobre os trabalhadores um fardo desnecessário, hoje esse partido rapidamente se transformou em um tributarista feroz e defensor

REFLEXÕES XVII

entusiasmado do assistencialismo, e segue pedindo por mais reformas especiais e "emancipadoras". A massa votante, filhos do Estado assistencialista, dependentes do sistema, apoiou os aumentos de impostos, que rapidamente ultrapassaram 50%. E eles exigiram que os benefícios sociais, sempre à custa do contribuinte, fossem maiores que os impostos pagos.

A mudança política havida assim que os filhos do Estado assistencialista cresceram e começaram a participar da política foi maciça. As revoltas estudantis de 1968, de cunho comunista, provavelmente representaram o pico dessa geração radical exigindo mais para si mesmo por meio da redistribuição estatal; eles não queriam assumir responsabilidade pessoal por suas vidas, nem jamais pensaram em ter de trabalhar arduamente para se proverem a si próprios. "Tenho necessidades", eles argumentavam, e dessa reivindicação eles diretamente inferiram ter o direito a ter essa necessidade satisfeita – fosse ela comida, abrigo ou um carro novo.

Considerando que meus pais misteriosamente parecem ter herdado muito da "velha" forma de moralidade, a maioria das pessoas da idade deles, e principalmente aqueles mais novos, são paradigmaticamente diferentes da geração de seus pais. Eles são filhos do Estado de bem-estar social e são plenamente cômicos dos benefícios assistencialistas aos quais eles têm "direito". Eles não ponderam sobre de onde vêm esses benefícios, mas são bem céticos quanto a políticos os quais eles pensam que podem cortá-los.

"Mudança" rapidamente se tornou uma palavra indesejável, já que ela necessariamente implica uma mudança no sistema no qual as pessoas dependem parasiticamente. Com essa geração, o fato outrora tido como verdadeiro de que a produção precede o consumo foi substituído pela crença de que todos têm um "direito humano" natural e inviolável aos serviços assistencialistas oferecidos pelo Estado. Por meio dos poderosos sindicatos, os suecos assalariados foram premiados com aumentos anuais, independentemente da produtividade real; e com o tempo, aumentos salariais anuais se tornaram uma normalidade. As pessoas que não conseguiam um aumento passavam a se considerar "punidas" por seus empregadores malvados, e assim começaram a haver demandas cada vez maiores para ajudas legais na batalha contra

REFLEXÕES XVII

empregadores. As pessoas têm o "direito" a um salário melhor no ano seguinte, assim como o salário atual deve ser melhor que o do ano passado; e por aí vai o pensamento.

Essa mudança na percepção foi, como vimos, precedida por uma mudança nos valores. A mudança social também mudou as condições para a filosofia e, assim, novas e estranhas teorias destrutivas emergiram. As crianças dessa geração, nascidas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, tiveram em comum uma criação "livre" (baseada nos ideais de 1968), significando essencialmente uma infância "livre de regras" e "livre de responsabilidades". Para essa geração não há qualquer causalidade na vida em sociedade; o que quer que você faça não é sua responsabilidade – até mesmo ter filhos. Essa é a mentalidade dos atuais jovens adultos da sociedade sueca.

Os netos do estado assistencialista- Eu mesmo faço parte dessa segunda geração de pessoas criadas com e pelo Estado assistencialista. Uma diferença significativa entre a minha geração e a antecessora é que a maioria de nós não foi criada pelos nossos pais sob qualquer aspecto. Fomos criados pelas autoridades das creches estatais no período da infância; então fomos empurrados para as escolas públicas, depois para escolas secundárias públicas e universidades públicas; e mais tarde para o emprego no setor público e para mais educação por meio dos poderosos sindicatos e suas associações educacionais. O Estado é uma presença constante em tudo, e para muitos ele é o único meio de sobrevivência – e seus benefícios assistenciais a única maneira possível de ganhar independência.

A diferença para as gerações mais velhas é óbvia. Meus avós viveram em um mundo totalmente diferente, moral e filosoficamente, e meus pais ainda apresentam alguns vestígios herdados de meus avós, como aquele "velho" senso de justiça e a percepção do certo e do errado. Enquanto que os pais da minha geração estão apenas parcialmente estragados (o que já é ruim o suficiente), minha geração está totalmente sem rumo. Por não ter sido criada com os valores sólidos de nossos avós, mas sim com aqueles propagandeados pelo Estado-babá, os netos do Estado assistencialista não possuem qualquer entendimento de questões

econômicas.

Para os "netos", uma percepção comum de justiça é que indivíduos têm o "direito" de reivindicar perpetuamente que a sociedade supra alguém com o que quer que esse alguém considere necessário (ou divertido). Em um recente debate ocorrido na TV estatal, os filhos e netos do Estado assistencialista se encontraram para discutir desemprego e os problemas comuns enfrentados pelos jovens em crescimento e que estão entrando no mercado de trabalho. A exigência dos "netos" era literalmente que os "mais velhos" (nascidos nas décadas de 1940, 1950 e 1960) saíssem de cena (isto é, parassem de trabalhar), porque o trabalho deles "roubava" empregos dos mais jovens!

A "lógica assistencialista" que sustenta tais exigências absurdas funciona mais ou menos assim: a premissa é que cada indivíduo tem o direito a ter uma boa vida. Disso pode se concluir que uma boa vida significa não ter que se preocupar com riquezas materiais, sendo por isso essencial receber benefícios assistencialistas e ganhar uma "independência" financeira. Independência financeira, por sua vez, requer um bom *status*, um alto salário e um emprego não muito exigente; donde se infere que um bom emprego é um direito humano. As pessoas que atualmente têm esses empregos literalmente ocupam essas posições e, portanto, estão no caminho e devem sair da frente – cada um deles, sem exceção, está violando meu direito àquele emprego. Isso faz com que cada um que tenha um bom emprego seja um violador de direitos e, portanto, um criminoso.

Todos sabemos o que pensar de criminosos: eles deveriam estar trancafiados. Tal sentença também é o que demanda um ainda muito pequeno, porém rapidamente crescente número de jovens na Suécia – sentença essa que deve ser aplicada em donos de negócios que não desejam contratá-los, ou em pessoas mais velhas que ocupam posições que esses jovens desejam. É "necessário" fazer leis mais progressivas.

Mas essa não é uma ideia apoiada apenas pela juventude ignorante. Em 2006, o sindicato nacional dos trabalhadores varejistas exigiu que o Estado "redistribuisse" empregos oferecendo pensões estatais

REFLEXÕES XVII

a pessoas com mais de 60 anos caso elas se demitsem e seus empregadores passassem a empregar pessoas jovens e desempregadas em seus lugares. Pelos cálculos do sindicato, tal truque "criaria" 55.000 empregos.

O que isso mostra é que a única maneira perceptível de se encontrar empregos para os mais jovens parece ser "liberando" os mais velhos dos seus; postos de trabalho estão escassos e o desemprego está subindo mesmo com a crescente demanda por bens e serviços – graças à pesada regulação estatal sobre o mercado. O Estado assistencialista cria problemas e conflitos em vários níveis, forçando as pessoas a competir por fatias cada vez mais decrescentes de riqueza. A solução: mais regulamentação e menos prosperidade. Isso é o que acontece quando a necessidade e a vontade substituem o mérito e a experiência, tanto na moralidade pública como na pessoal.

Exigindo responsabilidade social- Essa moralidade degenerada e a falta de compreensão quanto à ordem natural e real das coisas também é evidente nas áreas que requerem responsabilidade pessoal e respeito para com o próximo. Os velhos hoje são tratados como um lastro, em vez de como seres humanos e parentes. As gerações mais novas acham que têm o "direito" de não assumir responsabilidade pelos seus pais e avós – e com isso exigem que o Estado os alivie desse fardo. Consequentemente, os velhos na Suécia, em sua maioria, vivem deprimidos e solitários em suas casas, esperando que a morte chegue; ou já foram institucionalizados em asilos públicos sob vigilância 24 horas por dia, sete dias por semana, de modo a aliviar o encargo que representam para as gerações mais jovens. Alguns deles chegam a ver seus netos e parentes por apenas uma ou duas horas no Natal, quando as famílias fazem um esforço para ir visitar seus "problemas".

Mas os mais velhos não são os únicos que se encontram na periferia da sociedade assistencialista, enquanto o Estado está cuidando da população ativa. O mesmo ocorre com os mais jovens, que também são entregues ao Estado para receber cuidados públicos em vez de serem criados e educados por seus pais. Minha mãe, uma professora de escola secundária, já teve de enfrentar pais de seus alunos que

REFLEXÕES XVII

exigiam que ela "fizesse algo" quanto à estressante situação familiar pela qual eles passavam. Eles exigiam que a "sociedade" se responsabilizasse pela criação de seus filhos, já que eles próprios já tinham gastado "muitos anos" cuidando deles. ("Cuidando" normalmente significa deixá-los na creche pública às 7 da manhã e pegá-los novamente às 6 da tarde).

Eles enfatizam espalhafatosamente ter o "direito" de serem aliviados desse encargo. Os problemas causados em casa por crianças desobedientes e fora de controle devem ser resolvidos nas salas de aula por funcionários da escola e em creches pela equipe do jardim de infância. As crianças devem ser vistas, mas não ouvidas; e elas não devem de modo algum atrapalhar o direito de seus pais a uma carreira, a longas férias no exterior e a participar de eventos sociais.

Com o intuito de manter a geração adulta trabalhando e criando riqueza que possa ser tributada (as alíquotas de impostos sobre os trabalhadores de baixa renda está em torno de 65% da renda), o Estado assistencialista sueco continuamente lança programas progressivos para protegê-los de incidentes e problemas. A liberdade assistencialista representa uma existência livre de problemas, livre de responsabilidades e rica em benefícios.

O que estamos vendo hoje na Suécia é a consequência perfeitamente lógica do Estado assistencialista: ao distribuir benefícios e, assim, liberar o indivíduo da responsabilidade individual por sua própria vida, um novo tipo de indivíduo é criado – o imaturo, irresponsável e dependente. Com efeito, o que o Estado assistencialista criou foi uma população de crianças moral e psicologicamente dependentes – assim como pais que nunca deixam seus filhos enfrentar problemas, assumir responsabilidades e criar soluções sozinhos tornam seus rebentes mimados, em constantes necessidades e extremamente exigentes.

A analogia com as crianças mimadas está se provando verdadeira no cotidiano das pessoas que trabalham no setor público, que estão enfrentando as demandas da população. Já aprendi que não é incomum que jovens pais repreendam professores por acharem que o 'para casa' é uma pressão "desnecessária" sobre os mais novos. As

REFLEXÕES XVII

crianças têm o "direito" ao conhecimento, mas aparentemente elas não deveriam ser expostas à educação, já que esta requer estudo e esforço. A função dos professores é obviamente fornecer às crianças um conhecimento que elas possam consumir sem ter de refletir ou mesmo pensar a respeito (ou até mesmo estudá-lo). Ter de fazer algo por conta própria é "opressivo". Uma "obrigação", mesmo que seja um efeito das leis da natureza, é algo totalmente injusto e representa a violação do direito a uma vida livre de problemas. A natureza em si, junto com suas leis, se torna um "fardo".

A economia da dependência- Talvez essa mentalidade explique o aumento na popularidade de teorias irrealistas como o ceticismo e o pós-modernismo, onde nada pode ser tomado como verdadeiro. A lógica, alegam, é apenas uma construção social que não tem qualquer relação com a realidade ou com o mundo (se é que ela sequer existe). Essas teorias são magníficas pelo fato de elas jamais poderem ser provadas – ou refutadas. Não importa o que você diga, você jamais precisará se responsabilizar por sua declaração – ninguém pode verificar sua tese, ninguém pode criticá-la ou mesmo utilizá-la. Ela é sua e existe apenas para você – e ela é verdadeira só para você.

A inutilidade de tais teorias deveria ser óbvia. Também deveria ser óbvio que os proponentes dessas teorias assumissem que certas coisas, como a existência, são garantidas – eles vivem suas vidas baseando-se apenas em dúvidas e na "sabedoria" de que não há nada que alguém possa de fato saber, que nada é o que parece. Mas isso, ao que parece, deve ser a beleza da coisa.

De certo modo, a premissa austríaca de que "valores são subjetivos" foi tomada muito literalmente. Nessas teorias "modernas", a subjetividade é o princípio fundamental da realidade, e não a maneira como a realidade é avaliada ou percebida. Essa "compreensão" é inferida diretamente da moralidade relativa e de lógica relativa das crianças e dos netos do Estado assistencialista. Não há necessidade que alguém produza para que outro possa consumir – e não há necessariamente um ônus sobre aquele que deve fornecer os benefícios que eu preciso para poder viver a "boa" vida. Afinal, viver uma boa vida é um direito humano; sendo que o direito é o único ponto fixo em um universo em constante mudança

REFLEXÕES XVII

e subjetivamente instituído.

Da perspectiva de um observador (como eu me considero), toda essa loucura faz sentido – ensinar as pessoas que elas não precisam se preocupar com as consequências de suas atitudes torna-as prontamente dependentes. O Estado assistencialista criou o monstro egotista contra o qual ele alega querer nos salvar – por meio da distribuição de privilégios e benefícios para todos à custa de "ninguém".

Os engenheiros sociais do Estado assistencialista obviamente nunca consideraram uma possível mudança na moralidade e na percepção – eles simplesmente queriam um sistema que garantisse seguridade para todos; um sistema no qual o capaz poderia e deveria trabalhar para sustentar a si próprio, e que o incapaz também pudesse viver uma vida digna. Quem iria imaginar que as reformas progressistas feitas para garantir direitos trabalhistas e prosperidade para todos no início do século XX iriam ricochetear, moral e filosoficamente?

Já deveria estar óbvio que nada saiu como esperado – a sociedade simplesmente não era tão previsível como foi previsto. Essa nova moralidade é obviamente oposta àquela da geração dos meus avós. É uma moralidade que diz que a independência só pode ser atingida por meio da transferência de responsabilidades para terceiros, e que a liberdade só pode ser conquistada por meio da escravização de outros (e de si próprio). O resultado dessa moralidade degenerada por toda a sociedade é um desastre economicamente, socialmente, psicologicamente e filosoficamente. Mas isso também é uma tragédia para milhares de suecos. As pessoas parecem incapazes de desfrutar a vida sem ter responsabilidade pelas próprias ações e escolhas, e é impossível sentir orgulho e independência sem ter os meios para se controlar o próprio viver. O Estado assistencialista criou pessoas dependentes e totalmente incapazes de encontrar algum valor em sua existência; em vez disso, eles se veem incapazes de ter sentimentos tipicamente humanos como orgulho, honra e empatia. Esses sentimentos, junto com os meios para se criar um sentido para a vida, foram tomados pelo Estado assistencialista.

Talvez isso explique por que uma grande parte da população jovem de hoje consome medicamentos antidepressivos, sem os quais eles

REFLEXÕES XVII

são incapazes de funcionar normalmente em situações sociais. E presumivelmente isso explica por que o número de suicídios entre as pessoas bem jovens que nunca de fato conheceram seus pais está aumentando dramaticamente (o número total de suicídios permanece praticamente o mesmo). Ainda assim, as pessoas são totalmente incapazes de ver o problema ou achar uma solução. Como crianças mimadas, elas clamam ao Estado por "ajuda".

Isso, minha avó nunca conseguiu entender. Que ela descanse em paz. ●

*** Atualização feita pelo autor em 19 de maio de 2008:**

Fui contactado por algumas pessoas que expressavam descrença no fato de que muitas outras tomam antidepressivos para se livrar de depressões, da "infelicidade", e da ausência de vontade para viver e trabalhar. Em um artigo publicado em um dos maiores jornais da Suécia, foi afirmado que 500.000 suecos atualmente tomam antidepressivos (receberam de seus médicos receitas para antidepressivos). 500.000 pessoas em uma população de 9.000.000 — isso representa 5,6% da população, e a maioria deles provavelmente é formada por jovens!

Também é dito nesse artigo (disponível apenas em sueco) que 25% da população vão tomar antidepressivos em algum momento de suas vidas. Eu não sei como isso se compara a outros países, mas a porcentagem sem dúvidas é bastante grande. ●

Per Bylund: consultor de negócios na Suécia e hoje é Ph.D em economia pela Universidade do Missouri e professor na Hankamer School of Business, da Baylor University, no Texas.

Oh, keynesianos, onde estais vós?

Mateusz Machaj



Quase todo mundo tem algo a dizer sobre a atual crise financeira e o problema sério em que nosso querido papel-moeda americano se meteu. Estamos prestes a ser lembrados que impérios se esfacelam não por causa dos bárbaros que chegam aos portões, ou por guerras entre civilizações ou por causa do livre comércio. É a inflação que os aniquila.

O que surpreende em relação à atual situação é o repentino desaparecimento do palco das até então elegantes doutrinas keynesianas e monetaristas. Ainda mais surpreendente é que a maioria dos keynesianos e monetaristas fala hoje a linguagem dos fundamentos, versando sobre problemas-micro e maus investimentos.

Comecemos com a doutrina keynesiana, qualquer uma delas, seja a ortodoxa, a nova, ou a pós. Até poderíamos criar uma nova, sob o rótulo de paleo-keynesiana, e isso não mudaria o conteúdo do dogma. A essência da análise de Keynes sobre o sistema de preços é que ele sempre vai precisar de um tipo específico de estímulo para manter o nível do gasto agregado que leva a economia para o nível de pleno emprego. O que interessa na perspectiva keynesiana é que, por alguma razão, o mecanismo de livre mercado sempre fracassará em atingir esse objetivo. A causa pode ser um repentino colapso na eficiência marginal do capital; pode ser culpa da rigidez nominal e real, uma queda no consumo, ou talvez, você sabe, pode-se culpar o animal *spiritis* empresarial por toda a bagunça.

Dependendo da particularidade do caso, chegamos a várias versões da ideologia keynesiana, que aparentemente tem uma cura universal para a economia: políticas governamentais. Podem ser políticas



REFLEXÕES XVII

fiscais ou políticas monetárias. Escolha qualquer versão para sua história keynesiana; você sempre saberá qual solução deve ser perseguida. A conclusão, para todos os casos, será óbvia: o Estado, por intermédio de seus meios compulsórios, deve impulsionar o nível da demanda agregada de forma a impedir que a economia caia em recessão.

Mas se a usual explicação keynesiana é que uma agressiva política monetária e fiscal é necessária para impulsionar a renda nacional para se sobreviver a uma recessão, então como devemos ver a atual crise? Obviamente as atuais políticas nos EUA podem ser chamadas de várias coisas, menos conservadoras ou mesmo moderadas. Por um bom tempo, o governo americano fez tudo o que podia para manter uma agressiva injeção monetária e uma agressiva política fiscal. Os déficits orçamentários explodiram e as taxas de juros foram diminuídas para níveis ridículos. Isso fez com que a oferta de dólares fosse para níveis estratosféricos e preparou o terreno para que este papel-moeda entrasse em um notável colapso.

É claro, os keynesianos não podem de maneira alguma utilizar qualquer uma de suas histórias oficiais para explicar o atual colapso financeiro. Mais ainda: qualquer economista sério que diga hoje que a economia precisa de uma política monetária ainda mais frouxa seria considerado apenas um excêntrico cantando sob uma chuva abundante de dólares. Ao mesmo tempo, clamores por um aumento nos empréstimos governamentais por meio da emissão de mais títulos para os mercados de crédito devem ser também considerados altamente irresponsáveis.

Apesar de os keynesianos não estarem utilizando suas costumeiras narrativas para analisar o colapso imobiliário, em suas análises teóricas no ambiente acadêmico eles continuam falando sobre a necessidade de se incrementar a ganância. Mais uma vez, observamos a predominância de uma teoria esmeradamente formulada, porém completamente desligada da realidade.

Assim como um neoconservador vive em simbiose com um social-democrata, um keynesiano tem um irmão mais novo: um monetarista. O monetarista é definitivamente mais limitado em suas investigações que o keynesiano, e seu nome é perfeitamente

REFLEXÕES XVII

adequado, pois para ele toda a economia se resume a dinheiro. O que interessa para a atividade econômica é a oferta monetária e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) determinado por ela. O mais famoso monetarista, Milton Friedman, era primordialmente obcecado com a oferta monetária e em manter o IPC estável. Se o IPC se mantivesse estável, então a economia inevitavelmente estaria em boas condições. Os problemas só poderiam surgir se a taxa oficial de inflação saísse do controle. Mas se ela for mantida em níveis baixos, então a economia estará sob controle, e a política monetária poderá ser considerada sólida.

Em uma entrevista concedida em 2003 (conduzida por Henri Lepage), Friedman declarou que as condições para a prosperidade estavam garantidas. O monstro da inflação havia sido domado, o desemprego estava baixo, não havia crise financeira e não havia deflação, a produtividade estava crescendo e os bancos estavam em boa forma. Por muitos anos, Friedman louvou a política monetária de Alan Greenspan. E ainda que ele divergisse em algumas ideias (assim como a maioria dos keynesianos divergem uns dos outros) e não aceitasse as ferramentas discricionárias que o Fed utilizava, ainda assim ele acreditava que as políticas de injeção monetária eram uma boa ideia, que elas eram capazes de trazer enorme prosperidade.

Então, para um monetarista, o principal aspecto macroeconômico é o IPC, guiado pelas ações do Banco Central. Se o IPC aumentar, o Banco Central deve contrair a oferta monetária; se o IPC decrescer, o Banco Central deve expandir a oferta monetária, para estimular a economia. De acordo com essa visão, recessões sérias ocorrem porque o Banco Central não injeta dinheiro suficiente na economia; supostamente foi isso que ocorreu em 1929.

É fácil ver por que a teoria monetarista está tão encrencada quanto sua parente keynesiana. O crescimento excessivo, que começou muitos anos atrás, se deu com um Índice de Preços ao Consumidor estável. Durante aqueles dias, a política monetária poderia ser classificada de qualquer coisa, exceto restritiva. Sob as atuais condições, com os bancos sofrendo o tipo de problema que os economistas austríacos já haviam previsto há muitos anos, a política do Banco Central americano (Fed) nunca foi tão relaxada.

REFLEXÕES XVII

Como vimos, os atuais problemas não podem ser explicados nem pelo jeito monetarista de pensar, nem pelo keynesiano. Ambas as abordagens macroeconômicas são defeituosas e não podem ser aplicadas à crise recente. O notável silêncio dessas duas doutrinas prova esse ponto. Não digo que eles não discutem a crise. Os economistas convencionais de fato falam sobre ela, mas eles não estão usando a doutrina keynesiana e monetarista. Ninguém fala sobre o IPC como o único sinal de estabilidade econômica, e ninguém declara seriamente que a crise é o resultado da diminuição na demanda agregada e da ausência de políticas monetárias mais frouxas.

Em vez disso, o que a maioria de nós ouve são ilações sobre fundamentos básicos e sobre os erros cruciais de investimentos que foram estimulados pelas baixas taxas de juros e por uma bolha crescente de dívidas. Parece que, para o propósito de se explicar a atual crise, tagarelices macroeconômicas sobre IPC e PIB parecem desprezíveis. O IPC não reflete as mudanças micro na estrutura dos preços relativos, e o PIB não pode aumentar excessivamente por meio de maus investimentos que eventualmente terão de ser liquidados.

Relações de preços, escassez de recursos, a estrutura dos passivos e obrigações, e as receitas esperadas das empresas no mercado: estas são as questões-chave. Bem-vindo ao mundo da economia austríaca.

Devido aos auxílios financeiros dado aos bancos pelo Fed, podemos fazer eco a Paul Krugman, que diz a mesma coisa que William Poole, um dos diretores regionais do Federal Reserve: existe uma diferença entre liquidez e insolvência. O banco central poderia injetar dinheiro no caso de um súbito vazamento de dinheiro do sistema. Mas a questão da insolvência é bem mais problemática. Mesmo que o banco central ajude os bancos comerciais em curto prazo, esses bancos ainda continuarão em apuros porque esse processo de expansão por eles iniciado não pode ser sustentado em longo prazo por meio de artifícios que compensem temporariamente essa falta de liquidez que é inerente ao sistema de reservas fracionárias.

Apesar de essa questão da liquidez e solvência ter sido um pouco exagerada, uma coisa deve ser reconhecida. Essa diferenciação não

REFLEXÕES XVII

pode ser feita na estrutura macro keynesiana. Nem na monetarista. Ela só pode ser feita se houver referências à esfera micro, que sempre foi o assunto da análise austríaca.

As atuais políticas fiscal e monetária, prefira você a versão keynesiana ou a monetarista, acabaram se revelando um completo fracasso. Assim, o que sobrou aos economistas convencionais depois que suas ferramentas favoritas falharam? Abolir o Fed e ir em direção a um sistema monetário de livre mercado? É claro que não: se as políticas do Fed falharam, então o problema não está de fato nas políticas do Fed, mas no livre mercado em si! Tem de haver algo inerentemente errado com o sistema de mercado para que ele não tenha obedecido as maravilhosas políticas governamentais e todas as teorias por detrás delas.

Dessa maneira, por exemplo, Irving Fisher – o Gandalf Cinza do papel-moeda (Friedman sendo o Gandalf Branco) –, antes da Grande Depressão, argumentou que o mercado de ouro deveria ser manipulado com o intuito de fornecer uma sólida política monetária. Porém, como o Grande Crash acabou por comprovar brutalmente as consequências dessa ideia, Fisher não culpou as políticas inflacionárias da vibrante década de 1920 e nem as manipulações feitas no mercado de ouro, mas, ao contrário, propôs mais medidas intervencionistas, como a nacionalização parcial da indústria bancária, sujeitando os bancos a um sistema composto 100% de papel-moeda fiduciário.

Não devemos nos esquecer da grande percepção de Mises de que as políticas de meio-termo levam ao socialismo, que é um pensamento que vai muito além dos controles de preços. Sua contribuição era que o controle de preços imposto sobre o mercado não levaria aos resultados esperados, mas, ao contrário, criaria caos. O estágio final seria ou a abolição de todos os controles ou a manutenção dessa política até que se chegasse ao extremo intervencionismo, que representa o socialismo completo, no qual o governo dirige toda a economia.

Qual é a similaridade com a atual situação do sistema bancário americano? Após uma enorme bolha, não apenas imobiliária, mas em todo o sistema financeiro, o dia de pagar as contas finalmente

REFLEXÕES XVII

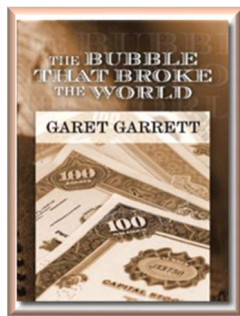
chegou. As medidas necessárias seriam liquidar os maus investimentos e permitir que o processo de recuperação aconteça. Mas, em vez disso, vemos mais clamores do setor bancário por mais intervenção governamental.

O Fed tenta desesperadamente salvar financeiramente qualquer gigante do setor. Ele começou a destruir as últimas instâncias reais do mecanismo de mercado no setor bancário. Agora, os debilitados ativos dos bancos, títulos lastreados em hipotecas, estão sendo trocados (via operações inovadoras e bizarras, como a "TAF" [Leilão a Termo], e a "TSLF", [Linha de Empréstimo de Títulos a Termo]) pelo Fed por títulos do governo. A intenção é melhorar os balancetes desses bancos. Ao mesmo tempo, as taxas de juros estão sendo diminuídas com o intuito de fornecer ainda mais liquidez e socializar as perdas, aumentando o risco moral.

O que estamos testemunhando é uma grande demonstração de uma das mais importantes contribuições austríacas à economia monetária: que um banco central tem potencial socialista. Pense nisso. No socialismo, o planejador central aumenta a quantidade de bens que possui por meio da expropriação. Se ele precisa de alguma coisa, um decreto é emitido dando-lhe a autorização para conseguí-la. No sistema de banco central, o decreto é substituído por algo mais: a impressão de dinheiro. Se alguma coisa se torna necessária, não são necessários uma expropriação direta e um decreto oficial; o papel-moeda é suficiente. Imprima o dinheiro e você poderá comprar o que quiser.

As fronteiras finais divergem, é claro. Sob o antigo sistema socialista, sempre há a possibilidade de se criar uma escravização por meio do uso direto da força. Em contraste, no socialismo financeiro que está sendo criado atualmente, o destino final é a hiperinflação, que em última instância irá destruir o único meio que os banqueiros centrais têm de redistribuir propriedade: o papel-moeda de curso forçado.

Os economistas convencionais não irão



REFLEXÕES XVII

defender a abolição dessa ferramenta. Ao contrário, eles irão procurar a causa da atual situação na "liberalização" do sistema bancário, nos ineficientes padrões de contabilidade, e nas agências de classificação que absurdamente deram altas notas às obrigações de dívidas colateralizadas (CDOs - papéis que compram papéis lastreados em hipotecas ou outras dívidas). Quando encontrarem as partes culpadas, estarão prontos para aumentar a intervenção no mercado. A solução provavelmente incluirá a emissão de novos e ampliados atos ao estilo Sarbanes-Oxley, ainda mais regulamentações das agências de classificação (apesar do fato de que foi a SEC [a CVM americana] quem criou o cartel da Nationally Recognized Statistical Rating Organization), ou talvez apertar ainda mais as regras oriundas das regulamentações da Basileia para os bancos. Tudo isso é tão necessário quanto apagar fogo com gasolina. Só pode acabar gerando mais desordem e problemas no futuro, e ao mesmo tempo nos afastar ainda mais do sistema de livre mercado.

A única maneira de sairmos da atual bagunça é irmos até suas raízes, e voltarmos à ideia de responsabilidade pessoal que é inerente a uma ordem baseada na propriedade privada. Caso contrário, qualquer mudança nas modernas regulamentações só fará abrir novas portas para negócios ainda mais instáveis. Já é hora de rejeitarmos a ideia nominalista e positivista de que as palavras que saem das bocas dos legisladores podem mudar a natureza da realidade.

Conclusão- Respondendo a pergunta do título, nossos amigos keynesianos guardaram suas habituais políticas fiscais e monetárias em seus escaninhos e fizeram uma pausa para um cafezinho, pelo menos por agora. Infelizmente, eles ainda querem que o governo gerencie a economia – e desta vez nos leve para ainda mais perto do socialismo financeiro. ●

Mateusz Machaj: fundador do Instituto Ludwig von Mises polonês.

Vamos debater as causas da pobreza

Jesús Huerta de Soto



Um dos passatempos favoritos de sociólogos e demais intelectuais da área social é discutir justamente um dos assuntos menos controversos de toda a área sociológica: as causas da pobreza.

Por que a discussão é inócua? Simples: porque a pobreza é a condição natural do ser humano.

Há muito pouco de complicado ou de interessante na pobreza. A pobreza sempre foi a norma; a pobreza sempre foi a condição natural e permanente do homem ao longo da história do mundo.

As causas da pobreza são bem simples e diretas. Em qualquer lugar em que não haja empreendedorismo, respeito à propriedade privada, segurança jurídica, acumulação de capital e investimento, a pobreza será a condição predominante. Isole um grupo de pessoas em uma ilha, peça para que elas não tenham nenhuma livre iniciativa, proíba a propriedade de bens escassos, e você verá que a pobreza será a condição geral e permanente dessas pessoas.

Em termos gerais, indivíduos em particular ou nações inteiras em geral são pobres por uma ou mais das seguintes razões: (1) eles não podem ou não sabem produzir muitos bens ou serviços que sejam muito apreciados por outros; (2) eles podem e sabem produzir bens ou serviços apreciados por outros, mas são impedidos de fazer isso; ou (3) eles voluntariamente optam por ser pobres.

O que é realmente desafiador é discutir as causas da riqueza; discutir o que realmente eleva as pessoas de sua condição natural (a pobreza) para a opulência e a fartura.

O verdadeiro mistério é entender por que realmente existe alguma riqueza no mundo. Como é que uma pequena fatia da população humana (em sua maioria no Ocidente), por apenas um curto período da história humana (principalmente nos séculos XIX, XX e

REFLEXÕES XVII

XXI), conseguiu escapar do mesmo destino de seus predecessores?

A ascensão- O sistema pré-capitalista de produção era restritivo. Sua base histórica era a conquista militar. Os reis vitoriosos cediam a terra conquistada aos seus paladinos. Esses aristocratas eram lordes no sentido literal da palavra, uma vez que eles não dependiam de satisfazer consumidores; seu êxito não dependia de consumidores consumindo ou se abstendo de consumir seus produtos no mercado.

Por outro lado, eles próprios eram os principais clientes das indústrias de processamento, as quais, sob o sistema de guildas, eram organizadas em um esquema corporativista (as corporações de ofício). Tal esquema se opunha fervorosamente a qualquer tipo de inovação. Ele proibia qualquer variação e divergência dos métodos tradicionais de produção. Era extremamente limitado o número de pessoas para quem havia empregos até mesmo na agricultura ou nas artes e trabalhos manuais.

Sob essas condições, vários homens, para utilizar as palavras de Malthus, descobriram que *“não há vagas para eles no lauto banquete da natureza”*, e que ela, a natureza, *“o ordena a dar o fora”*. Porém, alguns destes proscritos ainda assim conseguiram sobreviver e ter filhos. Com isso, fizeram com que o número de desamparados crescesse desesperadamente.

Mas então surgiu o capitalismo. A feição característica do capitalismo que o distinguiu dos métodos pré-capitalistas de produção era o seu novo princípio de distribuição e comercialização de mercadorias. Surgiram as fábricas e começou-se a produzir bens baratos para a multidão. Todas as fábricas primitivas foram concebidas para servir às massas, a mesma camada social que trabalhava nas fábricas.

Elas serviam às massas tanto de forma direta quanto indireta: de forma direta quando lhes supriam produtos diretamente, e de forma indireta quando exportavam seus produtos, o que possibilitava que bens e matérias-primas estrangeiros pudessem ser importados. Este princípio de distribuição e comercialização de mercadorias foi a característica inconfundível do capitalismo primitivo, assim como é do capitalismo moderno.

REFLEXÕES XVII

O capitalismo, em conjunto com a criatividade tecnológica, foi o que livrou o Ocidente do fantasma da armadilha malthusiana. Antes da Revolução Industrial, as populações crescentes pressionavam inexoravelmente os meios de subsistência. Porém, quando as fábricas de Manchester, na Inglaterra, começaram a atrair um volume maciço de pobres que estavam ociosos no meio rural, e quando elas passaram a importar trigo barato, Malthus se tornou um profeta desacreditado em sua própria Grã-Bretanha.

Como acabou ocorrendo, toda a criatividade e inventividade que o capitalismo desencadeou se refletiu nas estatísticas de natalidade: pessoas de classe média que não mais necessitavam gerar famílias grandes para ter filhos que trabalhassem e ajudassem no sustento começaram a limitar a quantidade de filhos.

Essa combinação entre famílias menores e uma aplicação mais engenhosa da ciência à agricultura acabou com o problema da inanição no Ocidente. A partir daí, a pobreza deixou de ser predominante e passou a ficar restrita a um número cada vez menor de pessoas.

Riqueza e pobreza– A diferença entre o Robinson Crusó pobre e o Robinson Crusó rico é aparentemente simples, porém essencial: o rico dispõe de bens de capital. E para ter esses bens de capital, ele teve de poupar e investir.

Bens de capital são fatores de produção – no mundo atual, ferramentas, maquinários, computadores, equipamentos de construção, tratores, escavadeiras, britadeiras, serras elétricas, edificações, fábricas, meios de transporte e de comunicação, minas, fazendas agrícolas, armazéns, escritórios, etc. – que auxiliam os seres humanos em suas tarefas e, conseqüentemente, tornam o trabalho humano mais produtivo.

Os bens de capital do Robinson Crusó rico (por exemplo, uma rede e uma vara de pescar, construídas com bens que ele demorou, digamos, 5 dias para produzir) foram obtidos porque ele poupou (absteve-se do consumo) e, por meio de seu trabalho, transformou os recursos que ele não havia consumido em bens de capital. Estes bens de capital permitiram ao Robinson Crusó rico produzir bens de consumo (pescar peixes e colher frutas) e com isso seguir

REFLEXÕES XVII

vivendo cada vez melhor.

Já o Robinson Crusóé pobre, por sua vez, não dispõe de bens de capital. Todo o seu trabalho é feito à mão. Consequentemente, ele é menos produtivo e, por produzir menos e ter menos bens à sua disposição, ele é mais pobre e seu padrão de vida é mais baixo.

O Robinson Crusóé rico é mais produtivo. E, por ser mais produtivo, não apenas ele pode descansar mais, como também pode poupar mais, o que irá lhe permitir acumular ainda mais bens de capital e consequentemente aumentar ainda mais a sua produtividade no futuro.

Já o Robinson Crusóé pobre consome tudo o que produz. Ele não tem outra opção. Como ele não é produtivo, ele não pode se dar ao luxo de descansar e poupar. Essa ausência de poupança compromete suas chances de aumentar seu padrão de vida no futuro. O mesmo raciocínio pode ser aplicado para se diferenciar uma nação rica de uma nação pobre.

Que diferença há entre EUA e Índia? Será que a população da Índia é mais pobre porque trabalha menos? Não. Na Índia, trabalha-se até mais do que nos EUA. Será que um indiano – ou um egípcio ou um mexicano ou um haitiano – possui menos conhecimento tecnológico que um americano ou um suíço? Não, o conhecimento está hoje disperso pelo mundo e tende a ser o mesmo. Com efeito, os técnicos indianos são reconhecidos como uns dos melhores do mundo. Então, por que há pessoas desnutridas e morrendo de inanição em Calcutá mas não em Zurique ou em San Francisco?

A diferença entre uma nação rica e uma nação pobre pode ser explicada exclusivamente por um único fator: a nação rica possui uma quantia muito maior de bens de capital do que uma nação pobre. Ao passo que na Índia um agricultor cultiva sua terra com duas vacas e um arado, nos EUA, um agricultor utiliza um trator e um computador. E, com esses bens de capital, ele é múltiplas vezes mais produtivo do que seu congênere indiano. O americano seria o Robinson Crusóé rico, que possui uma rede e uma vara de pescar; o indiano seria o Robinson Crusóé pobre, que utiliza as próprias mãos para colher alimentos. Quando um indivíduo tem de utilizar apenas o trabalho de suas mãos, e o produto que ele produz é utilizado

REFLEXÕES XVII

imediatamente para seu consumo final, ele é pobre. Quando este mesmo indivíduo passa a utilizar bens de capital, como tratores, computadores e vários tipos de máquinas – os quais só puderam ser construídos graças à poupança e ao subsequente investimento de outras pessoas –, ele pode multiplicar acentuadamente sua produtividade e, conseqüentemente, ser muito mais rico.

Quanto maior a estrutura de produção – isto é, quanto maior o número de etapas intermediárias utilizadas para a produção de um bem –, mais produtivo tende a ser o processo de produção. Por exemplo, se o bem de consumo a ser produzido é o milho, você tem de preparar e cultivar a terra. Você pode fazer tal tarefa com um arado ou com um trator. O trator moderno é um bem de capital cuja produção exige um conjunto de etapas muito mais numeroso, complexo e prolongado do que o número de etapas necessário para a produção de um arado. Conseqüentemente, para arar a terra, um trator moderno é muito mais produtivo do que um arado. Portanto, o processo de produção do milho será mais produtivo caso você utilize um trator (cuja produção demandou um processo de várias etapas) em vez de um arado (cujo processo de produção é extremamente mais simples).

Isto explica por que um trabalhador nos EUA ganha um salário muito maior do que um trabalhador na Índia executando a mesma função. O primeiro possui à sua disposição bens de capital em maior quantidade e de maior qualidade do que o segundo. Logo, o primeiro produz muito mais do que o segundo em um mesmo período de tempo. Quem produz mais pode ganhar salários maiores. Essa é a característica que diferencia um país rico de um país pobre.

As causas da riqueza– A única maneira de se favorecer as classes trabalhadoras e os mais pobres, portanto, é dotando-os de bens de capital, os quais são produzidos graças à poupança e ao investimento de capitalistas.

O que é um capitalista? Capitalista é todo indivíduo que poupa (que consome menos do que poderia) e que, ao abrir mão de seu consumo, permite que recursos escassos sejam utilizados para a criação de bens de capital.

REFLEXÕES XVII

Consequentemente, se um determinado país pobre quiser enriquecer, ele deverá criar um ambiente empreendedorial e institucional que garanta a segurança da poupança e dos investimentos. A primeira medida que ele tem a tomar é criar um ambiente propício ao empreendedorismo e à livre iniciativa.

A única maneira de se sair da pobreza é fomentando a poupança, permitindo o livre investimento da poupança em bens de capital, e estabelecendo um sistema de respeito à propriedade privada que favoreça a criatividade empresarial e a livre iniciativa. O que gera riqueza para um país é poupança, acumulação de capital, divisão do trabalho, capacidade intelectual da população (se a população for inepta, a mão de obra terá de ser importada), respeito à propriedade privada, baixa tributação, segurança institucional, segurança jurídica, desregulamentação econômica, moeda forte, ausência de inflação, empreendedorismo da população, leis confiáveis e estáveis, arcabouço jurídico sensato e independente, etc.

Em suma, é necessário haver um ambiente que permita que os capitalistas tenham liberdade e segurança para investir e desfrutar os resultados de seus investimentos (o lucro).

Um país que persegue os capitalistas, que tolhe a livre iniciativa, que não assegura a propriedade privada, que tributa os lucros gerados pelos investimentos, e que cria burocracias e regulamentações sobre vários setores do mercado é um país condenado à pobreza. Já um país que fomenta a poupança, que respeita a propriedade privada, que fornece segurança jurídica e institucional, e que permite a liberdade empreendedorial e a acumulação de bens de capital é um país que sairá da pobreza e em poucas gerações poderá chegar à vanguarda do desenvolvimento econômico.

A real solução para a pobreza não está em um sistema de redistribuição de renda comandado pelo governo. A solução está no aumento da produção. O padrão de vida de um país é determinado pela abundância de bens e serviços. Quanto maior a quantidade de bens e serviços ofertados, e quanto maior a diversidade dessa oferta, maior será o padrão de vida da população. Quanto maior a oferta de alimentos, quanto maior a variedade de restaurantes e de supermercados, de serviços de saúde e de educação, de bens como

REFLEXÕES XVII

vestuário, materiais de construção, eletroeletrônicos e livros, de pontos comerciais, de *shoppings*, de cinemas, etc., maior tende a ser a qualidade de vida da população. E só é possível aumentar essa produção se houver investimentos em bens de capital, em maquinários e ferramentas mais eficientes. O empreendedor da livre iniciativa, que faz investimentos capitalistas, é o verdadeiro herói da guerra à pobreza.

Conclusão- A pobreza é uma indústria e, em uma democracia, é sempre possível lucrar politicamente em cima dela. A exigência de que o governo “tome medidas” para acabar com a pobreza serve apenas para alimentar o crescimento de uma burocracia que suga para si própria grande parte dos frutos da renda nacional. Todo e qualquer ministério, programa ou secretaria criado pelo governo tem, em última instância, o objetivo de reduzir a pobreza.

A promessa de eliminação da pobreza tendo o Estado como agente solucionador é apenas um discurso puramente ideológico: não há nenhum mecanismo prático para lograr esse feito, a não ser a utilização daqueles meios que já foram criados pela própria expansão do capitalismo. Ou seja: a ação direta do governo servirá apenas para acrescentar mais um elemento parasitário ao arranjo econômico, aumentando os custos de uma burocracia cada vez mais paralisante, intrusa e contraproducente.

Em uma economia de mercado, acabar com a pobreza é algo quase que inevitável. Bastaria que o governo permitisse a progressiva acumulação de capital por parte dos empreendedores capitalistas. O resultado seria de tal grandeza que até o trabalho mais mal remunerado geraria renda mais do que suficiente para a subsistência. Mas, infelizmente, esse é um debate que a maioria dos intelectuais, por motivos ideológicos, se recusa a fazer. ●

Jesús Huerta de Soto: professor de economia na Universidade Rey Juan Carlos, em Madri, é o principal economista austríaco da Espanha. Autor, tradutor, editor e professor, ele também é um dos mais ativos embaixadores do capitalismo libertário.

Exploração da miséria: serviço social

Joel Pinheiro da Fonseca



Mais uma seca no Nordeste, e lá está a infame "indústria da seca". Em seu sentido próprio, ela designa a relação doentia entre os estados atingidos pela seca e o governo federal. A seca faz com que renda da União seja transferida para os governos dos estados afetados, supostamente para saná-la. Esses governos passam então a ter o incentivo de perpetuar a seca para garantir esse fluxo indefinido de recursos pagos pelo resto do país. Na mentalidade popular e na mídia, contudo, a

"indústria da seca" adquiriu um sentido mais amplo: todos aqueles que de alguma maneira se beneficiam da existência da seca; mesmo quem vende água aos agricultores.

Vejam que crime terrível: em uma região que está desesperadamente sem água, e que precisa dela para viver e produzir, chegam pessoas... vendendo água! E pior: o preço dessa água vendida no coração do semiárido, onde não se vê uma boa chuva há anos e onde o gado morre de sede, é maior do que o preço d'água no meio de uma cidade em que ela abunda nos mercados e via tubulação. Sórdido, né? Bem, seria sórdido se os vendedores fossem culpados pela seca que os faz lucrar. Mas não são. Na verdade, eles são parte do mecanismo de combate aos efeitos da seca.

Primeiro, o óbvio: o valor de um bem, tudo o mais constante, é maior onde ele é mais escasso. Escassez aqui não se refere à quantidade objetiva, mas à relação dessa quantidade com os desejos dos consumidores. Essa é a velha lição que Menger nos ensinou em 1871: o valor de uma unidade de um bem para um dado indivíduo (e o preço de



REFLEXÕES XVII

mercado é a resultante das transações entre indivíduos guiados por suas escalas de valor) é o valor que ele atribui à necessidade menos importante que aquela unidade pode satisfazer. Do que terei de abrir mão se não tiver acesso àquela unidade do bem? Esse é o valor daquele bem para mim.

No meio da cidade, perder 100 litros d'água é um pequeno inconveniente, pois o desejo que se deixa de satisfazer é pouco importante: uma pessoa toma um banho a menos, por exemplo (graças ao dinheiro, a perda d'água não precisa significar menor uso d'água; podemos comprar água extra e sacrificar o uso de algum outro bem com o mesmo preço). No meio do sertão durante a seca, é calamitoso, pois pode significar a morte prematura de um boi ou cavalo necessários à sobrevivência de uma família.

A necessidade menos importante que 100 litros d'água satisfazem no sertão é muito importante se comparada àquela que é satisfeita pelos mesmos 100 litros na cidade; por isso, o preço da água é mais alto no sertão. Isso cria uma oportunidade de lucro. Alguns empreendedores, conhecendo a situação no sertão, inferiram que os agricultores estariam dispostos a pagar mais pela água do que ela custa em outros lugares. Estavam certos, como o preço de suas vendas mostrou. Essa diferença de preços envia um sinal para os demais participantes do mercado: há relativamente pouca água chegando aos moradores do sertão. O "pouco" aí, assim como todo termo avaliativo usado em economia, não é uma medida física, e sim relativa aos desejos da população. Para quem mora mais perto de locais com água em abundância, por que não alugar um caminhão-pipa e levá-la para ser vendida no interior? Muitos já o vêm fazendo; levar água para o sertão "virou um negócio tão rentável, que há pessoas vendendo até automóveis para comprar caminhões-pipa".

É justamente esse processo que ameniza a carestia. Os diversos agricultores que compraram a água estão melhor agora do que se não tivessem comprado e passado por um aperto ainda maior – a prova disso é que aceitaram pagar o preço cobrado. Outros fizeram o juízo contrário e não aceitaram o preço; para esses a presença dos vendedores àquele preço é indiferente. Conforme o processo se intensifica – conforme mais gente tenta lucrar buscando meios de

REFLEXÕES XVII

satisfazer essa demanda por água – os problemas oriundos da seca são reduzidos, podendo, no limite, ser sanados.

Sabendo que a seca é recorrente, faria sentido instalar uma operação regular de envio d'água ao sertão. Quem sabe até uma tubulação para irrigar campos? Seria uma possibilidade de empreendedorismo, se os custos não forem ainda maiores do que a receita esperada, e se o Estado o permitir.

A tendência desse processo é fazer com que o preço d'água fique estável – oscile menos – no tempo e no espaço, eliminando assim as possibilidades de lucro. A diferença grande dos preços atualmente faz com que os comerciantes, buscando o lucro, levem novos caminhões-pipa ao sertão, aumentando a oferta d'água, e baixando assim seu preço. Enquanto for lucrativo levar água para lá, haverá um incentivo a se fazê-lo. Ao mesmo tempo, essa água que está sendo levada para o sertão está sendo comprada em outros lugares, onde ela é mais barata. Com o aumento de demanda, seu preço nesses lugares subirá. O negócio de comprar água na cidade e levá-la para os fazendeiros valerá a pena até que a receita conseguida com a venda da água equivalha aos gastos de se comprá-la, armazená-la e transportá-la ao sertão corrigidos por uma taxa de desconto relativa ao tempo que essa operação demora (e, só pra não faltar nada, corrigida também por um fator de risco associado ao negócio: por exemplo, o risco do carro quebrar ou colidir no caminho).

No mundo real, mudanças ocorrem a todo o momento e todo mundo tem informações parciais e opiniões diferentes sobre o estado do mercado. Esse preço de equilíbrio mítico, portanto, nunca é alcançado, pois muda a todo instante. Se voltar a chover, os fazendeiros não estarão dispostos a pagar tão caro pela água trazida de longe, o preço dela no sertão cairá, e os donos de carro-pipa procurarão outra coisa para fazer. Sejam quais forem as condições da realidade ou quão rápidas suas mudanças, o processo de mercado, ou seja, a organização da produção via preços definidos pela escassez relativa dos diversos bens na estimação dos consumidores, está sempre gerando as informações e os incentivos para que as demandas dos consumidores sejam atendidas da forma mais eficiente possível.

REFLEXÕES XVII

Pelo preço atual, vale a pena levar água de carro ao sertão, mas provavelmente não vale a pena ser um fazendeiro tendo que pagar o preço dessa água; sua fazenda fica deficitária. Conforme o processo de mercado vai fazendo os preços caírem, talvez a atividade agrícola vai tornando-se lucrativa. Por outro lado, é também possível que os custos envolvidos nesse transporte superem o valor que permitiria aos fazendeiros ter uma lavoura ou pecuária lucrativas. Se esse for o caso, qual a solução?

De duas, uma: ou a lavoura dos fazendeiros, embora deficitária nas épocas de seca, ainda é, em longo prazo (levando também em conta as épocas de chuva), lucrativa. Nesse caso, vale a pena enfrentar a seca e esperar a bonança voltar. Ou então a agricultura deles é deficitária em longo prazo, e daí a melhor opção é abandonar o investimento e procurar outra maneira de se sustentar. É essa a escolha que fizeram e fazem os retirantes nordestinos que vão às grandes cidades em busca de trabalho.

Se essa hipótese se comprovar, então os produtos que os agricultores do semiárido produzem não pagam os custos da água (e demais insumos) de que eles precisam. Em outras palavras, a demanda pelo produto desses insumos nessa linha de produção é menor do que a demanda pelos produtos que esses insumos poderiam produzir em outras linhas de produção – e é por isso mesmo que eles custam caro. O benefício da água talvez não justifique os custos de transportá-la, ou talvez justifique. Provavelmente justificará para uns e não para outros. Felizmente, essa decisão cabe apenas aos envolvidos nessas trocas, e apenas no que diz respeito a suas propriedades. Os preços servem como indicadores e incentivos nessa tomada de decisão.

As falhas da alternativa estatal – É aí que a verdadeira indústria da seca – a estatal – entra em jogo. E vem para atrapalhar o processo. O Estado mantém os agricultores sob a eterna promessa de que trará água de graça ou subsidiada, destinando bilhões de reais para sustentar empreendimentos caríssimos, quando talvez a melhor solução para muitos deles fosse fazer o que tantos outros já fizeram: deixar a região. O custo de se criar animais em zonas secas pode ser proibitivo. Qual é o intuito em se manter gente lá especificamente para esse fim, sendo que isso requer desviar

REFLEXÕES XVII

recursos que poderiam ser destinados a outros fins, produzindo bens e serviços demandados com mais urgência?

Em épocas remotas, quando a produtividade humana dentro e fora das fazendas era baixa, valia a pena ter um roçado no meio do semiárido (e talvez ele fosse menos árido? Mudanças no clima geram mudanças econômicas). Hoje em dia, com o aumento da produtividade do trabalho e da agricultura moderna, ficar no antigo roçado é uma decisão que pode valer a pena do ponto de vista afetivo e sentimental (ou seja, como opção de consumo, e não de investimento), mas que certamente terá custos pesados para o nível de consumo de outros bens desses agricultores. E não há nada errado nisso, se for o que elas quiserem. Mas também não é razoável que o resto da sociedade tenha de gastar parte de sua produção para sustentar essa escolha de consumo.

Água em meio à seca do sertão custa caro em dinheiro; em votos ela sai barata. O governo gasta o que não produz para levar água de graça e prolongar o problema crônico de pessoas que vivem em lugares onde a produção de alimento custa mais do que vale. Fazendo-o, os políticos garantem seus votos; são vistos ainda como benfeitores.

Imagine se o governo egípcio decidisse bancar uma migração em massa para o meio do deserto, com fins de plantar tomates. Dá para fazer? Dá. Custa muito dinheiro, mas dá. A questão é que, para a sociedade, o saldo é negativo: para manter esses pobres agricultores em estado crônico de precariedade e dependência, gasta-se um valor maior do que eles são capazes de produzir ali. Não fosse assim, a intervenção do Estado não seria necessária, pois o processo de mercado, com seus lucros e prejuízos, daria conta.

Mesmo com essas considerações, muitas pessoas se revoltam com a ideia de água sendo vendida caro a fazendeiros pobres. Ora, e quem disse que o preço é alto? O preço é alto, leitor, apenas se comparado ao preço que você paga, numa cidade com toda uma infraestrutura para abastecê-lo. Se essa infraestrutura por algum motivo ruísse, o preço seria outro. A experiência pessoal de muitos, e o desejo por um mundo de abundância, fazem-nos vítimas fáceis de uma ideia equivocada: a do preço justo. A ideia de que todo bem teria um

REFLEXÕES XVII

valor cognoscível, calculável e imutável, que existiria fora do processo de compras e vendas. Um valor "razoável", que parecesse vantajoso para compradores e vendedores sempre.

O mito do preço justo– Não existe um preço justo. O que existe são os diversos preços que emergem das trocas entre pessoas. Mesmo o preço único, homogêneo, que vale para diversas unidades do mesmo bem dentro de um supermercado, é, ele próprio, apenas uma maneira que o comércio inventou de facilitar as trocas. Para não ter que negociar com cada novo comprador, o dono do estabelecimento oferece o bem sempre àquele preço. Microvendedores como camelôs ou feirantes muitas vezes não adotam essa estratégia, e preferem a flexibilidade de negociar seus preços a cada transação. Cada troca é um evento único e não repetível, cujas condições podem ser muito diferentes de uma para outra. No fim de uma feira livre, uma dúzia de maçãs perfeitamente boas pode sair bem mais em conta do que maçãs similares no supermercado a três quarteirões dali. É tudo uma questão das diferentes oportunidades e avaliações do mesmo bem pelas partes envolvidas. O máximo que podemos fazer é falar de um preço médio que vigora num local num determinado período. Mas esse preço médio é uma medida aproximada, antes um efeito do que uma causa, dos preços negociados em cada transação pelos participantes do mercado (que podem, contudo, usar a informação do preço médio passado para chegar a um preço atual; aposta que, como qualquer outra, pode dar certo ou errado).

Fora desse processo, é possível que algum governante queira determinar um preço considerado "justo"; o preço do mesmo bem em outras condições, por exemplo. Decreta-se que o preço justo da água é o preço dela naqueles meses em que chove em abundância e os poços estão cheios, ou o preço da água nos últimos anos numa cidade próxima. Pior ainda: o critério do preço justo pode ser o desejo louvável de que todos possam usar muita água e pagar pouco.

O que ocorrerá na seca? Ninguém querará vender água no meio rural – ao menos legalmente – pois o lucro a ser auferido será muito pequeno ou nulo. Além disso, os próprios usuários da água não terão incentivo para restringir sua demanda; comprarão e usarão mais água do que se tivessem que arcar com os reais custos da

escassez relativa dela. O preço determinado pelo Estado comunica uma informação falsa acerca da escassez relativa do bem, levando assim a ações que o usam de forma irracional.

O fato da troca justa– Não cabe falar em preço justo ou injusto. Podemos, contudo, falar em trocas justas e injustas. Quando um comerciante engana um consumidor acerca de seu produto, ou quando uma das partes é obrigada a realizar uma transação contra sua vontade, temos uma troca injusta. A venda d'água acima comentada não tem nada disso.

O critério primordial para saber se uma troca é justa é simples: nela, ambas as partes consideram que sairão ganhando; isto é, que estarão melhores com a troca do que sem ela. E como sabemos se alguém se beneficiou de uma troca? Para o vendedor d'água, é fácil comprová-lo: ele saiu com um bom lucro. E para o agricultor? A escolha dele era entre comprar aquela água ou passar ainda mais tempo sem ela, comprometendo assim uma parcela maior de seu rebanho ou plantio. Se ele escolheu comprar, é porque considerou vantajoso abrir mão daquele valor em dinheiro e garantir a sobrevida de sua fazenda. Ele também saiu ganhando.

Em tempos de chuva, é verdade, ele nunca aceitaria tal transação. Mas a situação atual não é de chuva, e sim de uma seca de intensidade inédita. Dada essa condição, vale a pena, para muitos, comprar água a R\$ 180 o carro-pipa. A prova disso é que eles têm, de fato, comprado. Se o caminhão-pipa oferecesse água dez vezes mais caro, não estariam dispostos a comprá-la. O ofertante, mesmo na situação de uma demanda aguda, não é o senhor sobre o preço: ou seu preço se adapta às condições atuais de oferta e demanda, ou ele não vende. O vendedor de água não está fazendo nenhum favor ao agricultor; este também não está, por outro lado, sendo enganado ou injustiçado. Ele sem dúvida preferiria ter água de graça; mas, naquelas condições, era mais vantajoso pagar caro por ela do que passar sem ela. O vendedor, por sua vez, preferiria vender o conteúdo de seu carro-pipa a mais de R\$ 1,8 mil. Teve que se contentar com R\$ 180.

O vendedor d'água não está fazendo caridade (embora ele possa também fazê-la). Ao mesmo tempo, a transação não é injusta. Ela

REFLEXÕES XVII

está estritamente dentro dos limites da justiça nas trocas, que determina que ambas as partes saiam beneficiadas. Para isso, é necessário que elas não mintam acerca das características daquilo que oferecem e não obriguem a outra parte a aceitar os termos. Sendo assim, a troca cria valor para ambas, e a prova disso é que ela foi livremente aceita.

Caridade não é solução- A raiz da revolta contra os "exploradores da miséria" surge parcialmente, creio, de um sentimento bom: quando alguém passa uma necessidade muito maior do que o patamar que se considera normal, o bom, o virtuoso, o generoso, é ajudar a pessoa. Não tenho dúvida de que a melhor ação num caso desses seria, de fato, prestar ajuda gratuitamente. Os vendedores "poderiam" cobrar menos e se contentar com um lucro menor, ou mesmo doar água gratuitamente. É verdade; assim como você "poderia", gentilmente, pedir uma redução salarial em seu emprego para baratear o produto final e ajudar os consumidores. É uma boa ação, mas que seria contraprodutiva se desempenhada por todos sempre.

Pensemos nas implicações dessa caridade unilateral caso ela virasse política universal dos empreendedores. Imagine se adotássemos a caridade como princípio básico na relação com os desafortunados; isto é, com aqueles que por algum motivo têm um nível de consumo inferior ao considerado aceitável pela sociedade em que vivem (e isso pode variar muito! O pobre europeu tem um nível de consumo invejável para o pobre brasileiro, que por sua vez é rico se comparado ao pobre zimbabuano). Alguém passa necessidade? Então que receba prontamente aquilo de que carece. O efeito dessa caridade automática voltada a bens de capital (como a água usada para a produção agrícola) em larga escala seria impossibilitar, ou ao menos dificultar, que se sanassem as causas da pobreza.

A causa da pobreza é o fato de alguém encontrar-se impossibilitado de produzir o valor de que precisaria para atingir um nível de consumo considerado adequado. Se mantivermos, por caridade, os bens de capital artificialmente baratos (ou mesmo gratuitos), garantiríamos ao produtor um lucro artificial, sem resolver as causas de sua baixa produtividade. E mais: esses preços subsidiados criariam um incentivo espúrio para que mais pessoas entrassem

nessa linha de produção deficitária, que destrói valor. Isso pode até agradar ao ego de alguns benfeitores, que teriam vítimas cativas para sua caridade; mas não seria uma solução para o problema. Seria um processo custoso manter esses agricultores produzindo, arcando caridosamente com os prejuízos de sua produção, e perpetuando o uso ineficiente dos recursos. É o que ocorre sempre que o Estado oferece recursos ou capital abaixo do preço de mercado a um empreendimento (que pode ser um pequeno agricultor do sertão ou uma megaempresa que recebe empréstimo do BNDES).

Imaginemos agora o resultado que se segue para uma empresa específica se ela tentar adotar a caridade como a política primária de sua operação. Se uma empresa tem lucro, isso significa que o preço dos bens de capital por ela utilizados é inferior ao preço do produto final que ela vende. Como o preço dos bens de capital é determinado pelo preço esperado dos produtos finais que com eles podem ser produzidos, o uso lucrativo deles tenderá a aumentar o preço dos bens de capital usados naquela linha produtiva. O sujeito lucra vendendo água: então mais gente querará vender água também; os meios de produção desse empreendimento (automóveis, combustível e água) serão mais demandados, e seu preço subirá. Seu preço subirá até o ponto em que o lucro do empreendimento cesse, pois a partir desse ponto não valerá a pena demandar mais unidades desses bens de capital para usar nesse processo produtivo.

Conforme esse processo se desenrolar, o lucro das empresas que praticam o preço de mercado tenderá a zero. Dado que a empresa caridosa em questão pratica um preço inferior ao do mercado (supondo que essa seja sua política constante), ela será levada ao prejuízo. Um processo deficitário ou morre por falta de recursos ou depende de recursos vindos de alguma outra fonte para perpetuar-se. Esses recursos só podem vir de uma fonte lucrativa, pois se não fosse lucrativa, não teria com o que manter-se em existência e ainda doar dinheiro para outras causas. A instituição que vive de fazer caridade vira dependente, ela própria, da caridade alheia. Isso não é uma crítica, pois não há nada errado em viver de caridade, especialmente se se fizer coisas boas. É apenas uma observação.

Conclusão: toda atividade caridosa depende da existência de atividades lucrativas (isto é, não caridosas) para existir, e só existe enquanto financiada por elas. Uma mesma pessoa pode fazer caridade num momento e exercer uma atividade lucrativa em outro; ele é financiador num momento e financiado em outro. Isso não muda o resultado: caridade de um lado requer lucro de outro. Frades católicos, que realizam muitas obras de caridade pelo mundo, dependem de doações de outros fieis. ONGs dependem de patrocínios. E o Estado depende de impostos. Em todos os casos, há uma fonte lucrativa (ou seja, que busca o lucro ao preço de mercado, pois se não o fizesse não seria lucrativa) que, com parte de seu excedente, sustenta a atividade caridosa.

A caridade é necessária para a vida humana neste mundo, e é com razão que apela para nosso lado generoso. No entanto, não é e nem pode ser a base da interação social; ela própria depende de um sistema de trocas (ou seja, um mercado) no qual agentes busquem o lucro. Ela nunca será um substituto do mercado e da busca pelo lucro, pois sem eles ela também não existiria.

Indignação arbitrária- Há uma boa dose de manipulação emocional nessa história de condenar alguns empreendedores, seletivamente, como exploradores da miséria. A rigor, todo e qualquer prestador de serviço remunerado é um "explorador da miséria". Os supermercados e restaurantes exploram a minha miséria; sabem que eu careço de meios para produzir minha própria comida; por isso vendem-na para mim. Deles dependo para não morrer de fome, e não pensem que cobram barato. Cobram o preço condizente com a escassez relativa das comidas que compro; quando um vegetal sofre quebra de safra, seu preço aumenta.

Há até mesmo exploradores de miséria que são universalmente amados. Na verdade, um dos maiores exploradores da miséria alheia é também uma das figuras mais respeitadas do mundo. Aquela pessoa a quem recorremos nos momentos de maior fragilidade, quando nossa própria vida, ou a de nossos entes queridos, está em risco; momento no qual ele aproveita para oferecer seus serviços e cobrar um preço alto por eles: o médico.

Um bom médico provê serviços bastante escassos no mercado; e por

REFLEXÕES XVII

isso cobra caro. Ou melhor: cobrava caro. O motivo que levou os serviços médicos a baixarem de preço, de modo que cada vez mais gente tenha acesso à saúde privada, não foi a caridade dos médicos, mas a lei do mercado: quanto maior a oferta, menor o preço. Quanto mais gente buscando a remuneração de ser médico, menor essa remuneração. É o mercado em funcionamento, aumentando a oferta do que era escasso.

Dado que a miséria, ou seja, a necessidade extrema por algum bem, existe, aqueles que fornecem justamente esse bem aos miseráveis deveriam ser incentivados ou perseguidos? Os liberais e libertários dizem, sem sombra de dúvida, que devem ser incentivados. Devem ser louvados como heróis ou santos? Não; ao menos não por isso. Mas também não fazem nada de injusto; oferecem trocas mutuamente vantajosas para aqueles que querem os bens que eles oferecem. Beneficiam-se da miséria alheia? Seria mais correto dizer que se beneficiam justamente porque ajudam a sanar a miséria alheia.

É graças a esses e todos os outros exploradores de miséria que nossa vida é menos miserável. Por sorte, a maioria de nós vive em lugares nos quais há tanta gente explorando nossa sede que já não passamos sede. Que o mesmo possa ocorrer no sertão do Nordeste; que a indústria estatal da seca ceda lugar à indústria privada de combate à seca! ●

Joel Pinheiro da Fonseca: mestre em filosofia.

Mein Kampf e o paradoxo do direito autoral

Thiago Guterres



Na Alemanha, assim como no resto da Europa e também no Brasil, o direito autoral expira 70 anos após a morte do autor. Passado esse prazo, a obra entra em domínio público e ninguém mais precisa pedir permissão para reproduzi-la. É o que acaba de acontecer com *Mein Kampf*, o manifesto autobiográfico de Adolf Hitler, cujos direitos expiraram em 31 de dezembro de 2015.

Desde a morte do ditador alemão, o estado da Bavária, que titularizava os direitos sobre o livro, se recusava a autorizar a reimpressão da obra sob o pretexto de evitar propagação de ideias nazistas. Se, por um lado, o fim do prazo de validade dos direitos permitirá a publicação de importantes edições acadêmicas, por outro, também viabilizará edições bem menos honestas de grupos neonazistas. Afinal, o traço característico do domínio público é a possibilidade de qualquer pessoa fazer uso da obra da forma que bem entender, independentemente de autorização ou remuneração. A republicação do livro é controversa, despertando o debate sobre liberdade de expressão para discursos odiosos.

Desde já, antecipo que estou do lado daqueles que defendem a liberdade de expressão absoluta, até para os textos mais repulsivos, como é o caso de *Mein Kampf*. Mas o foco aqui não é a defesa da publicação do livro, agora em domínio público, mas o passado de controle e censura possibilitado pela legislação de direitos autorais.

O fato de uma lei – que a Suprema Corte americana já rotulou de "motor da liberdade de expressão" – poder ser utilizada como instrumento de censura é o que o professor Melville Zimmer chamou, ao seu tempo, de um "paradoxo largamente ignorado". A história do livro de Adolf Hitler nos dá exemplos desse paradoxo.

Como considero a relação entre *copyright* e liberdade de expressão inconciliável, espero que a compreensão deste conflito, a partir do exemplo de *Mein Kampf*, ajude a mudar a perspectiva do debate sobre liberdade de expressão para incluir o necessário questionamento das leis de direitos autorais.

Dois momentos dessa história merecem análise. Um deles é a própria decisão do governo bávaro de não autorizar novas edições de *Mein Kampf*. O outro é anterior à guerra e se refere a uma disputa judicial em que o Fuhrer, exercendo seus direitos de autor nos EUA, saiu vencedor. Começemos por este.

Direito autoral como instrumento de censura e controle de *Mein Kampf*- O caso teve como protagonista um jornalista chamado Alan Cranston, posteriormente senador nos Estados Unidos por mais de duas décadas (1969-1993). No final dos anos 1930, Cranston prestou serviços como correspondente internacional na Europa para a agência de notícias International News Service (INP). Fluente em alemão, o jovem repórter teve a oportunidade de ler *Mein Kampf* quando ainda inexistiam traduções em inglês para o público americano. De volta aos EUA, Cranston se indignou ao folhear uma versão bastante resumida do livro de Hitler em uma livraria de Nova York, inteiramente editada para tornar o texto do líder nazista mais palatável aos leitores americanos.

Cranston então sugeriu a um amigo editor a publicação de uma versão própria, condensada em apenas 32 páginas, destacando justamente os trechos deploráveis que o editor americano de Hitler havia estrategicamente expurgado. O autor ainda incrementou o livro com comentários desmascarando a propaganda hitlerista. Por fim, a edição garantia: "nenhum centavo de *royalty* para Hitler".

Ao preço de 10 centavos de dólar (o livro oficial era vendido por 3 dólares), a obra de Cranston vendeu 500 mil unidades em apenas 10 dias. Houghton Mifflin, a editora americana de Hitler, imediatamente processou Alan Cranston por infração de direitos autorais. Um juiz de Connecticut atendeu ao pedido e determinou a imediata suspensão da distribuição da edição antinazista. O ano era 1939, poucos meses antes da invasão alemã à Polônia. Em um momento crítico da história, a população americana foi

REFLEXÕES XVII

impossibilitada de conhecer o verdadeiro pensamento do líder nazista e seus planos de conquista da Europa.

O segundo momento de destaque ocorre ao fim da guerra e persiste nos 70 anos seguintes. Após a morte do ditador alemão e o fim do regime nazista em 1945, coube aos Estados Unidos decidir o que fazer com o livro, já que o último endereço de Hitler havia sido em Munique, território ocupado pelos americanos. Os direitos foram passados ao estado da Bavária, que jamais permitiu novas impressões da obra. A decisão só contribuiu para criar uma aura mística sobre o livro. O difícil acesso ao texto impediu seus leitores, especialmente os alemães, de repudiá-lo.



É preciso ressaltar que *Mein Kampf* não foi banido da Alemanha. Não era ilegal possuir o livro nem vender ou comprar. Edições antigas sempre estiveram à disposição em sebos e bibliotecas e, mais recentemente, na *internet*. E o governo bávaro nem sempre foi bem-sucedido em impedir a publicação da obra fora da Alemanha. De qualquer modo, se é verdade que a proibição não impediu totalmente a circulação do livro, limitou imensamente o acesso à obra e, principalmente, a edições acadêmicas com abordagem crítica.

O que a história do livro revela – e esse é o ponto que importa destacar – é como a legislação de direitos autorais pode ser utilizada de várias maneiras para controlar o acesso da sociedade ao que pode ser lido. Em momentos distintos, e por razões diversas, vetou-se a divulgação de visões alternativas sobre a principal fonte da ideologia nazista.

Vejamos como a aplicação da lei permitiu esse controle. Afinal, como uma norma que supostamente deve incentivar a disseminação de ideias pode ser usada para reprimi-la de forma explícita?

O inconciliável paradoxo do direito autoral– Diz-se que o direito autoral deve ponderar dois interesses contrapostos. De um lado, o dos autores, que mereceriam proteção a suas obras para ser remunerados e continuarem a ter incentivo para produzir. De outro,

REFLEXÕES XVII

o da sociedade, que deveria ter acesso ao conjunto de obras culturais disponíveis tanto para consumo como para a criação de novas obras. Esse equilíbrio, bem estabelecido, supostamente fomentaria a liberdade de expressão de nossa sociedade nos diversos campos das artes, ciência e literatura.

Para balancear esses interesses, as leis proíbem, como regra, a reprodução de obras alheias sem autorização do autor, mas admitem excepcionalmente o uso não autorizado para atender certos fins sociais, informativos e educacionais, especialmente quando feitos sem fins lucrativos. Essa é a tônica da lei no mundo inteiro, incluindo o Brasil.

O que salta aos olhos no caso de *Mein Kampf* é que nenhuma interpretação da legislação de direitos autorais que levasse em conta seus fundamentos principais poderia logicamente justificar a supressão da liberdade de expressão nos dois momentos relatados. E, ainda assim, ela ocorreu. Cranston obviamente não quis se apropriar da obra de Hitler, pegando carona no sucesso alheio, mas acentuar seus trechos mais ignóbeis com nítida intenção de crítica. É verdade que ele poderia ter escrito um livro diferente, apontando as omissões do livro oficial com suas próprias palavras. Mas a mensagem não seria eficaz. Cranston entendeu que para fazer com que seus leitores repudiassem o autor, bastaria acentuar algumas passagens do livro. Essa sua maneira de transmitir uma ideia foi limitada e o meio jurídico para isso foi a legislação de direito autoral.

Também a posição do governo da Bavária não tem justificativa nos fundamentos do direito autoral. O direito de não autorizar publicação decorre do direito do autor de escolher, de acordo com sua conveniência, como e quando lucrar com a obra. O governo bávaro jamais se preocupou com isso. Usou a lei apenas porque ela não exige justificativa para negar autorização. Era a alternativa mais fácil para, em seu juízo, impedir a propagação daquelas ideias. Simples censura prévia.

Infelizmente, durante todo esse período, não se tem notícia de um debate no qual tenha havido contestação não apenas da postura inflexível dos membros do governo da Bavária, mas do próprio

instrumento jurídico que permitiu tal controle.

Nota-se, assim, que por mais que os direitos do autor sejam limitados pela própria lei que os concedeu, tais limitações são sempre interpretadas de forma estreita. Uma dessas limitações foi arguida, em 2012, pelo editor britânico Peter McGee para defender sua publicação de *Mein Kampf* (sob o título *Das unlesbare Buch* — "O livro que não pode ser lido") em ação movida contra ele pelo Estado da Bavária. A edição, sustentava McGee, era um trabalho científico que continha apenas 1% de excertos do texto original e, portanto, se enquadraria na exceção para citação contida na lei alemã de direitos autorais. O Tribunal Regional de Munique, porém, decidiu contra a publicação. Segundo os juízes, a versão ia muito além do escopo da exceção de citação, tratando-se de uma obra com meros extratos do original acompanhados de algumas anotações informativas.

Esse é o paradoxo do direito autoral: a lei que deve promover a liberdade de expressão é a mesma usada para limitá-la severamente. Digo que é inconciliável porque o equilíbrio entre os direitos contrapostos estabelecidos pela lei depende da interpretação de juízes e também da disposição dos criadores e distribuidores de obras intelectuais de enfrentar batalhas judiciais para fazer valer seus direitos. O fardo que essa insegurança representa para a liberdade de expressão é imensurável.

Embora muitos escritores associem esse fardo ao advento da *internet* e à extrema facilidade que se tem hoje de reproduzir e compartilhar obras culturais em arquivos digitais, percebe-se que esse conflito não é algo do nosso tempo. O que a *internet* exacerbou foi a identificação desse paradoxo pelo cidadão comum, hoje não mero consumidor, mas produtor e distribuidor de conteúdo em canais como YouTube e Soundcloud e redes sociais como Instagram e Facebook, sem falar nas plataformas ilegais de compartilhamento P2P, como Popcorn Time e Stremio. Para os jovens que fazem uso dessa tecnologia, a natureza irremediável do choque entre direito autoral e liberdade de expressão é evidente.

Desde o trabalho pioneiro de Melville Nimmer, muitos estudiosos passaram a se dedicar ao conflito entre direito autoral e liberdade de

expressão. Hoje, embora exista consenso no meio acadêmico de que a aplicação da lei já impõe um custo muito maior do que o incentivo que ela pretende fornecer, a grande maioria ainda acredita que meros ajustes legais podem ser suficientes para resolver esse desequilíbrio (basicamente aumentando as hipóteses legais de uso não autorizado). Ignoram, contudo, os efeitos inibidores da insegurança jurídica gerada pelas variadas interpretações da lei.

Isso sem falar no fato de que leis de propriedade intelectual são atrativas ao *rent-seeking*²², como indica a última expansão do prazo de direitos autorais nos Estados Unidos, em 1998 (a lei foi denominada sarcasticamente de Mickey Mouse Protection Act, pois foi patrocinada, dentre outros, pela Disney em face da iminente perda dos direitos sobre o famoso ratinho). Em vez de empregar recursos em inovação, grandes corporações muitas vezes julgam ser mais eficaz investir em *lobby* no Congresso.

Conclusão– O debate despertado pelo domínio público de *Mein Kampf* vem rendendo inúmeras manifestações em defesa da liberdade de expressão, inclusive para textos execráveis como o manifesto de Hitler. Proponho incluir o questionamento sobre direitos autorais porque a trajetória de *Mein Kampf*, dentre inúmeros outros exemplos, expõe a impossibilidade de se conciliar um privilégio estatal com uma liberdade negativa, como a liberdade de expressão.

Se tais direitos não podem conviver, a defesa da liberdade de expressão plena vai depender de revisitarmos os fundamentos éticos e principalmente econômicos que justificam as leis de direitos autorais, para eliminar de uma vez por todas a retórica do direito autoral como propriedade. Cabe aos seguidores da Escola Austríaca, especialmente, aprofundar esse debate, uma vez que o argumento econômico predominante na defesa da propriedade intelectual é a

²² ***Rent-seeking***: Na economia, *rent-seeking* ou busca de renda é uma tentativa de derivar renda econômica pela manipulação do ambiente social ou político no qual as atividades econômicas ocorrem, em vez de agregar valor. Um exemplo de *rent-seeking* é a limitação do acesso a cargos qualificados imposta pelas guildas medievais.

REFLEXÕES XVII

defeituosa teoria dos bens públicos.

Isso não significa que as declarações feitas em prol da publicação não tenham um papel importante no atual contexto do livro. Muito pelo contrário. A liberdade ainda está em risco mesmo com o fim do prazo de validade dos direitos, pois há quem considere a publicação do livro incitação ao ódio racial, o que é definido como crime em muitos países.

O direito autoral, como vimos, é instrumento de censura, mas certamente não é o único. *Mein Kampf* precisa ser publicado, em edições livres, manipuladas ou não. O mal precisa ser exposto para ser contraposto. Só o enfrentamento intelectual nos livrará de ideologias criminosas.

Para citar conhecida frase de Ludwig von Mises, "*ideias, e apenas ideias, podem iluminar a escuridão*". ●

Thiago Guterres: pós-graduado em Gestão e Business Law pela FGV/Rio e Mestre em Inovação, Tecnologia e Direito pela Universidade de Edimburgo.

Por que a democracia precisa de aristocracia

Marcia Christoff-Kurapovna



Sêneca, o filósofo romano, relata a história do assassinato de Calístenes por Alexandre, o Grande, como sendo o "crime eterno" do líder macedônio. Escreveu Sêneca em sua enciclopédia *Naturales Quaestiones*:

Sempre que alguém disser que 'Alexandre matou vários milhares de persas', a contrarresposta será: 'E matou Calístenes também'. Quando alguém disser que 'Alexandre matou Dario, que possuía o maior reinado da época', a resposta será: 'E ele matou Calístenes também'. Quando alguém disser que 'Ele conquistou tudo o que havia sobre a terra até o oceano... e estendeu seu império desde uma esquina de Trácia até as fronteiras mais longínquas do Oriente', a resposta será: 'Mas ele matou Calístenes'. Embora ele tenha ido muito além das façanhas de todos os generais e reis que o precederam, dentre todas as coisas que ele fez nada será tão grande quanto esse seu crime.

Essa anedota resume dramaticamente aquilo que já foi considerado a mais sublime criação da civilização ocidental: o indivíduo aristocrata, celebrado desde os filósofos romanos, passando pelos ingleses do século XVIII, como Gibbon, até chegar aos americanos do século XIX, como Emerson. Desde o apogeu daquela visão prometeica sobre o imensurável potencial do indivíduo – que fez de um Calístenes alguém mais importante do que todo um exército – até chegarmos à visão degenerada do indivíduo como um ser inevitavelmente fraco, cujo interesse próprio é quase sempre malévolo e cuja dignidade é inevitavelmente desvalida, poucas ideias ocidentais foram mais aviltadas e sujeitadas a uma implacável destruição do que a noção de indivíduo.

Com efeito, nada é mais banal e clichê do que vituperar (**Vitupério**:

REFLEXÕES XVII

palavra, atitude ou gesto que tem o poder de ofender a dignidade ou a honra de alguém; afronta, insulto) contra a noção de individualismo, e caluniá-la como sendo algo inerentemente pecaminoso e moralmente errado. O "si próprio" passou a ser visto como um repositório de vergonha viva, culpa, ganância e atitudes antissociais.

É essa moderna e deturpada noção de "individual" que fez com que os problemas maciços enfrentados por todas as democracias ocidentais deixassem de ser fundamentalmente políticos e se tornassem majoritariamente filosóficos. E tal realidade, por sua vez, resultou de uma confusão acerca de dois conceitos completamente distintos de democracia: há a democracia aristocrática – que foi aquela que os pais fundadores dos EUA tinham em mente – e há a democracia igualitária, que é justamente essa que criamos e na qual vivemos, e que está nos colocando em perigo.

Foi o próprio Thomas Jefferson quem disse que os cargos públicos deveriam ser exercidos por "*aristoi naturais*" e que a educação em uma República deveria ser "democrática e aristocrática". Também é válido lembrar os receios quase obsessivos de James Madison e Alexander Hamilton sobre uma "oclocracia", bem como a repulsa de ambos à ideia de democracia direta. (Escreveu John Randolph: "*Quando falo em povo, tenho em mente apenas a parte racional dele. Os ignorantes e vulgares são incapazes tanto de julgar as modalidades de governo quanto de controlar suas rédeas*").

Para ficar bem claro: "igualitário" não significa igualdade; significa o menor denominador comum tendo a maior influência política e cultural possível, seja essa influência impulsionada pela elite ou pelas massas. E o termo "aristocrático" é aqui utilizado não no sentido de baronatos, linhagens e fortificações muradas, mas sim em seu original sentido filosófico, o qual foi muito bem resumido por ninguém menos que o poeta Lord Tennyson como significando "autorrespeito, autossuficiência e autopetuação".

É essa qualidade de pensar em longo prazo, algo inerente à perspectiva aristocrática, que é o seu mais importante aspecto. É isso o que faz com que a liberdade do indivíduo em uma sociedade democrática seja duradoura e esteja ligada àquilo que o torna capaz de se sustentar e se manter vivo: seus meios de produção, ou o

capitalismo.

Isso significa que uma democracia adequada – na qual o "autorrespeito e a autoperpetuação" necessários ao cidadão são preponderantes – tem necessariamente de ser "devidamente" capitalista, pois apenas esse arranjo permitirá ao cidadão sua "autoperpetuação" em longo prazo. O futuro da democracia será decidido pela disputa entre visões em curto e em longo prazo. Nas décadas vindouras, é isso o que determinará se o Ocidente conseguirá ou não sair do seu declínio.

Em suma: se as modernas democracias capitalistas ocidentais quiserem sobreviver, elas terão de incorporar aquilo que sempre consideraram ser seu completo oposto: características aristocráticas (a visão em longo prazo). Se, por outro lado, as coisas continuarem como estão, a democracia irá cada vez mais assumir características totalitárias e culminar naquilo que Thomas Jefferson rotulou de "despotismo eletivo", em que uma suposta vontade popular será incorporada em um governante que, por sua vez, irá subjugar completamente uma população impotente, indefesa e desarmada.

Uma notável tendência intelectual e social que ilustra bem todos esses fatores – a deturpação do conceito de indivíduos; a preferência maciça pelos apetites e impulsos do presente; o moderno desprezo da sociedade pelo futuro e pelo planejamento para o futuro – pode ser vista no relativamente recente modismo de querer "transformar" o capitalismo em algo que ele não é e que jamais deveria se tornar. A subversão está ocorrendo justamente naquele ponto em que subversões tendem a ocorrer primeiro: na linguagem.

Alterações sutis na terminologia começaram a ganhar força desde o início da crise financeira, e só se intensificaram de lá para cá. Hoje, é corriqueiro vermos filósofos, sociólogos e até mesmo economistas clamando por um "socialismo de mercado", ou por um "mercado socialmente regulado", ou por um "capitalismo comunitário", ou por um "capitalismo social", ou por um "empreendedorismo mais incluyente". Igualmente comuns são os apelos para se acabar com algo que chamam de "capitalismo excludente" ou "capitalismo selvagem".

REFLEXÕES XVII

Superficialmente, tudo isso parece inofensivo, até mesmo positivo. Com efeito, para muitas pessoas, inclusive líderes empresariais, essas novas categorias de pensamento representam um passo inteligentemente progressista na direção correta, em que as finalidades produtivas do capitalismo são respeitadas ao mesmo tempo em que alguns elementos de fiscalização social são incluídos no arranjo. Como benefício adicional, dizem seus defensores, a palavra 'capitalismo' fica purificada de suas conotações depreciativas. Mas é aí que jaz o perigo. Na raiz deste linguajar sutil está a filosofia de que o cerne do sistema capitalista – o indivíduo e seus ganhos individuais, sua busca pelo lucro, seu interesse próprio, sua distinção pessoal e até mesmo a sua glória – é algo na melhor das hipóteses reprovável; na pior, inerentemente e irremediavelmente criminoso e corrupto.

Simultaneamente, de acordo com tal pensamento, somente uma mentalidade grupal/comunal/social possui um objetivo econômico legítimo e, por extensão, moralmente superior. Esse modismo recorre ao truque baixo de equiparar o genuíno capitalismo ao atual arranjo corporativista em que uma pequena elite que tem boas relações com políticos é beneficiada com subsídios, com políticas protecionistas e com regulações específicas que lhes garantem reservas de mercado. Recorre também ao truque baixo de equiparar capitalismo com o gangsterismo de alguns bancos que, justamente por saberem que serão socorridos pelo Estado caso façam apostas mal sucedidas, fazem lambança, se tornam insolventes e derrubam economias inteiras. O objetivo é solapar e difamar o conceito de capitalismo.

A premissa do capitalismo é dessa maneira revertida: os fins passam a ser a coletividade, e a redistribuição passa a ser uma ética suprema, mais importante do que a proteção aos meios fundamentais de produção, que são o indivíduo, sua mente e sua capacidade. O igualitário se torna o objetivo a ser almejado ao passo que o aristocrático – os tradicionais padrões éticos e morais, o planejamento em longo prazo e a perpetuação da geração – se torna o objeto de desprezo.

Eric Hoffer, em seu clássico *The True Believer*, escreveu: *A razão por que elementos inferiores de uma nação conseguem exercer*

REFLEXÕES XVII

uma grande influência sobre seu destino é que eles são completamente destituídos de respeito e reverência pelo presente e pelo futuro. Eles veem tanto suas vidas quanto o mundo atual como tragédias sem solução, e, por isso, estão permanentemente dispostos a desperdiçar e destruir ambos. Daí sua propensão ao caos e à desordem.

Este é o caminho da autodestruição de um igualitário. Ele pensa apenas em curto prazo, pois o presente é um martírio a ser superado, o passado é invariavelmente uma fonte de tormentos, e o futuro está fora do seu controle e além de suas preocupações. O curto prazo é o conveniente, é o instantâneo, é o estimulador do apetite. Rapidamente, o curto prazo se torna não apenas a mentalidade econômica escolhida, mas também a política, cultural e social. E então tudo passa a ter um horizonte temporal curtíssimo. Todos visam apenas ao curto prazo em termos financeiros, políticos, educacionais, amorosos, de relações humanas, de durabilidade de um produto ou serviço, de comprometermos, de concentração, de esforço. Até mesmo a arte sofre uma forte degradação: filmes, músicas e pinturas são reciclados, descartáveis e esquecíveis. Tudo isso gerou a atual safra de capital humano que temos hoje. E então, a *vox populi* e seus representantes políticos passam a deplorar esse capital humano como sendo composto de indivíduos desgraçados, vorazes e exploradores, que fazem maquinacões e trapaças para conseguir o que querem da maneira mais rápida possível. Ora, eles deveriam ter previsto isso. Foram eles que criaram esse "indivíduo".

Por mais dramático que pareça, há um fim direto para tudo isso. Uma sociedade democrática que não exige padrões éticos e morais mais elevados de seus indivíduos irá se tornar, por total falta de opção, totalitária. Ou seja, se nada for exigido do indivíduo, então nada poderá ser exigido das massas, pois aquilo que não é exigido de uma pessoa não pode ser exigido de uma manada. Com o tempo, surgirá um indivíduo que incorporará a "vontade popular", e ele será investido da responsabilidade de cuidar de todos, transformando-se em um déspota esclarecido – o "déspota eleito", nas palavras de Thomas Jefferson.

No mundo ocidental atual, há um capital humano que não está

REFLEXÕES XVII

muito apto para uma democracia aristocrática – certamente, não economicamente. O elemento aristocrático presente em uma democracia é o que garantirá sua qualidade em longo prazo. A aristocracia é o instinto necessário que a democracia terá de adquirir novamente se quiser sobreviver. E, para isso, o capitalismo – que fornece o apoio prático a esse tipo de democracia – terá de se livrar de seus pretensos modificadores (que vivem mortificados por uma espécie de culpa inconsciente) e de rótulos apologéticos que lhe foram pregados.

Houve uma época na Europa em que essa visão de mundo gerou grandes fortunas que foram acumuladas com o intuito de sustentar gerações com um mesmo sobrenome. Nos EUA, esse arranjo europeu se tornou uma inspiração para James Madison, John Adams e Thomas Jefferson, que seguidamente enfatizavam a necessidade de "cidadãos valentes e nobres" para preservar seu vasto e incrível experimento.

Essa é a concepção do tipo de indivíduo que nenhuma grande força – imperadores, exércitos, governos – é capaz de substituir. É desse tipo de aristocracia que necessitamos urgentemente no mundo ocidental. ●

Marcia Christoff-Kurapovna: mora em Viena, Áustria, e já escreveu artigos para o *The Wall Street Journal Europe*, o *The International Herald Tribune*, a *The Economist* e o *The Christian Science Monitor*, entre outras publicações. Publicou seu primeiro livro em 2009, *Shadows on the Mountain*, uma história real sobre operações de inteligência na Iugoslávia da Segunda Guerra Mundial.

A liberdade requer coragem – inclusive para ver e ouvir o que não quer

Walter Williams



Todo mundo se diz a favor da liberdade de expressão. Mas qual seria o verdadeiro teste para saber quão comprometida uma pessoa realmente é com a ideia de liberdade de expressão?

Contrariamente à crença amplamente difundida nos meios universitários, no meio artístico e na grande mídia, o verdadeiro compromisso com a liberdade de expressão não está em permitir que as pessoas sejam livres para expressar apenas aquelas ideias com as quais concordamos. O verdadeiro teste para se saber o comprometimento de uma pessoa para com a liberdade de expressão é ver se ela permite que outras pessoas digam coisas que ela considera profundamente ofensivas, seja sobre raça, gênero ou religião.

Em suma, ou a liberdade de expressão é absoluta, ou ela não existe.

[N. do E.: neste quesito, vale fazer um adendo que quase sempre é ignorado. Supõe-se que a liberdade de expressão significa o direito de todos dizerem o que bem entenderem. Mas a questão negligenciada é: onde? Onde um indivíduo possui esse direito?

Ele possui esse direito apenas em sua própria propriedade ou na propriedade de alguém que concordou em dar espaço a ele. Portanto, na prática, o "direito à liberdade de expressão", por si só, não pode ser dissociado da propriedade privada. Você tem o direito de falar o que quiser utilizando a sua plataforma, mas não a plataforma alheia. Sendo assim, uma pessoa não possui um "direito à liberdade de expressão"; o que ela possui é o direito de falar o que



REFLEXÕES XVII

quiser apenas em sua propriedade. Ela não possui um "direito à liberdade de imprensa"; o que ela possui é o direito de escrever ou publicar um panfleto, e de vender este panfleto para aqueles que desejarem comprar (ou de distribuí-lo para aqueles que desejarem aceitá-lo).]

Já visualizo um pseudointelectual universitário, principalmente oriundo de alguma escola de direito, ávido para adentrar a cena e dizer que a liberdade de expressão não pode ser absoluta, pois ninguém tem o direito de gritar "fogo!" em um cinema lotado. Correto, só que gritar "fogo!" em um cinema lotado não é uma questão de liberdade de expressão. Uma pessoa que grita "fogo!" em um cinema lotado está violando um contrato implícito: as pessoas que estão no cinema pagaram para ver o filme sem ser perturbadas. Além disso, a propriedade do cinema não é dele; sendo assim, sua "liberdade de expressão" ali dentro não é absoluta.

Obviamente, se todos os espectadores fossem informados, ao comprarem os ingressos, de que alguém iria falsamente gritar "fogo!" durante a exibição, aí não haveria problemas. Mas essa questão é a menor de todas. Um problema muito maior envolvendo a liberdade de expressão está na questão da difamação, a qual é definida como o ato de fazer uma falsa afirmação (oral ou escrita) sobre a reputação de uma pessoa. A difamação é criminalizada. Mas deveria ser?

Essa questão pode ser respondida de maneira mais direta fazendo-se outra pergunta: a sua reputação pertence a você? Em outras palavras, as ideias e os pensamentos que outras pessoas têm a seu respeito são sua propriedade? Teria você o direito de obrigar terceiros a pensar a seu respeito apenas aquilo que você quer?

Prosseguindo, os princípios que devem ser verificados a respeito do compromisso de um indivíduo para com a liberdade de expressão também devem ser verificados a respeito do seu compromisso para com a liberdade de associação. O verdadeiro teste para determinar se um indivíduo é sinceramente comprometido com a defesa da liberdade de associação não está em ele permitir que as pessoas se associem de uma maneira que ele aprova. O verdadeiro teste ocorre quando ele permite às pessoas serem livres para se associar

REFLEXÕES XVII

voluntariamente de maneiras que ele considera desprezíveis.

Um estabelecimento que proíbe a entrada de negros é tão válido quanto um que proíbe a entrada de brancos. Um estabelecimento que proíbe a entrada de homossexuais é tão válido quanto um que proíbe a entrada de heterossexuais. Um estabelecimento que proíbe a entrada de judeus é tão válido quanto um que proíbe a entrada de neonazistas.

Associação forçada não é liberdade de associação.

Por outro lado, práticas discriminatórias em estabelecimentos públicos – como bibliotecas, parques e praias – não devem ser permitidas, pois tais localidades são financiadas com o dinheiro de impostos pagos por todos. Porém, negar a liberdade de associação em clubes privados, em empresas privadas e em escolas privadas viola o direito que um indivíduo tem de se associar apenas a quem ele quer.

Nos EUA, por exemplo, empreendedores cristãos têm sido perseguidos por se recusarem a fornecer serviços de bufê para casamentos de pessoas do mesmo sexo. As pessoas que apoiam esse tipo de coerção deveriam se perguntar se elas também defenderiam ataques ao judeu proprietário de uma loja de iguarias que se recusasse a fornecer serviços para o casamento de simpatizantes neonazistas.

O negro dono de um bufê ou mesmo o negro que é garçom deste bufê deveria ser forçado a prestar serviços para supremacistas brancos? ONGs que defendem políticas de ação afirmativa em prol dos negros deveriam ser obrigadas a aceitar em seus quadros *skinheads* racistas? O *chef* homossexual de um restaurante deve ser obrigado a cozinhar e servir um cliente avesso a *gays*? A cozinheira feminista deve ser obrigada a atender um cliente machista?

A liberdade requer coragem. Ser um genuíno defensor da liberdade de expressão implica aceitar que algumas pessoas irão dizer e publicar coisas que consideramos profundamente ofensivas. Igualmente, ser um genuíno defensor da liberdade de associação implica aceitar que algumas pessoas irão se associar de maneiras que consideramos profundamente ofensivas, tais como se

REFLEXÕES XVII

associar – ou se recusar a se associar – utilizando como critérios raça, sexo ou religião.

Vale enfatizar que há uma diferença entre o que as pessoas são livres para fazer e o que elas considerarão do seu interesse fazer. Por exemplo, o presidente de um time de basquete deve ser livre para se recusar a contratar jogadores negros. Mas seria do interesse dele fazer isso? Não é difícil comprovar que as pessoas, em geral, estão cada vez mais hostis aos princípios da liberdade. Elas estão cada vez mais facilmente ofendidas, e, com isso, querem cercear a liberdade alheia. Eles querem liberdade apenas para elas próprias. Já eu quero bem mais do que isso. Quero liberdade para mim e para meus semelhantes.

Você tem todo o direito de ter ficado ofendido com este artigo, mas não tem o direito de me proibir de falar o que penso em minha propriedade. ●

Walter Williams: professor honorário de economia da George Mason University e autor de sete livros. Suas colunas semanais são publicadas em mais de 140 jornais americanos.

A posição libertária em relação a empresas que causam mortes e desastres ambientais

Equipe IMB



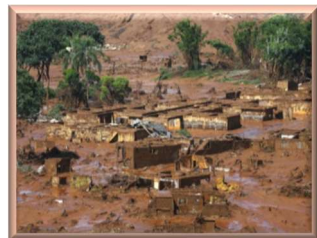
Propriedade privada. E todo o resto deriva disso

Se fosse possível escolher uma frase que resume toda a teoria libertária, esta seria ela. É a existência da propriedade privada, e é o respeito à propriedade privada, o que gera todos os outros direitos do ser humano.

A primeira e mais direta consequência de se reconhecer a propriedade privada é que seu corpo se torna a primeira fronteira inviolável. Sendo o seu corpo a sua propriedade, ninguém pode agredi-lo. Consequentemente, ninguém pode tirar a sua vida. A segunda consequência da inviolabilidade do corpo humano é que a única maneira ética e moral de você conseguir bens é por meio de transações voluntárias. Para que alguém voluntariamente lhe forneça algo, você tem de voluntariamente fornecer outro algo para esse alguém. Você não pode coagir ninguém e nem ninguém pode lhe coagir.

É assim, por meio dessas transações voluntárias, que surge o mercado. O mercado nada mais é do que a arena em que ocorrem transações voluntárias. O mercado é consequência direta da propriedade privada. Sem propriedade privada não pode haver transações livres e voluntárias. Consequentemente, sem propriedade privada não pode haver mercado.

A terceira consequência, que advém dessas duas primeiras, é que, tudo o que você adquiriu honestamente, por meio



REFLEXÕES XVII

de transações voluntárias e as quais não agrediram terceiros inocentes (seja o seu salário, seja o seu carro, seja a sua casa, seja a sua cerveja, seja o seu cigarro, seja a sua arma), é sua propriedade e – por conseguinte – não pode ser confiscado ou destruído.

Esse, em resumo, é o cerne da teoria libertária.

E daí?

Tendo isto em mente, é fácil imaginar qual deve ser a posição libertária quando uma empresa privada, como uma mineradora, faz uma lambança e, em decorrência disso, pessoas morrem, outras perdem suas casas, e outras ficam até mesmo sem água potável. Na teoria libertária, se a barragem de rejeitos de uma mineradora se rompe e toda a enxurrada de lama destrói a propriedade alheia – casas, carros, escolas, etc. –, então a mineradora não apenas tem de pagar por todos os danos, como ainda tem de ressarcir por todos os transtornos criados. Mais ainda: deve tentar restaurar (o que nem sempre é possível) a situação para o momento de antes do dano.

Isso se baseia no princípio universal (que não possui tradução em português) do *prayer for relief* ou *demand for relief*, e é muito mais antigo que qualquer sistema de justiça positivista. Toda ação (*responsibility*) ou tomada de risco (*liability*) que gere um dano acaba por conceder um direito verdadeiro de reparação ao agredido, em uma tentativa de se restabelecer a situação em nível mais próximo possível de como era anteriormente.

Apesar de os manuais de Direito no Brasil doutrinarem que se trata de um instituto de cunho legal e positivista, a ideia de reparação civil está enraizada em todos os sistemas conhecidos que alcançaram o *status* de civilização. Tanto no Ocidente quanto no Oriente. Igualmente, se a barragem de rejeitos de uma mineradora se rompe e toda a lama vai para um rio e torna a água deste rio imprópria para ser captada para consumo – deixando seus moradores sem água e os obrigando a pagar por caminhões-pipa –, então tanto os gastos adicionais destes moradores quanto os transtornos gerados pela falta d'água têm de ser integralmente arcados pela mineradora.

Por fim, se a lama polui o rio, então a mineradora tem de despoluir

REFLEXÕES XVII

(técnicas modernas para isso é o que não faltam).

Não tem escapatória. Destruiu casas? Tem de ressarcir e, adicionalmente, indenizar todas as outras perdas causadas. Inviabilizou o consumo de água? Tem de ressarcir e indenizar. Pessoas morreram? Homicídio culposo, o qual deve ser punido de acordo. E quem irá arcar com tudo isso? Em primeiro lugar, o patrimônio líquido da empresa. Caso não seja o suficiente, parte-se para os ativos. Também não sendo suficiente, os proprietários da empresa terão de complementar os cheques.

No extremo, caso os custos com as reparações, indenizações, ressarcimentos e despoluição sejam exorbitantes – de modo que os dois procedimentos acima ainda não se revelem suficientes –, os acionistas ordinários (os proprietários) teriam de leiloar seus bens e propriedades.

Houve uma externalidade que afetou terceiros inocentes, e a implicação disso é que se responsabilize pessoalmente os sócios da sociedade empresária. Quem destrói propriedade privada deve reparar, ressarcir, indenizar e recuperar, nem que para isso tenham de penhorar todos os ativos de cada acionista da empresa. Essa é a abordagem libertária.

E quem faria os julgamentos? Em um cenário libertário completo, seriam tribunais privados. Já no cenário em que vivemos, tal feito ficaria a cargo do judiciário estatal – o qual não deveria, em hipótese alguma, aplicar multas apenas para direcionar este dinheiro para o Estado. A propriedade da mineradora não deve ser transferida para políticos e burocratas, mas única e exclusivamente para as pessoas cujas propriedades foram afetadas e destruídas pela empresa, e para a recuperação do rio.

A realidade é oposta

Agora, vamos à realidade brasileira:

a) As mineradoras brasileiras representam uma das principais pautas de exportação da economia brasileira. Elas têm um grande peso na balança comercial, com a qual o governo é obcecado (a Samarco é nada menos que a 10^a maior exportadora do Brasil);

REFLEXÕES XVII

b) logo, por serem majoritariamente exportadoras, as mineradoras são o xodó dos governos desenvolvimentistas, como o atual;

c) adicionalmente, há o fato de que mineradoras não apenas geram empregos para muitas pessoas, como ainda garantem fartas receitas tributárias para governos municipais, estaduais e federal. Para se ter uma ideia, os impostos pagos pela Samarco representam 80% da arrecadação de Mariana. Se a Samarco for punida, as receitas da prefeitura da cidade desabarão (não foi à toa que o prefeito da cidade literalmente enfartou);

d) o fato de serem queridas pelo Estado, de serem exportadoras, de gerarem empregos, e de garantirem uma fatia robusta das receitas dos três níveis de governo permite que se tenha uma ideia de qual será o tratamento que o governo dispensará às mineradoras: um pito público, algumas exigências reparatórias (as quais serão devidamente reportadas pela imprensa), discursos exaltados de alguns políticos (devidamente registrados pelas câmeras e postado em seu Facebook) e uma multa ambiental (que irá integralmente para o governo).

E ainda que alguma multa de rápida eficácia (aquela que segue os princípios libertários) seja imposta à Samarco, o montante será majoritariamente direcionado para o governo federal sob a justificativa de danos "difusos ou coletivos", restando pouca, ou nenhuma, esperança para que as verdadeiras vítimas recebam reparações no futuro próximo.

E, sendo o Brasil o Brasil, é até possível que a empresa receba dinheiro público para amenizar os custos e ainda entre no Plano de Proteção ao Emprego do governo federal.

e) Por fim, há também a ironia de que todos os órgãos estatais que detinham o monopólio da fiscalização das barragens da empresa – como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculado ao Ministério de Minas e Energia, e a Superintendência Regional de Regularização Ambiental – haviam garantido, ainda em julho, que tudo estava "em totais condições de segurança". Qual será a punição para esta falha estatal?

Conclusão- "Ah, mas essa 'punição libertária' faria com que a

REFLEXÕES XVII

empresa falisse e que vários empregos fossem destruídos!"

O libertarianismo, ao contrário do que muitos acreditam, não é uma filosofia pró-empresa. E nem muito menos pró-empresário. O libertarianismo é uma filosofia que defende única e exclusivamente a propriedade privada. Havendo propriedade privada há transações livres e voluntárias. Havendo transações livres e voluntárias há livre mercado.

A defesa do livre mercado pelos libertários advém diretamente da defesa da propriedade privada, que é o cerne da teoria libertária. Como consequência, se uma empresa destrói propriedade privada – seja essa propriedade uma casa ou um rio –, então ela tem de ser punida de acordo: ela tem de ressarcir as perdas e compensar todos os custos gerados pelas perdas. Tudo isso já nos permite concluir que, tanto em termos éticos quanto em termos morais, é "preferível" que um desastre ambiental seja causado por uma empresa privada do que por uma empresa estatal. Sendo uma empresa privada, os responsáveis por arcar com os custos são única e exclusivamente os proprietários e acionistas da empresa. Terceiros inocentes são poupados. Já se a empresa for estatal, todo o fardo recai sobre os pagadores de impostos inocentes, ficando os burocratas do governo totalmente imunes.

E então, quem você prefere que lide com o caso da Samarco: o governo ou libertários? ●

Equipe IMB

Agora os ambientalistas ativistas querem impor uma sobretaxa à nossa comida

Ryan McMaken



Em uma era mais civilizada – ou seja, durante os anos 1840, quando as tarifas protecionistas sobre os cereais estrangeiros foram abolidas –, uma redução no preço dos alimentos do povo era visto como algo benéfico. Hoje, a coisa se inverteu: aumentar os preços dos alimentos em nome da "sustentabilidade climática" é, como diriam os franceses, de *rigueur* – obrigatório em termos de boa consciência.

Segundo reportagem do jornal britânico *The Independent*: *A Dinamarca está considerando propostas para introduzir uma taxa sobre a carne vermelha, após um instituto do governo chegar à conclusão de que "a mudança climática é um problema ético"*.

O Conselho Dinamarquês de Ética recomendou a imposição de uma taxa inicial sobre a carne, almejando ampliar a regulamentação sobre todas as carnes vermelhas no futuro. O instituto disse que, em longo prazo, o tributo deve ser aplicado a todos os alimentos em alíquotas variadas, dependendo do seu impacto climático. [Ênfase minha]. O Conselho votou a favor dessas medidas por maioria avassaladora, e a proposta será agora levada ao governo, que deverá considerá-la.

É de se imaginar o que exatamente eles querem dizer com "um problema ético"; no entanto, pelo contexto, ficou bastante claro que a frase é apenas um eufemismo para "um problema que nós, da elite, decidimos que deve ter prioridade em relação a todos os outros problemas".

Ademais, se tais regulamentações forem



REFLEXÕES XVII

realmente implantadas, será necessária a criação de uma enorme burocracia estatal incumbida de decidir quais alimentos possuem um aceitável nível de "impacto climático" e quais violam esse novo postulado ético. Funcionários públicos serão muito bem pagos para escrever relatórios estipulando em quanto o preço do alimento **x** deve ser sobretaxado para refletir sua falta de sustentabilidade climática. Haverá categorizações, *rankings*, relatórios técnicos, comissões e muitas campanhas publicitárias – tudo em nome da imposição de uma "dieta ética".

Em épocas ou locais mais sensatos, esse tipo de microgerenciamento estatal da dieta dos seres humanos seria visto como algo absurdo. No entanto, nesta nossa era de incessante expansão do poder estatal em nome da proteção do *status quo* climático, isso é visto como algo bem *avant-garde*.

Defensores de novos tributos fingem que os custos não importam

E quais serão os custos para o cidadão comum? Considerando-se a importância comunal e ritual da alimentação na cultura humana, certamente não será zero. Tampouco podem as valorações subjetivas feitas por bilhões de seres humanos ser simplesmente descartadas. Muitas pessoas preferem obter sua nutrição por meio da carne. Outras preferem se nutrir de outras fontes. Vários povos fazem celebrações religiosas e culturais em torno de determinados tipos de alimentos.

Se as novas taxas sobre os alimentos forem implantadas, esses aspectos cotidianos da vida – atividades que estão no cerne da cultura e da vida humana – serão ainda mais limitados e restringidos, fazendo com que os membros mais empobrecidos da sociedade sejam os que mais sofram. "Ora, mas é só carne vermelha!", diriam os moderados. Não. A sobretaxa sobre alimentos é apenas uma fração de um esforço global e coordenado das elites políticas para enrijecer ainda mais o controle sobre o cidadão comum, o qual está sendo doutrinado a crer que os prazeres mais básicos da vida agora são uma forma de ecoterrorismo. Dizer que "é apenas carne vermelha" é algo que soa terrivelmente semelhante a "é apenas um pequeno aumento de impostos", como

REFLEXÕES XVII

se essa proposta não configurasse também um grande aumento do fardo tributário.

Ademais, os planejadores da tributação dos alimentos já deixaram claro que nada está a salvo de suas garras. Eles abertamente admitem que todos os alimentos serão categorizados e classificados em *rankings*, assim como todos os aspectos da vida humana, como viagens, recreação e condições de vida.

Você gosta de viajar para o litoral nos fins de semana e feriados? Sinto muito, isso requer o uso de combustíveis fósseis. Quer ter uma casa própria? Que pena, você só poderá construir se utilizar amenidades "energeticamente eficientes", dispensado ar condicionado e utilizando vasos sanitários de baixa vazão de água. Quer comer um peru de Natal? Que azar, a emissão de CO₂ durante sua criação é muito alta.

É claro que tais leis serão aplicadas apenas ao populacho. Os bilionários e os políticos ambientalistas continuarão viajando normalmente em seus jatinhos particulares (como Leonardo DiCaprio e Al Gore, que rodam o mundo em seus jatinhos poluentes para fazer discursos contra o aquecimento global) e fazendo suas faustosas refeições. Enfrentar o "problema ético" é algo que será relegado apenas ao restante da humanidade.

Observe que os custos e os eventuais malefícios das sobretaxas sobre alimentos e sobre emissões de carbono nunca são analisados em relação às supostas vantagens dessas taxas. Os proponentes nunca reconhecem que há custos em suas propostas. Eles veem apenas benefícios. Os custos para a humanidade em termos de encarecimento dos alimentos, dos transportes e dos imóveis são muito reais, mas não podem ser especificamente calculados, pois cada indivíduo deste planeta atribui um valor subjetivo específico a viagens, alimentos e toda a infinita lista de amenidades existentes. Sendo assim, há infinitas maneiras de os indivíduos valorarem essas amenidades. Conseqüentemente, os verdadeiros custos não podem ser mensurados.

Este, obviamente, é sempre o problema central de todas as políticas públicas e de todo e qualquer tipo de planejamento estatal. Não há maneira de prever como incontáveis e singulares seres humanos,

REFLEXÕES XVII

cada um com suas específicas maneiras de avaliar e valorar cada amenidade, serão impactados por uma nova lei ou regulamentação. Como Friedrich Hayek explicou em seu livro *A Arrogância Fatal*, o principal problema de um planejamento estatal reside no fato de que "aquilo que não pode ser conhecido não pode ser planejado".

Pior ainda é o fato de que, ao se considerar os efeitos de leis relacionadas ao "controle do clima", sempre há uma inflexível recusa em levar em consideração qualquer aspecto econômico dessas leis. Isso é patente nas próprias palavras dos ativistas, quando eles enfatizam que o aquecimento global deve ser tratado apenas como um "problema ético". Essa expressão é utilizada como uma espécie de talismã, o qual libera os ativistas da chateação de ter de levar em conta os tediosos alertas de economistas que reconhecem a existência de coisas enfadonhas como custo de oportunidade e escassez.

As consequências dessa atitude sempre se revelam abaixo do ideal, sendo que foi isso o que levou Hayek a dizer que: *"Portanto, é uma traição – que deve preocupar a todos – teorizar a respeito da "sociedade justa" sem qualquer preocupação com as consequências econômicas da implantação dessas convicções."*

Os supostos benefícios das regulamentações também não podem ser calculados

Também não prenda a respiração esperando qualquer tipo de análise de custo-benefício. O debate sobre o aquecimento global nunca avançou para além da exigência de que todos se ajoelhassem perante a última medida proposta antiaquecimento global. Ou se faz genuflexão ou se tem um armagedom.

Para o *lobby* do aquecimento global, todo o necessário para fazer com que tudo fique bem é entregar o controle da economia mundial para os planejadores centrais dos governos. Para tais pessoas, basta o governo acionar suas engrenagens e elas automaticamente farão tudo com assombrosa precisão para preservar o *status quo* climatológico. Dentre suas propostas, as duas que mais chamam a atenção são o encarecimento da energia e a redução da atividade econômica.

REFLEXÕES XVII

Os custos de tal empreendimento – sejam eles mensurados em dinheiro, vidas humanas ou conforto humano – seriam irrelevantes, pois, segundo eles próprios, a única alternativa é a total destruição do planeta Terra.

Essa postura de "faça o que eu digo ou você vai morrer" é obviamente o sonho de todo e qualquer propagandista. Só que, no mundo real, onde cabeças mais racionais tendem (ocasionalmente) a prevalecer, os custos de qualquer ação governamental devem ser comparados aos custos das alternativas. Mais ainda: o ônus da prova recai sobre aqueles que querem a intervenção estatal, já que seus planos dependem do uso da violência do Estado para impingir o cumprimento das ordens propostas.

Mas, pelo bom debate, vamos assumir, hipoteticamente, que realmente estejam ocorrendo mudanças climáticas globais e que o nível dos oceanos esteja subindo. Isso ainda deixa várias questões que devem ser prontamente respondidas pelos entusiastas do aquecimento global:

- 1) Qual é o custo do seu plano para as várias populações do planeta, em termos de vidas humanas e de padrão de vida?
- 2) Os custos do seu plano são maiores ou menores do que os custos de outras soluções, como a realocação gradual de populações que vivem em áreas costeiras?
- 3) Você seria capaz de demonstrar que o seu plano tem uma alta probabilidade de dar certo? Se a resposta for negativa, por que deveríamos implantar o seu plano em vez de usar os mesmos recursos em outras soluções mais práticas e em necessidades mais imediatas, como água potável, alimentos, e necessidades básicas?

Com grande frequência, a resposta a perguntas como essas consistem em bravatas e diatribes²³ que nos exortam a agir agora. Mas essa postura é similar à de uma pessoa que, vendo que o inverno está se aproximando, exige que todos construam imediatamente abrigos e sigam estritamente suas ordens. "Vocês

²³ **Diatribes:** discussão exaltada.

REFLEXÕES XVII

não estão vendo que está ficando frio?" diz ele. "Se vocês não construírem os abrigos como estou mandando, todos nós iremos congelar." E quando alguém questiona se esse seu plano de construir abrigos é realmente a melhor maneira de agir, ou ao menos sugere que há outros tipos de abrigo com um melhor custo-benefício, ou, ainda, que é melhor permitir que cada um seja livre para construir seu próprio abrigo, ele se enraivece e dispara que "vocês egoístas ignorantes não se importam se todos nós morreremos!"

A suposição fundamental é que cada regulação proposta pelos ativistas das mudanças climáticas é absolutamente essencial, de modo que, qualquer oposição aos seus planos trará a total destruição da raça humana. Sob circunstâncias normais, qualquer pessoa racional imediatamente veria esse *modus operandi* intelectual como sendo idêntico ao comportamento de perigosos religiosos fanáticos. Porém, para os atuais defensores do planejamento estatal do clima global nenhuma discordância deve ser tolerada, e qualquer consideração racional sobre custos e benefícios reais deve ser minimizada e militantemente ignorada.

De várias maneiras, essa recusa anti-intelectual de discutir o lado negativo de uma política pública advém do fato de que vários defensores da sobretaxa dos alimentos são incapazes de realmente demonstrar quaisquer benefícios mensuráveis. Isso porque a maioria dos "benefícios" não passa de especulação baseada em modelos computacionais.

Ao contrário da ciência comum, essa ramificação política da ciência climática não envolve nenhuma genuína observação; ela se baseia meramente em modelos hipotéticos. Ademais, mesmo se os modeladores fossem capazes de prever, com grande acurácia, os exatos efeitos do aquecimento global no futuro distante, eles teriam de ilustrar os benefícios específicos de uma sobretaxa sobre os alimentos, ou sobre as viagens aéreas, ou sobre a regulação de itens domésticos. Como tal precisão não existe, nenhum "benefício" pode ser demonstrado. E aí voltamos novamente ao problema do cálculo demonstrado por Hayek.

Com efeito, todo esse esforço se baseia na crença mística de que

REFLEXÕES XVII

políticos podem aprovar leis e que os objetivos almejados serão magicamente alcançados graças ao poder do pensamento positivo. Já a realidade bem mais provável – a de que os planejadores estatais estão, na prática, tateando no escuro à procura de uma solução – deve ser resolutamente negada. Consequentemente, qualquer resistência à imposição de uma sobretaxa sobre os alimentos será respondida com a reação usual: "Aceite nossas ideias ou morram no inevitável apocalipse climático".

É uma postura interessante, mas não pode ser aceita em uma discussão política racional. ●

Ryan McMaken: editor do Mises Institute americano.

O capitalista possui um papel insubstituível na economia

Juan Ramón Rallo



A literatura marxista solidificou a ideia de que o valor de troca de uma mercadoria advém do trabalho efetuado para produzi-la. Sendo assim, segundo os marxistas, é impossível o capitalista gerar valor se ele próprio não tem de trabalhar. Por conseguinte, seus lucros só podem ter origem em uma apropriação indevida do valor gerado pelos seus alienados

empregados.

Falando mais especificamente, dado que o capitalista possui o controle exclusivo dos meios de produção, ele tem o poder de não remunerar os proletários por toda a jornada de trabalho em que geram valor. Ou seja, o capitalista explora o trabalhador arrebatando deles a mais-valia. Este é, em suma, o cerne da teoria marxista da exploração: o capitalista, que não efetua trabalho físico, retém para si uma parte do valor desses bens que os trabalhadores produziram, e ele consegue fazer isso graças ao seu monopólio dos meios de produção (os quais, vale dizer, são bens complementares indispensáveis ao trabalhador, sem os quais os trabalhadores nada conseguiriam produzir).

Ocorre que o ponto de partida dessa teoria é equivocado: ao contrário do que alegam os marxistas, a atividade econômica do capitalista de fato gera valor, e seu papel não pode ser simplesmente eliminado. Se eliminarmos os capitalistas da equação, alguém terá de concentrar todas as funções que hoje os capitalistas desempenham, e esse alguém mereceria a remuneração (mais-valia) que



REFLEXÕES XVII

atualmente é dos capitalistas.

Vejamos um exemplo intuitivo para entender por quê.

Um mundo de pequenos burgueses– Imagine uma sociedade na qual todos os indivíduos são trabalhadores autônomos (ou seja, não existe trabalho assalariado), e todos eles possuem meios de produção avaliados em \$ 100.000 – ou seja, possuem terras, instalações industriais, maquinários e matérias-primas valorados em \$ 100.000 e adaptados à atividade profissional que realizam.

Nesta sociedade, a distribuição da riqueza é perfeitamente igualitária, de modo que não existem nem grandes capitalistas exploradores e nem pobres despossuídos que se veem obrigados a vender sua força de trabalho. Há simplesmente uma divisão do trabalho, a qual faz com que cada indivíduo se especialize em produzir determinados bens que serão trocados por outros bens produzidos por outros indivíduos.

Será que sob estas condições seria alcançado um equilíbrio econômico estável no qual a mais-valia e o trabalho assalariado desaparecem? Negativo. Mesmo que todos os indivíduos possuam idêntico poder de barganha, que todos tenham começado exatamente do mesmo ponto de partida (ou seja, nenhum começou já com alguma vantagem), e que ninguém tenha recorrida à violência, necessariamente alguns indivíduos mais competentes veriam seu patrimônio crescer e outros menos competentes veriam seu patrimônio estagnar ou mesmo encolher.

Começemos constatando o fato de que, para manter o patrimônio, cada indivíduo tem necessariamente de reinvestir continuamente uma fatia de suas receitas: as instalações industriais se depreciam, as máquinas se danificam e têm de ser substituídas (ou, no mínimo, têm de passar por manutenções recorrentes), as terras devem ser aradas e irrigadas, etc. Ou seja, nem todos os bens adquiridos pelos autônomos são bens de consumo; é necessário também adquirir bens de capital. E, ao se adquirir bens de capital, a compra de bens de consumo tem necessariamente de ser reduzida – afinal, os autônomos deverão poupar uma fatia de suas receitas e dedicá-la à renovação de seus próprios bens de capital.

REFLEXÕES XVII

Nesse cenário, veremos três grandes grupos de indivíduos: aqueles que poupam estritamente o necessário para repor seu capital; aqueles que poupam mais do que o estritamente necessário; e aqueles que poupam menos que o necessário.

O primeiro grupo de indivíduos conseguirá conservar seu capital. O segundo grupo tenderá a aumentar seu capital (ele disporá de um maior número de bens de capital com os quais será capaz de fabricar uma maior quantidade de bens de consumo no futuro). E o terceiro grupo verá seu patrimônio encolher (as máquinas irão se danificar e não haverá reposição, as terras perderão sua fertilidade, as instalações industriais deixarão de ser funcionais, etc.).

Mais ainda: é perfeitamente possível que haja indivíduos que tiveram um desejo tão premente de consumir agora e nenhuma vontade de poupar para o futuro que optaram por vender seu patrimônio para outros indivíduos, os quais foram capazes de comprar esse patrimônio em decorrência de terem previamente poupado a maior parte de suas receitas (ou seja, alguns indivíduos consumiriam muito no presente à custa de se desfazer do seu capital, e outros aumentariam seu capital à custa de consumir muito pouco no presente)

Parece claro que, só por esta razão comportamental, ocorreram profundas alterações patrimoniais que levaram alguns indivíduos a se desfazer de todo o seu capital e, conseqüentemente, os obrigaram a, no futuro, ter de trabalhar para outros indivíduos que ou mantiveram seu capital ou aumentaram seu capital. No entanto, a verdadeira explicação para os grandes movimentos patrimoniais não está nas distintas propensões a poupar ou a consumir, mas sim no grau de acerto ou de erro com que o capital é reinvestido. Como já indicado, cada indivíduo com um determinado patrimônio deveria continuar reinvestindo nele conforme seus ativos vão se deteriorando com o passar do tempo. Só que – e isso é importante – essas decisões de reinvestimento não são automáticas: quando um indivíduo reinveste, ele tem de decidir em quê irá reinvestir; e, ao fazê-lo, ele tanto pode acertar (inclusive acertar extraordinariamente) quanto pode se equivocar (inclusive se equivocar estrepitosamente). Assim, em uma economia caracterizada pela divisão do trabalho e pelas trocas comerciais

REFLEXÕES XVII

voluntárias, uma das tarefas mais complicadas que existe é justamente a de selecionar os projetos de investimento mais exitosos: não se sabe de antemão o que produzir e nem qual é a melhor forma de fazê-lo (com efeito, a resposta para essas duas perguntas está continuamente mudando à medida que se alteram as preferências dos consumidores e o conhecimento das técnicas de produção disponíveis). Consequentemente, é necessário dedicar vultosos recursos intelectuais apenas para se descobrir isso.

Se, nos anos 1990, um indivíduo tivesse investido maciçamente em sua empresa de máquinas de escrever – ou, atualmente, em celulares que não sejam *smartphones*, ou em câmeras analógicas, ou em navegadores de *internet* que não se adaptam às crescentes exigências dos usuários – e continuasse reinvestindo suas receitas para tentar manter esse tipo de negócio, hoje ele estaria arruinado: seus ativos utilizáveis na fabricação de máquinas de escrever não valeriam nada hoje.

Por outro lado, se um indivíduo reinveste seu capital de maneira cada vez mais acertada, de modo que seus produtos vão abocanhando uma demanda crescente do público consumidor, sem que outros produtores sejam capazes de imitá-lo na produção de bens tão valorados pelos consumidores, seu capital irá se multiplicar continuamente, ainda que ele tenha partido de uma estrita posição de igualdade com o resto dos empresários (com efeito, os produtores menos competitivos que fabricam bens tidos como total ou parcialmente substituíveis vivenciarão uma queda na demanda, e seu capital perderá valor).

Novamente, portanto, chegamos a outro motivo que explica por que alguns indivíduos podem aumentar seu capital ao passo que outros podem se descapitalizar, tendo consequentemente de trabalhar para os primeiros (pelo menos até que consigam poupar de seu salário um capital suficiente para voltarem a ser produtores autônomos).

Mas há um terceiro motivo, em parte derivado do anterior, que explica como o patrimônio das pessoas poderia se tornar desigual: já vimos que, ao escolher onde ou em quê ele deve se especializar, um indivíduo está correndo um considerável risco de perda patrimonial. No entanto, nem todos os planos de negócios são

REFLEXÕES XVII

igualmente arriscados: existem setores cujos padrões de demanda ou cujas técnicas produtivas são muito mais estáveis e previsíveis do que outros. Um restaurante de bairro, com uma clientela muito fiel, não é a mesma coisa que uma *start-up* biotecnológica.

Conseqüentemente, aqueles setores menos arriscados tendem a ser os preferidos dos investidores avessos ao risco: quase todos desejam investir neles, de modo que a concorrência se torna muito mais intensa e inevitavelmente os preços se igualam aos custos. Por outro lado, existem outros setores muito mais arriscados em que, justamente por isso, a concorrência é quase inexistente e, por conseguinte, os produtores bem-sucedidos que ali atuam podem cobrar preços maiores do que seus custos – ou seja, setores em que é possível obter lucros (e no qual os produtores malsucedidos acumulam prejuízos e perdem seu capital).

Com tudo isso em mente, é bastante provável que, da mesma maneira que a propensão para poupar não é a mesma para cada indivíduo, tampouco as predisposições para assumir riscos são idênticas, de modo que aqueles que obtiverem êxito nos setores mais arriscados verão seu capital crescer muito mais rápido do que aqueles que preferem o conforto dos setores menos arriscados.

Mais ainda: é possível haver indivíduos tão avessos ao risco, que eles preferem vender todo o seu patrimônio não para consumi-lo, mas sim para investir diversificadamente em uma variedade de empresas muito pouco arriscadas. "Diversificação + pouco risco" implica que as probabilidades de perdas patrimoniais serão quase nulas. Só que, em troca dessa segurança, a renda que eles obterão desses investimentos também serão quase nulas.

Ou seja, pode haver indivíduos que, em troca de não quererem ver seu patrimônio exposto ao risco de projetos ruins, optem por renunciar à gestão de seu próprio patrimônio, ainda que não obtenham nenhuma renda em troca desta renúncia. Tais indivíduos também se converteriam inevitavelmente em trabalhadores assalariados: dado que colocaram seu patrimônio em algo que não gera renda (o equivalente a terem guardado o dinheiro embaixo do colchão), se quiserem obter receitas terão de trabalhar dentro dos planos empresariais de outros capitalistas.

As três funções essenciais do capitalista- Tendo em mente esse exemplo, é fácil inferir quais são as três funções econômicas valiosas desempenhadas por todo capitalista: adiamento do seu consumo próprio para financiar investimentos, seleção de projetos de investimentos bem-sucedidos, e concentração patrimonial de riscos.

Dito de outro modo, o empregado assalariado, à diferença do capitalista, pode consumir 100% de suas receitas, não tem de dedicar nada do seu tempo para avaliar os acertos ou os erros de seus empreendimentos, e, em caso de falência do empreendimento em que trabalha, perde seu emprego, mas não perde seu patrimônio. Apenas imagine o que aconteceria se, a cada vez que uma empresa quebrasse, seus empregados também perdessem o dinheiro em sua conta bancária e até mesmo tivessem penhorados seu imóveis totalmente quitados? É exatamente isso o que pode acontecer a um capitalista.

Evidentemente, a função econômica desempenhada pelo capitalista é custosa e valorosa: é custoso e valioso que seja ele quem restringe seu consumo para financiar uma atividade, que seja ele quem dedica seu tempo e esforço para avaliar projetos vencedores, que seja ele quem concentra os riscos dos investimentos.

Os capitalistas adiantam bens presentes (salários) aos trabalhadores em troca de receber, somente quando o processo de produção estiver finalizado, bens futuros. Existe necessariamente uma diferença de valor entre os bens presentes dos quais os capitalistas abrem mão (seu capital investido na forma de salários e maquinário) e os bens futuros que eles receberão (se é que receberão).

Os capitalistas, ao adiantarem seu capital e sua poupança para todos os seus fatores de produção (pagando os salários da mão de obra e comprando maquinário), esperam ser remunerados pelo tempo de espera, pela postergação do seu consumo, pela seleção do projeto de investimento e pelo risco assumido. Por outro lado, os trabalhadores, ao receberem seu salário no presente, estão trocando a incerteza do futuro pelo conforto da certeza do presente.

Ao contrário do que alegam os marxistas, o fato de o trabalhador

REFLEXÕES XVII

não receber o "valor total" da produção futura nada tem a ver com exploração; simplesmente reflete o fato de que é impossível o homem trocar bens futuros por bens presentes sem que haja um desconto. O pagamento salarial representa bens presentes, ao passo que os serviços de sua mão de obra representam apenas bens futuros.

A relação trabalhista é apenas uma relação de troca entre bens presentes (o capital e a poupança do capitalista) por bens futuros (bens que serão produzidos pelos trabalhadores e pelo maquinário utilizado, mas que só estarão disponíveis no futuro). Se essas atividades – postergação do consumo, seleção criativa de projetos de investimento e uso arriscado do patrimônio – não tivessem valor e o capitalista não pudesse "cobrar" por elas, simplesmente não haveria atividade econômica, não haveria produção e não haveria enriquecimento da sociedade. E é essa remuneração que o marxismo chama de "mais-valia", fruto da exploração capitalista. O curioso, no entanto, é que se o capitalista fosse obrigado a prestar essas atividades valiosas, mas fosse proibido de cobrar por elas, então seria ele o explorado.

Se o encanamento da sua casa estragar, você pode ou contratar um encanador (que irá levar parte de suas receitas) ou consertar o encanamento você próprio (mantendo assim a totalidade das suas receitas). Igualmente, para fazer frente às condições, aos riscos e às dificuldades de uma economia caracterizada pela divisão do trabalho, podemos ou nos deixar "explorar" por capitalistas ou nos converter em "autônomos autoexplorados". Mas o que não podemos fazer é contratar um encanador e não lhe pagar nada, tornando-nos assim "autônomos heteroexploradores". E é exatamente isso o que implicitamente defendem os muitos críticos da exploração capitalista. ●

Juan Ramón Rallo: diretor do Instituto Juan de Mariana e professor associado de economia aplicada na Universidad Rey Juan Carlos, em Madri. É o autor do livro *Los Errores de la Vieja Economía*.

A teoria marxista da exploração não faz nenhum sentido

Juan Ramón Rallo



É sabido que Marx popularizou a ideia de que os capitalistas exploram os trabalhadores apropriando-se de uma parte de seu trabalho. O argumento, quando despido de todo o seu linguajar pomposo, é relativamente simples: segundo Marx, as mercadorias produzidas pelos trabalhadores são vendidas por um valor que é igual ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las; sendo assim, em um mundo justo, cada trabalhador deveria ganhar um salário equivalente ao fruto integral de seu trabalho, isto é, equivalente ao valor exato da mercadoria que ele produziu.

Consequentemente, o capitalista, que não efetua trabalho físico, retém para si uma parte do valor desses bens que os trabalhadores produziram, e ele consegue fazer isso graças ao seu monopólio dos meios de produção (os quais, vale dizer, são bens complementares indispensáveis ao trabalhador, sem os quais os trabalhadores nada conseguiriam produzir).

Falando mais especificamente, o capitalista remunera o trabalho com \$ 100 (D), esse trabalho gera mercadorias (M), e essas mercadorias são vendidas por \$ 120 (D'). Segundo Marx, isso só é possível de ocorrer porque há uma parte do trabalho que não foi remunerada pelo capitalista (D'-D), mas que de fato produziu mercadorias com um valor de troca.

Essa diferença é justamente a mais-valia, que é a mensuração exata da "exploração laboral" – ou seja, o trabalhador prestou um serviço para o



REFLEXÕES XVII

capitalista e não obteve a devida remuneração.

A solução de Marx? Confiscar os meios de produção da burguesia e repassá-los aos trabalhadores para que estes possam reter o produto integral do seu trabalho sem que haja intermediários capitalistas que se apropriam de parte do suor de seu rosto.

Há vários problemas com essa teoria marxista. Em primeiro lugar, ela parte do princípio de que todo o valor de troca de uma mercadoria depende exclusivamente do trabalho incorrido em sua produção, e não de sua utilidade marginal; o fato de que o valor de um bem é totalmente subjetivo é ignorado pela teoria. Há também uma questão ainda mais problemática, que é a natureza distorcida que Marx atribui ao capital: Marx assume que o valor do capital (por exemplo, o valor de uma máquina utilizada na produção de uma mercadoria) também é determinado pelo trabalho que foi incorrido em sua produção, e que o valor desse capital se transforma, em função de sua depreciação, no valor da mercadoria final; trata-se de uma espécie de contabilidade de custos que se dá de acordo com o tempo de trabalho utilizado.

Eis um exemplo dessa teoria. Se uma impressora de livros tem um preço de 100 onças de ouro (porque o tempo de trabalho necessário para fabricá-la foi equivalente a 100 onças de ouro), e supondo-se que ela possa imprimir 1.000 livros, então o valor que ela irá imputar a cada livro será, segundo a teoria, de 0,1 onça de ouro.

No entanto, na prática, as coisas funcionam exatamente ao contrário: é justamente porque os consumidores estão dispostos a pagar pelo menos 0,1 onça de ouro por livro, que a impressora poderá ter um valor de mercado de 100 onças de ouro. Se, no entanto, os consumidores passarem a desejar menos livros impressos e passarem a desejar mais livros eletrônicos, então essa mesma impressora – ainda que o tempo de trabalho socialmente necessário para fabricá-la seja o mesmo, e ainda que os consumidores sigam demandando livros impressos (só que agora em menor quantidade) – irá se depreciar enormemente.

Estabelecida a correta relação entre o preço dos bens de consumo e o preço dos bens de capital, a questão seguinte passa a ser: dado que uma impressora pode imprimir durante os próximos dez anos 1.000

REFLEXÕES XVII

livros com um valor de mercado de 0,1 onça de ouro cada um, por que então a impressora jamais custará 100 onças de ouro, mas sim muito menos?

Ignoremos os eventuais custos subjacentes, pois não é aí que está a dificuldade, e concentremo-nos na questão principal: por que ninguém pagaria hoje 100 onças de ouro por um ativo apenas para receber de volta, ao longo dos próximos dez anos, essas mesmas 100 onças? Ou ainda mais completo: por que ninguém pagaria hoje 100 onças de ouro por um ativo apenas para receber de volta (ou talvez nem mesmo receber nada), ao longo dos próximos dez anos, essas mesmas 100 onças?

A resposta é simples: porque 100 onças de ouro hoje não têm o mesmo valor que 100 onças de ouro no futuro. As 100 onças de ouro que você já possui hoje são muito mais valiosas do que 100 onças de ouro que você talvez venha a ter no futuro. As onças de ouro em sua posse hoje representam uma capacidade de satisfazer imediatamente eventuais necessidades que possam surgir, ao passo que as onças de ouro a serem eventualmente recebidas apenas no futuro (e há a chance de que isso nem ocorra) não conferem essa mesma segurança e nem muito menos essa mesma capacidade.

Uma coisa é gastar 100 onças de ouro hoje adquirindo bens de consumo; outra coisa, completamente distinta, é gastar essas mesmas 100 onças em um investimento que nos permitirá recuperá-las apenas ao longo dos anos. Sendo assim, o lógico é que compremos a impressora hoje por, digamos, 90 onças de ouro com o intuito de receber 100 onças ao longo dos próximos dez anos – sempre correndo o risco de que tal retorno pode não se concretizar.

No entanto, se o capitalista compra por 90 para receber 100, então ele está obtendo mais-valia. Só que esta mais-valia não está vinculada à exploração do trabalhador, mas sim ao tempo que o capitalista tem de esperar para auferir essa receita e ao risco que ele tem de assumir ao incorrer nesse processo produtivo. Dito de outra maneira, assim como a mão de obra é um fator de produção, o tempo e o risco também o são (se não estamos dispostos a esperar e a assumir riscos, não há como haver produção, por maior que seja a quantidade de trabalho abstrato em que incorramos).

REFLEXÕES XVII

Dado que o capital que é adiantado na forma de salários e na forma de maquinário para os trabalhadores supõe também uma espera e uma assunção de riscos para o capitalista, não seria mais correto dizer que a "mais-valia" do capitalista advém não de um assalto ao trabalhador, mas sim da remuneração desses fatores de produção (tempo e risco)? Ademais, segundo Marx, bens que requerem o mesmo tempo de trabalho – seja o tempo de trabalho prestado diretamente pelo trabalhador ou o tempo de trabalho incorrido na fabricação dos meios de produção utilizados – para serem produzidos deverão possuir o mesmo valor de troca, e, portanto, o mesmo preço. (Vale notar que, na teoria de Marx, preço e valor de troca só coincidem quando os trabalhadores são donos dos meios de produção.) Mas isso simplesmente não faz nenhum sentido.

Suponha que, para se produzir 100.000 toneladas de trigo são necessários 50 anos de trabalho, e que para se construir uma casa também são necessários 50 anos de trabalho. Segundo Marx, desconsiderando-se oscilações em curto prazo, ambos os produtos deveriam ter o mesmo preço – por exemplo, 1.000 onças de ouro.

Logo, se um trabalhador tem 100.000 toneladas de trigo, e outro trabalhador tem uma casa, ambos poderão trocar estes bens entre si. No entanto, a questão essencial é outra: será que devemos supor que o trabalhador em posse das 100.000 toneladas de trigo está disposto a trocá-las pelo direito de receber uma casa daqui a 50 anos?

(Lembre-se que, segundo Marx, a transação é idêntica: o que está sendo trocado são apenas tempos de trabalho. No entanto, em um caso, o fruto de trabalho de 50 anos já está disponível (100.000 toneladas de trigo); no outro, a pessoa terá de esperar 50 anos para receber seu bem). A resposta é um óbvio não. Uma coisa é uma casa já produzida ser trocada por 100.000 toneladas de trigo também já produzidas. Isso pode perfeitamente ocorrer. Outra coisa, completamente distinta, é imaginar que essas 100.000 toneladas de trigo serão trocadas hoje por uma casa que só estará disponível daqui a 50 anos. Tal troca não irá ocorrer simplesmente porque ter uma casa hoje não tem o mesmo valor do que ter uma casa somente daqui a 50 anos.

REFLEXÕES XVII

Somente estaremos dispostos a comprar a promessa de entrega da moradia se obtivermos um desconto muito grande em seu preço. Por exemplo, se uma casa já construída vale 1.000 onças de ouro, uma casa a ser entregue somente daqui a 50 anos valerá, digamos, 200 onças de ouro. Essa mais-valia (pagar 200 hoje para receber 1.000 em 50 anos) é exatamente a taxa de juros (matematicamente, equivale a uma taxa anual média de 2,8%).

Utilizando esse mesmo raciocínio, podemos concluir que os capitalistas adiantam bens presentes (salários) aos trabalhadores em troca de receber, quando o processo de produção estiver finalizado, bens futuros. Existe necessariamente uma diferença de valor entre os bens presentes dos quais os capitalistas abrem mão e os bens futuros que eles receberão (se é que receberão). E essa diferença de valor é a mais-valia. A mais-valia, portanto, não é a apropriação de um tempo de trabalho não remunerado, mas sim o juro derivado do tempo de espera e do risco assumido até que o processo produtivo esteja concluído.

São muitas as pessoas que não entendem corretamente esse conceito de que os capitalistas adiantam bens presentes para receber, após muito tempo, bens futuros. No entanto, basta verificar os balancetes de qualquer empresa para verificar esse fenômeno. Por exemplo, a General Electric investiu (adiantou) US\$ 685 bilhões para recuperar, na forma de fluxo de caixa anual, aproximadamente US\$ 35 bilhões. Ou seja, os capitalistas da GE abriram mão de US\$ 685 bilhões (e seu equivalente em bens de consumo que eles poderiam ter adquirido no presente) para receber, anualmente, uma receita de US\$ 35 bilhões. Nesse ritmo, serão necessários 20 anos apenas para recuperar todo o capital adiantado.

A pergunta é: os capitalistas que adiantam \$ 685 bilhões – que se abstêm de consumi-los e que incorrem em risco para recuperá-los – não deveriam receber nenhuma remuneração por isso? Será que durante os próximos 20 ou 30 anos eles deveriam se contentar apenas em recuperar – isso se tudo der certo – tão somente os \$ 685 bilhões de que abriram mão, sem receber nenhuma remuneração pelo seu tempo de espera e pelo risco em que incorreram?

REFLEXÕES XVII

Em suma, você realmente acredita que ter \$ 1.000 hoje é o mesmo que ter \$ 1.000 apenas daqui a 500 anos (e assumindo zero de inflação de preços), mesmo que ambos os valores contenham o mesmo tempo de trabalho? Pois é exatamente esse o raciocínio por trás de toda a análise marxista da exploração. O que está errado, portanto, com a teoria da exploração de Marx é que ele não compreende o fenômeno da preferência temporal como uma categoria universal da ação humana.

Os capitalistas, ao adiantarem seu capital e sua poupança para todos os seus fatores de produção (pagando os salários da mão de obra e comprando maquinário), esperam ser remunerados pelo tempo de espera e pelo risco que assumem. Por outro lado, os trabalhadores, ao receberem seu salário no presente, estão trocando a incerteza do futuro pelo conforto da certeza do presente.

O fato de o trabalhador não receber o "valor total" da produção futura não tem nada a ver com exploração; simplesmente reflete o fato de que é impossível o homem trocar bens futuros por bens presentes sem que haja um desconto. O pagamento salarial representa bens presentes, ao passo que os serviços de sua mão de obra representam apenas bens futuros. A relação trabalhista, longe de ser uma situação de exploração, é apenas uma relação de troca entre bens presentes (o capital do capitalista) por bens futuros (os bens que serão produzidos pelos trabalhadores e pelo maquinário utilizado, e que só estarão disponíveis no futuro).

Böhm-Bawerk expressou tudo isso de maneira bem mais resumida: *"Parece-me justo que os trabalhadores cobrem o valor integral dos frutos futuros do seu trabalho; mas não é justo eles cobrarem a totalidade desse valor futuro agora."* ●

Juan Ramón Rallo: diretor do Instituto Juan de Mariana e professor associado de economia aplicada na Universidad Rey Juan Carlos, em Madri. É o autor do livro *Los Errores de la Vieja Economía*.

Ter de trabalhar é o equivalente a ser escravo? Para a esquerda, sim

Julian Adorney



Ter de trabalhar é algo coercivo? Ter de trabalhar representa um atentado contra as liberdades individuais? A se julgar pelo que dizem as esquerdas, e até mesmo a esquerda libertária, sim.

Para muitos progressistas, todo o necessário para se abolir as liberdades de um indivíduo é fornecer a ele um emprego considerado ruim (segundo os padrões progressistas). A Amazon, por exemplo, é constantemente criticada pelo seu ambiente de trabalho, com vários detratores como o site *Business Insider* chamando-o de "campo de escravos".

[N. do E.: segundo a reportagem – que beira o cômico para os padrões brasileiros –, a Amazon comete o inaceitável crime de pagar um salário mínimo (em libras esterlinas), exige metas de produtividade, e maliciosamente se recusa a empregar uma vultosa mão de obra permanente (pois não quer correr o risco de lidar com sindicatos grevistas), preferindo utilizar as agências de emprego para conseguir empregados temporários. Para completar, a reportagem, em tom de espanto, diz que "apesar dos baixos salários, há várias pessoas à procura desse emprego"].

Pode-se dizer que essa comparação entre "empregos ruins" e campos de trabalho forçado – um luxo comparativo a que se podem dar apenas os países ricos –, no mínimo, faz uma confusão básica a respeito da natureza fundamental da coerção.

Vários esquerdistas, dentre eles a própria esquerda libertária – como, por exemplo, Susan Webber do site *Naked Capitalism* –, argumentam que, dado



REFLEXÕES XVII

que temos de trabalhar para viver, o trabalho é uma atividade coerciva. Se você tem de fazer **x** para viver, então certamente quem controla sua capacidade de fazer **x** está coagindo você.

O problema com esse argumento é que o estado natural em que vivemos não é um paraíso rousseauiano, mas sim um lugar brutal no qual a maioria morreria rapidamente caso o trabalho e o progresso não houvessem criado moradias, vestuários e uma crescente quantidade de alimentos. O estado natural do homem é o da pobreza. A pobreza é a condição natural e permanente do homem ao longo da história do mundo. E, caso ainda estivessemos nesse estado, estaríamos hoje diariamente efetuando um infundável trabalho exaustivo e maçante apenas para caçar, matar e cozinhar qualquer coisa que fosse capaz de nos manter vivos. A jornada de trabalho abrangeria todo e qualquer momento do dia em que estivessemos acordados, e o salário seria apenas a refeição ocasional que conseguíssemos fazer.

E foi o capitalismo – empreendedorismo, divisão do trabalho, propriedade privada, acumulação de capital e investimentos – que praticamente aboliu essa condição miserável e nos proveu com a abundância com a qual hoje estamos acostumados. Não há nada impedindo as pessoas de voltarem a viver nesse estado de coisas no mundo moderno – por exemplo, isolando-se numa floresta –, mas a beleza do capitalismo é que ele nos oferece uma maneira para sairmos dessa existência desgraçada e miserável.

Quando uma empresa oferece um emprego a um indivíduo, ela não o está ameaçando com a frase "trabalhe ou morra!", da maneira como faziam os senhores de engenho; ela está simplesmente prometendo a este indivíduo que, se ele ajudar a empresa a ser bem-sucedida, a empresa lhe dará dinheiro, o qual representa um meio para melhorar seu padrão de vida. Trata-se de um arranjo moral: você me ajuda, eu lhe ajudo.

Há também outro argumento progressista muito frequentemente repetido: o ambiente de trabalho seria coercivo em virtude de uma desigual distribuição de poder. Segundo tal raciocínio, o fato de os patrões poderem demitir aqueles empregados que não fizerem **x** seria um ato de coerção. Tal raciocínio, obviamente, desconhece a

REFLEXÕES XVII

natureza do trabalho e ignora o poder dos empregados.

Coerção, de acordo com o Oxford English Dictionary, significa "a prática de induzir, pressionar ou compelir alguém a fazer algo pela força ou ameaça." Envolve uma ameaça de ferir alguém caso tal pessoa não faça **x**. Em uma prisão ou campo de trabalho forçado, prisioneiros podem ser espancados ou mortos por não cumprirem ordens. Isso é fundamentalmente diferente da promessa de um empregador normal, o qual manterá uma relação voluntária com os empregados enquanto essa relação for mutuamente benéfica. Enquanto o empregado estiver desempenhando um bom serviço, a empresa continuará ajudando-o a melhorar seu padrão de vida. No entanto, se o empregado não mais oferecer valor para a empresa para a qual trabalha, então essa empresa não tem nenhuma obrigação de continuar a ajudá-lo.

Recusar-se a continuar ajudando alguém que não mais lhe ajuda é fundamentalmente diferente de usar de "força ou ameaça", estas sim inerentes à coerção. O chicote de um senhor de engenho piora a situação de uma pessoa que não faz o que lhe mandam. Os salários continuamente pagos por um patrão melhoram a situação de uma pessoa que faz o que lhe pedem. Sim, é verdade que ser demitido pode deixar um empregado em uma situação ruim. E isso é ainda pior se ele for demitido sem aviso prévio. Trabalhar para uma empresa muito exigente, em conjunto com a possibilidade real de ser repentinamente demitido caso não faça um bom trabalho todos os dias, não constitui um tipo de emprego com o qual todos nós sonhamos. Porém, dizer que isso é igual a um trabalho escravo chega a ser inclusive desrespeitoso para com os empregados, pois se está maculando a empresa para a qual trabalham.

A comparação ignora o poder dos empregados. Eles podem sair de uma empresa sempre que quiserem. Nada os proíbe disso. Mais ainda: o fato de poderem sair da empresa sempre que quiserem lhes concede o poder de deixar seu empregador em uma situação difícil. Em uma pequena empresa, um empregado que pede demissão pode deixar a empresa sem a força de trabalho necessária para continuar com seus serviços. Se um contador repentinamente sair de uma empresa de contabilidade durante o período de acerto do Imposto de Renda, essa empresa pode ficar em sérias

REFLEXÕES XVII

dificuldades para cumprir o prazo de seus acordos com seus clientes. Mesmo em empresas grandes, empregados que repentinamente pedem demissão geram custos para seus patrões. Os custos para se encontrar substitutos e treiná-los podem variar entre 20 e 50% do salário anual desse empregado.

No mais, esse tipo de comparação também ignora o fato de que as pessoas tendem a encontrar empregos que representam sua melhor alternativa. Esse é o caso da Amazon no Reino Unido, que foi severamente criticada em 2013 por ter construído seus "centros de processamento" em regiões que, segundo o *The Guardian*, são "locais de alta taxa de desemprego e poucas oportunidades econômicas". Ora, mas isso foi ótimo para esses desempregados. Trabalhadores que até então estavam sem empregos, correram para a Amazon sabendo que, embora não fosse o trabalho dos sonhos, representaria uma alternativa superior à realidade vigente deles: o desemprego.

A questão da coerção é importante de ser entendida porque representa o cerne da diferença entre o governo e o setor privado. Se você não fizer **x**, o governo irá punir você: ele pode confiscar seus ativos, jogar você na cadeia e até mesmo matar você. Isso sim é genuína coerção. Em comparação, se um patrão pede a você para fazer **x**, ele não pode lhe ameaçar; tudo o que ele pode fazer caso você diga 'não' é parar de continuar lhe dando dinheiro.

Essa diferença ressalta a essencial liberdade que há no mercado. Em qualquer tipo de relação de mercado, um lado pode optar por se retirar e o outro lado não pode lhe infligir nenhum malefício. Essa é uma liberdade que notavelmente não existe em nossa relação com o governo. ●

Julian Adorney: diretor de marketing da *Peacekeeper*, um aplicativo de *smartphone* que oferece uma alternativa para serviços de emergência. É também historiador econômico, tendo como base a economia austríaca. Já publicou nos sites do *Ludwig von Mises Institute* do EUA, *Townhall*, e *The Hill*.

Ouro não é mais dinheiro e não voltará a ser

Fernando Ulrich



Ron Paul, o famoso congressista e libertário americano, certa vez perguntou ao então presidente do Federal Reserve (Fed) Ben Bernanke se "ouro era dinheiro". O breve debate ocorreu em uma audiência do Financial Services Subcommittee sobre Política Monetária, em julho de 2011.

"Quando você acorda de manhã, você se importa com o preço do ouro?", perguntou ele a Bernanke.

"Bem", disse o ex-chairman do Fed, "eu presto atenção ao preço do ouro. Mas acho que ele reflete um monte de coisas. Ele reflete as incertezas globais. Creio que a razão pela qual as pessoas entesouram ouro é como forma de proteção ao que chamamos de riscos de cauda (tail risk), resultados realmente catastróficos. E na medida em que os últimos anos deixaram as pessoas mais preocupadas com o potencial de uma crise maior, elas então têm ouro como uma proteção".

Não satisfeito, Dr. Paul retrucou: "Você acha que o ouro é dinheiro?". Bernanke pausou, estranhando a pergunta, mas deu sua resposta: "Não, não é dinheiro. É um metal precioso".

"Mesmo que tenha sido dinheiro pelos últimos 6.000 anos, alguém reverteu isso, eliminou essa lei econômica?", replicou Dr. Paul.

"Bem, é um ativo", afirmou o ex-chairman do Fed. "Você diria que Treasury Bills (títulos do Tesouro) são dinheiro? Tampouco acho que são dinheiro, são um ativo."



REFLEXÕES XVII

"Por que bancos centrais possuem ouro?"

"Bem, é uma forma de reserva."

"Por que não possuem diamantes, em vez de ouro?"

"Bem, é uma tradição, uma tradição em longo prazo", concluiu Ben Bernanke.

Quem tem razão nesse debate? Por incrível que possa parecer – e jamais achei que fosse escrever isso –, Bernanke está repleto de razão. Ouro não é dinheiro. Mas os bancos centrais mantêm ouro em reserva não apenas por tradição – nesse ponto, o ex-chairman do Fed é um pouco simplista. A tradição advém dos tempos em que o papel-moeda era de fato lastreado no metal precioso. Há muito mais do que apenas tradição nisso.

Mas Bernanke tem razão, e Ron Paul está errado. Ouro já foi dinheiro, mas não é mais. E não é dinheiro há muitos anos, décadas. Talvez há quase um século. Desde o momento em que os cidadãos foram proibidos de resgatar as cédulas de papel em espécie – moedas e barras de ouro –, para todos os fins práticos dos intercâmbios monetários, ouro não circula na economia há bastante tempo.

Se definirmos moeda como o "meio de troca universalmente aceito", é claro que o ouro, hoje, não é dinheiro. Se definirmos moeda como "qualquer bem econômico empregado indefinidamente como meio de troca", ouro também não pode ser considerado moeda – quase não se tem notícias de empresas que aceitam ouro como forma de pagamento ou de trocas comerciais liquidadas com o metal.

Adquirir ouro hoje em dia é uma tarefa ingrata em muitos países. No Brasil, a forma mais simples para valores expressivos – ainda assim extremamente laboriosa – é por meio de corretoras. Mas faça uma aposta: ligue agora para seu corretor e peça para executar uma ordem de compra de ouro. É bastante provável que ele tenha que desligar para poder se informar no *back-office* como diabos se compra ouro no mercado financeiro.

Ultrapassadas as barreiras iniciais e lograda a aquisição, você será dono de um papel chamado OZ1D, um contrato cujo lastro são 250

REFLEXÕES XVII

gramas do metal precioso garantido pela BM&F Bovespa. Mas não tente jamais resgatá-lo em espécie, pois essa seria uma aventura digna de outro artigo. Porém, esse contrato não pode ser transferido a outra pessoa. Para vender o seu OZ1D, você precisa usar novamente a corretora. Se estivéssemos falando de quantidades menores – 10 gramas, por exemplo, que podem ser adquiridas mais facilmente na *internet* –, as dificuldades de negociação seriam as mesmas que para o papel-moeda em espécie: você não consegue transferi-lo a um comerciante distante; a troca deve ser em pessoa.

Em outros países, os problemas para aquisição do ativo são similares. O ponto aqui é simples: ouro não é mais dinheiro, é um ativo líquido e, mesmo assim, provavelmente nem tão líquido quanto outros ativos do mercado financeiro (ações, títulos de dívida, etc.). Para você comprar algo com ouro, há uma elevada probabilidade de que precise, antes, conseguir dinheiro, a moeda corrente local, a fim de concretizar a transação. Isso, por si só, seria suficiente para concluir que ouro, definitivamente, não é mais dinheiro.

Não nego o fato de que a evolução do nosso dinheiro não foi nada natural. O papel-moeda que hoje usamos é fruto direto das intervenções dos Estados no âmbito monetário. O ouro não deixou de circular na economia meramente por livre decisão da sociedade; não foi o processo espontâneo de mercado o único responsável pelo desaparecimento do metal no cotidiano da economia. A grande responsabilidade pela eliminação do ouro como dinheiro ou padrão monetário recai nas decisões arbitrárias dos bancos centrais. A âncora no ouro sempre foi um empecilho às políticas monetárias expansionistas; livrar os bancos centrais dessa amarra foi uma decisão política. Não havia ciência nem progresso tecnológico que pudessem justificar o fim do papel desempenhado pelo ouro no sistema monetário.

Mas se ouro não é dinheiro, então o que é? Voltemos a Bernanke: ouro é simplesmente um metal precioso. É uma *commodity*. E tem sido usado como ativo no portfólio de muitos investidores como proteção contra cenários bastante catastróficos. Um porto seguro para preservação de valor. Durante milênios, ouro foi ou o meio circulante propriamente dito ou o lastro ao meio circulante.

REFLEXÕES XVII

Naturalmente, a memória coletiva da humanidade não permite interromper esse processo de forma abrupta. E justamente devido à tradição milenar de *commodity* empregada como dinheiro é que o ouro segue sendo um refúgio, um ativo de proteção para muitas pessoas. Nesse sentido, o risco de um cataclismo financeiro global reforça, ou sustenta, a demanda pelo metal precioso – em um cenário de colapso do papel-moeda e de crise sistêmica, o ouro poderá voltar a ser demandado como moeda corrente ou como lastro para as moedas nacionais – esse é o racional.

Por que precificar pelo ouro é errado– Se ouro não é mais moeda e está longe de ser o bem mais líquido em uma economia, precificar outros bens com o metal não tem sentido algum. Analisar a evolução do Dow Jones, da Bovespa ou de qualquer outro ativo do mercado financeiro pelo ouro carece de fundamento.

A característica principal de uma moeda extremamente líquida é a de servir como unidade de conta, seja em uma jurisdição, seja internacionalmente. Para muitos economistas, servir como unidade de conta é a própria definição de moeda – embora divirja dessa opinião, pois moeda é mais um adjetivo que descreve uma propriedade que diferentes objetos podem possuir, em graus distintos, mas deixemos essa discussão para depois. Voltando ao ponto que interessa, pergunto: qual é a moeda mais demandada no mundo atualmente? O dólar, é óbvio. Não é o euro. Nem o iene. E muito menos o ouro – que não é moeda, é uma *commodity*.

Mas o fato de o dólar não ter nenhuma base ou lastro para seu valor – depende unicamente das decisões arbitrárias dos PhDs do Fed – não prejudica qualquer análise temporal dos preços de outros bens e ativos? Em outras palavras, o fato de o dólar ser constantemente inflacionado pelo Fed não pode distorcer a análise de valor dos outros bens e ativos?

É claro que pode. E, sim, distorce. Mas por ser o bem mais líquido em uma economia, por ser a moeda mais demandada internacionalmente e ter uma oferta relativamente estável – atentem para o "relativamente", o que não significa desejável ou correto –, o dólar é inevitavelmente a unidade de conta internacional. É a moeda global. É o bem pelo qual todos os outros

REFLEXÕES XVII

bens no mundo são precificados atualmente. E não há nada que os 6.000 anos de história do ouro possam fazer para mudar essa realidade.

Se a inflação monetária do dólar engendrada pelo Fed deturpa uma análise precisa de valor ao longo do tempo, que meios temos para mitigar essa falha? A melhor opção existente é ajustar o dólar pela depreciação da moeda conforme medida por índices de preço, apesar dos milhares de defeitos inerentes aos índices de preços. Talvez utilizar alguma mescla de índices de preços minimize as imperfeições de um índice apenas.

Mas ajustar pelo ouro não seria uma alternativa melhor? Se estivéssemos em 1900, talvez. Mas não hoje em dia, em que o ouro foi largamente desmonetizado, não é um bem com alta liquidez no mercado, não é usado como meio de troca; é apenas uma *commodity*, um ativo de proteção com baixíssima proporção nos *portfólios* de investimentos globais. O metal precioso já foi um excelente termômetro da depreciação das moedas fiduciárias. A alta no valor do ouro refletia, em larga medida, a inflação gerada pelos bancos centrais. Contudo, dado o *status* atual de apenas *commodity* ou ativo de proteção, essa relação já não é mais tão estreita. Por isso, analisar outros bens e ativos ao longo do tempo, ajustados pelo preço do ouro, é mais do que um equívoco, pois insere uma distorção adicional à já complicada análise pela moeda global, o dólar, que sofre manipulações diárias pelos PhDs do Fed.

Não basta uma oferta estável – como a do ouro – para servir como um bom mensurador de preço ao longo do tempo. É necessário, também, uma demanda relativamente estável. E isso, hoje, o ouro infelizmente não tem. Que estejamos sob um padrão monetário sem lastro algum, em que a provisão de moeda obedece às vontades de economistas com alto grau de discricionariedade, não nego. Aliás, lamento. Mas a realidade é inegável: ouro não é mais moeda. A moeda global é o dólar. O denominador comum mundial é o *greenback*. Pedacos de papel e dígitos eletrônicos, nos quais as pessoas confiam e pelos quais bens e serviços são intercambiados no mundo todo e a riqueza do planeta é precificada. E esse estado de coisas não retrocederá no tempo.

Ouro não voltará a ser dinheiro– Durante a década de 1960, economistas do calibre de Milton Friedman e Paul Samuelson prognosticaram que, caso o dólar fosse libertado das correntes do ouro, o preço do metal cairia bem abaixo do valor oficial de US\$ 35/onça. Segundo eles, o ouro acabaria tendo seu valor restrito ao seu uso não monetário, estimado então em US\$ 6/onça. A *commodity* seria finalmente desmonetizada, previam.

Contudo, uma minoria de economistas da Escola Austríaca de Economia (por exemplo, Ludwig von Mises e Jacques Rueff, assessor econômico do general Charles DeGaulle) antevia precisamente o oposto: com o fim da conversibilidade do dólar em ouro, a moeda americana ficaria desprovida de lastro, perdendo na prática o câmbio fixo com o metal precioso e possibilitando a inflação descontrolada de papel-moeda. A alta no preço do ouro seria uma consequência inevitável, um reflexo da depreciação do dólar.

Friedman e Samuelson erraram. Mises e Rueff estavam certos nas suas previsões. Quando Richard Nixon cortou o último vínculo formal com o ouro – em 1971, jogando pela janela o sistema de Bretton Woods –, a cotação da *commodity* disparou, chegando a mais de US\$ 70 em poucos meses. Os anos seguintes foram marcados pela inflação galopante do dólar e a implacável alta no preço do ouro. Naturalmente, o metal seguiria servindo como refúgio e proteção em um mundo de papel-moeda e câmbios flutuantes.

O passo político para o início da desmonetização total do ouro foi dado em 1971. Mas as circunstâncias tecnológicas estão se desenrolando há muito mais tempo. Na prática, o ouro já havia sumido do dia a dia da economia décadas antes do fim de Bretton Woods. O metal precioso desapareceu do cotidiano dos agentes econômicos não apenas por decisões políticas, como também por questões de simples conveniência, por questões de uso prático. Recorrendo ao economês, usar ouro em espécie eleva os chamados custos de transação. Custodiar e transferir o ouro sempre foram empreitadas complicadas, especialmente em longas distâncias. Todo o sistema bancário se desenvolveu para resolver, dentre outras coisas, essa grande desvantagem do metal. Os substitutos de

REFLEXÕES XVII

dinheiro (certificados de depósito, cédulas bancárias e depósitos bancários) foram concebidos para melhor prover os serviços que o metal físico jamais conseguiria. Ironicamente, a materialidade do ouro é uma força – pois por meio dela a escassez é assegurada –, mas é também uma grande fraqueza, porque dificulta a custódia e a simples transmissão de propriedade.

Ouro, como padrão monetário, é insuficiente sem um sistema de pagamentos. Ouro, como moeda, jamais prescindiria de inúmeros terceiros responsáveis pela custódia, liquidação e transferência. Esse emaranhado de intermediários inevitavelmente introduz uma vulnerabilidade no sistema: o risco da contraparte.

Sejamos honestos, transacionar com ouro em espécie é inconveniente. A característica fundamental do ouro como dinheiro reside na sua oferta inelástica, na incapacidade de governos ou bancos inflacionarem a quantidade do metal em circulação. Mas seria a materialidade a única forma de garantir uma moeda inviolável? Mais adiante retornarei a esse ponto.

Friedman e Samuelson erraram porque acreditavam que não haveria mais demanda por ouro como ativo. Não entenderam que a estabilidade de valor – a previsibilidade do poder de compra – era protegida pela âncora na *commodity*. Mises e Rueff entendiam muito bem essa relação. À época, simplesmente não havia alternativa à moeda puramente fiduciária senão o ouro, a despeito de todos os inconvenientes de uso prático.

Mas hoje os tempos são outros.

O invento do bitcoin mudou radicalmente os fundamentos do ouro. O passo político para desmonetização do metal foi dado há 40 anos; mas será o bitcoin o responsável pela sua desmonetização absoluta. Uma criptomoeda como o bitcoin tem o potencial de restringir o valor do ouro ao seu uso não monetário. No futuro, o preço do metal refletirá majoritariamente a sua demanda em aplicações industriais, joias ou qualquer outra utilidade possível. A previsão de Friedman e Samuelson será concretizada, não pelos motivos expostos por eles, mas sim porque hoje há uma alternativa à altura da *commodity* milenar.

A superioridade tecnológica do bitcoin- Se os *gold bugs* continuam lendo até aqui, peço-lhes um pouco mais de atenção aos argumentos que seguem.

Por que afirmo que o bitcoin é superior ao ouro?

Qualificar o bitcoin como o ouro digital é subestimar toda a potencialidade dessa invenção revolucionária. Ambas são *commodities* escassas, uma pelas leis da natureza, a outra pelas leis da matemática. Mas as semelhanças acabam por aí. Um bitcoin é perfeitamente divisível. Bitcoins podem ser custodiados pelo próprio detentor e em diversos formatos – físico ou digital –, sem precisar de algum terceiro. Na verdade, bitcoins não são "manuseados", não há posse física. O que temos é a titularidade dos bitcoins gravada no *blockchain*, e o que se guarda são apenas as senhas (chave privada) que dão acesso e controle aos fundos. E não importa o saldo custodiado. O mecanismo de controle é indiferente à quantia em questão. Podemos transferir bitcoins diretamente entre dois usuários, independentemente de localização geográfica ou montante. Não há fronteiras.

Bitcoin é dinheiro programável. Você pode configurar condicionantes para liberação de fundos. É possível definir múltiplas senhas, em que são necessárias ao menos duas assinaturas para a transferência ser efetuada, em uma espécie de conta-caução (*escrow account*).

Bitcoins não podem ser confiscados, apreendidos ou bloqueados. Simplesmente não há o que bloquear. Não há a quem cercar ou coagir. A rede não pode ser obstruída por decreto. A não ser que derrubem toda a *internet*, o *blockchain* seguirá pulsando nos computadores distribuídos ao redor do mundo. O bitcoin é a evolução do dinheiro. É a forma mais abstrata de moeda já inventada pelo homem.

Não muito tempo atrás, uma das críticas contra a moeda digital era: o que você pode fazer com um bitcoin? Não tem valor intrínseco, não tem utilidade, alegavam os céticos. Hoje a situação é inversa. A quantidade e diversidade de aplicações possíveis ou potenciais da tecnologia são assombrosas. Inclusive, manter-se atualizado acerca de todas as iniciativas e novos projetos sendo desenvolvidos com a

inovação do bitcoin tornou-se um feito quase inalcançável. Desde registro de ações e transferências de ativos, até plataformas de apostas e previsões, registro de terras, comprovação de documentos, serviços notariais, processos de auditoria, etc. Certamente me esqueci de uma dúzia de outras iniciativas. A utilidade potencial da tecnologia está recém sendo percebida, entendida e desenvolvida.

O ritmo de inovação desencadeado pela invenção do bitcoin é simplesmente extraordinário. Mas já que este artigo é essencialmente sobre o ouro – e o início do seu fim como ativo de proteção –, devolvo a pergunta aos *gold bugs*: o que podemos fazer com o metal precioso? Qual a sua utilidade além de ativo ou moeda? De todas essas aplicações possíveis, quais são realmente essenciais ou relevantes ao seu uso como moeda ou ativo de proteção?

A questão fundamental, porém, e sobre a qual os *gold bugs* devem refletir, é esta: qual de suas propriedades intrínsecas é realmente essencial à função monetária? Qual característica de fato distinguiu o ouro dentre outros meios de troca? A escassez. A impossibilidade de reproduzi-lo em laboratório. A sua oferta rígida e limitada pela própria natureza. O que nos remete à pergunta feita acima: seria a materialidade a única forma de garantir uma moeda inviolável?

Historicamente, a escassez e a tangibilidade sempre foram inseparáveis. Mas o bitcoin conseguiu a façanha de dissociar a escassez da tangibilidade. A invenção de Satoshi Nakamoto permitiu recriar a escassez do mundo físico na forma digital. E as implicações disso não podem ser menosprezadas. Assim, quando um *gold bug* pergunta "por que não lastrear o bitcoin em ouro?", das duas, uma: ou ele não entende o propósito do lastro em ouro ou ele não entende como funciona o bitcoin. Implicitamente, o que eles buscam é uma forma de assegurar a restrição de oferta, é impedir a inflação, é garantir a escassez. Mas não há com o que se preocupar, pois a criptomoeda já contém esse atributo no seu código-fonte.

O futuro da moeda– Em sua obra "The Case for 100 Percent Gold Dollar", Murray Rothbard escreveu:

É particularmente estranho que aqueles que professam ser campeões da economia de livre mercado sugiram padrões monetários complexos para evitar lidar com o simples fato: que o

REFLEXÕES XVII

ouro, aquele escasso e valioso metal produzido pelo mercado, sempre foi, e continuará sendo, de longe a melhor moeda para a sociedade humana.

Estivesse vivo hoje, creio que Murray Rothbard repensaria essa afirmação. Não sei se o bitcoin será a moeda corrente no futuro. Não sei que forma ou nome terá a moeda no futuro. Mas tenho cada vez mais convicção de que o ouro não terá nenhum papel a desempenhar no sistema monetário das gerações vindouras. Suas vantagens históricas são potenciais fraquezas hoje em dia.

Naturalmente, o principal ingrediente, em qualquer sistema monetário, é a liberdade. A liberdade de produzir e de escolher moeda. Nesse ambiente, tenho certeza de que a melhor alternativa será descoberta pelos indivíduos. Hoje não temos esse ambiente. Mas mesmo se o tivéssemos, ouro dificilmente seria superior ao Bitcoin. Considerando o estado de socialismo absoluto no âmbito monetário, a única alternativa viável de uma moeda de livre mercado é o próprio bitcoin ou o que vier a superá-lo. O que quero dizer com isso? Permitam-me citar um trecho de um artigo de 1966 do ex-chairman do Fed Alan Greenspan, intitulado "Ouro e liberdade econômica", para contribuir com minha resposta:

Na ausência do padrão-ouro, não há como o indivíduo proteger sua poupança do confisco que ocorre por meio da inflação. Não existe mais uma reserva de valor confiável. Se existisse, o governo torná-la-ia ilegal, assim como fez com o ouro. Se todos os cidadãos decidissem, por exemplo, converter seus depósitos bancários em prata ou cobre ou em qualquer outro bem, e em seguida se recusassem a aceitar cheques como forma de pagamento por seus bens, os depósitos bancários (formados por dinheiro de papel) perderiam todo o seu poder de compra, e a expansão do crédito bancário fomentada pelo governo passaria a ter valor zero. A política financeira do Estado assistencialista requer que não haja maneiras com que os proprietários de riqueza possam se proteger. (grifo nosso)

O bitcoin sobressai-se ao ouro precisamente no ponto em que o último fracassou: uma forma de reserva de valor segura. À prova de confiscos. Imune a bloqueios. Livre do risco de terceiros fiduciários.

REFLEXÕES XVII

Especialmente quando levamos em conta a tendência atual de cada vez mais impotência perante o sistema financeiro tradicional – guerra contra o dinheiro e juros negativos –, o bitcoin surge como uma grata e necessária inovação no mundo financeiro.

Por todos esses motivos, o ouro pouco a pouco perde seu apelo como ativo financeiro, como ativo de proteção, como porto seguro. No longuíssimo prazo, o valor do ouro estará predominantemente ligado à sua utilidade industrial. Acabará sendo nada mais que uma relíquia bárbara, um metal precioso, mais um símbolo na tabela periódica.

Antes de concluir, um breve adendo com relação ao preço do ouro atual (cerca de US\$ 1.100/onça). A queda dos últimos meses pode estar refletindo a expectativa de aumento dos juros e um dólar relativamente mais forte, é verdade. Mas também pode estar refletindo justamente o que expus neste texto. É impossível saber com certeza. A reflexão aqui contida, porém, não está embasada pela queda ou alta recentes de um ou outro ativo. O diagnóstico é bem mais profundo que isso. Vale destacar que boa dose do racional de valorização potencial do ouro – na óptica dos *gold bugs* – advém principalmente da expectativa de que investidores, cedo ou tarde, se darão conta da insanidade perpetrada pelos bancos centrais mundiais e buscarão refúgio no metal. Alguns anteveem um cenário ainda mais otimista: uma possível remonetização da *commodity* elevaria sobremaneira sua cotação. Mas essa conjuntura não se materializará.

O bitcoin já vem sendo demandado como um porto seguro e, na margem, está abocanhando uma fatia do ouro na alocação de investimentos destinados a ativos dessa natureza. Não encarem, contudo, este artigo como um sinal de compra ou venda imediata da criptomoeda ou do metal – não estou fazendo *timing* de investimento. Meus argumentos e previsões aqui expostos têm mais a ver com uma tendência secular, com uma transformação fundamental no âmbito monetário do que com uma simples oportunidade de investimento. A seu favor, os *gold bugs* têm a história. Não se apagam milênios de experiência humana da noite para o dia. Mas isso não será suficiente para manter o *status* de ativo de proteção nos próximos séculos. O bitcoin, a seu favor, tem a

REFLEXÕES XVII

superioridade tecnológica, a redução nos custos de transação e a blindagem natural contra a coerção estatal. Nada disso é garantia de que será demandado, mas é um bom indício de que pode vir a ser. E um indício melhor ainda de que a liberdade vencerá. ●

Fernando Ulrich: é mestre em Economia da Escola Austríaca, com experiência mundial na indústria de elevadores e nos mercados financeiro e imobiliário brasileiros. É conselheiro do Instituto Mises Brasil, estudioso de teoria monetária, entusiasta de moedas digitais, e mantém um blog no portal InfoMoney chamado "Moeda na era digital". Também é autor do livro "Bitcoin - a moeda na era digital".

A seguridade social compulsória

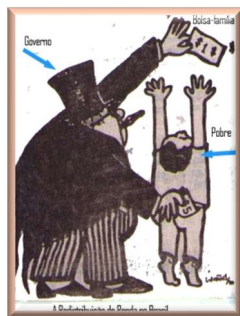
Ludwig von Mises



N. do T.: O artigo a seguir foi extraído do livro Socialism: An Economic and Sociological Analysis, escrito por Mises em 1922.

A essência do programa estatizante da Alemanha é a seguridade social. Entretanto, mesmo as pessoas fora do Império Alemão também passaram a enxergar a seguridade social como o ápice da sabedoria política. Enquanto alguns aplaudem os maravilhosos resultados obtidos por essa instituição, outros reprovam tais medidas pelo simples fato de elas não terem sido mais abrangentes, por não terem incluído todas as classes e por não darem aos beneficiados tudo o que, em sua opinião, eles deveriam ganhar. A seguridade social, já foi dito, foi criada para dar a cada cidadão a assistência necessária, o melhor tratamento médico em caso de doença e o sustento adequado caso ele fique incapacitado para o trabalho por causa de acidente, doença ou idade avançada, ou mesmo caso ele não consiga encontrar emprego nas condições que considere necessárias.

Nenhuma sociedade civilizada permite insensivelmente que os pobres e os incapacitados morram de fome. Sempre existiu algum tipo de instituição criada para socorrer da miséria aquelas pessoas incapazes de se sustentarem a si próprias. À medida que o bem-estar geral foi aumentando como consequência do desenvolvimento do capitalismo, as medidas de ajuda aos pobres também melhoraram. Simultaneamente, o fundamento legal para essas ajudas também mudou. O que antes era uma caridade – sobre a qual os pobres não tinham o direito reivindicativo – hoje tornou-se uma obrigação da sociedade. Todos os arranjos



REFLEXÕES XVII

foram feitos para garantir o sustento dos pobres. Porém, no início, ainda havia um cuidado para não dar ao indivíduo o direito – executável por força legal – de exigir seus benefícios. Da mesma forma, ainda não se havia pensado em remover o estigma que acometia todos aqueles que assim eram sustentados pela comunidade. E isso não era insensibilidade. Toda a discussão que se originou, por exemplo, com as Poor Laws inglesas, modificadas em 1834, mostram que as pessoas até então estavam plenamente cômicas dos grandes perigos sociais envolvidos em cada expansão dos programas assistencialistas.

A seguridade social alemã e os programas semelhantes de outros Estados foram erigidos sobre bases muito distintas. O sustento passou a ser um direito que a pessoa pode impor por força de lei. O beneficiário não sofre qualquer tipo de difamação por conta de seu *status* social. Ele torna-se um pensionista do Estado assim como o rei ou seus ministros. Também não há dúvidas de que ele passa a ter o direito de ver aquilo que ele recebe como sendo o equivalente de suas próprias contribuições (como se ele fosse o recebedor de uma anuidade de seguro, como qualquer pessoa que tenha feito um contrato de seguro). Pois as contribuições securitárias sempre se dão à custa do salário, não importando se elas são coletadas do empreendedor ou dos trabalhadores. O montante que o empreendedor tem de pagar pela seguridade representa um encargo sobre a produtividade marginal do trabalho, o que tende a reduzir os salários da mão de obra. Como os custos de manutenção do programa são cobertos por impostos, o trabalhador claramente está contribuindo com sua fatia, direta ou indiretamente.

Os intelectuais propagandistas da seguridade social – assim como para os políticos que a implantaram – creem que doença e saúde são duas condições do corpo humano claramente separadas uma da outra, e sempre diagnosticadas sem qualquer dúvida ou dificuldade. Qualquer médico poderia diagnosticar as características da "saúde". Já a "doença" era um fenômeno corpóreo que aparecia independentemente da vontade humana e que não era suscetível às influências dessa vontade. Havia pessoas que por um motivo ou outro simulavam doença, porém um médico poderia desmascarar a farsa. Somente a pessoa saudável era

REFLEXÕES XVII

totalmente eficiente. A eficiência da pessoa enferma era diminuída de acordo com a natureza e gravidade de sua doença, e o médico era capaz de indicar, por meio de testes fisiológicos objetivamente averiguáveis, o grau de redução da eficiência.

Ocorre que cada afirmação dessa teoria é falsa. Não existe uma fronteira claramente definida entre a saúde e a doença. Estar doente não é um fenômeno independente de vontade consciente e de forças psíquicas atuando no subconsciente. A eficiência de um homem não é meramente o resultado de sua condição física; ela depende amplamente de sua mente e de sua determinação. Assim, toda a ideia de que é possível, por meio de exames médicos, separar o incapaz do capaz e dos fingidores, bem como separar aqueles que são aptos a trabalhar daqueles que não são, é insustentável.

Aqueles que acreditam que seguro-saúde e seguro contra acidentes podem se basear em meios totalmente eficazes de certificar doenças, ferimentos e suas consequências estão redondamente enganados. O aspecto destrutivo do seguro-saúde e do seguro contra acidentes está, acima de tudo, no fato de que tais instituições promovem (subsídiam) acidentes e doenças, retardam a recuperação, e muito frequentemente criam – ou de alguma forma intensificam e prolongam – os distúrbios funcionais que se seguem às doenças ou aos acidentes.

Uma doença especial, a neurose traumática, que já havia aparecido em alguns casos como resultado da regulamentação dos pedidos de indenização por lesões, acabou se tornando, por causa da seguridade social compulsória, uma doença nacional. Ninguém mais nega o fato de que a neurose traumática é resultado da legislação social. De maneira avassaladora, as estatísticas mostram que as pessoas que têm seguro levam muito mais tempo para se recuperar de suas lesões do que aquelas que não têm. Da mesma forma, elas também são mais propensas a sofrer distúrbios funcionais permanentes (ou prolongados) do que os não segurados.

Seguro contra doenças produz mais doença. Observações individuais feitas por médicos, bem como pela estatística, comprovam que a recuperação de doenças e lesões é muito mais lenta para funcionários públicos, empregados permanentes e

REFLEXÕES XVII

peças compulsoriamente seguradas do que para os membros de profissões não seguradas, bem como para indivíduos também não segurados. O desejo e a necessidade de voltar a ficar bem e pronto para o trabalho o mais rápido possível são os fatores decisivos no auxílio à recuperação.

Sentir-se saudável é bem diferente de estar saudável no sentido médico, e a capacidade que um indivíduo tem de trabalhar é basicamente independente da *performance* fisiologicamente averiguável e mensurável de seus órgãos individuais. O indivíduo que não quer ser saudável não é meramente um fingidor. Ele é uma pessoa doente. Se a vontade de estar bem e ser eficiente é enfraquecida, doença e incapacidade para o trabalho são as consequências. Ao enfraquecer ou destruir completamente a vontade de estar bem e apto para o trabalho, a seguridade social cria doença e incapacidade de trabalho; ela produz o hábito da lamúria – que por si só é uma neurose –, além de neuroses de outros tipos.

Em resumo, trata-se de uma instituição que tende a estimular a doença, para não dizer os acidentes, e intensificar consideravelmente os resultados físicos e psíquicos dos acidentes e das doenças. Como instituição social, ela adoenta as pessoas tanto corporeamente quanto mentalmente – ou, no mínimo, ajuda a multiplicar, prolongar e intensificar enfermidades.

As forças psíquicas que são ativas em todos os seres vivos, incluindo o homem, na forma do desejo de ter saúde e vontade de trabalhar, não são independentes do ambiente social. Certas circunstâncias fortalecem essas forças; outras as enfraquecem. O ambiente social de uma tribo africana que vive da caça é decididamente calculado de forma a estimular essas forças. O mesmo é válido para o ambiente – bem distinto desse último – de uma sociedade capitalista, onde há propriedade privada e os indivíduos praticam a divisão do trabalho.

Por outro lado, essas forças são enfraquecidas por uma ordem social que promete que, caso a capacidade de trabalho do indivíduo seja afetada pela enfermidade ou pelos efeitos de algum trauma, ele deverá viver sem trabalhar ou trabalhando pouco, e de modo algum deverá sofrer uma redução perceptível em sua renda.

A seguridade social, dessa forma, fez com que a neurose do

REFLEXÕES XVII

segurado se tornasse uma perigosa doença pública. Caso essa instituição seja ampliada e desenvolvida, a doença irá se espalhar. E não há reforma alguma que possa ajudar. Não se pode enfraquecer ou destruir o desejo de se ter saúde sem que isso acabe produzindo mais enfermidades. ●

Ludwig von Mises: reconhecido líder da Escola Austríaca de pensamento econômico, um prodigioso originador na teoria econômica e um autor prolífico. Os escritos e palestras de Mises abarcavam teoria econômica, história, epistemologia, governo e filosofia política. Suas contribuições à teoria econômica incluem elucidações importantes sobre a teoria quantitativa de moeda, a teoria dos ciclos econômicos, a integração da teoria monetária à teoria econômica geral, e uma demonstração de que o socialismo necessariamente é insustentável, pois é incapaz de resolver o problema do cálculo econômico. Mises foi o primeiro estudioso a reconhecer que a economia faz parte de uma ciência maior dentro da ação humana, uma ciência que Mises chamou de "praxeologia".

Políticas conciliatórias levam ao socialismo

Ludwig von Mises



N. do T.: essa palestra, hoje um clássico, foi proferida por Mises perante o University Club of New York em 18 de abril de 1950.

O dogma fundamental seguido por todas as matizes de socialismo e comunismo é que a economia de mercado – ou capitalismo – é um sistema que prejudica os interesses vitais da imensa maioria das pessoas para o benefício exclusivo de uma pequena minoria de individualistas insensíveis. É um sistema que condena as massas a um crescente empobrecimento. Produz miséria, escravidão, opressão, degradação e exploração do trabalhador, ao mesmo tempo em que enriquece uma classe de parasitas ociosos e inúteis.

Essa doutrina não foi criada por Karl Marx. Ela já havia sido desenvolvida muito antes de Marx entrar em cena. Seus mais eficientes propagandistas não foram os autores marxistas, mas homens como Carlyle e Ruskin, os fabianos britânicos, os professores alemães e os institucionalistas americanos. E é um fato muito interessante que os poucos economistas que ousaram contestar a veracidade desse dogma foram rapidamente silenciados e tiveram seus acessos impedidos às universidades, à imprensa, à liderança de partidos políticos e, acima de tudo, aos cargos públicos. A opinião pública, por sua vez, também já aceitou sem quaisquer reservas a condenação do capitalismo.

Socialismo– Porém, é óbvio, as conclusões políticas práticas que as pessoas tiraram desse dogma não são uniformes. Um grupo declarou que há somente uma maneira de acabar de uma vez por todas com esses malefícios: abolindo o capitalismo por completo. Eles advogam a substituição do controle privado dos meios de produção pelo controle público. Eles visam ao estabelecimento do que se convencionou chamar de socialismo,

REFLEXÕES XVII

comunismo, planejamento central ou capitalismo de Estado. Não mais devem os consumidores, por meio de suas decisões de comprar ou não comprar, determinar o que deve ser produzido, em qual quantidade e com qual qualidade. Doravante uma autoridade central deve dirigir todas as atividades voltadas para a produção.

Intervencionismo, supostamente uma política conciliatória- Um segundo grupo parece ser menos radical. Eles rejeitam o socialismo tanto quanto o capitalismo. Eles recomendam um terceiro sistema que, dizem eles, está tão longe do capitalismo quanto do socialismo. Trata-se de um sistema que, por ser aparentemente capaz de organizar a economia da sociedade de um terceiro modo, localiza-se no meio dos dois outros sistemas; e ao mesmo tempo em que retém as vantagens de ambos, magicamente também seria capaz de evitar as desvantagens inerentes a cada um. Esse terceiro sistema é conhecido como intervencionismo. Na terminologia política, normalmente nos referimos a ele como políticas de centro. O que torna esse sistema tão popular perante muitas pessoas é o modo particular como elas optam por olhar os problemas envolvidos.

Do modo como essas pessoas veem as coisas, de um lado temos os capitalistas e os empreendedores, e do outro, os assalariados, e ambas as classes não se entendem quanto à distribuição dos rendimentos do capital e das atividades empresariais. Ambas exigem todo o bolo para si próprias.

"Uma política centrada não é um sistema econômico duradouro. É um método para se implantar o socialismo a prestações."

A solução oferecida por esses mediadores passa então a ser: "Vamos fazer as pazes dividindo igualmente para ambas as classes os valores em disputa". O Estado, sendo um árbitro absolutamente imparcial, deve intervir e refrear a ganância dos capitalistas e transferir uma parte dos lucros para as classes trabalhadoras. Somente assim será possível destronar o deus Moloch do capitalismo sem ao mesmo tempo entronizar o Moloch do socialismo totalitário.

Entretanto, esse modo de julgar a questão é inteiramente

REFLEXÕES XVII

falacioso. O antagonismo entre capitalismo e socialismo não se resume a uma divergência quanto à distribuição dos espólios. Trata-se de uma contenda sobre qual desses dois esquemas de organização econômica da sociedade é aquele que leva à melhor consecução daquele objetivo que todos consideram ser o propósito supremo da economia – a melhor oferta possível de mercadorias e serviços proveitosos.

O capitalismo quer atingir esse objetivo por meio da iniciativa livre e privada, sujeita à supremacia do público, que tem o poder de decidir se vai ou não comprar o produto desse empreendimento no mercado. Já os socialistas querem substituir os planos de vários indivíduos pelo planejamento único de uma autoridade central. Eles querem substituir aquilo que Marx chamou de "anarquia da produção" pelo monopólio exclusivo do governo. O antagonismo entre essas duas doutrinas não está no modo de distribuição de uma quantidade fixa de amenidades. O antagonismo está no modo de produção de todos aqueles bens que as pessoas querem desfrutar.

O conflito entre esses dois princípios é irreconciliável e não permite qualquer tipo de concessão. O controle é indivisível. Ou a demanda que os consumidores manifestam via mercado decide como e para quais propósitos os fatores de produção devem ser empregados, ou o governo assume o controle dessa decisão. Não há nada que possa mitigar a oposição entre esses dois princípios contraditórios. Eles são mutuamente excludentes. O intervencionismo não é um áureo meio-termo entre o capitalismo e o socialismo. Ele é o projeto de uma terceira via de organização econômica da sociedade e deve ser avaliado como tal.

Como funciona o intervencionismo– Não é meu objetivo nessa discussão suscitar qualquer debate sobre os méritos do capitalismo ou do socialismo. Hoje lidarei apenas com o intervencionismo. E não é meu intento fazer uma avaliação arbitrária do intervencionismo partindo de algum ponto de vista preconcebido. Meu único interesse é mostrar como o intervencionismo funciona e se ele pode ou não ser considerado um padrão para uma permanente organização econômica da sociedade.

Os intervencionistas sempre fazem questão de enfatizar que seu plano é manter a propriedade privada dos meios de produção, incentivar o empreendedorismo e as trocas de mercado. Porém, prosseguem eles, é imperioso impedir que essas instituições capitalistas continuem espalhando a devastação e explorando injustamente a maioria das pessoas. É dever do governo restringir, por meio de decretos e proibições, a ganância das classes proprietárias – caso contrário, sua avidez irá seguir prejudicando indefinidamente as classes mais pobres.

O capitalismo *laissez-faire* é algo nocivo. Porém, para se eliminar seus malefícios, não é necessário abolir o capitalismo por completo. É possível melhorar o sistema capitalista por meio da interferência estatal sobre as ações dos capitalistas e empreendedores. Tais regulamentações e controles governamentais sobre as empresas são a única maneira de impedir o surgimento do socialismo totalitário e salvar aquelas características do socialismo que valem a pena ser preservadas.

Baseando-se nessa filosofia, os intervencionistas defendem uma galáxia de medidas. Peguemos uma delas, o esquema bastante popular de controle de preços.

Como o controle de preços leva ao socialismo- O governo acha que o preço de uma determinada mercadoria, por exemplo, o leite, está muito alto. Ele quer fazer os pobres darem mais leite aos seus filhos. Assim, ele recorre ao controle de preços e congela o preço do leite em um valor abaixo daquele predominante no livre mercado. O resultado é que os produtores marginais de leite, aqueles que produzem a custo máximo, agora passarão a sofrer prejuízos. As receitas de venda são inferiores aos custos de produção. Como nenhum agropecuarista ou empreendedor pode continuar produzindo com prejuízos, esses produtores marginais irão parar de produzir e vender leite no mercado. Eles irão empregar suas habilidades e suas vacas em atividades mais lucrativas. Eles irão, por exemplo, produzir manteiga, queijo ou carne. Como resultado, haverá menos – e não mais – leite disponível para os consumidores. Isso, obviamente, é o oposto do que tencionava o governo. Ele queria facilitar para algumas pessoas comprarem mais leite. Porém, como resultado dessa interferência,

REFLEXÕES XVII

a oferta de leite caiu. A medida não só foi um fracasso para o governo, como também piorou as coisas exatamente para aquele grupo de pessoas que o governo ansiava por ajudar. A situação tornou-se pior do que seu estado anterior, aquele que justamente estava tentando ser remediado.

Agora, porém, o governo tem uma alternativa. Ele pode revogar seu decreto e abster-se de quaisquer outras tentativas de controlar o preço do leite. Porém, se ele insistir em sua intenção de manter o preço do leite abaixo do nível que determina o livre mercado e, ao mesmo tempo, quiser evitar uma queda na oferta de leite, ele deverá tentar eliminar as causas que tornam as atividades dos produtores marginais não lucrativas.

"O conflito entre esses dois princípios é irreconciliável e não permite qualquer tipo de concessão. O controle é indivisível."

Ao primeiro decreto que atacava apenas o preço do leite, o governo terá agora de acrescentar um segundo decreto fixando os preços dos fatores de produção necessários à produção de leite. E esses preços terão de ser fixados em um nível tal que os produtores marginais de leite não mais sofrerão prejuízos e irão, como consequência, deixar de restringir a produção. Mas aí, porém, a mesma história vai se repetir em um plano mais remoto. A oferta dos fatores de produção requeridos para a produção de leite irá cair, e o governo estará de volta ao seu ponto de partida. Se ele não quiser admitir derrota e achar que deve continuar se intrometendo no sistema de preços, ele terá de ir ainda mais fundo e fixar os preços daqueles fatores de produção utilizados na produção dos fatores necessários para a produção de leite. Assim, o governo terá de sair congelando, etapa por etapa, os preços de todos os bens de consumo e de todos os fatores de produção – tanto humanos (mão de obra) quanto materiais –, e terá também de obrigar todos os empreendedores e todos os trabalhadores a continuar trabalhando a esses preços e salários.

Nenhum ramo da indústria poderá ser deixado de fora desse processo de congelamento de preços e salários, e nem da obrigação de produzir aquelas quantias que o governo quer ver sendo

REFLEXÕES XVII

produzidas. Se alguns ramos que produzem apenas bens considerados não essenciais, ou mesmo luxuosos, forem deixados de fora desse processo, o capital e a mão de obra tenderá a se deslocar para esses setores, e o resultado será uma queda na oferta dos bens tidos como essenciais, cujos preços estão congelados justamente porque o governo os considera indispensáveis à satisfação das necessidades do povo.

Porém, quando esse estado de controle total da economia for atingido, não mais será possível ver qualquer rastro de uma economia de mercado. Não mais os cidadãos poderão determinar – por meio de suas decisões de comprar ou não comprar – o que deverá ser produzido e como. O poder decisório sobre essas questões foi transferido para o governo. Isso não mais é um sistema capitalista; trata-se de um planejamento integral feito pelo governo. Temos agora um sistema socialista.

O socialismo de economia mista-

É verdade que esse tipo de socialismo preserva alguns dos rótulos, bem como a aparência externa, do capitalismo. Ele mantém,

nominalmente e aparentemente, a propriedade privada dos meios de produção, os preços, os salários, as taxas de juros e os lucros. Entretanto, o fato é que nada disso vale, pois o que conta é a irrestrita autocracia do governo. O governo diz aos empreendedores e capitalistas o que eles devem produzir, em que quantidade e com qual qualidade; de quem devem comprar e a quais preços, e a quem devem vender e a quais preços. Ele decreta onde e a que salários os trabalhadores devem trabalhar.

"O intervencionismo não é um áureo meio-termo entre o capitalismo e o socialismo."

As trocas de mercado tornam-se um mero simulacro. Todos os preços, salários e taxas de juros são determinados pelas autoridades. São preços, salários e taxas de juros apenas na aparência; na realidade, são meras relações de quantia nos decretos do governo. É o governo, e não os consumidores, quem dirige a produção. O governo determina e dirige a produção. O governo determina a renda de cada cidadão e especifica a cada um o emprego no qual ele deve trabalhar. Isso é socialismo utilizando

apenas uma aparência de capitalismo. Foi perfeitamente exemplificado pelo Reich Alemão de Hitler e pela economia planejada da Grã-Bretanha.

A experiência alemã e britânica- O esquema de transformação social que descrevi não é apenas uma construção teórica. É um retrato realista da sucessão de eventos que produziram o socialismo na Alemanha, na Grã-Bretanha e em alguns outros países. Os alemães, durante a Primeira Guerra Mundial, começaram a praticar controle de preços para um pequeno grupo de bens de consumo considerados de vital necessidade. Foi o inevitável fracasso dessas medidas que os impeliu a ir cada vez mais fundo em suas intervenções até que, no segundo período da guerra, eles criaram o plano Hindenburg. No contexto do plano Hindenburg, nenhum espaço foi deixado para a livre escolha da parte dos consumidores e para a livre iniciativa da parte dos empreendedores. Todas as atividades econômicas foram incondicionalmente subordinadas à jurisdição exclusiva das autoridades. Mas a total derrota do Kaiser acabou com todo o aparato imperial da administração, levando junto todo o grandioso plano. Porém, quando em 1931 o chanceler Brüning embarcou novamente em uma política de controle de preços, e seus sucessores, acima de todos Hitler, aderiram obstinadamente a ela, a mesma história se repetiu.

A Grã-Bretanha e todos os outros países que durante a Primeira Guerra Mundial adotaram medidas de controle de preços tiveram de vivenciar o mesmo fracasso. Esses países também tiveram de aprofundar cada vez mais suas medidas intervencionistas na esperança de fazer os decretos iniciais funcionarem. Porém, eles ainda estavam em um estágio rudimentar desse processo quando a vitória na guerra e a oposição do público removeram todos os esquemas de controle de preços.

Mas tudo foi diferente na Segunda Guerra Mundial. A Grã-Bretanha novamente recorreu ao controle de preços para algumas mercadorias vitais e teve novamente de repetir todo o repertório, implantando seguidamente diversas medidas intervencionistas até o ponto em que acabou por substituir toda a sua liberdade econômica pelo planejamento total da economia. Quando a guerra chegou ao fim, a Grã-Bretanha era uma nação socialista.

REFLEXÕES XVII

É válido lembrar que o socialismo britânico não foi implantado pelo governo trabalhista do Sr. Clement Attlee [que sucedeu a Churchill], mas sim pelo gabinete de guerra do Sr. Winston Churchill.

"É válido lembrar que o socialismo britânico não foi implantado pelo governo trabalhista do Sr. Clement Attlee, mas sim pelo gabinete de guerra do Sr. Winston Churchill."

O que o Partido Trabalhista inglês fez não foi estabelecer o socialismo em um país livre, mas apenas manter o socialismo que havia se desenvolvido durante a guerra e o período do pós-guerra. Esse fato tem sido obscurecido pela grande comoção feita acerca da nacionalização do Bank of England, das minas de carvão e de outros setores empresariais. Entretanto, a Grã-Bretanha é hoje um país socialista não porque algumas empresas foram formalmente expropriadas e nacionalizadas, mas porque todas as atividades econômicas de todos os cidadãos estão sujeitas ao total controle do governo e de suas agências.

As autoridades dirigem a alocação de capital e de mão de obra aos vários ramos industriais. Elas determinam o que deve ser produzido. Supremacia em todas as atividades empresariais é exclusivamente garantida ao governo. As pessoas são reduzidas ao *status* de soldados rasos, incondicionalmente limitadas a seguir ordens. À classe empresarial, os antigos empreendedores, restaram funções meramente subservientes. Tudo o que lhes é permitido fazer é pôr em prática, dentro de uma área rigidamente limitada, as decisões dos departamentos do governo.

O que deve ser definitivamente compreendido é que controles de preços direcionados a apenas algumas mercadorias fracassam em atingir os fins desejados. O que ocorre é o exato oposto. Eles produzem efeitos que, do ponto de vista do governo, são ainda piores que o estado anterior em que as coisas se encontravam quando o governo decidiu alterá-las. Se o governo, a fim de eliminar essas inevitáveis porém indesejáveis consequências, seguir aprofundando suas medidas intervencionistas, ele irá finalmente transformar o sistema capitalista e de livre iniciativa em um socialismo de padrão Hindenburg.

REFLEXÕES XVII

Crise e desemprego- O mesmo é válido para todos os outros tipos de intromissão nos fenômenos de mercado. Leis de salário mínimo, sejam elas decretadas e compelidas pelo governo ou pela pressão e violência de sindicatos, resultam em um desemprego em massa que se prolongará por anos caso os salários sejam elevados acima do seu nível de livre mercado.

É verdade que tentativas de se diminuir as taxas de juros por meio da expansão do crédito geram um período de expansão econômica. Mas a prosperidade assim criada é um produto artificial cujo fim inexorável é uma recessão ou até mesmo uma depressão. As pessoas inevitavelmente terão de pagar, e de forma severa, pela orgia propiciada pelo dinheiro fácil oriundo de alguns anos de expansão creditícia e inflação monetária.

A reincidência de períodos de depressão e desemprego em massa deixou o capitalismo desacreditado na visão de pessoas pouco perspicazes. Mas o fato é que esses eventos não são o resultado do funcionamento do livre mercado. Ao contrário, eles são o resultado de interferências governamentais bem intencionadas, porém irrefletidas, no mercado. Os salários e o padrão de vida só podem aumentar se houver uma aceleração do aumento do capital em relação à população. A única maneira de aumentar os salários permanentemente para todos aqueles que estão à procura de empregos e ávidos por um salário é aumentando sua produtividade – e isso só pode ser feito por meio do aumento do capital investido em termos *per capita*.

O que possibilita que os salários pagos aqui nos EUA sejam maiores que os salários da Europa e da Ásia é o fato de que o trabalhador americano é auxiliado por mais e melhores equipamentos. Tudo o que o governo pode fazer para melhorar o bem-estar material das pessoas é estabelecer e preservar uma ordem institucional na qual não haja obstáculos à acumulação progressiva de mais capital, que é o que permite o aprimoramento dos métodos tecnológicos de produção. Foi isso que o capitalismo alcançou no passado e é isso que ele irá alcançar também no futuro caso não seja sabotado por más políticas.

Dois caminhos para o socialismo- O intervencionismo não

REFLEXÕES XVII

pode ser considerado um sistema econômico que veio para ficar. Ele é apenas um método para a transformação do capitalismo em socialismo por meio de uma série de etapas sucessivas. Como tal, ele se difere dos esforços feitos pelos comunistas que tentam implantar o socialismo de uma só vez. A diferença não está no objetivo final do movimento político; ela está principalmente nas táticas a que cada grupo recorre para alcançar o mesmo fim que ambos ambicionam.

Karl Marx e Friedrich Engels recomendaram sucessivamente cada um desses dois caminhos para a realização do socialismo. Em 1848, no *Manifesto Comunista*, eles delinearam um plano para uma transformação passo a passo do capitalismo em socialismo. O proletariado deveria ser elevado à posição de classe dominante e utilizar toda a sua supremacia política para "extrair, gradualmente, todo o capital da burguesia". Isso, eles declararam, "somente pode ser efetuado por meio de intervenções despóticas nos direitos de propriedade e nas relações de produção burguesas; por meio de medidas, portanto, que parecem ser economicamente insuficientes e insustentáveis, mas que, no decurso da empreitada, se superam a si próprias e são inevitáveis como meio de se revolucionar inteiramente o modo de produção". Nessa animação, eles enumeram por meio de exemplo dez medidas que devem ser tomadas.

Anos depois, Marx e Engels mudaram de ideia. Em seu principal tratado, *O Capital*, primeiramente publicado em 1867, Marx viu as coisas de maneira diferente. O socialismo é uma inevitabilidade que virá "como a inexorabilidade de uma lei da natureza". Mas ele não pode surgir antes que o capitalismo tenha atingido sua completa maturidade. Há apenas um caminho para o colapso do capitalismo: deixar que ele progrida por si próprio, sem intervenções. E somente então a grande revolta final da classe trabalhadora irá desferir o golpe de misericórdia no capitalismo e inaugurar a eterna era da abundância.

Do ponto de vista dessa última doutrina, Marx e a escola de marxistas ortodoxos rejeitam todas as políticas que pretendem restringir, regular e aperfeiçoar o capitalismo. Tais políticas, declaram eles, não apenas são fúteis, como também são

REFLEXÕES XVII

completamente prejudiciais. Pois elas atrasam o envelhecimento do capitalismo, sua maturidade e seu conseqüente colapso. Elas, portanto, não são progressivas; são reacionárias. Foi essa ideia que levou o Partido Social Democrata alemão a votar contra a legislação da seguridade social a ser implantada por Bismarck e a frustrar o plano do chanceler de nacionalizar a indústria alemã de tabaco. Sob o mesmo ponto de vista, os comunistas tacharam o New Deal americano como sendo uma trama reacionária extremamente prejudicial aos reais interesses da classe trabalhadora.

O que deve ser entendido é que o antagonismo entre os intervencionistas e os comunistas é uma mera manifestação do conflito entre as duas doutrinas do marxismo: a antiga e a tardia. É o conflito entre o Marx de 1848, autor de *O Manifesto Comunista*, e o Marx de 1867, autor de *O Capital*. E é de fato algo paradoxal que o documento no qual Marx endossou exatamente as mesmas políticas defendidas pelos pretensos anticomunistas atuais seja chamado de *Manifesto Comunista*.

Há dois possíveis métodos para se fazer a transformação do capitalismo no socialismo. Um é a expropriação de todas as fazendas, fábricas e lojas, fazendo com que elas sejam geridas por aparatos burocráticos, como agências do governo. Toda a sociedade, diz Lênin, tornar-se-ia "uma repartição e uma fábrica, com salários idênticos e iguais cargas de trabalho," e toda a economia seria organizada "como os correios".

O segundo método é o método do plano Hindenburg, originalmente o padrão alemão de Estado assistencialista e planejador. Tal arranjo obrigaria cada empresa e cada indivíduo a cumprir estritamente as ordens emitidas pelo comitê central de gerenciamento da produção. Tal era a intenção do National Industrial Recovery Act, implantado por Franklin Roosevelt em 1933, porém frustrado anos depois pela resistência das empresas e declarado inconstitucional pela Suprema Corte. Tal é a ideia implícita nas tentativas de se substituir a iniciativa privada pelo planejamento central.

Controle cambial- O principal veículo para a implementação desse segundo tipo de socialismo em países industriais como Alemanha e Grã-Bretanha é o controle cambial. Esses países não

REFLEXÕES XVII

conseguem alimentar e prover de roupas toda a sua população utilizando apenas recursos domésticos. Eles precisam importar grandes quantias de comida e matéria-prima. Para poder pagar por essas importações extremamente necessárias, esses países precisam exportar produtos manufaturados, a maioria deles produzida com a matéria-prima importada.

Nesses países, praticamente todas as transações comerciais são direta ou indiretamente condicionadas pelas exportações, importações ou ambas ao mesmo tempo. Logo, o monopólio governamental da compra e venda de divisas estrangeiras faz que todos os tipos de atividade empreendedorial sejam dependentes do arbítrio da agência incumbida do controle do câmbio.

Aqui nos EUA as coisas são diferentes. O volume de comércio externo é muito pequeno quando comparado ao volume total do comércio interno. O controle cambial iria afetar apenas ligeiramente a maior parte das empresas americanas. É por essa razão que nos esquemas de nossos planejadores dificilmente é mencionada a questão do controle cambial. Os objetivos deles são outros: controle de preços, de salários, das taxas de juros e dos investimentos, bem como a limitação do lucro e da renda.

Tributação progressiva-

Olhando para trás e observando a evolução das alíquotas do imposto de renda, desde sua criação em 1913 até hoje, é difícil não imaginar que um dia o tributo vá absorver 100% de todo excedente da renda do cidadão comum. Era isso que Marx e Engels tinham

"E é de fato algo paradoxal que o documento no qual Marx endossou exatamente as mesmas políticas defendidas pelos pretensos anticomunistas atuais seja chamado de Manifesto Comunista."

em mente quando, no Manifesto Comunista, recomendaram "um imposto de renda gradual ou severamente progressivo." Outra sugestão contida no Manifesto Comunista é a "abolição de todo o direito à herança". Até o momento, nenhum país capitalista adotou leis que chegassem a esse ponto. Porém, ao olharmos novamente para o passado e observarmos a evolução dos impostos sobre

REFLEXÕES XVII

heranças, temos de concluir que eles cada vez mais têm se aproximado do objetivo traçado por Marx. As alíquotas mais altas dos atuais impostos sobre herança não mais permitem que tais instrumentos sejam classificados como impostos. Eles passaram a ser medidas de expropriação.

A filosofia subjacente a esse sistema de tributação progressiva é que a renda e a riqueza das classes mais abastadas podem ser livremente arrebatadas. O que os defensores dessas alíquotas tributárias não conseguem entender é que a maior parte dessa renda tributada não teria sido consumida, mas sim poupada e investida. Essa política fiscal não apenas impede uma maior acumulação de capital; ela na realidade produz uma 'desacumulação' de capital. E esse certamente é o estado atual das coisas na Grã-Bretanha.

A tendência em direção socialismo- O curso dos eventos nos últimos trinta anos mostra um contínuo, embora às vezes interrompido, progresso em direção ao estabelecimento nesse país de um socialismo de padrão britânico e alemão. Os EUA começaram seu declínio bem depois desses dois países e hoje ainda está muito longe de seu fim. Porém, se a tendência dessa política não for alterada, o resultado final diferirá apenas em termos negligentes do que aconteceu na Inglaterra de Attlee e na Alemanha de Hitler. Uma política centrista não é um sistema econômico duradouro. É um método para se implantar o socialismo a prestações.

Capitalismo de brechas- Muitas pessoas contestam. Elas salientam o fato de que a maioria das leis voltadas para o planejamento ou para a expropriação por meio da tributação progressiva acabou deixando brechas que dão à iniciativa privada alguma margem para respirar e se manter ativa. É verdade que certas brechas ainda existem. E é graças a elas que esse ainda é um país livre. Mas esse "capitalismo de brechas" não é um sistema sustentável. É apenas um pequeno alívio. Forças poderosas já estão trabalhando intensamente para fechar essas brechas. Dia após dia a área na qual a iniciativa privada é livre para operar vai sendo severamente limitada.

A chegada do socialismo não é inevitável- É claro que esse

REFLEXÕES XVII

resultado não é inevitável. A tendência pode ser revertida assim como o foram muitas outras tendências históricas. O dogma marxista – de acordo com o qual o socialismo é uma inevitabilidade que virá "com a inexorabilidade de uma lei da natureza" – é apenas uma conjectura arbitrária destituída de qualquer prova.

"Os socialistas querem substituir os planos de vários indivíduos pelo planejamento único de uma autoridade central."

Mas o prestígio que esse presunçoso prognóstico desfruta, não apenas entre os

marxistas, mas também entre os vários pretensos não marxistas, é o principal instrumento de progressão do socialismo. Ele propaga o derrotismo entre aqueles que, de outra forma, iriam corajosamente lutar contra a ameaça socialista. A mais poderosa aliada da Rússia Soviética é a doutrina que diz que a "onda do futuro" nos carregará em direção ao socialismo, sendo portanto "progressista" simpatizar com todas as medidas que restringem mais e mais a operação da economia de mercado.

Mesmo neste país, que deve a um século de "rigoroso individualismo" o mais alto padrão de vida já obtido por qualquer nação, a opinião pública condena o *laissez-faire*. Nos últimos cinquenta anos, milhares de livros publicados condenam o capitalismo e defendem o intervencionismo radical, o Estado assistencialista e o socialismo. Os poucos livros que tentaram explicar adequadamente o funcionamento da economia de livre mercado mal foram notados pelo público. Seus autores permanecem obscuros, ao passo que autores como Veblen, Commons, John Dewey e Laski são exuberantemente glorificados.

É um fato já bem conhecido que tanto o teatro quanto a indústria de Hollywood são críticos não menos radicais da livre iniciativa que muitos romances. Há aqui neste país vários periódicos que, em cada uma de suas edições, atacam furiosamente a liberdade econômica. Dificilmente encontramos uma revista de opinião defendendo o sistema que forneceu à imensa maioria das pessoas abrigo, boa comida, carros, geladeiras, rádios e outros bens que os habitantes de outros países considerariam como sendo de extremo

luxo.

A consequência desse estado de coisas é que praticamente quase nada é feito para se preservar o sistema de livre iniciativa. Existem apenas centristas conciliatórios que acreditam ter obtido algum êxito por terem adiado por algum tempo uma medida especialmente ruinosa. Eles estão em constante recuo. Eles hoje toleram medidas que há apenas dez ou vinte anos teriam considerado totalmente não aceitáveis. Daqui a poucos anos eles irão aceitar tacitamente outras medidas que hoje consideram simplesmente fora de questão.

Somente uma mudança completa e meticulosa de ideologia pode impedir a chegada do socialismo totalitário. O que precisamos não é nem de antissocialismo nem de anticomunismo, mas de um endossamento positivo daquele sistema ao qual devemos toda a riqueza que possibilita que hoje vivamos com mais conforto do que os grandes nobres do início do século. ●

Ludwig von Mises: reconhecido líder da Escola Austríaca de pensamento econômico, um prodigioso originador na teoria econômica e um autor prolífico. Os escritos e palestras de Mises abarcavam teoria econômica, história, epistemologia, governo e filosofia política. Suas contribuições à teoria econômica incluem elucidaciones importantes sobre a teoria quantitativa de moeda, a teoria dos ciclos econômicos, a integração da teoria monetária à teoria econômica geral, e uma demonstração de que o socialismo necessariamente é insustentável, pois é incapaz de resolver o problema do cálculo econômico. Mises foi o primeiro estudioso a reconhecer que a economia faz parte de uma ciência maior dentro da ação humana, uma ciência que Mises chamou de "praxeologia".

O cigarro, os fumantes e os direitos de propriedade

William L. Anderson



N. do T.: Com a entrada em vigor da lei antifumo decretada pelo governo de São Paulo – a qual proíbe o fumo em estabelecimentos privados –, o Estado mostra que já perdeu qualquer respeito pela instituição da propriedade privada. O indivíduo não mais é soberano em seus próprios domínios. Apesar de a medida ser aplaudida pelos não fumantes, é importante mostrar por que essa intrusão gera

preceitos muito perigosos.

Mesmo os não fumantes devem ter um interesse muito mais que passageiro no recente assalto empreendido pelos governos às empresas de cigarro e, principalmente, aos indivíduos que fumam. Houve uma época em que se podia desfrutar um cigarro ou um charuto em restaurantes e bares. Com o passar dos anos, entretanto, a maioria dos governos estaduais sucumbiu à pressão e *lobby* de grupos antitabagistas, infringindo o direito básico que qualquer estabelecimento privado tem de determinar autonomamente a sua política tabagista.

É fácil perceber pelo seu discurso que várias dessas pessoas e organizações antifumo não apenas têm aversão à liberdade como também possuem uma mentalidade absolutamente totalitária. Mesmo os não fumantes não ativistas se mostram contentes com essas leis. Eles se dizem contrariados em ter de respirar fumaça de cigarro enquanto estão comendo, dançando ou conversando, e também não gostam de ficar com o cheiro de cigarro entranhado em suas roupas ao final do expediente. E não nos esqueçamos também dos garçons e



REFLEXÕES XVII

garçonetes que dizem ter o direito de trabalhar em um ambiente livre da fumaça do cigarro.

Já os ativistas afirmam estarem apenas protegendo a saúde pública e impedindo que haja invasões indesejadas no "espaço privado" dos não fumantes. Porém, os métodos que eles empregam somente podem ter sucesso quando o governo parte para o confisco da propriedade privada – sem qualquer reparação de danos aos proprietários, obviamente. Após exitosamente terem forçado as empresas de tabaco a financiar vários esquemas governamentais, a arcar com uma das maiores cargas tributárias da economia e a utilizar métodos publicitários que convençam as pessoas a não fumar, o próximo passo natural e inevitável foi banir o fumo no "ambiente de trabalho". Embora a maioria de nós pense que "ambiente de trabalho" seja algo como um escritório ou estabelecimentos afins, a definição utilizada pelos ativistas é bem mais vasta, incluindo especialmente estabelecimentos como bares e restaurantes, os quais tradicionalmente são o refúgio favorito dos fumantes.

Os defensores de um "ambiente de trabalho livre do cigarro" afirmam que, uma vez que não fumantes trabalham em bares e restaurantes, e uma vez que a fumaça expelida pelo fumante contém os chamados carcinógenos da classe **a**, que em altas doses podem causar câncer, os não fumantes teriam o direito de trabalhar em ambientes "seguros". Em outras palavras, ao banir o fumo desses lugares, o governo está simplesmente protegendo os "direitos" dos trabalhadores.

Superficialmente, tais argumentos podem parecer plausíveis, mas basta aprofundarmos um pouco para vermos que eles não apenas são enganosos, mas também absolutamente perigosos. Tais leis se resumem a um puro confisco da propriedade. Qualquer entidade governamental que determine as regras está utilizando de força para limitar um comportamento que possa vir a ocorrer em uma propriedade privada, embora seja o proprietário o responsável por aplicar essa regra – sob o risco de perder sua propriedade e talvez até mesmo sua liberdade caso desobedeça. Os proprietários, que em um livre mercado teriam a liberdade de decidir autonomamente se querem ou não permitir o fumo, têm esse direito confiscado pelo

REFLEXÕES XVII

Estado.

Mas o detalhe básico a que poucos parecem dar atenção é que as pessoas que são empregadas ou clientes de um bar ou restaurante estão ali por opção própria. Colocando de outra maneira, aqueles indivíduos que decidem trabalhar em um determinado estabelecimento, ou comer e beber ali, tomaram essa decisão livremente. Nenhum dono de bar ou restaurante pode obrigar ninguém a trabalhar ou comer em seu estabelecimento. Assim, na melhor das hipóteses, o Estado está "salvando" as pessoas de seu próprio livre arbítrio, o que significa que autoridades políticas – e os ativistas que vibram com elas – estão na verdade coagindo esses trabalhadores e clientes a fazerem apenas as escolhas que tenham a aprovação do Estado.

Muito alarde tem sido feito a respeito de os não fumantes serem "vítimas" de fumo passivo criado pelos fumantes. Aqueles que, como nós, não são fumantes, certamente já reclamaram algumas vezes sobre ter de respirar a fumaça dos outros, sendo que já houve vezes em que decidimos não ir a certos lugares apenas porque havia pessoas fumando. Entretanto, uma coisa é se recusar a ir a lugares onde há pessoas fumando; outra coisa, bem diferente, é utilizar o Estado como meio de impor nossos desejos e vontades sobre terceiros.

As políticas antitabagistas em voga dão às pessoas insatisfeitas (junto com políticos e ativistas) o controle real sobre os direitos de propriedade, que é o que esses ativistas de fato querem. Para disfarçar um pouco do totalitarismo, todo o argumento é colocado sob o manto do cientificismo: "Todos os carcinógenos do grupo **a** deveriam ser banidos dos ambientes de trabalho, o máximo possível", gritou um ativista de uma corrente de *e-mails*.

O argumento dos "Carcinógenos Classe **a**", embora de início soe bem, é apenas mais um truque retórico. De acordo com pesquisadores do câncer, a fumaça do cigarro carrega carcinógenos "Classe **a**", e estes supostamente têm efeito sobre os não fumantes. Considerando-se que grande parte das pesquisas antitabagistas tem fortes motivações políticas, deve-se sempre desconfiar de qualquer resultado delas. (Por exemplo, a mídia

REFLEXÕES XVII

recentemente trombeteou aos quatro cantos um "estudo" que afirmava que proibições ao cigarro poderiam cortar pela metade os ataques cardíacos. A Reason Foundation já desmitificou estes e outros estudos).

"Ah, mas ninguém discorda que o cigarro faz mal à saúde! Há muitos estudos que comprovam isso!" Será? Ok, não vamos discutir isso aqui. Mas a pergunta que fica é: E daí? Várias coisas fazem mal à saúde. O que interessa é que o indivíduo seja livre para cometer o erro que quiser, de maneira que ele próprio faça a sua avaliação de custos e benefícios.

"Beleza", dirão alguns, "desde que os fumantes não me coloquem em risco". Novamente, retornemos ao ponto já mencionado: ninguém é obrigado a ficar perto da fumaça. As pessoas não têm de ir a um bar ou a um restaurante. Ou elas aprendem a cozinhar em casa, ou elas aprendem a fazer seus próprios drinks ou elas abrem o próprio negócio! Responsabilidades individuais, essa é a questão. De toda forma, se realmente há muitas pessoas que valorizam estabelecimentos onde o fumo é proibido, o mercado irá encarar o desafio e ofertar esses lugares.

Em um livre mercado, estabelecimentos para fumantes e não fumantes seriam alocados com base apenas na demanda dos consumidores. Ludwig von Mises já demonstrou como, em um mercado livre e desimpedido, são os consumidores quem detém o poder. Alguns empreendedores (talvez fumantes) abririam restaurantes ou bares para os não fumantes, caso acreditassem que poderiam maximizar seus lucros nesse tipo de ambiente. Isso iria atrair aqueles empregados que valorizam um ambiente livre de cigarro ou que acreditam que poderiam ganhar mais (sendo mais produtivos) trabalhando em um estabelecimento antifumo.

Por outro lado, haveria empreendedores (talvez não fumantes) que iriam querer agradar a clientela tabagista. Esses estabelecimentos iriam atrair empregados que fumam ou que não se importam em trabalhar em um ambiente com fumaça de cigarro, desde que paguem bem. Estes arranjos voluntários não podem ser regulamentados. É impossível fazê-lo de modo que todos ganhem. Alguns podem argumentar que estamos forçando a barra para

REFLEXÕES XVII

tentar provar um ponto. Ótimo, podemos aceitar que a demanda por bares, restaurantes e casas noturnas (lugares para socializar, beber, ouvir música ao vivo e dançar) é muito inelástica, de modo que os clientes não se importarão muito em sair do recinto apenas para fumar e em seguida voltar – o que não acarretaria perdas monetárias para o dono do estabelecimento. Novamente, e daí? Não é uma questão de lucros; é uma questão de liberdade. Essa linha de raciocínio é apenas uma cortina de fumaça. O argumento moral ainda apoia o direito do estabelecimento em determinar qual política tabagista irá seguir.

Mas há outros aspectos que não estão sendo levados em conta em todo esse debate. Há muitos riscos nesse mundo, e, seguindo-se a linha de raciocínio dos ativistas, todas as pessoas insatisfeitas acabariam tendo um poder de veto absoluto sobre praticamente tudo. Por exemplo, se uma pessoa tem o poder de entrar em um estabelecimento e exigir que as pessoas parem de fumar, então uma pessoa que se sente ofendida por um determinado tipo de filme também teria de ter o direito de exigir que o cinema parasse de exibir este filme em particular. Você quer viver em um mundo assim?

Ou, da mesma forma, todos nós sabemos dos perigos trazidos pelas bebidas alcoólicas; e, se é perigoso para as pessoas fumar, então certamente também é perigoso que elas bebam. Sendo assim, espera-se que as autoridades políticas, sempre tão zelosas por nós, passem a se preocupar também com o abuso de álcool, e ordenem que bares e restaurantes parem de servir tais bebidas, ou que pelo menos permitam que qualquer um entre no estabelecimento e declare que toda a bebida seja confiscada. Por que não?

Aliás, se realmente queremos acabar com a fonte da maioria dos cânceres, então temos de acabar com o sol. Se esses guerreiros contra o câncer e pela saúde pública de fato estivessem preocupados em manter as pessoas afastadas dos perigos do câncer, então elas iriam exigir uma legislação que proibisse o sol de brilhar ou que, ao menos, exigisse que fechássemos todas as cortinas durante o dia e saíssemos de casa apenas à noite, algo parecido com a sátira "Petição dos Fabricantes de Vela", de Frederic Bastiat. (Mas é bom não dar muita ideia).

REFLEXÕES XVII

Entretanto, como já virou coro entre os ativistas, o que eles querem é apenas eliminar os carcinógenos "Classe **a**" do ambiente de trabalho. Essa não é uma tarefa tão fácil quanto parece, ainda que toda a fumaça de tabaco venha a ser de fato eliminada. Os carcinógenos estão em todos os lugares, incluindo roupas e carpetes. É impossível viver sem entrar em contato com essas coisas. (A menos que você seja um índio numa floresta).

Assim, toda a ladainha sobre segurança é apenas um estratagema para esconder o real objetivo da coisa. Os ativistas antitabaco não irão descansar enquanto não retornarmos a algo como a Lei Seca dos anos 1920 nos EUA, desta vez com o tabaco sendo o alvo. O fracasso de todas as outras leis que banem o álcool e as drogas parece não afetá-los em nada.

Embora muitos libertários tenham moldado o argumento como sendo uma disputa entre os direitos dos fumantes e dos não fumantes, é um erro parar por aí. Não há dúvidas de que haja um conflito de direitos aqui, mas uma legislação que regule o uso do tabaco não é a solução. A questão real não é se a lei será utilizada como um instrumento de mediação entre fumantes e não fumantes, mas sim o fato de que ativistas estão utilizando o Estado como meio de sequestrar o controle sobre a propriedade privada e de proibir que indivíduos capazes de pensar autonomamente façam suas escolhas.

"Se a liberdade que o homem tem de escolher seu próprio consumo for abolida, então todas as liberdades estão abolidas", escreveu Mises.

Por último, vale a pena comentar outro ataque bastante comum perpetrado contra o cigarro: os prejuízos que os fumantes impõem ao sistema de saúde. O argumento é mais ou menos assim: "Fumantes são mais propícios a sofrer doenças do coração, enfisema e câncer, e será o governo quem terá de pagar as contas dos hospitais públicos". A maneira mais óbvia de solucionar esse dilema é tirando o governo do setor da saúde. Porém, antes que os social-democratas esperneiem, convém lembrar que, seguindo-se essa lógica, os obesos, os alcoólatras e os promíscuos também oneram, cada um à sua maneira, o sistema de saúde. Não faz

REFLEXÕES XVII

sentido culpar apenas um grupo e jamais mencionar os outros. É por isso que quando se cria essas benesses governamentais, como saúde e educação pública, discriminações desse tipo tornam-se inevitáveis.

Murray Rothbard é quem coloca claramente: "Não existe algo como a ação de 'grupos', de 'coletivos' ou de 'Estados'. Eles não representam as ações de vários indivíduos em específico; eles representam apenas o desejo de um grupo ínfimo de pessoas que querem impor suas vontades sobre todo o resto". Logo, não é o "governo" quem paga o serviço de saúde pública – os contribuintes é que pagam. Mas essa é outra história.

Aliás, é capaz de os fumantes na realidade estarem poupando o dinheiro do "sistema", já que, como propagandeiam os ativistas, eles morrem mais cedo do que os não fumantes, o que significa que eles não poderão "onerar" por muito tempo a Previdência Social, para a qual contribuiram solidamente durante toda a vida de trabalho. Qualquer que seja a justificativa utilizada, o fato é que quando o governo tenta proteger a sociedade de algum perigo, ele acaba violando as liberdades individuais. A livre iniciativa e a liberdade de associação são os verdadeiros direitos pelos quais devemos lutar, em vez da espúria ideia do "direito" a um ambiente sem cigarro.

A decisão sobre se devemos ou não banir o cigarro da propriedade privada é algo que deve ser deixado apenas a cargo do dono da propriedade, ponto. Ademais, os indivíduos que escolheram frequentar ou trabalhar em tais lugares não devem depois vir reclamar que a fumaça exalada pelos fumantes os deixou doentes (e então arrumar um júri que os fará multimilionários). É hora de encarar e assumir as consequências das próprias atitudes. A liberdade implica isso.

Apesar de gostarem de ser vistos como zeladores ciosos da saúde alheia, os ativistas antitabagismo nada mais são que ladrões enrustidos. Sim, a liberdade de expressão significa que eles podem dizer o que quiserem. E sim, o direito sobre a propriedade privada também diz que eles deveriam cuidar apenas das coisas deles quando se trata da propriedade alheia.

Quando as pessoas abandonarem essa atitude arrogante e hipócrita

REFLEXÕES XVII

e perceberem que não é um direito trabalhar para alguém ou que não é um direito entrar na propriedade alheia; e quando as pessoas entenderem a diferença entre "público" e "privado", então, só então, a incrível perda de tempo e a incrível quantidade de dinheiro do contribuinte que é gasta em legislações antitabagistas irão parar. E talvez então o governo irá parar de interferir nos direitos de propriedade, devolvendo esse comando a quem realmente tem esse direito: os proprietários. É a única coisa moral a se fazer. ●

William L. Anderson: scholar adjunto do Mises Institute, leciona economia na Frostburg State University.

Um giro por Havana

Theodore Dalrymple



A decadência, quando não levada ao extremo, tem lá seu charme arquitetônico. Ruínas são coisas românticas. Tão românticas, aliás, que os cavalheiros ingleses do século XVIII construía ruínas em seus jardins para servirem de lembranças agradavelmente melancólicas da efemeridade da existência terrena.

Fidel Castro, no entanto, não é nenhum cavalheiro inglês do século XVIII, e Havana não deveria ser seu imóvel privado para ser usado como um *memento mori*²⁴ pessoal. As ruínas que ele produziu em Havana são, na realidade, a moradia de mais de 1 milhão de pessoas, cujo desejo coletivo não tem, como atestam essas ruínas, o mesmo poder que o desejo de apenas um homem. "*Comandante en jefe*", diz um dos vários *outdoors* políticos que substituíram todos os cartazes publicitários, "o senhor dá as ordens". Desnecessário dizer que a obrigação de todo o resto da população é obedecer.

Havana não mudou quase nada desde a última vez em que estive lá em 1990. Os vastos subsídios soviéticos acabaram; a economia hoje depende do turismo europeu. Para melhor receber os turistas, a maioria em busca de férias baratas nos trópicos e gostosamente indiferente à política de Cuba, o governo vem permitindo um pequeno grau de flexibilidade. Pequenos restaurantes privados que funcionam dentro de casas de família, chamados de paladares, com



²⁴ ***Memento mori***: é uma expressão latina que significa algo como "Lembre-se de que você é mortal", "lembra-se de que você vai morrer", ou traduzido ao pé da letra "lembra-se da morte".

REFLEXÕES XVII

não mais do que 12 cadeiras, já são tolerados – muito embora a contratação de mão de obra que não seja da família, algo considerado explorador pelo regime, não é permitida.

Nestes locais, apenas determinados pratos são permitidos. Peixe e lagosta são proibidos, pois são exclusivos dos restaurantes estatais. Os poucos paladares que se arriscam a driblar essas regras funcionam como aqueles locais clandestinos que vendiam bebida alcoólica nos EUA durante a lei seca: seus proprietários que servem peixe ou lagosta estão constantemente nervosos, sempre preocupados com a possibilidade da presença de informantes (os Comitês de Defesa da Revolução ainda estão ativos e operantes em todos os cantos.) O dono de um destes paladares que visitei –, o qual não possuía nenhum sinal na rua avisando de sua existência – preocupadamente olhava através do olho mágico da porta antes de deixar qualquer pessoa entrar. Comer uma simples refeição em uma das três mesas parecia uma cena de filme de espionagem.

Pequenos mercados de pulgas também já são permitidos em Cuba. Neles é possível observar pequenas trocas envolvendo roupas usadas e itens domésticos. Em 1990, era inimaginável uma pessoa poder comprar ou vender alguma coisa ao ar livre, pois comprar e vender era um ato visto como sintoma de 'individualismo burguês', algo contrário à visão socialista de Fidel, para quem tudo deve ser racionado – e de maneira racional, por assim dizer – de acordo com as necessidades de cada um. (Na prática, é claro, isso significava racionar de acordo com o que havia, o que nunca era muito).

Períodos de abertura permitindo um comércio de pequena escala já haviam ocorrido em outros momentos do reinado de mais de quatro décadas dos irmãos Castro. No entanto, tais aberturas rapidamente eram revogadas e voltava-se ao período de "retificação", pois ficava muito aparente que os cubanos respondiam com muito mais vigor aos incentivos econômicos do que aos ditames "morais" louvados nas teorias adolescentes de Che Guevara.

Agora, no entanto, a atividade comercial está mais liberada, pois ela é essencial para a sobrevivência econômica do regime. Na última vez em que estive em Havana, mesmo um estrangeiro carregado de dólares não conseguia encontrar comida fora do seu hotel –, um

REFLEXÕES XVII

arranjo que dificilmente estimula o turismo em massa. Agora, por pura necessidade, já há um número satisfatório de cafés e bares para atender os visitantes. A economia cubana está hoje amplamente dolarizada, um curioso e irônico desfecho para décadas de ardente nacionalismo. Quando perguntei em meu hotel como fazia para trocar dólares por pesos, disseram-me que eu não precisaria de pesos. E estavam corretos. As poucas e empoeiradas lojas que aceitavam vender seus bens em troca de pesos – a *moneda* nacional – anunciavam este fato extraordinário em suas janelas, como se estivessem efetuando um milagre, muito embora os bens à venda fossem poucos e de mais baixa qualidade imaginável.

Na última vez em que estive em Cuba, a posse de um dólar por um cubano comum era crime, uma prova de deslealdade e de desafeição. Dependendo do humor de Fidel, o "criminoso" podia até ser acusado de estar planejando uma sabotagem econômica da revolução. Dólares eram manuseados como se fossem nitroglicerina, prestes a explodir na sua cara ao mais mínimo solavanco. Agora, no entanto, eles são meramente unidades monetárias, as quais qualquer pessoa pode manusear.

Embora os *lobbies* dos hotéis ainda sejam patrulhados por seguranças com *walkie-talkies*, que têm a função de garantir que nenhum cubano não autorizado adentre o recinto, o crescente número de turistas em Cuba significa que as relações entre cubanos e estrangeiros estão mais relaxadas e abertas do que antes. Hoje, um cubano falar com um estrangeiro não é mais visto como um sinal de infidelidade política; conversas não mais têm de ser feitas às escondidas, em becos escuros ou atrás de paredes, sempre com um olho nervoso à procura de espiões e bisbilhoteiros pró-regime. Eu cheguei até mesmo a receber pedidos para que enviasse remédios da Inglaterra, dado que não havia nenhum disponível nas farmácias locais – uma confissão, impensável há apenas alguns anos, de que o tão propalado sistema de saúde cubano não é aquela oitava maravilha.

As pessoas frequentemente falam sobre *lo bueno* e *lo malo* da revolução – quase sempre acrescentando que *lo malo* foi muito, muito ruim. Um cidadão, criado na década de 1970, disse-me que, em sua adolescência, havia sido contagiado pelo fervor do

REFLEXÕES XVII

romantismo revolucionário, tendo Che Guevara e John Lennon como seus heróis (ele me contou orgulhosamente que Havana era uma das três cidades com memoriais para John Lennon, sendo as outras Liverpool e Nova York). Segundo ele, naquela época ele imaginava que um novo mundo estava sendo construído; mas agora sabia que não mais havia perspectivas de progresso.

Um fato curioso em Havana é que as pessoas mais idosas tendem a murmurar *jabón* (sabão) quando você passa por elas, na esperança de que você possa ter um pouco desta rara e preciosa mercadoria para doar. Quando a primeira senhora se aproximou de mim e murmurou *jabón*, pensei que ela fosse louca. Só depois é que constatei que ela havia sido apenas a primeira de várias. Por outro lado, já há sinais de uma pequena abertura intelectual. Em *La Moderna Poesía*, uma livraria que fica em uma construção de estilo *art déco* na Calle Obispo, encontrei uma tradução em espanhol de *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, de Karl Popper. O preço em dólares, no entanto, dificilmente atrairia compradores cubanos. Talvez o livro estivesse ali apenas para enganar turistas quanto à tolerância intelectual do regime; ou talvez fosse uma armadilha para flagrar insurgentes, de modo que qualquer cubano que tentasse comprá-lo seria delatado às autoridades. Mas mesmo assim, a simples presença de uma obra tão contrária à filosofia do regime seria algo inimaginável há doze anos.

Em contraste, os jornais *Granma* e *Rebelde* não mudaram absolutamente nada: lê-los hoje é o mesmo que tê-los lido há 40 anos e será o mesmo que lê-los daqui a 10 anos, caso o regime continue de pé. A incessante repetição de que está havendo um amplo progresso social em Cuba mesmo em face das adversidades e das horrendas desintegrações sociais ocorrendo em todos os outros países do mundo (especialmente, é claro, nos EUA) é algo que certamente deve entediá-lo até mesmo o mais ardoroso crente do regime. Logo, não foi surpresa alguma eu não ter visto absolutamente nenhum cubano lendo um jornal ou sequer dando confiança para os já idosos vendedores itinerantes, cada um com aproximadamente 5 cópias para vender. Quando me aproximei de um deles e demonstrei interesse em comprar um jornal, o velho aproveitou a oportunidade para abertamente me pedir

REFLEXÕES XVII

dinheiro. Vender jornal era apenas um pretexto para se aproximar de alguém e mendigar. A pergunta "quanto custa o jornal?" sempre era respondida com "o valor que o senhor quiser pagar".

Quase meio século de ditadura totalitária deixou a cidade de Havana – uma das mais belas do mundo – suspensa em uma situação peculiar, indecisa entre a preservação e a destruição. Para mim, que considero a ausência de determinados aspectos esteticamente feios do comercialismo algo agradável, a cidade tem seu charme: logotipos do McDonald's (e semelhantes) teriam arruinado o cenário de Havana de forma tão intensa quanto os Castros o fizeram. E a relativa ausência de trânsito em Havana tem seu lado positivo: caso Havana tivesse se desenvolvido "normalmente", suas ruas estreitas estariam hoje entupidas de tráfego e poluição, um inferno sufocante como a cidade da Guatemala ou de San José, Costa Rica, locais onde respirar é ficar sem ar, onde o nível de poluição sonora faz seus ouvidos cintilarem e os pensamentos saírem correndo.

Por causa dessas características quase bucólicas, as ruas de Havana são agradáveis para uma caminhada. Não há fumaça de veículos e não há barulho de buzinas. Dos poucos carros que trafegam, a maioria é relíquia americana da era Batista, surrados mas, na medida do possível, restaurados. Eles trepidam e sacodem ruidosamente como burros de carga que se impulsionam sob um esforço tremendo. Alguns parecem andar como caranguejos, não para a frente mas de lado. E com toda a ferrugem acumulada, estes veículos – que em outros cenários pareceriam produtos banais descartados por uma sociedade industrializada – adquiriram uma aura romântica, quase uma personalidade própria. Eles são adorados e estimados como velhos amigos insubstituíveis; e, quando você olha para eles, é impossível não pensar em como todos os objetos que hoje tomamos como corriqueiros podem um dia vir a se tornar relíquias inestimáveis. Isso ajuda você a encarar o mundo de outra forma.



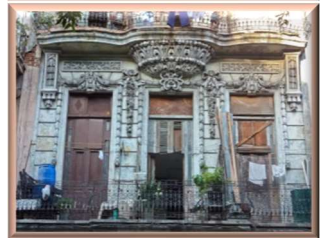
Em 1958, Cuba tinha uma renda *per capita* maior do que a de

REFLEXÕES XVII

metade dos países da Europa, a menor taxa de inflação do Ocidente e uma classe média maior do que a da Suíça, e isso é perfeitamente observável no esplendor de Havana e em como sua beleza é ampla, um testemunho de quão rica (e sofisticada) a sociedade que produziu deve ter sido. O esplendor de Havana, longe de estar confinado a apenas um pequeno bloco da cidade, se estende por quilômetros.

Não há palavras que possam fazer justiça à genialidade arquitetônica de Havana, uma genialidade que se estende desde o classicismo da Renascença do século XVI – com casas sérias e perfeitamente proporcionadas contendo quintais com colunatas refrescadas e suavizados por arbustos e árvores tropicais – à exuberante *art déco* das décadas de 1930 e 1940. Os cubanos, ao longo de sucessivos séculos, criaram uma harmoniosa arquitetura praticamente sem par no mundo. Difícilmente se encontra em Havana uma construção que seja errônea ou que tenha um detalhe que seja supérfluo ou de mau gosto. A multicoloração ladrilhada do prédio Bacardi, por exemplo, que poderia ser considerada extravagante em outros locais, é perfeitamente adaptada – de maneira natural – à luz, ao clima e ao temperamento de Cuba. Os arquitetos cubanos certamente entendiam a necessidade de ar e sombra em um clima como o de Cuba, e eles proporcionaram suas construções e seus espaços de acordo. Eles criaram um ambiente urbano que, com suas arcadas, colunas, varandas e sacadas, era elegante, sofisticado, conveniente, jovial e prazeroso.

Atualmente, todo esse esplendor praticamente já se foi. A cidade parece hoje um grande arranjo de variações de Bach sobre o tema da decadência urbana. O estuque e o reboco deram lugar ao mofo. Os telhados elegantes já não existem mais, tendo sido substituídos por chapas de ferro corrugadas. Venezianas se esfacelaram e



REFLEXÕES XVII

viraram serragem. As pinturas são um mero fenômeno do passado. Escadarias desembocam em precipícios. Não há vidros nas janelas. As portas se soltaram de suas dobradiças. As paredes nos interiores das casas desabaram. Estacas de madeira sustentam, sem nenhum grau de segurança, todos os tipos de estruturas. Fios elétricos antigos são visíveis nas paredes, como vermes em um queijo. As sacadas de ferro forjado estão severamente oxidadas. O gesso e o reboco se descascam como uma doença de pele maligna. As pedras de pavimentação das calçadas são arrancadas para outros propósitos.



Todos os grandes e belamente proporcionados aposentos das casas – visíveis através das janelas ou dos buracos nas paredes – foram subdivididos com madeira compensada em espaços menores, nos quais famílias inteiras hoje moram. Roupas estão penduradas em janelas de casas que antes eram palácios. À noite, todas as vias são escuras e as luzes elétricas emitem apenas um brilho fraco e mortiço. Nenhum escombros ou ruínas são considerados severos demais a ponto de impossibilitar seu uso como moradia.

Havana é como uma cidade que foi destruída por um terremoto e cuja população foi forçada a sobreviver em meio aos escombros enquanto a ajuda não chega. Após a revolução, poucos prédios foram construídos em Havana, o que é ótimo dado que estes poucos foram construídos naquele estilo de modernismo totalitário, arruinando toda a vizinhança. Na Plaza Vieja, um grande e antigo prédio colonial foi transformado em apartamentos de luxo para serem alugados por turistas, e há um excelente restaurante, só para turistas, no térreo (a própria ideia de um excelente restaurante em Cuba era impensável há 12 anos). A burguesia é um pouco como a natureza: por mais que você tente dizimá-la com uma revolução, no final ela sempre acaba voltando.

Embora esteja havendo alguns esforços de restauração no centro da cidade – que foi declarado pela UNESCO como patrimônio da humanidade –, tais esforços em nada se comparam ao tamanho da degradação da cidade. Uma das mais magníficas das várias

REFLEXÕES XVII

magníficas ruas de Havana é conhecida como Prado, uma larga avenida que leva até o mar. Algumas das belas e bem proporcionadas mansões ao longo do Prado praticamente se desmoronaram em ruínas; outras estão com suas fachadas – tudo o que restou delas – sustentadas por escoras de madeira. Havana é como Beirute, mas sem ter passado por uma guerra civil para ser destruída.

No entanto, não se pode dizer que os habitantes de Havana pareçam infelizes. Crianças animadas jogam beisebol nas ruas com bolas de trapos comprimidos e tacos de canos de metal (curiosamente, o país da América Latina com a mais robusta tradição política anti-ianque tem no beisebol o seu esporte favorito); há muita interação nas ruas, muitos sorrisos e conversas. E não é raro se deparar com alguma pequena festa com música e dança.

Quando você olha para dentro dos lares que as pessoas fizeram em meio às ruínas, é possível notar aqueles pequenos e comoventes sinais de orgulho próprio e de dignidade que também vemos nas choupanas da África: flores de plástico cuidadosamente arrumadas e outros ornamentos baratos. Uma predileção pelo cafona entre os ricos é um sinal de empobrecimento espiritual; porém, entre os pobres, representa um esforço pela beleza, uma aspiração sem chances de ser realizada. São os mais velhos que demonstram maior abatimento: seus pensamentos naturalmente se voltam para o passado, e o contraste entre a Havana de sua juventude e a Havana de sua senilidade deve ser um espetáculo difícil de ser contemplado.

Esse contentamento de alguns e essa resignação de outros em meio às ruínas não reduzem a profunda tristeza de ver a destruição de uma obra de arte gerada pelo esforço humano ao longo dos anos. Como deve ser viver em meio às ruínas de sua própria cidade, ruínas estas que não foram causadas por nenhuma guerra ou desastre natural, mas sim pela mera adesão a uma ideologia? Não é difícil algum cubano querer mostrar voluntariamente para você as ruínas decrépitas onde ele mora, algo, aliás, que



REFLEXÕES XVII

eles fazem com um sorriso; o fato é que viver nestas condições simplesmente se tornou algo natural para eles. O colapso das paredes e das escadas lhes parece tão natural quanto o tempo.

Nas publicações oficiais (e todas as publicações em Cuba são oficiais), os únicos personagens positivos do passado são os rebeldes e os revolucionários, representando uma contínua tradição nacionalista da qual Fidel é a apoteose. Não há nenhum deus, mas apenas a revolução. E Castro é o profeta. O período entre a independência cubana e o advento de Castro é chamado de "a pseudorrepública", e a ditadura de Batista, sua brutalidade e a "pobreza extremada" da época são as únicas coisas que se deve (ou que se permite) saber sobre a vida imediatamente antes de Castro.

Mas quem criou Havana e de onde veio toda a sua magnificência se, antes de Fidel, só havia pobreza, corrupção e brutalidade? Essa é a pergunta que os cubanos atuais não podem fazer. Os terríveis estragos feitos por Fidel serão duradouros e irão sobreviver por muito tempo após o fim do seu regime. Vários bilhões em capital serão necessários para restaurar a bela Havana. Problemas legais envolvendo direitos de propriedade e moradias serão custosos, amargos e intermináveis. E a necessidade de se saber equilibrar considerações comerciais, sociais e estéticas na reconstrução de Cuba irá requerer enorme sabedoria e bom senso.

Mas, enquanto o regime não cai, Havana serve como um pavoroso alerta ao mundo – se algum ainda fosse necessário – contra os perigos de ideologias erradas e de monomaniacos que genuinamente acreditam conhecer uma teoria capaz de corrigir o futuro e o mundo. ●

Artigo originalmente escrito em agosto de 2002

Theodore Dalrymple: médico psiquiatra e escritor. Aproveitando a experiência de anos de trabalho em países como o Zimbábue e a Tanzânia, bem como na cidade de Birmingham, na Inglaterra, onde trabalhou como médico em uma prisão, Dalrymple escreve sobre cultura, arte, política, educação e medicina. Além de seu trabalho em medicina nos países já citados, ele já viajou extensivamente pela África, Leste Europeu, América Latina e outras regiões.